

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Ana Karina França Ferreira Carvalho**

**A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL NA CIDADE DE BARRA DO CORDA - MA**

**Taubaté – SP**

**2019**

**Ana Karina França Ferreira Carvalho**

**A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL NA CIDADE DE BARRA DO CORDA-MA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Elvira Aparecida Simões de Araujo

**Taubaté – SP**

**2019**

**Sistema Integrado de Bibliotecas SIBi/UNITAU**  
**Biblioteca Setorial de Gestão e Negócios/Civil**

C331r Carvalho, Ana Karina França Ferreira  
A rede federal de educação profissional e tecnológica como estratégia para o desenvolvimento territorial na cidade de Barra do Corda-MA / Ana Karina França Ferreira Carvalho. - 2019.  
243f.:il.

Monografia (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios, 2019.  
Orientação: Profa. Dra. Elvira Aparecida Simões de Araujo, Departamento de Gestão e Negócios.

1. Gestão. 2. Desenvolvimento regional. 3. Instituto federal. 4. Educação profissional. 5. Maranhão. I. Título.

CDD 330.9

**ANA KARINA FRANÇA FERREIRA CARVALHO**

**A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COMO  
ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA CIDADE DE  
BARRA DO CORDA - MA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Data: \_\_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Profª. Dra. Elvira Aparecida Simões de Araujo

Universidade de Taubaté

\_\_\_\_\_

Profª. Dra. Marilsa de Sá Rodrigues

Universidade de Taubaté

\_\_\_\_\_

Profª. Dra. Ana Enedi Prince Silva

Universidade do Vale do Paraíba

\_\_\_\_\_



*Aos meus pais Zila Maria e João Roberto pelo incentivo ao longo da vida, e por acreditarem em minha capacidade de ultrapassar mais esse desafio.*

*Ao Joacy Filho, meu esposo, companheiro e maior incentivador. As minhas irmãs Ana Cecília, Ana Carolina e Maria Eduarda, e ao meu cunhado José Orleans pelo incentivo. Dedico.*

## AGRADECIMENTOS

*Hoje, apesar de saber bastante, não aprendi ainda algo que seja eficiente e possa substituir o simples muito obrigado.*

**Rui Barbosa**

Agradeço primeiramente a Deus, pela proteção diária, pela oportunidade de aprendizado, de crescimento pessoal e profissional, e por permitir a conclusão de mais uma etapa em minha vida.

Agradeço aos meus pais, João Roberto e Zila Maria, pelo esforço em valorizar a educação como um bem valioso para mim. Ao amor, carinho, compreensão e dedicação em todos os momentos da minha vida.

Ao meu esposo Joacy Filho, agradeço todo o seu amor, carinho, admiração, e pela presença incansável com que me apoiou ao longo do período de elaboração desta dissertação.

Agradeço a minha família, minhas irmãs, Ana Cecília, Ana Carolina e Maria Eduarda, meu cunhado José Orleans e aos meus queridos sobrinhos Renan, Ana Gabriela e Ana Julia pelo carinho, incentivo e amizade.

O meu agradecimento especial à Professora Dra. Elvira Aparecida Simões Araujo, pela orientação, cuidado, colaboração valiosa e sabedoria nas reflexões que nortearam toda a pesquisa.

Aos Professores do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, da Universidade de Taubaté, em especial, ao Prof. Dr. Edson Querido Oliveira, pelo conhecimento compartilhado e pelas contribuições que, com certeza, ajudaram a aprimorar este trabalho.

Aos professores que aceitaram participar do processo de qualificação e defesa, contribuindo para a consecução do trabalho, por terem partilhado seus conhecimentos e possibilitado assim, novas percepções que proporcionaram discussões e sugestões que servirão para meu crescimento, aprendizado e incentivo à pesquisa.

Aos meus colegas de turma, pela amizade, contribuições, discussões e convivência, em especial, a minha amiga de profissão Hortência Viegas, que me possibilitou momentos de reflexão e descontração na caminhada do mestrado.

Aos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Campus Barra do Corda que gentilmente acolheram a pesquisa e participaram da coleta de dados.

Aos meus amigos da Coordenadoria de Assuntos Estudantis do IFMA, Danielle, Larissa, Debora Luana que compreenderam e me ajudaram nos momentos de ausência.

A todos que de alguma forma colaboraram para a realização desta pesquisa.

## RESUMO

A criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se iniciam no Brasil a partir de 1809, com o Colégio das Fábricas, como estratégia governamental de controle das classes sociais menos favorecidas. Estabelece-se a função social dos Institutos Federais, como promotores do desenvolvimento local e de inclusão social, por meio da oferta de educação profissional e tecnológica com ênfase na identificação e mapeamento das potencialidades locais e na consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais. Partindo desta premissa, este estudo tem como objetivo investigar o papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) na promoção do desenvolvimento local. O recorte geográfico e amostral da pesquisa é o município de Barra do Corda, por ter implantado um campus do Instituto Federal há mais de cinco anos. Trata-se de um estudo exploratório descritivo, com abordagem qualitativa, apoiado em pesquisa documental e em entrevista semiestruturada, cujo procedimento metodológico selecionado é um estudo de caso acerca da atuação do Instituto Federal no Município de Barra do Corda. Como procedimento de análise, utilizou-se da triangulação de dados obtidos no ambiente interno e externo dos institutos federais com posterior análise de conteúdo. Apesar das limitações institucionais no atendimento aos arranjos produtivos locais da região, a instituição por meio do ensino, da pesquisa e da extensão prioriza a promoção da formação cidadã vinculada à capacitação profissional, de modo que garanta aos indivíduos meios para transformá-los em sujeito social e histórico.

**Palavras-chave:** Gestão. Desenvolvimento Regional. Instituto Federal. Educação Profissional. Desenvolvimento Local. Maranhão.

## **ABSTRACT**

### **THE FEDERAL NET OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION AS STRATEGY FOR THE LOCAL DEVELOPMENT IN THE CITY OF BARRA DO CORDA-MA**

The creation and expansion of the Federal Network of Vocational and Technological Education began in Brazil from 1809, with the creation of Factory School, as a governmental strategy to control underprivileged social classes. The social function of the Federal Institutes was established as promoters of local development and social inclusion through the provision of professional and technological education with emphasis on the identification and mapping of local potentialities and the consolidation and strengthening of local productive arrangements. Thus, this study aims to investigate the role of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Maranhão (IFMA) in promoting local development. The geographical and sample design of the research is Barra do Corda city, because there is a campus of the Federal Institute for over five years. This is a descriptive exploratory study with a qualitative approach, supported by documentary research and semi-structured interviews. The selected methodological procedure is a case study about the performance of the Federal Institute in Barra do Corda. As an analysis procedure, we used the triangulation of data obtained in the internal and external environment of federal institutes with subsequent content analysis. Despite the institutional limitations for achieving the region local productive arrangements, the institution through teaching, research and extension prioritizes the promotion of citizen education linked to professional training, so this way guarantee for population means to transform them into social and historical subjects.

**Keywords:** Management. Regional Development. Federal Institute. Professional Education. Local Development. Maranhão.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Maranhão.....	141
Gráfico 2 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil– em unidades.....	142
Gráfico 3 - Quantidade de municípios atendidos com a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica .....	142
Gráfico 4 - Nota do IDEB de Barra do Corda e Barra do Corda sintética de 2005 a 2013.....	177
Gráfico 5 - Evolução da nota Ideb Município de Barra do Corda – MA.....	178
Gráfico 6 - Nível de capacitação dos servidores – Campus Barra do Corda.....	183
Gráfico 7 - Área de concentração das pesquisas realizadas pelo IFMA-Campus Barra do Corda (2013-2018).....	193

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema de Articulação entre os níveis de Ensino segundo as Leis Orgânicas de 1942-1946.....	57
Figura 2 - Mapa da Expansão da Rede Federal até 2018.....	84
Figura 3 - Mapa da cidade de Barra do Corda – MA.....	129
Figura 4 - Esquema geral da pesquisa.....	138
Figura 5 - <i>Campi</i> do Instituto Federal do Maranhão.....	143
Figura 6 - Imagem do Prédio Provisório – IFMA Campus Barra do Corda.....	150
Figura 7 - Prédio Cetecma- Barra do Corda.....	151
Figura 8 - Mapa dos Municípios com Grandes Projetos Econômicos –MA	164
Figura 9 - Mapa da Região de Barra do Corda (2010 – 2012) .....	214
Figura 10 - Mapa da Região de Barra do Corda (2015 – 2018).....	215
Figura 11 - Síntese dos resultados.....	216

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Divisão geográfica da mesorregião Centro Maranhense.....	20
Quadro 2 -	Concepções dos projetos de Educação Profissional.....	70
Quadro 3 -	Diferenças entre o Decreto 2.208/97 e o Decreto 5154/04.....	81
Quadro 4 -	Valor adicionado bruto, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da federação – 2010-2015.....	92
Quadro 5 -	Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, por Unidades da Federação – 2003-2006.....	93
Quadro 6 -	Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, por Unidades da Federação – 2007-2015.....	93
Quadro 7 -	Composição e contribuição setorial para o crescimento do valor adicionado, no período de 2002 a 2010 (R\$ milhões).....	95
Quadro 8 -	APLs por macrorregiões geográficas segundo setores produtivos, levantamento MDCl.....	97
Quadro 9 -	APLS no estado do Maranhão segundo setores produtivos, levantamento MDCl.....	98
Quadro 10 -	APLs por macrorregiões geográficas segundo intensidade tecnológica, levantamento Ipea .....	99
Quadro 11 -	Número de Empregos e Microrregiões por Unidade da Federação – Brasil, 2004.....	100
Quadro 12 -	APLs identificados no Estado do Maranhão segundo setores produtivos, levantamento Ipea.....	101
Quadro 13 -	Evolução dos grupos de pesquisa por região 2002-2016.....	109
Quadro 14 -	Número de pesquisadores (PESQ), estudantes de pós-graduação <i>strictu sensu</i> (EPG) e grupos de pesquisa por Instituição (GT PESQ) – 2002-2016 no MA.....	110
Quadro 15 -	Evolução da população de Barra do Corda (2008-2018).....	130
Quadro 16 -	Categorização das unidades de sentido – Análise de Conteúdo.....	137
Quadro 17 -	Esquema de apresentação da amostra entrevistada no ambiente Interno.....	139
Quadro 18 -	Distribuição de matrículas na graduação presencial – Maranhão (2013-2014) Mesorregião.....	147
Quadro 19 -	Quantidade de Pessoas Cadastradas em Programas Sociais – Município de Barra do Corda-MA – 2019.....	153
Quadro 20 -	Quantitativo de Escolas da Rede Municipal e Estadual – Barra do Corda (2010-2018).....	154
Quadro 21 -	Quantitativo de Matrículas da Rede Municipal e Estadual – Barra do Corda (2010-2018).....	155
Quadro 22 -	Justificativas de oferta de cursos – IFMA (Barra do Corda).....	163
Quadro 23 -	Quadro de ofertas do IFMA- Campus Barra do Corda 2019.....	167
Quadro 24 -	Evolução do PIB – Barra do Corda-MA (2010 a 2016).....	169
Quadro 25 -	Benefícios da Assistência Social anuais transferidos para o município de Barra do Corda – MA.....	170
Quadro 26 -	Ranking 2017 das cidades do Estado do Maranhão, setor Pecuária (Unidade: cabeças).....	170
Quadro 27 -	Ranking 2017 das cidades do Estado do Maranhão, setor Extração Vegetal e Silvicultura.....	171
Quadro 28 -	Ranking 2017 das cidades do Estado do Maranhão Lavoura	171



	Permanente (Unidade: toneladas).....	
Quadro 29 -	Empresas de Barra do Corda-MA, por setores da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).....	172
Quadro 30 -	Nível de escolarização de pessoas com 10 ou mais anos por nível de instrução.....	174
Quadro 31 -	Quantidade de vagas ofertadas IFMA (2011 a 2018).....	175
Quadro 32 -	Vagas ofertadas por curso/modalidade – IFMA- Campus Barra do Corda (2011-2018).....	176
Quadro 33 -	Comparação da evolução das Notas ENEM do IFMA comparadas a outras escola do município (2013 a 2018).....	179
Quadro 34 -	Percepção das oportunidades e entraves internos da Instituição.....	182
Quadro 35 -	Percepção das oportunidades e entraves externos da Instituição....	187
Quadro 36 -	Contratos Institucionais firmados pelo IFMA – Campus Barra do Corda.....	189
Quadro 37 -	Grupos de Pesquisa do Campus Barra do Corda.....	192
Quadro 38 -	Pesquisas realizadas no IFMA- Campus Barra do Corda, por área de concentração (2013- 2018).....	193
Quadro 39 -	Pesquisa com temáticas técnicas realizadas pela Instituição de 2013 a 2018.....	195
Quadro 40 -	Terras indígenas situadas em Barra do Corda –MA.....	197
Quadro 41 -	Pesquisas desenvolvidas de 2013 a 2018 com a temática indígena.	198
Quadro 42 -	Oferta de cursos de Extensão.....	205
Quadro 43 -	Percepção dos limites oportunidades e entraves internos da Instituição.....	210
Quadro 44 -	Orçamento do Programa de Assistência Estudando do IFMA- Campus Barra do Corda 2012 a 2018.....	213
Quadro 45 -	Contratos de serviços e produtos (2016 a 2018).....	217

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
1.1	Problema	17
1.2	Objetivos	18
1.2.1	Objetivo Geral	18
1.2.2	Objetivos Específicos	18
1.3	Delimitação do Estudo	19
1.4	Relevância do Estudo	20
1.5	Organização da Dissertação	21
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>23</b>
2.1	Desenvolvimento Local	24
2.1.1	A Relação entre Educação e Desenvolvimento	33
2.2	Caminhos e Descaminhos da Política de Educação Profissional no Brasil	43
2.2.1	História da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	47
2.3	Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia	82
2.3.1	Arranjos Produtivos Locais como estratégia de Desenvolvimento	89
2.3.2	A Economia do Estado do Maranhão	91
2.3.3	Política de Apoio a Arranjos Produtivos Locais no Maranhão	96
2.3.4	A Inovação, Ciência e Tecnologia como premissa de desenvolvimento local	106
2.3.5	Extensão Tecnológica	116
<b>3</b>	<b>MÉTODO</b>	<b>127</b>
3.1	Tipo de pesquisa	127
3.2	Área de realização	128
3.3	População e amostra	131
3.4	Instrumentos	132
3.5	Procedimentos de Coleta de Dados	134
3.6	Procedimentos para Análise de Dados	134
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>139</b>
4.1	A Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia no Maranhão	139
4.2	O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – Campus Barra do Corda	145
4.2.1	Análise de campo	145
4.2.2	Expectativas da população do município percebida pelo ambiente interno	146
4.2.3	Percepções acerca do processo de implantação do IFMA – Campus Barra do Corda	148
4.2.4	Percepção acerca do atendimento das necessidades e interesses da comunidade local	156
4.2.5	Percepção dos servidores quanto ao atendimento das demandas da comunidade e do processo produtivo do município de Barra do Corda-MA	160
4.2.6	Percepção das Oportunidades e Entraves internos e externos	182
4.2.7	Percepção dos servidores acerca das ações de pesquisa, Inovação, Ciência e Tecnologia do IFMA	191
4.2.8	Percepção dos servidores acerca das ações de extensão tecnológica do IFMA	202

4.2.9	Percepção dos servidores acerca da função social dos Institutos Federais na Promoção do Desenvolvimento Local .....	208
4.2.10	Percepção sobre os limites de atuação e contribuições do Instituto Federal na promoção do desenvolvimento local .....	209
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	218
	REFERÊNCIAS.....	230
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	241
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA – AMBIENTE INTERNO INSTITUCIONAL .....	243
	APÊNDICE C – LISTA DE PESQUISAS REALIZADAS PELO IFMA- CAMPUS BARRA DO CORDA .....	245
	APÊNDICE D – LISTA DE OFERTA DO ENSINO 2019/2022 .....	249

## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre educação e desenvolvimento se faz cada vez mais presente nos debates sobre desenvolvimento regional. Silva (2013) destaca a presença nos discursos oficiais do governo, que ao estabelecer o desenvolvimento regional como meta, acaba por elaborar políticas públicas voltadas em sua grande maioria para a área da educação, partindo da variável de que o bom desempenho da economia está intimamente ligado ao nível de capacitação da população (nível salarial, desemprego, avanço tecnológico).

A partir de 1990, a política de educação ganha destaque por meio dos processos de globalização e mundialização da economia e das mudanças ocorridas nos processos de trabalho, nos quais, o uso da ciência e tecnologia são enfatizados nos processos de otimização da produção.

Nesse contexto socioeconômico, observamos a intervenção das grandes agências internacionais (Fundo Monetário Internacional - FMI, Comissão Econômica para a América Latina e Banco Internacional para Reconstrução do Desenvolvimento - BIRD) por meio não só de grandes empréstimos, mas também, por orientação e intervenção na política de educação brasileira. Entre as quais se destacam, as ações governamentais de reforma do ensino superior e profissional, por meio da promoção da diversificação público e privado, mediante à flexibilização das estruturas e organização institucional de atendimento às demandas do setor produtivo, fomentando parcerias com o mercado a fim de garantir uma gestão racionalizada, e o uso efetivo e financeiramente responsável dos recursos.

Segundo Teles (2015), os documentos das agências internacionais determinavam a redução orçamentária das Instituições do Ensino Superior Públicas, as quais sofrem neste período grande sucateamento com ausência de recursos, ao ponto de buscarem meios alternativos de financiamento. Acontraponto disso, iniciava-se a expansão das universidades particulares, subsidiadas com recursos públicos, sob o discurso de democratização do ensino.

Percebe-se que nos governos seguintes, principalmente, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o setor privado foi o principal responsável pelo processo de expansão do ensino, por meio da criação de instituições e do aumento do número de cursos e vagas, em detrimento do setor público. Enquanto

no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), essa expansão dos aglomerados educacionais privados foi formalizada por meio de políticas de incentivos, entre elas, o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Com relação a expansão da Educação Profissional, é instituído por meio do Decreto de nº 5.154, de 23/07/04, o Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Assim, são criados os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia como estratégias governamentais de enfrentamento das questões sociais relacionadas a desigualdades sociais.

É nesse contexto, que esta pesquisa se insere, mais especificadamente, na análise dos limites e possibilidades de atuação destas instituições federais como atores de desenvolvimento local, conforme a premissa institucional estabelecida no Art. 06, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, de ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

## **1.1 Problema**

A partir de 2008, a educação profissional passa a ser instituída com uma nova institucionalidade, de acordo com os documentos e instruções normativas governamentais, vem a ser considerada “estratégica não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros” (PACHECO, 2008, p.21).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia assumem o papel de incubadoras de políticas sociais, uma vez que, são vistos como uma instituição comprometida com a transformação e enriquecimento de conhecimentos objetivos e capazes de modificar a sociedade na qual estão inseridos. Portanto, são estratégias de ação política e de transformação social, tendo em vista que devem construir ou fortalecer a rede de saberes da comunidade, por meio das demais políticas públicas (trabalho, ciência, cultura e tecnologia).

Aponta-se destaque, principalmente, pelo discurso social de criação dos Institutos Federais como agentes sociais, indutores do processo de desenvolvimento

local, agentes de promoção da cidadania, de inclusão social e de combate às desigualdades, presente nos documentos oficiais, entre eles, o Manual de Implantação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (PACHECO, 2008).

O manual aborda como preceitos de atuação dos Institutos Federais, a ênfase de abordagens multidisciplinares para a identificação de aspectos como potencialidades/vocações, entendidas como um conjunto de características intrínsecas de uma determinada territorialidade que constituem diferenciais ou vantagens competitivas, no contexto regional, nacional e mundial. E, quando exploradas adequadamente, proporcionam as condições para o desenvolvimento regional sobre bases sustentáveis.

Em suma, a Educação Profissional, apesar do seu papel dualista ao longo da história, nesse novo contexto socioeconômico, passa a estar diretamente relacionada com o desenvolvimento local e, conseqüentemente, com o desenvolvimento econômico do país. Isso nos remete à necessidade de analisar a atuação das instituições federais de educação profissional e tecnológica em relação ao desenvolvimento local das regiões onde estão implantadas.

A Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia traz em si um leque de problemáticas socioeconômicas históricas atreladas, principalmente, a concepções de desenvolvimento econômico que necessitam ser superadas.

Dessa maneira, esta pesquisa se propõe a investigar como o Instituto Federal do Maranhão implantado no município de Barra do Corda, conforme sua definição legal, está efetivamente contribuindo para o desenvolvimento territorial/local das comunidades a qual está inserido.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Analisar o papel do IFMA - Barra do Corda como propulsor do desenvolvimento territorial/local.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Analisar a construção histórica da Política de Educação Profissional no Brasil;
- Descrever a economia do município de Barra do Corda, com ênfase para a política de Arranjos Produtivos Locais;
- Analisar as ações desenvolvidas pelo IFMA para a promoção de Desenvolvimento no município de Barra do Corda;
- Identificar a percepção dos servidores acerca das ações de promoção de desenvolvimento promovidas pelo IFMA.

### **1.3 Delimitação do Estudo**

Este estudo tem como proposta identificar as possibilidades e os desafios que o Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Maranhão, localizado na Mesorregião Centro Maranhense, mais especificadamente na Microrregião Alto do Mearim, encontra no cumprimento de sua responsabilidade social, em sua atuação como instituição que tem sua função a indução do desenvolvimento territorial/local da comunidade a qual está inserido.

O compromisso da rede federal com o desenvolvimento socioeconômico local e regional parte inicialmente da identificação e da definição de territórios de abrangência. Isso acontece por meio da definição da identidade regional, por meio de mesorregiões entendidas como uma organização do espaço por meio das dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial (IBGE, 1996).

O Estado do Maranhão é dividido em cinco mesorregiões que congregam diversos municípios com similaridades econômicas e sociais (Centro Maranhense, Leste Maranhense, Norte Maranhense, Oeste Maranhense e Sul Maranhense). Lócus desta pesquisa, a mesorregião Centro Maranhense, é composta por três microrregiões que abrangem 32 municípios. Conforme ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1. Divisão geográfica da mesorregião Centro Maranhense

MESOREGIÃO	MICROREGIÕES	MUNICÍPIOS
CENTRO MARANHENSE	Alto Mearim e Grajaú	Arame, <b>Barra do Corda</b> , Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra, <b>Grajaú</b> , Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Joselândia, Santa Filomena do Maranhão, Sítio Novo, Tuntum
	Médio Mearim	<b>Bacabal</b> , Bernardo do Mearim, Bom Lugar, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lago Verde, Lima Campos, Olho d'Água das Cunhãs, <b>Pedreiras</b> , Pio XII, Poção de Pedras, Santo Antônio dos Lopes, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Mateus do Maranhão, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, Satubinha, Trizidela do Vale
	Presidente Dutra	Fortuna, Dom Pedro, Gonçalves Dias, Governador Archer, Governador Eugênio Barros, Governador Luiz Rocha, Graça Aranha, <b>Presidente Dutra</b> , São Domingos do Maranhão, São José dos Basílios, Senador Alexandre Costa

Fonte: Elaboração própria (destacados em negrito as localidades que possuem Campus do IFMA)

Uma vez que, os critérios do Ministério da Educação para definição do quantitativo e da localização da implantação dos *campi* são baseados em baixos índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e de Desenvolvimento Humano (IDH) somados à identificação socioeconômica e às potencialidades dos arranjos produtivos locais presentes, encontram-se na Mesorregião Centro Maranhense, cinco *campi* do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Maranhão, Campus Barra do Corda, Campus Grajaú, Campus Pedreiras, Campus Presidente Dutra e Campus Bacabal.

Este estudo busca analisar os campi da Fase II da Expansão da Educação Profissional no Maranhão (2007) localizados na microrregião Alto Mearim e Grajaú, mais precisamente, o campus de Barra do Corda, uma vez que este possui mais de 5 anos de atuação.

Dessa forma, estão excluídos da proposta de investigação deste estudo, os *campi* implantados na Fase III (2011), pois possuem menos de 5 anos de atuação, e ainda estão em processo de implantação (Grajaú, Pedreiras e Presidente Dutra). Sobre o campus Bacabal, considerando a sua distância geográfica, suas ações dificilmente impactariam o desenvolvimento da região estudada.

#### 1.4 Relevância do Estudo

Apesar de se fazer presente como tema de diversas teses, dissertações e outras produções científicas brasileiras, se torna necessário analisar atuação da



Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Maranhão e dos Institutos Federais como condutores de desenvolvimento regional, devido ao baixo número de produções sobre a temática na região em foco, e pelas especificidades da situação socioeconômica do Estado, uma das regiões mais empobrecidas do país.

A relação entre educação profissional e desenvolvimento territorial/local se faz presente em toda legislação (conceitos e diretrizes) e previsão de ações dos Institutos Federais. Compreende-se que esta relação traz consigo uma série de problemáticas históricas, que acabam por ser disseminadas e impregnadas nas práticas cotidianas, e quando não debatidas e entendidas em sua totalidade, acabam por reproduzir os ditames do capital internacional de formar trabalhadores com habilidades básicas, específicas e de gestão.

Portanto, é imprescindível o debate acerca da atuação dos institutos e sua articulação com desenvolvimento econômico e social. A importância de estudos acerca da realidade local de cidades e municípios é justificada pela ressignificação do espaço local como espaço de desenvolvimento:

O novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno está no fato de que o modelo de desenvolvimento possa ser estruturado a partir dos próprios atores locais e não mais pelo planejamento centralizado. O modelo pode ser definido como um desenvolvimento realizado de baixo para cima, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do próprio local em vez de um modelo de desenvolvimento imposto de cima para baixo pelo poder central do estado (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p.11).

Por fim, a pesquisa possui relevância para o Programa de Pós Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR) da Universidade de Taubaté (UNITAU), em sua linha de pesquisa Avaliação e Políticas de Desenvolvimento Regional, e pode ser enquadrada no projeto de pesquisa Impactos do desenvolvimento na educação, cultura e cidadania, por se propor a estudar os impactos da política pública de educação no processo de desenvolvimento produzindo conhecimentos relevantes para a compreensão e, quiçá guiar futuras intervenções nas localidades.

## **1.5 Organização da Dissertação**

Na primeira seção é apresentado o contexto que mobiliza este trabalho, os objetivos e justificativas de sua realização.

Na segunda seção, é analisado o debate acerca de desenvolvimento local e posteriormente, as relações existentes entre Educação e desenvolvimento, e os paradigmas que se constroem dentro dessa relação, por meio da análise dos conceitos, diretrizes e contexto político econômico. Tais análises fornecem as orientações e diretrizes para a implantação do ensino médio integrado como proposta de superação da dualidade do ensino e para o enfrentamento das mazelas sociais e econômicas do país.

Segue a fundamentação teórica sobre a Política Nacional de Educação Profissional, fazendo um apanhado histórico da educação profissional como política pública, no período de 1909 a 2010, com ênfase no período de 1995 a 2010, período de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e criação dos Institutos Federais, objeto de estudo desta pesquisa.

Logo após, são discutidos os dados coletados acerca do objeto de estudo desta pesquisa, a relação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão do campus Barra do Corda com o desenvolvimento local, identificando as possibilidades e desafios na efetivação da política pública de educação profissional.

O método da pesquisa realizada é apresentado na terceira seção, e na quarta seção são apresentados os resultados e as discussões decorrentes deles.

Na quinta seção, há a apresentação das considerações resultantes deste estudo.

As Referências trazem a lista dos materiais bibliográficos utilizados neste estudo, seguidas pelos Anexos e Apêndices.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

O processo de transição do novo padrão socioeconômico alavancado pelas inovações técnico-científicas traz consigo o desenvolvimento de novas práticas de produção, novos formatos e estratégias institucionais e o surgimento de novos conhecimentos, competências, e principalmente, a necessidade de novas abordagens de avaliação e instrumentos que minimizem os desafios da liberalização e desregulação das economias nacionais e do capital financeiro.

Paralelamente, ocorre o processo de ressignificação territorial por meio da revalorização do espaço local, o qual é considerado atualmente, uma estratégia de sobrevivência e competitividade para empresas de pequeno e médio porte. Uma vez que, a aproximação territorial de atores econômicos (empresa, distribuidores, consumidores, universidade, sindicatos) acaba por criar fontes de competitividade entre as empresas, sejam econômicas, seja pelo desenvolvimento de capacidades inovativas.

Apontam assim Cassiolato e Lastres (2003b, p. 10), que a necessidade de gerar e absorver inovações e informações se torna elemento-chave para a competitividade dinâmica e sustentável. Esse caráter complexo e dinâmico dos novos conhecimentos requer uma ênfase especial no aprendizado permanente, como forma de indivíduos, empresas e demais instituições se tornarem aptos a enfrentarem novos desafios e capacitarem-se para uma inserção mais positiva no novo cenário. Tendo em vista que, implementar o processo de inovação requer o acesso a conhecimentos e a capacidade de aprendê-los, acumulá-los e usá-los.

É nesse contexto de globalização e da mundialização da economia que a educação tecnológica ganha destaque na década de 1990, por meio das constantes mudanças no processo produtivo mundial, sobretudo, da intensificação do progresso técnico na economia (ciência e tecnologia).

Oliveira (2003) elenca as transformações ocorridas no processo de trabalho, entre elas, a diminuição da separação conceitual entre inovação e produção, e a modificação da natureza e do conteúdo do trabalho. A concepção de trabalho direto vem sendo substituída pelo monitoramento e supervisão dos sistemas automatizados, nos quais, os trabalhadores começam a ter um maior conhecimento do sistema produtivo, sendo capazes de corrigir e de prevenir gargalos. Além disso,

as novas formas de gestão têm viabilizado uma maior integração das funções de produção, controle e qualidade.

Para se aproximar da análise das contribuições da educação profissional para o desenvolvimento local do município de Barra do Corda, faz-se necessário realizar o levantamento das discussões sobre desenvolvimento territorial/local, sobre as relações estabelecidas entre educação e desenvolvimento, e por fim, analisar a construção histórica da educação profissional no país com o objetivo de apreender a realidade em sua totalidade, e compreender a complexidade do novo contexto do processo produtivo e as contradições e demandas impostas para a educação.

## **2.1 Desenvolvimento Local**

De acordo com Arretche (1999), durante o regime militar as relações intergovernamentais do Estado Brasileiro eram características de um Estado unitário, em que o poder político local era uma delegação do governo central. Essa forma de estado moldou uma das principais características institucionais do Sistema brasileiro: sua centralização financeira e administrativa.

Os diversos programas e políticas sociais eram formulados, financiados e avaliados por uma agência federal e executados por uma série de agências locais dependentes dela. Tal formato institucional era compatível com o estado centralizador vigente na ditadura somado às estratégias de desenvolvimento econômico desse governo, no qual, os estados e municípios eram agentes da expansão e da execução local.

A centralização estatal a partir da década de 30, e que teve como expansão continua até a década de 70, não foi apenas fruto do processo de expropriação das capacidades de governo dos níveis subnacionais, mas também é fundamentalmente derivada do fato de que foi o nível federal que demonstrou elevada capacidade de inovação institucional e de respostas às pressões advindas dos processos de industrialização e de urbanização (ARRETICHE, 1999, p.10).

Em meados da década de 1970, com o esgotamento dessa fase de expansão do capitalismo mundial, representada pela “crise fiscal do Estado”, explicita-se uma série de críticas ao modelo de gerenciamento do padrão de acumulação capitalista e das relações entre Estado e sociedade. É nesse cenário de superação dos impactos da “crise fiscal” sobre a capacidade operacional do Estado na condução de um novo

padrão de acumulação capitalista, que o debate sobre temas como a descentralização, federalismo e democratização ganham destaque na agenda nacional.

Com a Constituição Brasileira de 1988, a descentralização política administrativa se materializa, com a definição da autonomia política, administrativa e financeira dos estados e municípios. Assim, a democratização vai então se constituindo num pré-requisito funcional do processo democrático e entra em contato com outros temas, tais como democracia, participação social, autonomia e municipalização, posicionando o município como espaço real de poder e não como mero executor de decisões tomadas em outras instâncias.

Em seu estudo sobre o papel do local na globalização, Albagli (1999) discute a partir das espacialidades das relações sociopolítico-econômicas contemporâneas, a importância de adotar o conceito de local como um conceito multifacético. Superando assim, o conceito de local apenas como delimitação de um recorte territorial, e trazendo um conceito composto por várias dimensões, entre elas, a econômica (localização das atividades econômicas), social (construção social por meio de interações) e cultural (identificação do sujeito).

Isso porque, as transformações econômicas e tecnológicas por meio da utilização das TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) promovidas pelo processo de globalização, para Albagli (1999), operam em uma nova matriz de relações espaciais e de acumulação de capital. E ainda, estabelecem nova espacialidade no processo de produção e reprodução capitalista, que possibilita a construção de um conjunto de economias regionais especializadas para o atendimento de economias centrais, permitindo assim, que a economia global se constitua atualmente em um entrelace planetário de relações produtivas, financeiras e mercantis.

A respeito do acirramento do processo de globalização dos mercados e o uso das tecnologias de informação e comunicação a partir da década de 1990, Cassiolato e Lastres (2003a) destacam que há intensas modificações no modelo econômico, tanto pela superação do padrão de produção de larga escala do fordismo, quanto pela aceleração do processo de geração de novos conhecimentos e a intensificação do processo de adoção e difusão de inovações tecnológicas na produção. Nesse contexto, a vantagem competitiva das empresas passa a se relacionar diretamente com sua capacidade inovativa.

Entre as características desse novo padrão de acumulação, Cassiolato e Lastres (2003a, p. 2) destacam a crescente intensidade e complexidade dos conhecimentos desenvolvidos e a sua acelerada incorporação nos bens e serviços produzidos e comercializados, e principalmente, a maior velocidade, confiabilidade e baixo custo de transmissão, armazenamento e processamento de enormes quantidades de conhecimentos codificados.

Além disso e acima de tudo, tem como principal característica os processos de desmaterialização, entendidos pelos autores, como a diminuição absoluta e relativa da importância da parte material usada na produção de bens e serviços.

Dessa forma, as transformações econômicas somadas à teoria do crescimento endógeno, permitem que o local seja percebido como um espaço político privilegiado de resistência, principalmente, em relação aos interesses do grande capital, estruturando-se novos movimentos de revalorização local, de conteúdos variados, como contrapartida de forças sociais que se vêm marginalizadas pela dinâmica globalizante (ALBAGLI, 1999).

A reconfiguração do espaço local tem favorecido o surgimento de novas concepções de desenvolvimento local, baseadas nas mudanças de integração e construção de cadeias produtivas, seja pela sua proximidade física (aglomerações locais), seja pela construção social e cultural da sua estrutura produtiva (formas de inserção no mercado, logística, cooperação, políticas públicas de apoio). Consoante a isso, Diniz (2016) afirma que os fatores como informações, conhecimento, pesquisa e inovação influenciam a capacidade de um local ou de uma região em promover o surgimento de vantagens comparativas no processo de produção.

Em suma, há o destaque para a importância das regiões e a importância da relação entre educação e desenvolvimento, como via de melhorar o desempenho da economia, essencialmente inserida no reconhecimento da capacitação tecnológica como estratégia governamental de criação, adaptação e transferência de conhecimentos para o processo de inovação e inserção competitiva da economia nacional.

A capacidade de gerenciar novos conhecimentos, garante a vantagem competitiva para as empresas, Maculan (2005) destaca que essa capacidade é essencial para se inserir numa economia caracterizada pela mudança tecnológica rápida e permanente. Tal mudança é influenciada por outros fatores, entre os quais, a qualificação dos recursos humanos, as características da demanda, as parcerias

dos usuários, a disponibilidade de infraestrutura pública de pesquisa e um sistema de financiamento dos investimentos na produção de conhecimentos avançados.

O debate sobre desenvolvimento, conforme Cerqueira (2017) nasceu na economia e foi transformado em sinônimo de crescimento ao longo dos anos, tendo sido atrelado ao processo de industrialização, desenvolvimento de tecnologias, crescimento econômico e demográfico, elevação de riquezas, prosperidade financeira, acúmulos de propriedades e bens de consumo. Contudo, reconhece-se que o crescimento econômico é parte indispensável para o desenvolvimento.

A crise econômica da década de 1970, somada ao surgimento do neoliberalismo e do processo de globalização, promove a discussão da crise do modelo de regulamentação macroeconômica promovido pelo fordismo, produção e consumo em massa.

Assim, as propostas macroeconômicas de livre comércio da escola econômica teórica neoclássica, ganham maior destaque com a crise da década de 1970, em contrapartida, surgem os primeiros debates acerca do atraso de crescimento de alguns países. Conforme Cazella (2008), tal fato contraria as análises da teoria neoclássica de que os problemas do desenvolvimento não foram explicados pela teoria do crescimento nem pelas teorias de imperfeições do mercado.

As análises de Perroux sobre os efeitos dos polos industriais de crescimento, e do papel central da empresa motriz para o crescimento desses polos e as diversas concepções de utilização do espaço serviram de base para estudos de regionalização do território. Os polos de crescimento de Perroux passaram a ser utilizados como metodologias e instrumentos de desenvolvimento regional, inclusive, sendo utilizados nos últimos anos com novas concepções entre elas “clusters”, distritos industriais, parques tecnológicos, entre outros.

Assim, a ideia principal da teoria de Perroux (1981, p.25) era que o “desenvolvimento não pode ser impulsionado por meio de iniciativas isoladas e concorrentes, e sim por unidades motrizes e dominantes (empresas, conjuntos industriais)”. O desenvolvimento então, não se dá somente pela presença de unidades dominantes, mas sim, pelo efeito de arrastamento, ou seja, um polo de crescimento só promoverá o desenvolvimento se promover outras comunidades locais.

Ganham destaque estudos sobre os espaços econômicos, que Cazella, Bonnal e Maluf (2009) a respeito relatam que há o reconhecimento do crescimento econômico não homogêneo nos diversos espaços, isso porque as grandes indústrias se instalavam nos centros regionais, onde diversas atividades se organizam em torno da grande indústria. Para os autores:

Esses processos de industrialização e desenvolvimento eram analisados como uma configuração centro-periferia, na qual o centro industrial expressaria o moderno, poderoso e transformador, enquanto a periferia rural e agrícola seria a marca do atraso e do conservadorismo (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p.30).

Com a reestruturação do Estado, por meio do esgotamento da sua capacidade de controle da economia, e do acirramento do processo de globalização, o espaço nacional passa a ser questionado, assim como suas instituições. No Brasil, a Constituição de 1988, em seu Art. 18, garante a autonomia política, administrativa e financeira aos Estados e Municípios pela descentralização, e mecanismos de fortalecimento dos poderes locais por meio da participação, situando assim, o município como espaço real de poder e não como mero executor. Por meio da reestruturação estatal, os estudos sobre desenvolvimento e espaço até então presentes nos debates de geógrafos e economistas, passam a adentrar outras correntes multidisciplinares.

Cazella, Bonnal e Maluf (2009) destacam três fatores que favoreceram a renovação da problemática do desenvolvimento voltada ao território: os estudos dos cientistas sociais italianos para compreender o desenvolvimento das regiões centro e nordeste da Itália (Terceira Itália).

Essas regiões, diferente da região Norte, que possuía a grande empresa hierarquizada de produção em massa, padrão do modelo fordista, apresentavam organização produtiva estruturada em aglomerações de médias e pequenas empresas, com especialização em diversas fases do processo de produção. O foco do sucesso sai da grande empresa e passa a ser o contexto sociocultural da região,

O sucesso dessas regiões está associado às externalidades, induzidas pela divisão do trabalho e também ao contexto sociocultural que favorece ações coletivas fundamentais para a eficiência do processo produtivo. Em particular, as regras e normas sociais que valorizam o trabalho, a mobilidade social e a troca de informações permitiram combinar concorrência e cooperação entre os diversos agentes, ou seja, incentivos individuais e coletivos (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p.31)



Outro fator, foi o fim do modelo de produção em massa fordista, na prática há a flexibilização da produção por meio da redução de investimentos fixos da produção, gerando conforme Lastres e Albagli (1999) enfatizam, modificações das organizações sociais, econômicas e políticas na dinâmica global, Com isso, ocorre maior flexibilidade e especialização das diferentes funções da empresa (pesquisa, produção, administração, marketing, entre outros), maior interligação de empresas (destacando-se os casos de integração entre usuários, produtores, fornecedores e prestadores de serviços) e destas com outras instituições, estabelecendo-se novos padrões de relacionamento entre os mesmos, dando lugar a aglomerações de empresas em busca de custos mínimos.

Dallabrida (2004), contudo, destaca a ênfase nos territórios, no modelo de produção baseado na especialização flexível, devido ao surgimento de uma demanda diversificada e instável, que coloca em xeque os processos de produção em massa nos espaços nacionais. Logo, surge a necessidade de reorganizar o processo de produção, agora com características flexíveis e dinâmicas, a chamada economia de acumulação flexível, que tem como características, a desintegração vertical do processo de produção e a presença de forte aglomeração territorial, a partir da qual se desenvolve uma rede de interação entre os atores sociais.

Por fim, a importância das inovações tecnológicas promovidas pelas regiões, nesse novo contexto de produção é destacada por Lastres e Albagli (1999) como a fase em que há o aprofundamento do nível de conhecimentos tácitos (não codificáveis e específicos de cada unidade produtiva e seu ambiente), implicando a necessidade do investimento em treinamento e qualificação, organização e coordenação de processos, tornando-se a atividade inovativa ainda mais “localizada” e específica, nem sempre comercializável ou passível de transferência.

A respeito da produção de conhecimento e informações promovidas pelas aglomerações produtivas:

As empresas inovadoras não agem de forma isolada, mas interagem com outras firmas num ambiente coletivo que desenvolve uma percepção convergente das restrições e oportunidades mercantis. Considera-se em particular, que os comportamentos inovadores não são globais, mas sim resultados de interações localizadas entre um conjunto de atores que partilham competências específicas e conhecimentos complementares (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p.34).

O sucesso do protagonismo e autonomia dos territórios, para Dallabrida et al.. (2004), se dá por meio da organização socioterritorial e da inovação nos processos, como forma de organização de aprendizagem coletiva. Assim, o território será considerado inovador se “seus atores e instituições são capazes de gerar e incorporar conhecimento para dar respostas criativas aos desafios que se lhes apresentem em cada momento da história” (DALLABRIDA et al., 2004, 51).

Dallabrida (2014) propõe a superação do conceito de desenvolvimento regional para o territorial, ao conceber o desenvolvimento territorial com concepção mais abrangente do desenvolvimento, isso porque o desenvolvimento territorial faz referência a um espaço socialmente construído. Define território como:

Uma fração do espaço socialmente construída através de inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam neste âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos (DALLABRIDA, 2014, p.19).

Com isso, destaca o território como socialmente construído, e coloca em evidência, a organização da sociedade para utilizar os recursos da sua organização produtiva, havendo assim, sistema sociais e ecológicos ativos. Passam também a ser destacados em seus estudos, a importância da governança territorial.

Este estudo adota como conceito de território, o elaborado por Dallabrida (2014) que o define como uma fração de espaço socialmente e historicamente construída por meio de inter-relações econômicas e institucionais dos atores sociais que atuam neste âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas ou corporativas, institucionais e individuais.

A respeito das relações de cooperação, Abromovay (2007) acrescenta ao debate sobre desenvolvimento territorial, o estudo sobre habilidade social, a qual consiste na habilidade de induzir e de obter a cooperação de terceiros onde as organizações dos territórios são consequência dessas habilidades. Contribui também Dallabrida (2014), no debate sobre esse desenvolvimento territorial, ao acrescentar as relações de poder e de motivações.

Para Abromovay (2007, p.5): “os atores não são meros reprodutores das estruturas em que se inserem, mas tem a capacidade de alterar a correlação de

forças dentro de um determinado campo, impondo um novo padrão de relacionamento recíproco com base de sua cooperação”.

O debate em torno da noção de território, para Abromovay (2007), proporciona um avanço nos estudos sobre desenvolvimento, uma vez que é colocado em ênfase nos estudos, a maneira como os diferentes atores sociais, sejam privados, públicos ou associativos, se relacionam no âmbito local. Desenvolvimento é considerado assim, os resultados de como os atores sociais utilizam os recursos materiais disponíveis com base nas interações, o que avança especialmente, no debate sobre crescimento econômico x desenvolvimento.

Para o autor, a noção de território impede a confusão de crescimento econômico com desenvolvimento, isso porque a abordagem territorial exige análises multidimensionais. É também necessário, superar análises econômicas e partir para análises sociais e ecológicas que expliquem essas forças sociais presentes no âmbito local.

Assim, a noção de desenvolvimento sustentável é acrescentada nos estudos sobre desenvolvimento territorial pelo lançamento do Relatório Bruntland (1987), que coloca a sustentabilidade como resultado do desenvolvimento, e conceitua desenvolvimento sustentável como: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração atual levando em conta, as satisfações das necessidades das gerações futuras

Sachs (2008) adota como conceito de desenvolvimento:

Desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre esse requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos (SACHS, 2008, p.13).

Para superar o reducionismo econômico do desenvolvimento, este para Sachs (2008), precisar ter embutido em seu conceito, princípios de igualdade, equidade e solidariedade. E é no princípio da solidariedade, que surge a necessidade de acrescentar ao conceito de desenvolvimento sustentável, a dimensão ambiental, e na solidariedade sincrônica com a geração atual e na solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Os cinco pilares do desenvolvimento sustentável para o autor são:

**Social:** fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva da disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;

**Ambiental:** com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);

**Territorial:** relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;

**Econômico:** sendo a visibilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;

**Político:** a governança política é um valor fundado e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença (SACHS, 2008, p.15).

A importância do local é destacada por Sachs (2008), primeiro pela grande diversidade de configurações socioeconômicas e culturais, o que exclui uma estratégia generalizada de desenvolvimento. Segundo, pois, para que estas estratégias sejam eficazes elas necessitam dar respostas aos problemas e às aspirações da comunidade por meio da superação de problemas que dificultam a utilização de recursos potenciais e ociosos, para assim, liberar as energias sociais e a imaginação.

O território ao longo dos estudos apresentados ocorre, conforme sintetiza Cazella e Carriere (2006), por meio da substituição da ideia de espaço-lugar de desenvolvimento pela ideia de espaço-território. É considerado uma construção social resultante da confrontação dos espaços individuais dos atores em suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais, na qual a formação de um dado território se dá pela integração dos atores sociais a um espaço geográfico onde há a identificação e a resolução de problemas comuns à localidade.

Os projetos nacionais de desenvolvimento devem surgir, de acordo com Sachs (2008):

Gradualmente do diálogo conduzido, tanto em nível local quanto nacional, entre todos os atores significativos do processo de desenvolvimento (governo, camponeses e trabalhadores, empresários, intelectuais e a sociedade civil organizada), com vista a alcançar objetivos negociados e a definir as obrigações contratuais de todas as partes envolvidas (SACHS, 2008, p.87).

Nesse sentido, Cazella e Carriere (2006) contribuem com a teoria das organizações, na qual são elementos constitutivos do desenvolvimento territorial, a configuração organizacional das diversas instituições e o jogo de concorrência entre

as empresas e os diversos territórios. Considera-se assim, o território ao mesmo tempo uma construção coletiva e um recurso institucional.

Dessa forma, a criação coletiva e institucional dos territórios, para os autores, está associada às transformações das propriedades do território-dado na maximização da valorização dos diversos recursos genéricos ou específicos presentes no território. Nesse sentido, se dá a importância do processo de interiorização dos Institutos Federais no interior do país.

Para Suzigan e Albuquerque (2011), o processo histórico das interações entre universidades e empresas no Brasil é relativamente novo, e o padrão de interações vigentes é insuficiente para inserção da economia nacional na dinâmica de crescimento econômico atual, baseada nas capacidades inovativas. Destaca então, que ainda é necessário no país, um longo e complexo processo de aprendizagem e acumulação de conhecimentos científicos e de competência tecnológica para efetivar as interações entre setor produtivo, governo e as instituições de ensino e pesquisa.

### **2.1.1 A Relação entre Educação e Desenvolvimento**

O conceito de desenvolvimento vinculado ao crescimento econômico se fez pertinente durante muito tempo, tendo sido atribuído ao longo dos anos, o papel da educação para o atingimento de certos fins entre eles, o crescimento econômico dos países.

Ao analisar os estudos principais acerca dos papéis atribuídos à educação como propulsora do desenvolvimento, principalmente, o econômico, observa-se que a educação passa a ser vista como uma variável política capaz de promover o crescimento da renda por meio da qualificação da força de trabalho. Passando assim, pelo reconhecimento da força de trabalho como um fator gerador de produção, no qual, o processo constante de modernização da produção intensifica esse papel.

Contudo, entende-se que a relação entre educação x trabalho x desenvolvimento apesar de ser quase que automaticamente associada ao crescimento econômico, é uma relação permeada por contradições. A partir da análise da economia política marxista, a categoria trabalho é fundante do ser social e conforme Netto (2011, p.44) “o trabalho não transforma apenas a matéria, implica

mais a relação sociedade/natureza, implica interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e sua organização”, ou seja, para o autor, foi por meio do trabalho que a humanidade se constituiu.

O trabalho é então, elemento fundamental para a organização e funcionamento das sociedades, sua organização tem como marco histórico a divisão social do trabalho, a partir dela, surgem as profissões e funções ocupacionais. Conforme Manfredi (2017), as profissões surgem pela necessidade de atendimento às necessidades promovidas pelas constantes transformações dos processos produtivos (técnicos-organizacionais), assim como, pela crescente diversidade e complexidade das funções de comando, controle, defesa e preservação social.

Essas constantes e complexas alterações nas relações de produção, denotam grande influência nas especializações profissionais por meio de processos que qualificam/desqualificam o trabalho realizado, ou seja, o trabalhador precisa se adequar às transformações no processo de produção. Frente a isso, a qualificação do trabalhador para aquisição de novos conhecimentos e habilidades se torna uma necessidade.

Portanto, é nesse contexto que a educação se inter-relaciona com o trabalho, no atendimento de uma demanda que surge no mundo do trabalhador. Para Manfredi (2017), o surgimento de postos de trabalhos é regulamentado pelo próprio mercado de trabalho, ou seja, pelo mercado de oferta de empregos e pela demanda de empregos. As condições de emprego então, dependem muito mais de mecanismos estruturais do que de processos educativos. Para tal:

A educação, como processo social, não gera trabalho nem emprego. Novos postos de trabalhos e o aumento do número de empregos dependem, por um lado, de processos estruturais de organização da produção, da estrutura do mercado de trabalho, da estrutura ocupacional e dos mecanismos macroeconômicos e políticos que regulam o funcionamento das economias capitalistas nos âmbitos nacional e internacional. Portanto, mecanismos de crescimento econômico, como políticas de desenvolvimento, de criação de novos empregos, de distribuição de renda (entre outras), é que são responsáveis pela criação de novos postos de trabalho e até novas ocupações (MANFREDI, 2017 p. 32).

Gomez et al.. (2012) destacam que os “processos de conhecimento e de educação constitutivos e constituintes na e da sociedade foram se pautando cada vez mais pelos critérios mercantis” (p.11), o que acaba por gerar processos formativos cada vez mais pragmáticos e restritivos, pois para a manutenção do

modelo de produção, os meios de produção exigem uma constante renovação das condições do processo produtivo e a formação profissional então passa a ser elemento fundamental da produção e reprodução do trabalho.

Ao ser o motriz da organização das sociedades, a categoria trabalho acaba por ser objetivo das políticas governamentais como forma de normatizar e controlar seu funcionamento como atividade social por meio da regulamentação, controle, distribuição e a alocação de postos de trabalhos. É a partir deste pressuposto, que se afirma o papel da escola como aparelho ideológico do estado, uma vez que é a reprodução das estruturas econômicas, culturais e sociais.

Para Manfredi (2017), a educação, em especial a educação profissional, é então uma prática profissional que está condicionada e determinada, e não condicionante de qualificação social para o trabalho.

As relações entre escola e trabalho se dão em um contexto histórico de movimentos contraditórios, pois ao mesmo tempo em que vivemos com grandes transformações no campo da tecnologia, da ciência, das formas de comunicação, convivemos também com o aumento do desemprego, da diversificação das especializações, com a redução das oportunidades de emprego estável, enfim, um movimento de ressignificação da importância da educação e da escola, associado a um movimento de redução de emprego e requalificação do trabalho assalariado (MANFREDI, 2017, p. 36).

Não é propósito deste estudo, realizar uma análise detalhada sobre a relação entre trabalho, educação e desenvolvimento. Pretende-se, contudo, indicar alguns elementos considerados relevantes para num momento seguinte, analisar suas repercussões na construção da educação profissional no Brasil, entre eles, o papel social da educação.

Primeiramente, por meio da análise da Teoria do Capital Humano, partindo dos estudos de Frigotto (2010a) que tal teoria formulada e reformulada na economia neoclássica, constitui nas palavras do autor, numa teoria do desenvolvimento e numa teoria da Educação, sendo disseminada principalmente em países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil.

Frigotto (2010a) considera que a educação assume um papel nas teorias do desenvolvimento, pois passa a ser concebida como “produtora de capacidade de trabalho, potenciadora de trabalho, e por extensão, potenciadora de renda, um capital (social e individual), um fator de desenvolvimento econômico e social” (2010a, p.26). Acrescenta ainda, outro sentido atribuído à teoria da educação, a

ação pedagógica, na qual a prática escolar se reduz a uma “questão técnica” cuja função da escola é instrumentalista e funcional, “de ajuste a pré-requisitos de uma ocupação no mercado de trabalho de uma dada sociedade” (2010a, p.26).

De acordo com Cunha (1980), as principais teorias econômicas, a partir dos anos 1950, passam a atribuir a incorporação de novos contingentes à força de trabalho, ao crescimento da renda nacional dos países. Essa atribuição ganha maior força com o processo de modernização, aqui entendido como processo de industrialização.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, onde, a economia norte americana passa a ser referencial, percebe-se que em alguns países, a falência das fábricas era constante, sendo que a justificativa assentava-se principalmente nas diferenças educacionais, “uns países tinham população suficientemente educada para a sociedade “moderna”, enquanto outros tinham população deseducada, capaz apenas de viver a “sociedade tradicional (CUNHA, 1980, p.18).

Nesta análise de estudo, acrescenta Manfredi (2017) que escola apesar de fazer parte de diversas civilizações ao longo dos anos, os sistemas de ensino são produtos do desenvolvimento do processo do modo de produção do capitalismo industrial. Segundo a autora, “a expansão do capitalismo industrial, durante os últimos séculos, criou a necessidade da universalização da escola como agência social de preparação para a inserção no mundo do trabalho” (MANFREDI, 2017, p.29).

A teoria do Capital Humano de Theodoro Shultz, ganha destaque nesse contexto de entender e justificar as desigualdades de crescimento entre as regiões. A teoria de Shultz (1973) relaciona os ganhos de produtividade por meio de investimentos em capital humano, ou seja, há uma relação intrínseca entre educação e desenvolvimento econômico. O autor considera que:

A aplicação de recursos na educação tem as mesmas características do investimento que eleva a produtividade e os lucros das empresas”, ou seja, para o autor era possível atribuir uma taxa de retorno do investimento em educação, assim como observados nos demais fatores como máquinas, implementos ou matéria-prima. Nesse contexto “as escolas podem ser consideradas empresas especializadas em “produzir” instrução. A instituição educacional, que congrega todas as escolas, pode ser encarada como uma indústria (SCHULTZ, 1973, p.19).



Frigotto (2010b) considera então, a teoria de Capital Humano muito mais identificável como uma teoria de modernização do que como uma teoria voltada para os estudos sobre o desenvolvimento capitalista.

O enigma da teoria de Schultz era descobrir o “germe”, a “bactéria”, o fator que pudesse explicar, para além dos usuais fatores A (nível de tecnologia), K (insumos de capital) e L (insumos de mão de obra), dentro da forma geral neoclássica de Cobb Douglas, as variações do desenvolvimento e subdesenvolvimento entre os países. Schultz notabiliza-se com a “descoberta” do fator H, a partir do qual elabora um livro sintetizando a “teoria” do capital humano (FRIGOTTO, 2010b. p.44).

Para Frigotto (2010a), além de explicar as desigualdades de desenvolvimento entre as nações, a teoria de Capital Humano postulava explicar também, as desigualdades individuais, para tal, o fraco investimento em educação, tida como *gérmen* gerador de capital humano. Dessa maneira, “maior investimento social ou individual em educação significaria maior produtividade e, conseqüentemente, maior crescimento econômico e ascensão social do ponto de vista individual” (FRIGOTTO, 2010, p.35).

Realizar uma análise acerca da justificativa das desigualdades sociais propostas pela Teoria de Capital Humano, se torna importante para aprofundar o papel da educação proposto pela teoria, assim como, em relação às transformações no mundo do trabalho, e conseqüentemente, da educação.

Cunha (1980) analisa o papel atribuído à educação pelo pensamento liberal, ao relacionar os princípios gerais do liberalismo com a educação, são eles: o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia. A autora parte do princípio do individualismo, no qual, o indivíduo enquanto sujeito deve ser respeitado por possuir aptidões e talentos próprios, atualizados ou em potencial, somado ao princípio da liberdade (individual, econômica, intelectual, política, entre outras).

Assim, cabe ao Estado possibilitar o desenvolvimento de suas aptidões, é por meio dessa oferta que se legitimam e sancionam a sociedade de classe, pois o indivíduo tem a liberdade e condição necessária para atingimento de posição social, em virtude de suas aptidões.

O princípio da propriedade vem legitimar e repudiar qualquer tentativa de redistribuição de propriedade, pois são o trabalho e o talento elementos da ascensão social e de aquisição de propriedades, pois todos têm igualdade perante a lei,

igualdade esta (princípio da igualdade) que não deve significar igualdade de condições materiais. Conforme Cunha (1980, p.31): “assim como os homens não são iguais em talentos e capacidades, também não podem ser iguais em riqueza”.

Assim, os princípios liberais atribuem ao trabalho à forma de ascensão social, por meio do desenvolvimento de aptidões e capacidades individuais, justificando assim, não somente as desigualdades individuais, mas também as desigualdades das sociedades, pois o pensamento liberal evoca o princípio da democracia no qual todos têm o direito de participar do governo através de representantes, uma vez que, “cada indivíduo, agindo livremente, é capaz de buscar seus interesses próprios e, em consequência, os de toda sociedade” (CUNHA, 1980, p.33).

Paralelamente, as mudanças advindas dos modos de produção (trabalhador manual fabril para o trabalhador intelectual, na qual o conhecimento passa a ser adquirido por ele próprio), alteram também as relações sociais do trabalho.

Segundo Antunes (2009), a redução de postos de trabalho nas fábricas, a intensificação da jornada de trabalho e a expansão de atividades que necessitam de maior dimensão intelectual, fazem com que o trabalho, e a categoria de valor analisada por Marx, sejam amplamente criticadas. Uma vez que o trabalho deixa de ser mensurável pelos padrões e normas pré-estabelecidas, e essa impossibilidade de mensuração passa a ser analisada como capital imaterial.

Ao realizar a análise da crítica da teoria do capital imaterial produzida a partir da teoria de Capital Humano, Antunes (2009) defende o pressuposto de que as formas de trabalho imaterial acabam por expressar distintas modalidades de trabalho vivo (trabalho material):

Na fase laborativa em que o saber científico e o saber laborativo mesclam-se ainda mais diretamente, à potência criadora do trabalho vivo assume tanto a forma (ainda dominante) do trabalho material como a modalidade tendencial do trabalho imaterial. Isso porque a própria criação do maquinário informacional mais avançado é resultado da interação ativa entre o saber do trabalho (intelectual) dos trabalhadores que atuam sobre a máquina informatizada, transferindo parte de seus atributos ao novo equipamento que resultou desse processo, objetivando atividades subjetivas (ANTUNES, 2009, p.254).

Para o autor, é nesse contexto de modernização da produção, que a teoria do Capital Humano, orienta a construção de uma força de trabalho cada vez mais complexa, necessitando assim, de um trabalhador multifuncional, em consonância com a nova empresa enxuta, flexibilizada e toyotizada, em que a força de trabalho é

explorada de maneira ainda mais intensa e sofisticada, material e imaterialmente, quando comparada à fase taylorizada-fordizada (ANTUNES, 2009).

Em consonância, para Ioschpe (2016), a teoria do capital humano afirma que as competências adquiridas nas escolas aumentam a produtividade do trabalhador, baseada em outras teorias, entre elas as de Nelson e Phelps, as quais propõem que a educação facilita a adoção de novas tecnologias.

Afirma ainda, que Schultz complementa essas teorias “com a ideia não muito diferente de que o valor da educação está em lidar com situações de desequilíbrio, mudança e ruptura” (IOSCHPE, 2016, p.58).

Entra em cena um novo perfil de trabalhador que necessita se adaptar cada vez mais à flexibilidade da produção, e conceitos como o de competência passam a ser empregados na nova formação, cabendo ao trabalhador possuir um conjunto de conhecimentos e aptidões que estão materializados nos indivíduos e serão transmitidos para o processo produtivo. Ramos (2002) conceitua como:

Propriedades instáveis dentro e fora do exercício do trabalho. Significa dizer que uma gestão fundada na competência encerra a ideia de que um assalariado deve se submeter a uma validação permanente, dando constantemente provas de sua adequação ao posto, de seu direito a uma promoção ou a uma modalidade promocional (p. 194).

Ramos (2002) afirma que o trabalhador nesse cenário de modernização do modo de produção, assume tarefas que necessitam de competências além da técnica. Ele deverá possuir competência para gerir os eventos que a tecnologia apresentar e eventuais problemas operacionais, ou seja, “aquilo que ocorre de maneira particularmente imprevista, surpreendente, vindo perturbar o desenvolvimento normal do sistema de produção, ultrapassando a capacidade automatizada de assegurar sua auto-regulação” (p. 177).

Esse novo modelo de capital, o capital intelectual, passa a ser colocado como investimento, e cada trabalhador passa a ser empreendedor de si próprio. Contudo, entende-se que a ocupação do trabalhador no mercado de trabalho não depende somente de suas habilidades e conhecimentos, mas sofrem interferências diretas e indiretas da divisão de classes (etnias, gêneros, idade, renda).

Nesse sentido, o capital humano como investimento, conforme preconiza a teoria, acaba por ser considerado um bem de consumidor, e ao mesmo tempo um

bem de produtor, uma forma de capital, na qual cada trabalhador passa a ser empreendedor de si próprio.

Percebe-se que o papel atribuído à educação é o de fornecer por meio do papel social do Estado, condições de desenvolvimento individual de suas aptidões e talentos, portanto, o respeito aos princípios liberais e o reconhecimento e reprodução das desigualdades sociais. Pires (2005) considera que o capital humano, mesmo que conte com apoio de recursos públicos, é individual, inseparável e intransferível, diferente das demais formas de capital.

Embora a educação seja, em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfação às pessoas no momento em que obtêm um tipo de educação, é primordialmente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como agente produtivo. Dessa forma, uma parte sua é um bem de consumidor aparentado com os convencionais bens duráveis, e outra parte é um bem de produtor. Proponho, por isso mesmo, tratar a educação como um investimento e tratar suas consequências como uma forma de capital. Dado que a educação se torna parte da pessoa que a recebe, referir-me-ei a ela como Capital Humano (SCHULTZ, 1973, p.79).

Dessa maneira, segundo Schultz (1973), ao pressupor-se que investimento vire capital, propõem-se a mudança de concepção entre consumo e investimento. Ao analisar a construção histórica e contraditória do consumo como investimento, Ruiz (2009) analisa, principalmente, as despesas da educação como investimento. Descreve que a primeira tentativa do autor da teoria do Capital Humano foi a de distinguir quais gastos eram para consumo e quais gastos poderiam ser considerados investimentos.

No começo dos anos 1960, no entanto, Schultz tentava uma resposta à pergunta de como diferenciar entre gastos em consumo e gastos em investimentos. A primeira proposta foi pensar em três classes de gastos: a) as despesas que satisfazem as preferências do consumidor e que, de forma nenhuma, aumentam as capacidades em discussão, despesas estas que representam consumo puro; b) as despesas que aumentam as capacidades e que não satisfazem nenhuma preferência subjacente ao consumo pelo que representam então, puro investimento; e c) as despesas que têm os dois efeitos, o de ser em parte consumo e em parte investimento (RUIZ, 2009, p.221).

Ioschpe (2016) considera a tentativa de explicar tanto a redução da relação capital e produção como o aumento rápido da renda sobre a soma dos produtos

(fatores da produção: capital, horas trabalhadas e terras). Para Ruiz (2009), os teóricos do capital humano consideravam que a maioria das atividades de consumo era vista tanto como consumo como investimento.

A tentativa de medir a formação de capital a partir dos gastos em investimento humano acabava sendo mais complexa do que medir investimentos em bens materiais. Grande parte então, inicia suas tentativas nos estudos dos rendimentos em educação, ou seja, as despesas em educação seriam então despesas de consumo puro ou puro investimentos?

Schultz (1973) considera então, que as despesas da educação faziam parte da terceira classe de gastos, portanto, parte consumo e parte investimento, pois as despesas para satisfazer necessidades específicas do indivíduo não influenciavam no aumento de suas capacidades futuras para aquisição de renda (despesas para atendimento de satisfação não poderiam ser considerados como investimentos).

Para Ruiz (2009), essa categorização dificultava ainda mais a determinação de proporções que as despesas em educação faziam mais parte de um consumo ou um investimento, pois as despesas devem se adequar as normas que discriminam o que é gasto e o que é um investimento, ou seja “quem gasta deve obedecer a uma ordem normativa/valorativa externa – imposta por “outro”, determinada pelo estado” (RUIZ, 2009, p.226).

Precisa-se considerar, como já citado antes, fatores que condicionam a aplicabilidade e efetividade desse investimento, loschpe (2016) afirma que assim como os demais serviços, a educação possui uma demanda e uma oferta / preço e uma quantidade que são controladas pelo mercado, a regulamentação dessa demanda e oferta em educação se dá por meio das políticas sociais.

No mercado educacional, a diminuição do valor é atenuada pelo fato de que quanto mais pessoas educadas houver no mercado, mais produtivas elas tendem a ser por causa de seu contato com outras pessoas instruídas e competentes, e mais seu valor (seus salários e, por conseguintes, o retorno à educação) tende a subir (IOSCHPE, 2016, p.76).

Contudo, partindo da análise a partir do materialismo histórico dialético, percebe-se que a teoria do capital humano, baseada nos estudos, particularmente, de Frigotto (2010a, 2010b), Gomez et al.. (2012), Pires (2005) reduz a política de educação a uma variável de produção. Considera Frigotto (2010a, p.27), que foi elaborada e concebida a partir do método “positivista que considera as relações

sociais do capital como dados, produtos naturais, ou simplesmente, como relações técnicas a teoria do capital humano acaba por se constituir numa análise a-histórica”.

Surge com a sociedade de classes e se desenvolve dentro e na defesa dos interesses do capital, nela há a redução de conceitos (homem, trabalho, classe e educação), e a teoria evidencia o caráter de classe, como exemplifica Pires (2005, p. 40):

O mercado, como forma de organização da produção e distribuição da riqueza e de sustentação de um tipo de sociabilidade, sem questionamento aos fundamentos ideológicos e às razões históricas dessa configuração das sociedades [...]. Discute-se a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas governamentais, das decisões individuais, da gestão dos aparelhos, etc. procurando avaliar sua contribuição para a melhoria da situação economia dos indivíduos, grupos sociais e nações.

Dessa forma, de acordo com Frigotto (2010b), a educação e a formação humana são definidas a partir das necessidades (as demandas do processo de acumulação capitalista sobre as diferentes formas históricas de sociabilidade). Em outras palavras, serão subordinadas pela esfera privada e por sua reprodução, sendo um produto histórico que, no entanto, deveriam conceber a realidade como (p.31):

Uma estrutura, uma totalidade de relações onde, em sua unidade diversa, o conjunto de relações sociais e economias, por serem imperativas na produção da vida material dos seres humanos, constituem-se na base a partir da qual se estrutura e se condiciona a vida social no seu conjunto.

Em suas obras, Frigotto (2010a) impele-se em demonstrar o caráter ideológico da teoria do capital Humano e suas consequências para a educação brasileira. Considera que a prática educativa é mediada por diversas contradições, na qual o modo de produção capitalista no limite da “improdutividade, a desqualificação do trabalho, normalmente, considerada um desvio, para o autor, “irracionalidade e ineficiência” da teoria do capital humano, acabam por constituir uma mediação produtiva para o mercado.

Sua superação se dá por meio da adoção do método histórico-dialético, método que permite ser “um instrumento de produção do conhecimento real e instrumento de intervenção prática” (FRIGOTTO, 2010a, p.65). Partindo dessa linha de análise sobre a teoria de capital humano, este estudo adota como base a análise

que considera apesar das principais críticas, as quais se baseiam, principalmente, no caráter ideológico da escola como potenciadora de trabalho, que acaba por não representar uma relação direta com o aumento da renda, mas sim, um mecanismo ideológico de exploração. Acredita-se que a escola

Ainda que contraditoriamente por mediações de natureza diversa, insere-se no movimento geral do capital e, neste sentido, a escola se articula com os interesses capitalistas. Entretanto, a escola, ao explorar igualmente as contradições inerentes à sociedade capitalista, é ou pode ser um instrumento de mediação na negação destas relações sociais de produção. Mais que isso, pode ser um instrumento eficaz na formulação das condições concretas da superação destas relações sociais que determinam uma separação entre capital e trabalho, trabalho manual e intelectual, mundo da escola e mundo do trabalho (p.35).

Assim, a educação deve ser antes de tudo libertadora, deve ser concebida como uma prática social, humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais, sendo ela mesma uma forma específica de relação social. Mészáros (2005) em sua obra “A educação para além do capital”, reconhece que a escola se tornou uma peça do processo de acumulação capitalista e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes.

Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a essa dinâmica, da mesma forma que em uma sociedade em que se universalize o trabalho – uma sociedade em que todos se tornem trabalhadores, somente aí se universalizará a educação (MÉSZÁROS, 2005, p.17).

Reconhece assim, a importância da educação para mudanças objetivas da reprodução capital, partindo também da análise do materialismo, em que a transcendência da autoalienação promovida pelo trabalho é inevitavelmente, uma tarefa da educação. Não podendo assim haver uma solução efetiva para a autoalienação do trabalho sem que se promova a universalização do trabalho e da educação.

## **2.2 Caminhos e Descaminhos da Política de Educação Profissional no Brasil**

A política de educação no Brasil, assim como em demais países da América Latina influenciados pelo processo de modernização da economia, sofreu ao longo

dos anos influência direta de órgãos internacionais, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial, e FMI, e principalmente, a CEPAL<sup>1</sup>, responsável pelas primeiras orientações na política educacional do país.

A CEPAL apresenta em seus princípios, o seu posicionamento sobre o conceito de desenvolvimento econômico para a América Latina, entendido como uma tentativa de elevar a renda *per capita* nível. Tal renda é conquistada por uma taxa de crescimento da economia, na qual o aumento da taxa depende dos principais fatores: a capacidade de produzir um excedente sobre o consumo atual das necessidades e empregar esse excedente de forma eficaz na expansão e melhoria capacidade produtiva por meio da formação de capital; a disponibilidade de uma força de trabalho devidamente treinada e móvel; a expansão de mercados para absorver o crescente volume de produção; o desenvolvimento de órgãos privados orientados para políticas de crescimento econômico; e por último, a capacidade e disponibilidade da economia para absorver avanços adequados ao seu estágio de desenvolvimento econômico.

A Cepal elabora em 1962, um documento denominado “*Desarrollo Económico y Educacion en América Latina*”, acerca da importância da educação para a economia, tendo como pressuposto a teoria do capital humano, para isto, elenca inicialmente os principais problemas econômicos dos países da América Latina e dos problemas de crescimento apresentados pelas economias da região à época:

Particular atenção tem sido dada ao baixo coeficiente de investimento e à estrutura defeituosa da formação de capital para o aumento da capacidade produtiva, a extrema desigualdade de distribuição de renda, o complexo problema da defasagem na economia rural, o insuficiente desenvolvimento industrial, o atraso do desenvolvimento tecnológico, a escassez de receita tributária para a prestação de serviços sociais e formação básica de capital pelo setor público e a vulnerabilidade e limitações impostas às economias latino-americanas pela estrutura de produção e de comércio exterior, e pelo poder de compra inadequado do último (CEPAL, 1962, p.74).

---

1A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. Mediante a resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, o Conselho decidiu que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social (CEPAL, 2009).



De acordo com a análise de Pereira (1974), sobre o documento do CEPAL “*Desarrollo Económico y Educacion en América Latina*” o papel promovido pela educação para o desenvolvimento econômico do país pode ter diferentes efeitos sobre a economia, varia de acordo com o desenvolvimento e o equilíbrio que se mantem entre eles, explica o autor:

Pode retarda-se o desenvolvimento econômico tanto quando o sistema de educação não prepara um número suficiente de graduados para determinadas ocupações como quando se capacita um número excessivo (PEREIRA, 1974, p. 70).

Fica claro no documento, a ênfase na relação da tomada de decisão política com o crescimento futuro dos países, de modo especial, pela necessidade de planificação de medidas de políticas econômicas e sociais que possuam objetivos concretos e realizáveis de desenvolvimento a serem alcançados a curto prazo. Pois, somente com a planificação das medidas poderão os países mobilizar eficientemente todos os recursos nacionais para obter o quanto antes, o aumento da renda que permita elevar a formação de capital e aumentar a capacidade produtiva.

O documento estabelece ainda, a formação da mão de obra profissional e técnica como papel principal da educação para o desenvolvimento. Contudo, acrescenta outros papéis importantes da educação, entre eles, a aceitação tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, mudanças nos padrões de consumo, propensão à poupança, adaptabilidade às mudanças econômicas e a participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas do desenvolvimento.

Uma das orientações dos organismos internacionais para a política de educação dos países da América Latina, é denominada por Pereira, como uma forma de “harmonizar a programação do desenvolvimento econômico e o planejamento educativo” (PEREIRA, 1974, p.74).

Isso porque estabelece diretrizes nas quais os serviços educativos devem prover conhecimento científico e evolução cultural que favoreçam o crescimento da produção e a melhoria de vida dos habitantes.

A melhoria de vida dos habitantes é colocada em destaque, no entanto, é clara a tentativa de desvinculação da responsabilidade da economia para o bem-estar, e a vinculação da responsabilidade da melhoria de vida a valores e ações dos governantes dos países.

Economistas concordam que o objetivo principal desenvolvimento econômico deve ser o de melhorar os padrões de vida, mas muitos deles salientam que a economia sozinha não pode fornecer a resposta final para tal problemas como uma boa distribuição de renda, alocação adequada de recursos educação e outros serviços sociais, ou os padrões necessários para satisfazer as necessidades básicas do homem em termos de comida, vestuário e habitação. No entanto, embora as soluções para esses problemas sociais possam depender de valores, programação econômica - cujo principal objetivo é ver que a alocação de recursos promove esses objetivos - deve levar em consideração das muitas inter-relações entre o bem-estar humano e a capacidade produtiva (CEPAL, 1962, p.87).

Assim, o documento orientador destaca a importância da integração das políticas sociais (neste caso, a educacional) e econômicas, de modo que, o bem-estar (os padrões de vida) passa a ser um objetivo em si mesmo do desenvolvimento. E acima de tudo, fará parte do processo de orientação do sistema econômico e institucional, de modo a garantir um desenvolvimento estável, e para que, o desenvolvimento possa ser autossustentável.

Do ponto de vista econômico, o documento do CEPAL, orienta então para a expansão da educação primária, sem desvio de recursos para outros níveis de educação, pois considera a educação primária prioridade em um país que está “iniciando” seu desenvolvimento:

O alto valor econômico de uma educação primária efetiva para todas as crianças podem ser tomadas como garantidas sociais e econômicas. Essa educação fornece ao indivíduo o mínimo para participar na vida da economia moderna como produtor e consumidor e para receber treinamento, seja na escola ou no trabalho. Mesmo a mão de obra não qualificada tem um muito mais alto nível de produtividade e adaptabilidade em um país com alfabetização universal do que aquela em que tal trabalho é geralmente analfabeto (CEPAL, 1962, p.62) tradução própria.

A Cepal analisa os benefícios econômicos que se obtém a partir da educação primária, pois considera que tal educação proporciona melhorias para toda a população, permite aos indivíduos ferramentas mínimas para participar da nova economia moderna seja como produtor seja como consumidor. Além de preparar os indivíduos para receber a formação profissional na escola ou no trabalho mesmo.

Com o documento, há a ênfase da educação técnica e profissional, em especial, pela necessidade de adaptabilidade aos avanços tecnológicos e aos padrões de consumo. De acordo com Pereira (1974), a educação é concebida ao mesmo tempo como: “um direito humano, um bem de consumo, um instrumento

para transmitir ou modificar valores de uma sociedade e um meio de elevar a produtividade” (p. 70). Complementa:

O serviço educativo deve prover o país de conhecimentos técnicos e de um grau de evolução cultural favorável ao crescimento da produção e o melhoramento de nível de vida de seus habitantes (PEREIRA, 1974, p.74).

Para Bernartt (2011), a recomendação da Cepal na integração da educação com o plano de desenvolvimento do país, se dá principalmente pela fixação de metas específicas para evitar desperdícios de investimentos. Metas estas, vinculadas às exigências da economia e às de promoção do nível cultural da população do país, prescindindo de sua vinculação com o processo produtivo do país, e também, pela quantificação de recursos destinados aos setores específicos da educação. Recomenda-se assim, gastos com a universalização do ensino primário, em detrimento da educação de nível superior, entre as razões, estão os altos custos de investimento, o “desperdício” por formar mão-de-obra “intelectual desempregada” e por fim, o perigo se os egressos passassem a pressionar pela obtenção de empregos não-produtivos.

Em suma, sobre a construção histórica da educação no Brasil com destaque para a educação profissional, observa-se que é nesse contexto de universalização do ensino inicial, que o sistema escolar brasileiro, por orientações e pelo próprio contexto político econômico da época, vincula suas diretrizes da educação à ordem econômica.

### **2.2.1 História da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**

Como ressalta Cunha (2005a), desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastaram do trabalho artesanal e do trabalho manufatureiro a força de trabalho livre:

O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões etc. afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo, o que era da maior importância diante de senhores/empregadores, que viam todos os trabalhadores como *coisa sua*. Por isso, entre outras razões, as corporações de ofícios (irmandades ou “bandeiras”) não tiveram, no Brasil Colônia, o desenvolvimento de outros países. Com efeito, numa sociedade em que o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica “contaminava” todas as

atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos. Homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambiguidades de classificação social (CUNHA, 2005a, p.16).

Manfredi (2017) acrescenta ainda, que esse fato alterou as construções sociais das representações sobre trabalho como atividade social e humana, de modo que, todo e qualquer trabalho com emprego de esforço físico e manual consistiria em um “trabalho desqualificado”.

Cunha (2005a) destaca que o trabalho manual se tornava, então, “coisa de escravos” ou da “repartição de negros” e, por uma inversão ideológica, os ofícios mecânicos passavam a ser desprezados, como se houvesse algo de essencialmente aviltante no trabalho manual. Essas representações de trabalho, desde a colonização, irão marcar a dicotomia trabalho manual x trabalho intelectual.

A trajetória da educação profissional brasileira é marcada assim, pelo viés assistencialista e dualista, uma vez que representou a dualidade da distribuição de renda, e, por conseguinte, a divisão de classes da sociedade brasileira. Nesta revisão da literatura, observa-se que as origens da Educação Profissional no Brasil se iniciam no período monárquico com a criação do Colégio das Fábricas (1809) os quais tinham como objetivo amparar crianças e adolescentes abandonados.

Com a passagem de colônia para sede do Reino Português, de acordo com Caires e Oliveira (2016), se inicia no Brasil a implantação de atividades e indústrias com fim de subsidiar o comércio. Em 1809, é criado o Colégio das Fábricas, o que se deu a partir da permissão de instalação de indústrias no Brasil. Contudo a implantação não ocorreu na velocidade esperada, assim, o Colégio das Fábricas funcionou apenas até o ano de 1811. Conforme Cunha (2000a, p. 76): “a existência de um estabelecimento de aprendizagem manufatureira desligada da produção dificultava o cumprimento de sua função formativa”.

O Colégio das Fábricas representa, em ordem cronológica, o primeiro estabelecimento que o poder público instalava em nosso país, com a finalidade de atender à educação dos artistas e aprendizes, os quais vinham de Portugal atraídos pelas oportunidades que a permissão da indústria criara no país.

Contraditoriamente, as primeiras instituições públicas fundadas no país, foram destinadas ao ensino superior, para formação de pessoas para exercerem funções públicas no exército ou na administração, em especial, nas funções de preparação

de pessoal especializado em guerra, produção de mercadorias e prestação de serviço, são elas:

No Rio de Janeiro, foram criados a Academia de Marinha e as cadeiras de anatomia e de cirurgia (em 1808); a Academia Real Militar (em 1810); o curso de agricultura (em 1814); o curso de desenho técnico (em 1818); a Academia de Artes (em 1820). Na Bahia, foram criados as cadeiras de cirurgia e de economia política (em 1808); o curso de agricultura (em 1812); o curso de química (em 1817). Outras cidades abrigaram, também, instituições de ensino superior, como a cadeira de matemática superior, criada em Recife ou Olinda, em 1809; a cadeira de desenho e história, em Vila Rica, em 1817 (CUNHA, 2005a, p.69).

Para Cunha (2005a), há assim, um cruzamento de instituições de ensino com destinação social já definida aos seus formandos. Em 1874, é criada no estado do Rio de Janeiro, a Escola Politécnica, oriunda da Escola militar a qual tinha como objetivo formar engenheiros e oficiais militares. Observa-se que surge no país inicialmente o ensino superior, e as demais modalidades de ensino (primário e secundário) foram criadas posteriormente.

Essas instituições de ensino possuíam de acordo com Manfredi (2017) um caráter propedêutico, serviam dessa maneira, de cursos preparatórios para o ingresso na universidade. Ao mesmo tempo, o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do ensino secundário e do ensino superior, que tinha como objetivo formar uma força de trabalho diretamente ligada à produção, denominados de artífices, eram ministradas nas academias militares (Exército e Marinha), liceus de artes e ofícios e em algumas entidades filantrópicas.

Pela antiga proibição de funcionamento a estabelecimentos industriais, somada à discriminação sofrida pelos trabalhos manuais, havia nesse contexto pouca mão de obra em diversas ocupações no país.

Conforme Pires e Oliveira (2016, p.30): “a solução encontrada foi à adoção de aprendizagem compulsória, destinada às crianças e aos jovens socialmente excluídos, ou seja, pobres, órfãos e desvalidos”, tendo sido inicialmente ofertada nos centros militares de ensino e posteriormente, no interior das fábricas.

Em 1840 e 1856 foram criadas as casas de educando de artífices, o Estado envolvia o trabalho e a aprendizagem compulsória, sempre que um grande empreendimento manufatureiro necessitava de mão de obra. O Estado convocava,

compulsoriamente para o trabalho e para a aprendizagem, os desvalidos e excluídos da sociedade (MANFREDI, 2017).

No período inicial da República, a educação continua a representar a própria dualidade da sociedade brasileira, consubstanciada em uma acirrada e desigual distribuição de rendas, que se reflete em uma também desigual distribuição do conhecimento (OLIVEIRA, 2003, p.30).

As casas de artífices oficializavam a dualidade da educação brasileira, para os filhos das famílias ricas e influentes (escola secundárias e escolas de ensino superior) e para o restante da população (escolas de profissionalização), posteriormente foram criados os seminários de órfãos. Descreve Fonseca (1986, p.76).

Num antigo convento da Bahia, que havia pertencido aos jesuítas e que se achava em ruínas, edificou-se, em 1819, o Seminário dos Órfãos, e como ele estava próximo do Trem daquela Capitania, achou-se útil que os asilados fossem ali aprender as artes e os ofícios mecânicos. Era o início de uma longa série de estabelecimentos destinados a recolher órfãos e a dar-lhes ensino profissional. Ainda não encontramos em nossa história nenhum outro com esta finalidade. Mas daqui por diante, pelo espaço de mais um século, todos os asilos de órfãos, ou de crianças abandonadas, passariam a dar instrução de base manual aos seus abrigados.

O desenvolvimento e a expansão do ensino em ofícios representam um marco importante para o ensino profissional, como sendo a educação a ser ministrada aos abandonados, infelizes e desamparados. Importante análise de Fonseca (1986, p. 82) sobre o desenvolvimento contraditório da dualidade da educação brasileira:

Continuava a pairar o conceito de serem as profissões liberais mais nobres e as atividades manuais destinadas àqueles que fossem menos dotados de inteligência e de fortuna e, em consequência, o ensino de ofícios a ser olhado com olhos de menosprezo. E sobre o país inteiro firmou-se principalmente o prestígio do bacharel. Os fazendeiros do interior desejavam dar aos seus filhos uma instrução que os levasse à obtenção do ambicionado título de doutor, embora com isso, na maior parte das vezes, os impedissem de ser seus continuadores na administração da lavoura ou da pecuária. Não percebiam que a espécie de instrução que proporcionavam aos seus descendentes estava divorciada das ocupações que os mesmos deveriam ter no futuro, e pensavam, somente, na honra que representava, naquela época, o fato de se ter um filho doutor.

Há assim, a valorização das profissões liberais - normalmente de origem europeias, em detrimento ao trabalho manual. Segundo o autor, essa valorização está presente até os nossos dias de hoje, e isso, repercutiu na evolução da economia brasileira.

O fim da escravidão e a proclamação da república influenciam o desenvolvimento da cultura nacional, e se inicia o processo de democratização da educação. Considerando que, durante o Império, segundo Fonseca (1986), o processo educacional caracterizava-se pela cultura aristocrática, visando a formação da elite portuguesa e abandonando a educação do restante da população.

O ensino brasileiro passa então, por uma nova situação que aumenta ainda mais a dualidade na educação de ricos e educação de pobres. Com a república, o ensino primário e secundário passa a ser responsabilidade das províncias, a falta de condições econômicas e a falta das diretrizes, fazem com que o ensino primário fosse limitado a ensinar apenas leituras, escrita e contas. Paralelamente, acontecia a expansão do ensino superior, tanto em qualidade, quanto em quantidade, constata Fonseca (1986).

Havia-se assim, operado uma verdadeira separação em classes. De um lado, uma minoria de homens altamente instruídos, vivendo uma vida intelectual intensa e divorciada das duras realidades nacionais, e de outro, uma enorme massa de povo analfabeto, ou quase, arcando com as tarefas pesadas dos trabalhos humildes.

Pairando sobre todos os aspectos, marcando como que o traço dominante desse período de nossa história, destaca-se, nítida, a predominância da cultura intelectual, representada pelas profissões liberais, sobre qualquer outra forma de instrução, principalmente sobre a que se baseava no emprego das mãos. Só a instrução geral e literária era considerada nobre. Aquela, porém, que visava ao preparo do trabalhador manual era tida como vil (FONSECA, 1986, p.87).

Dessa nova cultura, começam a surgir a partir de 1858, associações da sociedade civil destinadas a ministrar o ensino de artes e ofícios, os chamados Liceus de artes e ofícios. De acordo com Manfredi (2017), os liceus acabaram funcionando como escolas de difusão do ensino primário, o acesso aos cursos era livre, porém era vetado o acesso a ex-escravos.

Sobre os liceus, Cunha (2000b) os considera como um projeto educativo que benfeitores além de doar recursos financeiros doavam sua própria força de trabalho, pois muitos lecionavam gratuitamente.

O início do período republicano marcou profundas mudanças na economia do país, e conseqüentemente, sua relação com o trabalho. Segundo Manfredi (2017, em virtude do fim da escravidão, do aumento da expansão de imigrantes e da expansão da economia cafeeira, ocorre no país a aceleração dos processos de industrialização e de urbanização.

Os projetos industrialistas estavam sempre na dependência de raros capitais, desconhecida técnica, restrito mercado e, finalmente, mas não secundariamente, de um inexistente operariado. Ele foi gerado muito vagarosamente, a partir de duas fontes de suprimento. A primeira fonte foram as crianças e os jovens que não eram capazes de opor resistência à aprendizagem compulsória de ofícios vis: os órfãos, os largados nas “casas da roda”, os delinquentes presos e outros miseráveis. A segunda fonte foi a própria imigração de mestres e operários europeus, a quem se recorria por causa da insuficiência da primeira fonte (CUNHA, 2000b, p. 81).

Com instauração do Estado Burguês, em detrimento do Estado Oligárquico, na década de 1930, e mediante a necessidade de substituir o modelo de importações para atender os interesses e demandas da indústria nacional, a educação profissional ganha destaque, tendo em vista que há uma demanda de trabalhadores qualificados para a implantação na nova indústria.

Isso em razão desse novo contexto, como considera Manfredi (2017, p.79) “de modernização tecnológica (ainda que no nível de adaptação e manutenção de tecnologia importada) inerentes a esses novos setores da economia gerou novas necessidades de qualificação profissional e novas iniciativas, no campo da instrução básica e profissional popular”.

Nos primeiros anos da república até 1930, o sistema escolar brasileiro e a educação profissional ganham novo desenho. As escolas de ofícios, aquelas destinadas ao ensino compulsório, cederam espaço para as redes de ensino profissional que deveriam atender aos futuros trabalhadores assalariados.

Em 1909, com o início do processo de indústria-manufatureira, vimos o primeiro esforço do governo em articular a Educação Profissional para atender os interesses dos empreendimentos. O presidente Nilo Peçanha, por meio do decreto de nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, institui 19 Escolas de Aprendizes Artífices, com o objetivo de ofertar instrução primária e ensino profissional, especificamente destinadas para pessoas pobres e humildes. Em seu art. 6º consta que os ingressos



deveriam ter como requisitos: “preferidamente os desfavorecidos da fortuna, com idade de 10 anos no mínimo e de 13 anos no máximo” (BRASIL, 1909).

Dessa maneira, fica evidente uma contradição insolúvel entre a estrutura político-econômica, as relações sociais da sociedade nascente e a necessidade de uma educação dual: uma escola clássica, formativa, de ampla base científica e cultural para as classes dirigentes e outra pragmática, instrumental e de preparação profissional para os trabalhadores. Trata-se de ensinar, treinar, adestrar, formar ou educar na função de produção adequada a um processo de desenvolvimento pensado pelas classes dirigentes (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005. p. 3).

Estabelece-se assim, a educação profissional por meio de uma rede federal, essa rede no futuro seria denominada “rede federal, que culminou nas Escolas Técnicas e, posteriormente, nos CEFETS” (MANFREDI, 2017, p. 80-85). Pamplona (2008) ressalta que apesar das mudanças, o ensino técnico-profissional, nesse contexto, continuou a reproduzir a educação direcionada aos “menos favorecidos”. Aponta ainda que, contudo, este, seria o começo de uma política com o pensamento de unidade em todo o território brasileiro, a partir de um único sistema, uma rede organizada sob uma só coordenação federal.

Caires e Oliveira (2016) destacam que nos primeiros anos da república velha, o que se constata na prática foi a reorganização de poucas e pequenas instituições para o Ensino de Ofícios, herdadas do Império, depois transformadas em liceus, por organização dos governos estaduais, federal, Igreja Católica, associação de trabalhadores e sindicatos. Manfredi (2017, p.52) sintetiza:

Fica possível notar que a Primeira República se caracterizou como um período de grandes transformações e de grande ebulição social, no qual se gestaram novas práticas e concepções de Educação Profissional: ao lado da concepção assistencialista e compensatória, surgiram a concepção católico-humanista orientada pelo trabalho como antídoto à preguiça, à vadiagem e às ideais revolucionárias do positivismo e, finalmente, à visão de formação profissional para o mercado de trabalho – para o exercício de funções e atribuições dos postos de trabalho, segundo os padrões do regime fabril e do trabalho assalariado capitalista.

Contextualiza Pamplona (2008), a formação da sociedade brasileira estava dividida em quatro grupos (liberais, católicos, integralistas e comunistas), grupos estes que refletiam os ideais no campo econômico-político, assim como no campo pedagógico. Desse modo, na educação houve o predomínio da ideologia liberal, sendo conforme o autor, responsável pela “motivação de determinados setores de

nossa sociedade no sentido de buscar na educação possibilidades de ascensão social – daí o papel do ideário liberal no sentido de legitimar as reivindicações pela expansão da rede escolar e pela qualidade do ensino” (p.14).

Assim, de acordo com Manfredi (2017), a política educacional implantada no Estado Novo, legitima a ruptura entre trabalho manual e trabalho intelectual, por meio da construção de um sistema educacional que atendia aos interesses da divisão social do trabalho e a estrutura escolar, ou seja, um ensino secundário destinado às elites e o ensino profissional destinado às classes menos favorecidas.

A reforma realizada por Francisco Campos em 1931, conhecida como “Reforma Francisco Campos”, oficializa em todo país a modernização do ensino secundário, organizando-o por uma série de medidas (CUNHA, 2000a). Entre elas: aumento dos anos do curso secundário, de cinco para sete anos e sua divisão em dois ciclos (fundamental com cinco anos que visava transmitir cultura geral, e o complementar de dois anos, preparação para ensino superior), fazendo com que o ensino secundário fosse reformado na lógica de uma formação propedêutica para o ensino superior; frequência obrigatória nas aulas; transformação dos cursos técnico profissionais agora organizados no ensino comercial, que não permitia o acesso dos alunos ao ensino superior, privilégio exclusivo dos que concluíam o ensino secundário propedêutico. Na prática, conforme Cunha (2000a), a reforma de Campos estabeleceu um projeto de educação diferenciado: uma educação “para pensar” e outra “para produzir”.

Caires e Oliveira (2016) complementam que na tentativa de atender a necessidade de formação profissional imediata, sem comprometer a qualidade e a função educativa do nível secundário, a política educacional acaba por oficializar a dualidade do ensino, um voltado para a formação profissional e outro voltado para a elite intelectual. O que acabou por colocar o ensino técnico comercial como um ramo especial do ensino médio, sem articulação com o nível secundário e superior.

Ao destacar o clima educacional da época, é importante frisar que esse período foi marcado por duas concepções diferentes de educação na sociedade, a tradicional, defendida pelos grupos das escolas católicas, e a outra concepção voltada à universalização da educação, independentemente de classe social, representada por um grupo de educadores brasileiros.

Sob vigência da ditadura de Vargas (1937 a 1946), observou-se a desresponsabilização do Estado pela gratuidade do ensino primário, e a continuação

da destinação de educação profissional para as classes menos favorecidas. Um marco importante foi a Constituição de 1937, que oficializa, segundo Caires e Oliveira (2016), o ensino profissional como dever do estado.

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (BRASIL, 1937).

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

Dessa forma, como é dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados, a lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como, os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público.

Art 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (BRASIL, 1937).

Romanelli (2005) destaca que, para atingir esse objetivo funda-se institutos de ensino profissional subsidiados pelos Estados, Municípios e indivíduos, ou associações particulares e profissionais, contudo para a autora:

Oficializando o ensino profissional, como ensino destinado aos pobres, estava o Estado cometendo um ato lesivo aos princípios democráticos; estava o Estado instituindo oficialmente a discriminação social, através da escola e fazendo isso, estava orientando a escolha da camada social de educação. Com efeito, assim orientada para um tipo de educação capaz de assegurar acréscimo de prestígio social, a demanda voltaria naturalmente as costas às escolas que o Estado mesmo proclamava como sendo as escolas dos pobres. Aí está, para a nossa tese, a prova de que, do lado da oferta, ou seja, do lado do Estado, existiu uma grande responsabilidade na orientação da escolha do tipo de educação feita pela demanda (p.153).

De acordo com Manfredi (2017), até 1941, a organização do ensino profissional era responsabilidade tanto das iniciativas públicas quanto de iniciativas privadas, por razões econômicas (formação de força de trabalho para o projeto de desenvolvimento do país) e ideológicas (necessidade de estabelecer um quadro geral e simétrico que abrangesse todos os níveis de ensino). Em 1942, é instituída a Reforma Capanema, voltada inicialmente para o ramo industrial<sup>2</sup>.

Conforme Tavares (2012), apesar do processo de industrialização do Brasil ganhar impulso já nas décadas de 1930-1940, o setor industrial ganhou nova feição a partir da década de 1950 (período ditatorial), quando empresas multinacionais se instalam no país por meio da articulação entre os interesses do capital internacional e da elite política nacional.

As Leis Orgânicas, como ficaram conhecidas as reformas promovidas por Capanema, tiveram como principais medidas, o deslocamento do ensino profissional para o nível médio e a criação de cursos técnicos. Descreve:

Porém, apenas, o Curso Secundário (Ginásial e Colegial) conferia ampla e total liberdade e acesso aos diversos cursos, ofertados pelos Ensino Médio e Superior. A mobilidade dos alunos dos Cursos Técnicos era realizada de modo restrito: a entrada no Curso Básico ou de 1º Ciclo dependia da conclusão do Ensino Primário e da aprovação no exame de admissão à aquele curso; o adentramento no Curso Técnico ou no 2º Ciclo atrelava-se à conclusão do 1º Ciclo do Ensino Médio, no mesmo ramo escolhido, e à aprovação em exames vestibulares; e o ingresso no nível superior era desestimulado, devido à exigência de vinculação entre a habilitação do Curso Técnico e a pretendida no âmbito do Ensino Superior (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p.63).

Para Cunha (2000b), mais uma vez houve o reforço da dualidade escolar, a Política de Educação do Estado Novo, por meio de uma arquitetura educacional, ressalta a divisão social do trabalho e a estrutura escolar. De um lado, ensino secundário para as elites do país, de outro lado, cursos profissionais de nível médio para as classes menos favorecidas.

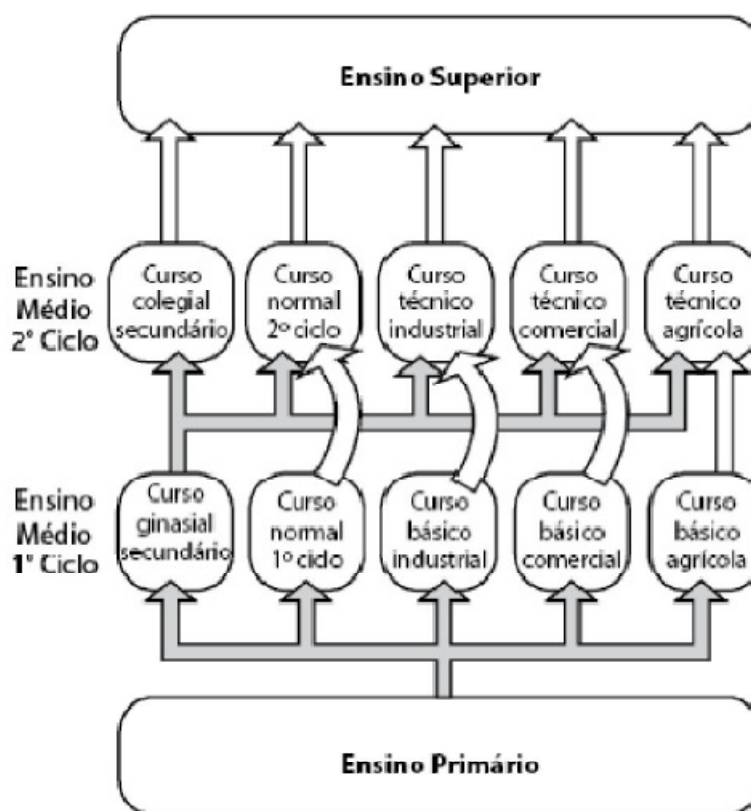
Verifica-se, conforme Fig. 1 do esquema de acesso ao sistema educacional, elaborado por Cunha (2000b), que o acesso ao ensino primário era universal,

---

<sup>2</sup>Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial aumenta-se o processo de substituição de importações, ampliando assim o processo de industrialização do país, propiciando assim o crescimento industrial no país, aumentando a “necessidade de formação de trabalhadores qualificados para atender a demanda do setor produtivo, fazendo urgente a organização, a ampliação da capacidade de atendimento e o aumento da qualidade do ensino industrial” (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p.60),

contudo, os egressos da educação profissionalizante, só poderiam ter acesso ao ensino superior na mesma carreira do curso profissionalizante cursado. Destaca Pamplona (2008), que para estes, o acesso ao ensino superior era restrito, sendo extremamente dificultado, o que fazia com que poucos alunos ingressassem no Ensino Superior. Por outro lado, os alunos egressos do secundário podem progredir para o ensino superior sem restrição.

Figura.1 - Esquema de Articulação entre os níveis de Ensino segundo as Leis Orgânicas de 1942-1946.



Fonte: Cunha (2000b, p.39).

A respeito do Ensino Secundário, analisa Cunha (2000b, p. 41):

O ensino secundário (Decreto-Lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942) tinha objetivo formar os dirigentes, pelo próprio ensino ministrado e pela preparação para o superior. Os demais ramos do Ensino Médio tinham a finalidade de formar uma força de trabalho específica para os setores da produção e da burocracia: o ensino agrícola para o setor primário; o ensino industrial para o setor secundário; o ensino comercial para o setor terciário; o ensino normal para a formação de professores para o Ensino Primário.

Para Manfredi (2017), ocorre a divisão de currículos, na qual, o ensino secundário acabou por ficar em oposição ao ensino profissional, entretanto, havendo

uma pequena articulação entre eles, pois havia necessidade de formar força de trabalho. É importante destacar que nesse período, há a necessidade de educação profissional para o país, pois em 1942, vivenciava-se uma nova fase de expansão de indústrias, tendo em vista que a Segunda Guerra Mundial impôs ao Brasil restrições de importações.

Assim, considera Romanelli (2005), o sistema educacional não possuía infraestrutura necessária para a capacitação em larga escala. Cria-se então, um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial de educação, organizado por meio de convênios com as indústrias, entre eles, com o SENAI (Sistema Nacional de Aprendizagem dos Industriários), atualmente conhecido como Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial, pelos quais ministravam-se cursos de aprendizagem mais rápidos e também cursos de formação para trabalhadores não sujeitos a aprendizagem.

Conforme Manfredi (2017), os mecanismos legais e estruturas do sistema educacional dualista construídos ao longo dos anos, durante o período que sucedeu o Estado Novo (1945 a 1964), foram cristalizados e poucas iniciativas governamentais foram realizadas para eliminar as dualidades e restrições de acesso à educação, notadamente, no período que vislumbrava a redemocratização do país.

Nessa perspectiva, Caires e Oliveira (2016) destacam a tentativa governamental promulgada pelas denominadas leis de equivalência, que asseguravam a possibilidade dos alunos egressos dos cursos Normal, Industrial, Comercial e Agrícola (1º Ciclo do Ensino Médio), realizarem a matrícula no Curso Secundário do 2º Ciclo por meio de exames de complementação. Cunha (2000b), analisa, contudo, a consequência das leis de equivalência para a educação profissional:

A lei da equivalência foi decisiva para a transformação dos cursos básicos industriais, de portadores de um conteúdo quase que exclusivamente profissional, para um conteúdo cada vez mais geral, abrindo, assim, caminho para a sua própria extinção ao fim da década de 1950. A restrição da equivalência, exigindo os “exames de complementação”, induziu a pressão dos estudantes do 1º ciclo dos cursos profissionais para que estes incluíssem todas as disciplinas do ginásio, de modo a dispensá-los de prestar esses exames (p.158).

Pamplona (2008) considera que essas leis de equivalência ao ensino secundário, em especial, ofertados em escolas públicas para fins de progressão para o ensino superior foram apenas paliativas, pois, os alunos de classes menos

favorecidas continuavam a enfrentar a dificuldade de acesso. Visto que, exigiam disciplinas não ofertadas nos cursos, considerando que a “exigência de novas disciplinas não cursadas por eles dava a falsa impressão de que não havia diferença entre os cursos, mas era um empecilho quase insuperável para os que cursavam a educação profissional” (p.21).

Outra medida do período importante para a educação profissional foi a transformação das Escolas Industriais e Técnicas vinculadas ao então, Ministério da Educação e Cultura (MEC) em Escolas Técnicas Federais. Por meio do Decreto de nº 47.038/59, se cria a Rede Federal de Ensino Técnico e se confere às instituições a ela vinculadas, o estatuto de autarquia. Caires e Oliveira (2016) destacam que as escolas técnicas passaram a ter autonomia política, administrativa, técnica, financeira e didática, o que possibilitou o aumento no número de matrículas, e a oferta de cursos adequados à realidade e necessidades locais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, com relação ao ensino profissional, conforme Oliveira (2016), realiza a equivalência completa de todos os cursos técnicos ao secundário, para posterior ingresso no ensino superior. Essa lei permitiu ainda, a oferta de pré-cursos técnicos com duração de um ano, nos quais as disciplinas seriam de caráter geral, obrigatórias para todo o curso técnico, porém, seriam desenvolvidas em três séries do ensino secundário. Dessa forma, as instituições de educação profissional passaram a ofertar Curso Ginásial e Cursos Técnicos, hoje conhecidos como modalidade integrada.

Com relação a LDB de 1961, Manfredi (2017) conclui que, embora garantisse maior flexibilidade de passagem entre o ensino profissionalizante e o secundário, a dualidade estrutural persistia, continuam a coexistir duas redes paralelas de ensino, com destaque para a rede do ensino secundário.

Kuenzer (1991) destaca que até a LDB de 1961, se mantém a separação entre "educação" e "formação profissional" como expressão da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, por meio da existência de um sistema de ensino com dois ramos equivalentes, porém diferenciados, e de um sistema privado de qualificação para trabalhadores. Dessa forma, os jovens e adultos são preparados para exercer funções diferenciadas - intelectuais ou manuais - na hierarquia do trabalhador coletivo.

O que caracteriza, portanto, a relação entre educação e trabalho até esse período é a inexistência de articulação entre o mundo da "educação", que deve desenvolver as capacidades intelectuais independentemente das necessidades do sistema produtivo, e o mundo do trabalho, que exige o domínio de funções operacionais que são ensinadas em cursos específicos, de formação profissional. Esta desarticulação se explica pelo caráter de classe do sistema educativo, uma vez que a distribuição dos alunos pelos diferentes ramos e modalidades de formação se faz a partir de sua origem de classe. Em resumo, permanece a mesma situação existente no início do século, quando da criação dos cursos profissionais: educação para a burguesia e formação profissional para o povo (KUENZER, 1991, p.8).

Tendo como referência a Teoria do Capital Humano, trabalhada no início desta seção, a partir da década de 1960 o contexto histórico do país foi marcado pela aceleração da economia por meio da ampliação industrial, e com isso, houve a expansão e organização do ensino.

Os governos militares optaram por uma estratégia de desenvolvimento voltada para grandes projetos nacionais, acrescenta Oliveira (2003), que a preocupação com a capacitação dos trabalhadores é decorrente do processo de desenvolvimento econômico, que por um lado, não se faz de forma autossustentável, mas com grande endividamento externo e, por outro lado, tem como referência a teoria do Capital Humano.

Os países subdesenvolvidos são, também, os que mais dependem da educação como fator construtivo. Tais Países precisam da educação para mobilizar o elemento humano e inseri-lo no sistema de produção nacional; precisam da educação para alargar o horizonte cultural do homem, adaptando-o ao presente e a uma complicada trama de aspirações, que dão sentido e continuidade às tendências de desenvolvimento econômico e progresso social; e precisam da educação para formar novos tipos de personalidade, fomentar novos estilos de vida e incentivar novas formas de relações sociais, requeridos ou impostos pela gradual expansão da ordem social democrática (ROMANELLI, 2008, p.183).

Conclui a autora, que esses países não encontram, devido a sua herança sociocultural, condições que permitam uma boa compreensão dos fins, e uma boa escolha dos meios para atingi-los, pois, por mais que possuíssem recursos materiais, humanos e técnicos acabavam sendo explorados de maneira improdutivo.

Assim, a LDB de 1961, para Romanelli (2008), refletiu essa condição, uma vez que, foi a oportunidade do país de organizar um modelo de sistema educacional que pudesse se inserir no sistema de produção. Contudo, as heranças culturais,



principalmente, as políticas, impediram a construção de um novo modelo de educação, pois comprometeria o regime político da ditadura.

Nesse cenário, a educação passa a ser o instrumento para o desenvolvimento nacional, sendo necessária sua ligação com o mercado de trabalho. Caires e Oliveira (2016) destacam a presença de financiamento da *United States Agency for International Development* (USAID), consultores norte-americanos, para a construção de uma rede de escolas voltadas para o mercado de trabalho. Oliveira aprofunda:

Os acordos MEC-Usaid visavam dar assistência técnica, assessorar pedagogicamente a educação e, principalmente, promover a doutrinação ideológica, cimentada na ideia de que a educação seria capaz de integrar o país, no campo do capitalismo central (OLIVEIRA, 2016, p.27).

Segundo a avaliação de organizações internacionais, Kuenzer (1991) analisa que, conforme essas avaliações, a maioria dos cursos ofertados foi considerado “excessivamente acadêmicos”, e não preparavam para o exercício das funções produtivas, não atendendo assim, às necessidades do mercado de trabalho.

Fazia-se necessária uma reestruturação que dotasse o ensino, em todos os níveis, de maior racionalidade, constituindo-se em fator de desenvolvimento individual e social, através da constituição de um sistema educacional que diminuísse a demanda pelo ensino superior e substituísse o caráter acadêmico pela formação profissional já no 2º Grau (p.9).

Para atingir tais metas, foram elaboradas as leis:

- **Lei nº 5.540/1968:** altera o ensino superior, cria a “departamentalização” e a disciplina por disciplina, vestibular unificado e classificatório, e ações no sentido e privatização do ensino superior;
- **Lei nº 5.692/1971:** reformula a organização da educação do país. As principais medidas foram a transformação dos cursos primário e ginásial para ensino de 1º grau, o ensino médio passa a ser denominado 2º grau. Em relação à educação profissional, as principais mudanças foram a extinção da separação entre escola secundária e escola técnica com a criação de uma única escola profissionalizante (obrigatoriedade de habilitação profissional para todos que cursassem o 2º grau); cooperação das empresas na educação; fusão entre o ensino infantil e o ensino fundamental; inclusão de disciplinas, desde o ensino fundamental, na forma de “iniciação ao trabalho” e no ensino médio na forma de habilidade profissional.

Caires e Oliveira (2016) analisam o contexto em que se dá a profissionalização compulsória, entre 1968 e 1973, nele, houve a intervenção direta do Estado para promover a expansão econômica por meio do chamado *Milagre Econômico*.

Entretanto, conforme destacam as autoras, essa expansão se deu por meio de um grande endividamento externo, em razão disso, houve o contingenciamento de algumas políticas sociais, por meio da intervenção, controle e racionalização, tais como a educação, como forma de superação da crise vivenciada pelo sistema capitalista no país. A essa realidade, Caires e Oliveira (2016), acrescentam ainda:

Diante da magnitude dos grandes projetos nacionais e da implantação de grandes empresas que contavam com os aportes do capital internacional, tornou-se bastante difícil a abertura de pequenos empreendimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços, que proporcionassem uma ascensão social para determinados extratos da população brasileira (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p.83).

Concluem então, que a oferta de educação profissional foi uma estratégia governamental para controlar a demanda ao acesso do ensino superior, tendo em vista que passou a ser considerado como um mecanismo de elevação ou manutenção social.

Porém, segundo Manfredi (2017), a profissionalização compulsória não se efetivou na prática, pois o Estado não possuía condições objetivas (falta de estrutura, falta de recursos financeiros e humanos, entre outros) de transformar todas as escolas de 2º grau.

Segundo Oliveira (2016), apenas as instituições que já ofertavam educação profissional, principalmente, as integrantes da Rede Federal de Educação Tecnológica, conseguiram ministrar ensino de qualidade, somado ao fato de que o próprio governo federal facilitou a continuação da função propedêutica do ensino médio, com resoluções que permitiam ao aluno, cursar apenas um terço da formação profissional.

Essas resoluções, mais uma vez destacam a dualidade da escola brasileira, conforme Pamplona (2008), as escolas de formação do ensino propedêutico reiniciaram suas atividades de preparação para o ensino superior, enquanto as escolas públicas voltadas para as classes médias e baixas não tinham condição de

ofertar ao mesmo tempo educação profissional de qualidade e nem a formação geral como preparação para o curso superior.

Assim, a lei de nº 5.692/1971 sofreu constantes alterações para se adaptar à realidade do país. Em 18 de outubro de 1982, por meio da lei nº 7.044, substituiu o termo “qualificação para o trabalho” pelo termo “preparação para o trabalho”. Dessa maneira, fez com que a oferta de educação profissional ficasse a critério dos estabelecimentos educacionais, o que para Caires e Oliveira (2016), reestabelece na prática a oferta de educação de cunho não profissionalizante.

Kuenzer (2001) destaca que essa situação expressa a indefinição do papel da escola em relação ao trabalho, pois ao substituir o objetivo de qualificação profissional por uma genérica “preparação para o trabalho”, que até hoje carece de conceituação, provocou uma efetiva “contrarreforma” nesse grau de ensino. Conforme a autor (p.20): “a nova proposta apenas reedita a concepção vigente antes de 71, e referenda, mais uma vez, o compromisso da escola com a classe dominante, ao descompromissá-la do mundo do trabalho e reconhecê-la como predominantemente propedêutica”.

Em síntese, o Brasil em seu período de desenvolvimento, torna-se então, dependente do capital internacional, que passa a requisitar investimentos na qualificação de mão de obra. Com base na teoria do Capital Humano, ocorre a ampliação da Rede Federal e o estabelecimento de acordos internacionais para impulsionar a expansão da oferta de Educação Profissional, especialmente, nas décadas de 1960 e 1970, nas quais, elevar a escolaridade dos trabalhadores torna-se um determinante para o desenvolvimento industrial do país.

Durante o processo de redemocratização do Brasil, culminando com a Constituição de 1988, ocorre a reformulação de políticas sociais, entre as quais, a da Política de Educação, agora considerada política pública social (direito dos cidadãos, dever do Estado).

Sua implantação foi acompanhada da crise econômica que acelerou o processo de globalização dos mercados e a mundialização do capital (hipertrofia financeira, consolidação de uma nova base científico-técnica e novas formas de organização e gestão empresarial, com destaque para políticas de ajustes fiscais, desregulamentação dos estados, flexibilização das leis trabalhistas e privatização do patrimônio público) (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005), como será analisado a seguir.

As mudanças ocorridas devido ao processo de acirramento da globalização e do paradigma técnico científico promovem uma nova relação entre ciência e trabalho. Conforme Kuenzer (2000), as formas de trabalho técnico simplificado, restritas normalmente a somente uma área de conhecimento, são substituídas por técnicas que articulam conhecimento científico, capacidades cognitivas superiores e capacidade de intervenção crítica e criativa, perante situações não previstas, que exigem soluções rápidas, originais e teoricamente fundamentadas, para responder ao caráter dinâmico, complexo, interdisciplinar e opaco que caracteriza a tecnologia na contemporaneidade.

Ao contrário, passa a ser concebida como resultante da articulação de diferentes elementos, pela mediação das relações que ocorrem no trabalho e na vida coletivos, resultando de vários determinantes subjetivos e objetivos, como a primeira socialização, a natureza das relações sociais vividas e suas articulações, a escolaridade, o acesso a informações, o domínio do método científico, a origem de classe, a duração e a profundidade das experiências laborais e sociais, o acesso a espaços, saberes, manifestações científicas e culturais, e assim por diante. Em decorrência, a qualificação profissional passa a repousar sobre conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais que permitam ao cidadão/produtor chegar ao domínio intelectual da técnica e das formas de organização social, de modo que seja capaz de criar soluções originais para problemas novos, que exigem criatividade, pelo domínio do conhecimento (KUENZER, 2000, p.20).

Na mudança de paradigma técnico-científico, os organismos internacionais, tais como Banco Mundial, e as agências da Organização das Nações Unidas (ONU) foram interlocutores multilaterais na agenda das políticas sociais brasileiras, em especial, a da educação, ao difundir em seus documentos novas orientações entre educação e produção de conhecimento, por meio dos processos de privatização e mercantilização da educação.

Estes organismos, além de atuarem na sedimentação da ordem mundial, interferindo na organização econômica e política dos Estados Nacionais, especialmente nos países em desenvolvimento, como é o caso brasileiro, atuam, sobremaneira, no campo educacional, tornando-o um espaço a ser organizado pelo capital em seu processo expansionista (BERNARTT, 2001, 300).

O ponto inicial dessas orientações se dá na Conferência Mundial de Educação para Todos, conhecida como Conferência Jomtien (1990), promovida pelo Banco Mundial, Unicef, Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação,

Ciência e Cultura) que colocam a educação vinculada ao desenvolvimento humano, cabendo a ela, satisfazer as necessidades de aprendizagem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Art. 1. A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação (JOMTIEN, 1990).

A partir desta conferência, considera Oliveira (2016), a educação profissional ganha destaque, pois passa-se a vinculá-la a um discurso sobre a necessidade de formação de um trabalhador competente, portador de habilidades intelectuais, capaz de ser inserido na produção flexível.

A educação é posta como a tradução das oportunidades ampliadas para um desenvolvimento efetivo, tanto para o indivíduo como para a sociedade, seguindo assim, as mesmas proposições do primeiro documento elaborado pela CEPAL em 1962, o qual vincula a política de Educação com o Desenvolvimento. Como já analisado inicialmente neste estudo, a Cepal apresentou uma nova proposta de desenvolvimento por meio da educação.

Ao realizar o levantamento do desenvolvimento na América Latina em 1990, a Cepal (1992) destaca que a economia vivia uma revolução científica e tecnológica que se difundia por meio das tecnologias, especialmente àquelas ligadas ao processamento e transmissão de informações, particularmente em decorrência do desenvolvimento científico e tecnológico e de sua aplicação nas etapas de produção, distribuição e consumo de bens e/ou serviços.

Logo, os desafios dos países da América Latina e do Caribe na década de 1990 seriam o de consolidação da democracia, por meio da coesão social, da equidade e da participação, denominada então, de “cidadania moderna”, assim como o de garantir meios para compatibilizar acessos aos bens e serviços modernos que possibilitassem adentrar na competitividade internacional. A esses países, o desafio seria:

Nos países desenvolvidos e em experiências bem sucedidas da chamada "industrialização tardia" em outros latitudes, existe um claro reconhecimento da natureza central da educação e produção de conhecimento no processo de desenvolvimento, e nos países da região essa atitude foi progressivamente estendido. A disseminação de valores, a dimensão ética e os comportamentos da cidadania

moderna, bem como a geração de habilidades e habilidades indispensáveis para a competitividade internacional (cada vez mais baseadas no progresso técnico) recebem uma contribuição decisiva da educação e produção de conhecimento em uma sociedade (CEPAL, 1992, p.03).

A reforma do sistema produção e disseminação de conhecimento é colocada, então, como um instrumento crucial para enfrentar os problemas internos (ampliação da cidadania) e externos (como a competitividade).

Reconhece ainda, que os sistemas educacionais de capacitação e de ciência tecnológica dos países da América Latina e Caribe passaram por uma expansão quantitativa, mas com pouca qualidade quando relacionada com os requisitos do meio econômico e social, fora a baixa equidade de acesso.

Nessas circunstâncias, é fundamental conceber e pôr em prática uma estratégia para dar impulso à transformação da educação e da capacitação e para aumentar o potencial científico-tecnológico da região, com vistas à formação de uma cidadania moderna, vinculada tanto à democracia e à equidade quanto à competitividade internacional dos países, que possibilite o crescimento sustentado, apoiado na incorporação e na disseminação do progresso técnico (CEPAL, 1992, p.18).

Dessa maneira, o eixo central do documento se dá pela “incorporação e divulgação deliberada e sistemática do progresso técnico, pois este constitui o pivô da transformação produtiva, sua compatibilidade com a democratização política e uma crescente equidade social”. Em outras palavras, é proposta a criação de uma competitividade que permita elevar o padrão de vida da população, reduzir a depreciação dos recursos naturais, uma vez que, o progresso técnico permite a convergência entre competitividade e sustentabilidade social (CEPAL, 1990)

Para a incorporação e disseminação do progresso técnico é necessário: o fortalecimento da base empresarial, a infraestrutura tecnológica, abertura para a economia internacional e, especialmente, menciona a formação de recursos humanos e o conjunto de incentivos e mecanismos que favorecem o acesso e a geração de novos conhecimentos. No último item destaca que —os atrasos no eixo educação-conhecimento comprometem possíveis avanços em outros aspectos da incorporação e difusão do progresso técnico. (CEPAL, 1990, p. 15) traduzido pela autora.

A CEPAL (1990) destaca como elementos centrais da sua proposta, a transformação produtiva, a equidade social e a democratização política. Para aprofundar as inter-relações entre sistema educacional, treinamento e

desenvolvimento tecnológico, elabora diretrizes para a ação no campo de políticas e instituições que possam favorecer as ligações entre educação, desenvolvimento e conhecimento. Assim, as políticas propostas teriam os seguintes objetivos:

- Gerar uma institucionalidade de conhecimento aberta às exigências da sociedade;
- Garantir o acesso universal a códigos culturais de modernidade;
- Promover a criatividade no acesso, difusão científico-tecnológica e inovação;
- Promover a gestão institucional responsável;
- Apoiar a profissionalização e papel dos educadores;
- Promover compromisso financeiro da sociedade com educação; e
- Desenvolver a cooperação regional e internacional" (CEPAL, 1990, p.141).

Essas propostas seriam importantes para superar o isolamento do sistema educacional em relação aos requisitos sociais como a fonte mais fértil de dinamismo e mudança. Bernartt (2011) destaca de um lado a centralidade do conhecimento (informação, produção e difusão) como a mudança na concepção de conhecimento presente nas diretrizes, e analisa ainda, a concepção de conhecimento a qual se referem:

Atente-se para o fato de que não apenas a concepção de conhecimento parece ter mudado, como também a relação das pessoas com o conhecimento, a forma de utilizar os conhecimentos, o lugar que ele ocupa na vida das pessoas, o modo pelo qual ele passa a entrar no cotidiano das pessoas em casa, na rua, nos serviços, no lazer, na igreja, etc. Dessa forma, o conhecimento pode ser traduzido pela ação — saber fazer; pela utilização — saber usar, e pela interação — saber comunicar (p. 309).

Com relação à capacitação profissional, nota-se que o documento orienta a expansão da educação profissional, uma vez que traz alerta sobre os altos custos com o ensino superior, em uma região com elevado índice de analfabetismo. Frente a isso, para o ensino superior, o documento recomenda o financiamento por meio de bolsas. Assim, a depender da população, o ensino profissional poderá apresentar grandes variações, cursos de aptidão básica para a inserção laboral até programas de educação técnica mais sofisticados.

Aponta ainda, os possíveis setores a serem atendidos por esse tipo de ensino, os trabalhadores de pequenas e médias empresas; os trabalhadores do

setor informal rural e urbano; os trabalhadores desempregados; e os recém-ingressos no mercado de trabalho que não dispõem de qualquer tipo de qualificação.

Outro documento que regulamentou a política de educação brasileira foi o relatório do Banco Mundial: *La enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995), o qual continha as diretrizes para a reforma da Educação Superior na América Latina.

Teles (2015) destaca, que esses documentos regulamentadores da reforma do ensino superior e profissional sugerem a análise de ajustes e reformas para o ensino. Feitos a partir de uma padronização da política econômica por meio da promoção da diversificação entre público e privado, mediante à flexibilização das estruturas e organização institucional de atendimento às demandas do setor produtivo. E também, fomentando parcerias com o mercado a fim de garantir uma gestão racionalizada e o uso efetivo e financeiramente responsável dos recursos.

Segundo a autora, os documentos determinavam a redução orçamentária das Instituições do Ensino Superior, as quais sofrem no período grande sucateamento com a ausência de recursos, ao ponto de terem que buscar meios alternativos de financiamento. Ao contraponto disso, se iniciava a expansão das universidades particulares, subsidiadas com recursos públicos, sob o discurso de democratização do ensino.

O Banco Mundial considera que o sistema público de educação profissional possui uma estrutura muito rígida, muito diferenciada e com pouca interlocução com o setor produtivo. Assim, a Reforma da Educação Profissional é vista como premissa básica, tanto para a reestruturação do ensino médio, quanto para um programa agressivo de racionalização de custo. Enfatiza ainda, que se deve priorizar a educação geral e desvinculá-la da educação profissional (OLIVEIRA, 2003, p. 47).

Destaca-se também, que os documentos normativos emitidos pelos organismos internacionais, especialmente os relativos ao ensino profissional, sinalizavam a separação administrativa e curricular entre os conteúdos profissionais daqueles vinculados ao ensino médio, a institucionalização de uma educação profissional moderna vinculada ao mercado de trabalho e a melhoria de habilidades e de conhecimentos que levassem ao desenvolvimento do setor produtivo.

Segundo Oliveira (2016), a partir das intervenções das instituições internacionais na política de educação, ocorre a propagação da modernização do processo imposto pelas:



novas formas de sociabilidade capitalista no campo produtivo, que elevam a educação como centro gravitacional dos interesses do empresariado e do governo, o qual assume mais do que nunca, a função de executor das exigências do capital nacional e do internacional (p.32).

As habilidades requisitadas aos trabalhadores no contexto da globalização e da produção flexível acabam por alterar o eixo de formação dos trabalhadores:

Constata-se que a tese da polarização da competência, que se traduz na oferta de uma sólida formação técnico-científica para um número cada vez mais restrito de trabalhadores incluídos, torna-se mais evidente. Cria-se desse modo, um grupo seletivo de trabalhadores qualificados, ao lado de um contingente de outros trabalhadores, precariamente capacitados, que são responsáveis pela execução de tarefas precarizadas e rotineiras, mesmo que informatizadas (OLIVEIRA, 2016, p.33).

Kuenzer (2000) destaca que essas mudanças, ocorridas no sistema de produção, trouxeram para a agenda político-pedagógica novas demandas de formação humana, e as principais dimensões acerca do debate sobre as políticas públicas de educação se davam em torno da:

- necessidade de expansão da oferta de Ensino Médio até que se atinja a sua universalização, uma vez que não é possível a participação social, política e produtiva sem pelo menos 11 anos de escolaridade; em decorrência, o Ensino Médio perde o seu caráter de intermediação entre os níveis fundamental e superior, para constituir-se na última etapa da educação básica; essa constatação encaminha, de fato, para a construção de um sistema unitário no que diz respeito à educação básica, como resposta às demandas da acumulação flexível; e
- ao mesmo tempo, já não se entende possível a formação profissional sem uma sólida base de educação geral, exigindo-se a superação da ruptura historicamente determinada entre uma escola que ensine a pensar, por intermédio do domínio teórico-metodológico do conhecimento socialmente produzido e acumulado, e uma escola que ensine a fazer, pela memorização de procedimentos e do desenvolvimento de habilidades psicofísicas; em decorrência, a acumulação flexível demanda a superação de um paradigma dual, que polariza técnicas e humanidades, apontando a educação tecnológica como uma síntese possível entre ciência e trabalho (KUENZER, 2000, p.18).

A exemplo disso, estão os diversos projetos educacionais resultantes de um processo histórico de disputas políticas-ideológicas. Manfredi (2017) analisa os projetos, cujas principais características estão descritas no quadro 2.

Quadro 2. Concepções dos projetos de Educação Profissional

ÂMBITO	CARACTERÍSTICAS
MTb (Ministério do Trabalho – Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional)	Estratégias formativas destinadas à qualificação/requalificação de trabalhadores, jovens e adultos e à sua formação continuada, superar a visão predominante de “treinamento”. Educação Profissional era vista como uma política pública, inserida em um plano maior de desenvolvimento econômico e tecnológico, sustentado e articulado com políticas de emprego, de trabalho e renda.
MEC (Ministério da Educação – Secretaria de Ensino Técnico)	Proposta do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, formada pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), oferta de cursos de nível médio, superior e pós-graduação e propiciar assistência técnica às unidades descentralizadas de segundo grau.
Sociedade Civil	Criação de uma escola básica unitária, sustentada pela justificativa de construção de um sistema nacional integrado que propiciasse a unificação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Formação profissional ocorreria após a conclusão da escola básica, por meio da qual buscaria nova maneira de valorizar e desenvolver as capacidades de trabalhar técnica e intelectualmente, garantindo que jovens e adultos pudessem atuar no processo de construção social como cidadãos e trabalhadores.
Empresários industriais	Aumento da escolaridade básica, necessidade de incrementar a oferta de programas de capacitação e requalificação profissional da força de trabalho por meio da escola da rede pública, ampliação do sistema de ensino profissional.

Fonte: Elaborado a partir de Manfredi (2017).

Oliveira (2016) acrescenta que o debate acerca do projeto a ser adotado entre o governo e o empresariado, encontrava-se em sintonia com o contexto sociopolítico e econômico. Com isso, difundiu-se ainda mais, a ideia da necessidade de promoção de uma reforma radical na educação profissional, tanto para atender as demandas do setor produtivo como as do mercado de trabalho, tendo sido realizados vultuosos empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a realização dessa reforma.

No que se refere ao ensino profissional, os documentos deste organismo multilateral enfatizam: que as habilidades tecnoprofissionais seriam melhor desenvolvidas no próprio ambiente de trabalho; que o ensino público-estatal precisa ser questionado e sofrer drásticas restrições; que as empresas deveriam se envolver e assumir maiores responsabilidades, no âmbito da formação profissional (OLIVEIRA, 2016, p.34).

O modelo de produção flexível instaurado implicou em um significativo aumento dos índices de mobilidade entre os setores empregadores e,

consequentemente, gerou elevados índices de desemprego estrutural. Nessa direção, a demanda do mercado de trabalho traduziu-se na oferta de emprego para trabalhadores flexíveis, na categoria de temporários, dificultando, assim, as formas de organização e de luta da força laboral. Essa transformação estrutural no modo de controle do trabalho foi acompanhada por mudanças no consumo, na moda e na cultura, que elegeram a efemeridade, o espetáculo e a mercadificação (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p.102).

É nesse contexto de estrutura de formação profissional flexível, que conceitos como competências e empregabilidade passam a subsidiar a construção da educação profissional, onde o trabalhador não se prepara mais para um emprego, mas para a flexibilização dele.

De fato, a lógica das competências incorpora traços da Teoria do Capital Humano, redimensionando com base na nova sociabilidade capitalista. Apoia-se no capitalismo concorrencial de mercado; o aumento da produtividade marginal é considerado em função do adequado desenvolvimento e utilização das competências dos trabalhadores; o investimento individual no desenvolvimento de competências é tanto resultado quanto pressuposto da adaptação à instabilidade da vida (RAMOS, 2001, p.54).

Nesse contexto, a reforma da educação profissional se inicia no governo de Fernando Henrique Cardoso, segundo Manfredi (2017) teve objetivo prioritário a melhoria da oferta educacional e sua adequação às novas demandas econômicas e sociais da sociedade globalizada.

Tinha como meta modernizar o ensino médio e o ensino profissional no país, de maneira a acompanhar o avanço tecnológico e atender às demandas do mercado de trabalho, que exigia flexibilidade, qualidade e produtividade. Na concepção proposta, o ensino médio teve uma única trajetória, articular conhecimentos e competências para a cidadania e para o trabalho, sem ser profissionalizante, ou seja, preparando “para a vida” (p. 76).

Oliveira (2016) destaca que a SEMTEC (Secretaria de Educação Média e Tecnológica), juntamente com as instituições federais de ensino profissional, discutia nesse período a criação de um Sistema Nacional de Educação Tecnológica, por meio da elevação de todas as escolas tecnológicas federais ao status de Cefet's, isso porque houve o reconhecimento da educação ofertada por estas instituições pelos setores produtivos.

as premissas básicas para a construção do projeto, sugeridas pela Semtec, assentam-se nos seguintes princípios: prioridade da formação profissional integrada com a geral, arrefecendo-se a ênfase propedêutica, atendimento às demandas do mercado, privilégio de disciplinas de base científico-tecnológica; concepção de estágio supervisionado que extrapole sua função específica, viabilizando a adaptação psicológica e social dos alunos às condições que desempenharão no âmbito profissional (OLIVEIRA, 2016, p.37).

A Semtec realizou diversos seminários com fins para elaboração de um projeto político- pedagógico coletivo de educação profissional a se seguir, esse período foi marcado por grande participação social, contudo, a participação é interrompida com a proposta de um Projeto de Lei nº 1.603/96, que mais tarde se consumaria no Decreto 2.208/97. A proposta acabou por ser tornar uma política conservadora que separava o ensino médio da educação profissional, fato que viria a representar “mais os interesses dos empresários e das recomendações dos órgãos internacionais do que das perspectivas democráticas inerentes aos projetos defendidos pelas entidades da sociedade civil” (MANFREDI, 2017, p. 119).

O projeto de lei nº 1.603/96 que dispõe sobre a educação profissional e a organização da Rede Federal de Educação Profissional, objetiva dismantlar a concepção de educação tecnológica, construída ao longo dos anos pelos Cefet's. Essa legislação em consonância com os princípios privilegiados pelas políticas públicas educacionais contemporâneas, foi elaborado pelos técnicos da Semtec, que se basearam nas orientações emanadas do Banco Mundial, do BID (OLIVEIRA, 2016, p.39).

Acrescenta Ciavatta (2014), que a concepção do ensino técnico de nível médio, anterior ao Decreto n. 2.208/97, era concebida com a integração do ensino médio e do ensino profissional, significava então, a possibilidade de a formação básica e a profissional no mesmo currículo. Ciavatta e Ramos (2011) compreendem a importância da integração do ensino geral com o ensino profissional como forma de apreensão histórica do trabalho, por meio da apreensão das relações sociais:

O primeiro sentido que atribuímos à integração expressa uma concepção de formação humana que preconiza a integração de todas as dimensões da vida – o trabalho, a ciência e a cultura – no processo formativo. Tal concepção pode orientar tanto a educação geral quanto a profissional, independentemente da forma como são ofertadas. O horizonte da formação, nessa perspectiva, é a *formação*

*politécnica*<sup>3</sup> e *omnilateral* dos trabalhadores e teria como propósito fundamental proporcionar-lhes a compreensão das relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas. Sob essa concepção afirmasse o trabalho como princípio educativo, isto é, como o fundamento da concepção epistemológica e pedagógica que visa a proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos (p.32).

O projeto de lei apresenta então, uma concepção de educação tecnológica que contrariava a concepção adotada pelos Cefet's. Em suma, o projeto separava a educação profissional da educação geral (resgate da dualidade), concepção de educação profissional voltada para atendimento das necessidades do mercado, extinção da responsabilidade do Estado em ofertar educação profissional, fim da equivalência entre ensino médio e profissional, por meio da impossibilidade de o egresso do ensino profissional ter acesso ao ensino superior.

A educação profissional assume com a LDB/96, como será analisado a seguir, um caráter complementar à educação básica, destina-se para os alunos egressos do ensino fundamental, médio e superior, assim como para o trabalhador, jovem ou adulto, independente da escolaridade alcançada.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB/1996), a educação brasileira fica estruturada em dois níveis (educação básica e educação superior). Verifica-se que a educação profissional não é contemplada pela estrutura de nenhum dos dois níveis da educação do país, consolida-se como uma oferta de educação paralela, explicitando assim, a continuidade da dualidade da educação profissional.

Assim, o Ensino Médio da LDB/1996 prevê em seu art. 35, a possibilidade de preparação para o trabalho, por meio do prosseguimento dos estudos:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:  
I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

---

<sup>3</sup>Noção de politécnica se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral. Para mais aprofundamento, ver Sobre a concepção de politécnica, Demerval Saviani (1989).

II \_ a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III \_ o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria e a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996).

Para Pamplona (2008), não é apresentada regulamentação para educação profissional na nova LDB. Em contrapartida, o ensino médio foi regulamentado na tentativa de distanciar o ensino profissional do médio, uma vez que este último ensino foi composto de disciplinas da chamada “educação geral”, dificultando a integração dos dois níveis de ensino e conseqüentemente, a superação da dicotomia. A educação profissional é então prevista nos artigos 39 a 42 da Lei nº 9394/96 (LDB):

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo Único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Dessa forma, a organização curricular tecnológica prevista na LDB/1996, em seu art.39, integra a educação profissional e tecnológica a diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões de trabalho, da ciência e da tecnologia assim como a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. Sem, contudo, estabelecer a competência e as responsabilidades, ou seja, não houve a indicação de qual ente

federativo (União, Estado ou Município) seria responsável pela oferta de educação profissional.

Caires e Oliveira (2016) evidenciam que a LDB/1996 privilegia a articulação da educação profissional ao ensino médio, ao invés da integração, conforme ocorria anteriormente.

As indefinições não foram consideradas ao acaso: “as indefinições objetivaram deixar o caminho livre para as reformas previstas para a Educação Profissional, tomando-se, por exemplo, o Projeto de Lei n. 1.603/1996” (p.111).

Considera Pamplona (2008, p. 49):

O espírito imbuído de vontade de reduzir a utilização de recursos na educação profissional de nível médio, considerada cara no pensamento governista, inspirou os detentores do poder, para reforçarem a separação do ensino propedêutico e o profissionalizante. A promulgação da Lei 9394/96 (LDB), foi o ponto de partida da reforma, A reforma seria, então, executada através de um ato de poder, sem discussões democráticas no foro próprio do Congresso Nacional, onde se supõe poderiam existir debates entre as forças conservadoras e as representantes das alas progressistas. As forças governamentais prosseguiram com suas ações legais, em consonância com os ideais neoliberais, e incorporaram as propostas do Projeto de Lei nº 1603/96 no Decreto nº 2208/97, que separou a educação profissional do ensino profissionalizante de forma bastante radical.

Na prática, o conteúdo do projeto de lei de nº 1603/96 foi contemplado no Decreto nº 2.208/1997, de maneira que se concretizou a separação do ensino médio da educação profissional, conforme análise seguinte.

O Brasil promove a reforma do ensino médio e técnico no Brasil por meio do Decreto nº 2.208/97 que regulamentou os artigos 36 e 39 a 42 da Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) ao estabelecer que a educação profissional de nível técnico tenha organização curricular própria e independente do ensino médio, passando a ser ensino médio e educação profissional de nível técnico. Apresenta como objetivos da educação profissional:

Art 1º A educação profissional tem por objetivos:

- I - promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;
- II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
- III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos; e

IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Prevê a articulação da educação profissional com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho. Sendo desenvolvida em três níveis. A respeito analisa:

O **nível básico** destina-se à maioria dos trabalhadores, jovens e adultos, independente de escolaridade anterior. Tratava-se de uma modalidade de formação profissional cujos cursos não estão sujeitos a regulamentação curricular e podem ser ministrados em múltiplos espaços sociais: empresas, sindicatos, escolas, entre outros. Aos que concluíssem os cursos de Educação Profissional de nível básico, seria conferido certificado de qualificação profissional;

O **nível técnico** destinava-se aos matriculados ou egressos do ensino médio. Tinha como estrutura organizativa e curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecido de forma concomitante ou sequencial a ele. No entanto, só seria concebido o diploma de técnico àqueles que concluíssem o ensino médio; e

O **nível tecnológico** correspondia aos cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos de nível médio e/ou técnico (MANFREDI, 2017, p. 77).

Para Oliveira (2016), o decreto nº 2.208/97, como reiterado anteriormente, não provocou grandes mudanças no projeto de lei nº 1.603/96 não dispôs da Rede Federal Profissional, o que causou grande debate principalmente dentro dos Cefet's.

No mesmo ano, o Ministério da Educação emite a Portaria do MEC nº 1005 de 10 de setembro de 1997 que implementa o Programa de Reforma Profissional (PROEP), que previa triplicar a oferta da educação profissional visto que contava com o financiamento de organismos internacionais, entre eles o Bird.

Destaca-se o estudo de Oliveira (2016) perante as contradições da reforma do ensino profissional que tinha como diretrizes principais garantir a flexibilização e a proposição de currículos abertos, baseados não em disciplinas, mas em competências e habilidades.

Conforme a autora, a reforma era pretensiosa, primeiro, pela premissa de que a educação profissional deveria ser sustentada por uma “sólida educação de base”, considerando-se que no Brasil vemos a rede pública caracterizada pela baixa escolaridade de ensino e pela falta de estrutura governamental. Segundo, por causa da ênfase dada à educação como motriz do desenvolvimento econômico,



considerando que este depende muito mais de outras mediações para se tornar concreto e competitivo.

Por fim, o autor questiona a rearticulação e a ressignificação de conceitos presentes em suas diretrizes tais como “política de igualdade”, formação do “cidadão trabalhador”, uma vez que a educação profissional estava sendo implantada por uma ótica mercantilista, consubstanciada na priorização de competência e na subordinação da educação ao setor produtivo.

Segundo Manfredi (2017), a reforma promovida pelo Proep legitima um projeto de educação contrário ao projeto que estava sendo debatido pelos atores sociais, uma vez que as medidas estabelecem uma separação entre os ensinos médio e profissional, gerando sistemas e redes distintas. A dualidade das redes é explicada pela autora por meio da justificativa de redução de custos:

A separação das redes permitia, por um lado, que a democratização do ensino fosse feita mediante um ensino regular de natureza generalista, o qual é bem menos custoso para o Estado do que um ensino médio de caráter profissionalizante, e, por outro lado, ensejava a possibilidade de construção de parcerias com a iniciativa privada, para a manutenção e a ampliação da rede de educação profissionalizante (MANFREDI, 2017, p.80).

A autora considera que essa divisão das redes, comprometia o acesso ao ensino médio das classes populares, elitizando-o. Assim, recria a coexistência de um sistema regular com preparação para a continuidade dos estudos em nível universitário, e o ensino profissional mediado pelo mercado. Acrescenta ainda que, a ampliação da rede de ensino médio de formação geral, controlaria o ingresso ao mercado de trabalho formal, “atuando como um mecanismo compensatório e regulador de tensões sociais, já que os empregos que exigiam maior qualificação técnica tendem a ficar restritos a uma reduzida parcela da população” (p.81).

Em virtude do elevado investimento que seria necessário para universalizar pelo menos o Ensino Médio nos países periféricos, o Banco Mundial tem recomendado que se priorize o Ensino Fundamental, deixando de investir em educação profissional especializada e de elevado custo como estratégia de racionalização financeira com vistas ao atingimento das metas de ajuste fiscal (KUENZER, 2000, p.23).

Segundo a análise da autora, a recomendação se daria pela constatação que o nível fundamental garante maior retorno econômico, sendo irracional despesas com formação profissional cara e prolongada, em virtude das constantes extinções

de postos e da mudança do paradigma técnico para o tecnológico. Assim, como aponta:

Irrracionalidade do investimento em educação acadêmica e prolongada para aqueles que, segundo os resultados da investigação, são a maioria e não nascem competentes para o exercício de atividades intelectuais: os pobres, os negros, as minorias étnicas e as mulheres. Para estes, mais racional seria oferecer educação fundamental, padrão mínimo exigido para participar da vida social e produtiva nos atuais níveis de desenvolvimento científico e tecnológico, complementada por qualificação profissional de curta duração e baixo custo (KUENZER, 2000, p.24).

Essa reforma constituiu-se em um ajuste conservador, e revigora a dualidade, ao instituir o Sistema Nacional de Educação Profissional em paralelo ao Sistema Nacional de Educação. No âmbito desses dois sistemas, e de forma orgânica, realizam-se as reformas do ensino técnico e médio, com o que foram extintas as escolas técnicas de nível médio.

Restabelecem-se as duas trajetórias, sem equivalência, negando-se a construção da integração entre educação geral e educação para o trabalho que vinha historicamente se processando nas instituições responsáveis pela educação profissional, certamente mais orgânica à nova realidade da vida social e produtiva (KUENZER, 1997).

Então, do ano de 1997 a 2003, houve a expansão e melhoria das infraestruturas físicas e de recurso humano, por meio de três subprogramas, analisados por Manfredi (2017), em nível federal houve a transformação das instituições federais de educação tecnológica (transformação das escolas em CEFET's), reordenamento dos sistemas estaduais de Educação Profissional. De modo que se criasse uma rede descentralizada em todas as unidades federativas e por fim, expansão do fortalecimento das entidades municipais.

Conclui Frigotto e Ciavatta (2003), que a reforma educacional praticada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso representou o ideário do liberalismo em termos econômicos e sociais, pois a concepção organizativa e pedagógica do projeto educativo do Governo Cardoso funda-se nos critérios mercantilistas, economicistas e, portanto, com caráter instrumental.

Com a mudança de governo, em 2003, inicia-se um novo processo de debate em torno do processo de revogação do Decreto de nº 2.208/97, Frigotto (2005, p.2) destaca três principais:

Uma primeira posição expressa em três documentos defendia a ideia ou tese de que cabe apenas revogar o Decreto n. 2.208/97 e pautar a elaboração da política de Ensino Médio e Educação Profissional, de uma parte pelo fato de a LDB em vigor (Lei n. 9.394/96) contemplar as mudanças que estão sendo propostas e, de outra, por se entender que tentar efetivar mudanças por decreto significa dar continuidade ao método impositivo do governo anterior. Uma segunda posição é expressa, mais diretamente, por um documento que se posiciona pela manutenção do atual Decreto n. 2.208/97 e outros documentos que indiretamente desejariam que as alterações fossem mínimas. Por fim, uma terceira posição, que consta de um número mais significativo de documentos, direta ou indiretamente partilha da ideia da revogação do Decreto n. 2.208/97 e da promulgação de um novo Decreto.

Pamplona (2008) sintetiza que a primeira posição defende a revogação pura e simples do Decreto, a segunda defende a manutenção do decreto com mudanças mínimas, e a terceira defende a revogação total com posterior publicação de novo decreto.

Na prática foi vencida a última proposição, e se institui o Decreto de nº 5.154/04 com poucas alterações se comparado ao decreto de nº 2.208/97, com apenas uma flexibilização na forma de articulação, que permitiu o retorno do sistema integrado dos cursos profissionais e propedêutico.

Assim, o que se buscava no projeto de LDB aprovado na Comissão da Câmara e que se tenta resgatar com o Decreto n. 5.154/2004, com todas as contradições já assinaladas, é a consolidação da base unitária do ensino médio, que comporte a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como a formação específica para o exercício de profissões técnicas. Em termos ainda somente formais, o Decreto n. 5.154/2004 tenta restabelecer as condições jurídicas, políticas e institucionais que se queria assegurar na disputa da LDB na década de 1980.

O documento é fruto de um conjunto de disputas e, por isso, mesmo, é um documento híbrido, com contradições que, para expressar a luta dos setores progressistas envolvidos, precisa ser compreendido nas disputas internas na sociedade, nos estados, nas escolas (FRIGOTTO, 2010, p.4).

Caires e Oliveira (2016) destacam que a oferta da articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, conforme previsto no Art. 4, descrito abaixo, evidencia o caráter conciliador das políticas do Governo de Lula, na tentativa de atender os diferentes interesses das classes sociais e dos grupos político-ideológicos.

Art. 4 § 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso; e

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

As três formas de oferta de educação profissional para Caires e Oliveira (2016, p.142) representam:

Por um lado, o Ensino Médio Integrado representou a possibilidade de melhores condições para potencializar a constituição de uma Educação Tecnológica alicerçada na formação integral, cidadã e crítica e na superação da histórica dualidade estrutural, vivenciada pela educação brasileira. Por outro lado, as formas concomitante e subsequente, muitas vezes, desenvolvidas em módulos fragmentados, acabaram por manter uma relação mais próxima com uma capacitação focada, apenas, no mercado de trabalho, afastando-se de uma educação mais humanista e reflexiva”.

Manfredi (2017) elenca as principais medidas previstas no Decreto n. 5.154/2004:

- Possibilidade de integração curricular entre os ensinos médios e técnicos;
- Revogação do Proep, redirecionamento de recursos para instituições públicas;
- Recuperação e expansão da rede Federal e das redes estaduais a partir de repasses, por meio de dois programas, são eles: Brasil Profissionalizado (2007) e Ensino Médio Inovador (2009);
- Ampliação das funções da Rede Federal de Educação Tecnológica por meio da possibilidade de oferta de educação superior, por meio da transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) e escolas técnicas em

Institutos Superiores de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets) e com a criação dos Institutos Federais (Ifs) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs)

Para destacar as principais diferenças quanto ao Decreto revogado de decreto 2.208/97 e o novo Decreto, Pamplona (2008) elabora quadro com as diferenças entre os Decretos 2.208/97 e o Decreto 5.154/04:

Quadro 3 – Diferenças entre o Decreto 2.208/97 e o Decreto 5154/04

DECRETO Nº. 2208/97	DECRETO Nº 5154/04
O Decreto nº. 2.208/97 organizava a Educação Profissional em três níveis: Básico, Técnico e Tecnológico (Cf. Artigo 3º).	O Decreto nº. 5.154/2004 define que a Educação Profissional “será desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; Educação Profissional Técnica de nível médio; e Educação Profissional Tecnológica, e graduação e de pós-graduação” (Cf. Artigo 1º).
O Artigo 5º do Decreto nº. 2.208/97 define que “a Educação Profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do Ensino Médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este”.	O Decreto nº. 5.154/2004, por seu turno, define que “a Educação Profissional Técnica de nível médio (...) será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio” (Cf. Artigo 4º), e que esta articulação entre a Educação Profissional Técnica de nível médio e o Ensino Médio “dar-se-á de forma integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio” (Cf. incisos I, II e III do § 1º do Artigo 4º).
O Parágrafo Único do Artigo 5º do Decreto nº. 2.208/97 estabelecia um limite, de 25% do total da carga horária mínima do Ensino Médio para “aproveitamento no currículo da habilitação profissional”.	O Decreto nº. 5.154/2004 não prevê mais esse limite previsto pelo Decreto nº. 2.208/97, que constituía, na prática, uma clara herança da mentalidade ditada pela Lei nº. 5.692/71;
O Decreto nº. 2.208/97, no seu Artigo 6º, definia uma estratégia para a “formulação dos currículos plenos dos cursos do ensino técnico”, que já fora superada pelas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, de forma coerente com as diretrizes da Lei nº. 9.394/96.	Acabou sendo estabelecido sobre a matéria pelo Decreto nº. 5154/04, em seus artigos 5º e 6º.
As orientações definidas nos Artigos 8º e 9º do Decreto nº. 2.208/97 também foram devidamente interpretadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, as quais mantêm maior coerência com o que dispõe sobre a matéria o recente Decreto 5.154/04.	

Fonte: Elaborado a partir de Pamplona (2008)

Em 2005, o governo Lula altera a Lei de nº 8.948/1994 por meio da Lei nº 11.195 de 19 de novembro de 2005 que permite ao Governo Federal investir na expansão e na criação de novas escolas de Educação Profissional, como será analisado a seguir.

### **2.3 Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia**

Por meio da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, é instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e com ela, se criam os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Apresentam como finalidade:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, LEI Nº 11.892, 2008).

Conforme destacado, em 2005, pela Lei n. 11.195, acontece a primeira fase, no Governo Lula, do Plano de Expansão da Rede Federal de EPT em que ocorre a

construção de 64 novas unidades de ensino. Dois anos mais tarde, se dá o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de EPT, intitulada como “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”, a qual tinha como meta entregar à sociedade mais 150 unidades novas de ensino, que somada às 64 da primeira fase, totalizariam 214 unidades (BRASIL, MEC, 2019).

O plano de expansão da Rede adota três linhas de atuação prioritária: unidades da federação que não contam com nenhuma instituição da Rede Federal, regiões mais interioranas do território nacional e periferias dos grandes centros urbanos. Desse modo, as fases são caracterizadas principalmente como:

**Plano de Expansão – Fase I:** a prioridade inicial foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas destas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, além da instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior. Na primeira fase do plano de expansão, o projeto previu a criação de 5 (cinco) escolas técnicas federais e de 4 (quatro) escolas Agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica;

**Plano de Expansão – Fase II:** em sua segunda fase, iniciada em 2007, a Setec/MEC estabelece como meta a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições federais de educação tecnológica no marco do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. As instituições foram distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais; e

**Plano de Expansão – Fase III:** sua terceira fase, iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população (BRASIL. MEC. SETEC, 2015).

Como resultado, a expansão e interiorização das instituições federais de EPT partiu, em 2006, de um total de 144 unidades. Chegou em 2018, a 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento. Isso representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases (que totalizava 400 novas unidades). Sendo formada por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet); 23

escolas técnicas vinculadas às universidades federais, e o Colégio Pedro II, e seus respectivos *campi*, conforme demonstrado na figura dois.

Figura 2 - Mapa da Expansão da Rede Federal até 2018



Fonte: Site do MEC (2019)

Para Pacheco (2010, p. 6), a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e no desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Dessa forma, a educação profissional é agora apresentada como política social com vistas ao desenvolvimento das regiões, pois apresentam como premissas em suas diretrizes e objetivos a fomentação do desenvolvimento local e regional:



Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Observa-se então, que os princípios norteadores da Educação Profissional, conforme os incisos acima, estão diretamente relacionados ao desenvolvimento econômico do país. Os institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, iniciam uma dinâmica inédita na educação, a de incluir em seus debates as necessidades e demandas das comunidades. E assim, buscam ofertar uma formação profissional baseada nas peculiaridades científico-tecnológicas do território, como preconiza o Art. 2º “as instituições de educação superior, básica e profissional, são pluricurriculares e *multicampus*, especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008a).

Nesse contexto, o Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular, prestes a completar cem anos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (PACHECO, 2010, p.18).

Para Pacheco (2010), a educação Profissional e Tecnológica é concebida como uma ação de estratégia política e de transformação social que contribui para o

desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, assim como elemento para fortalecer o processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros. Em síntese, esse novo desenho institucional tem como principal função a intervenção na realidade, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional.

O diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação. No local e no regional, concentra-se o universal, pois nada no mundo seria em essência puramente local ou global. A interferência no local propicia alteração na esfera maior. Eis porque o desenvolvimento local e regional deve vir no bojo do conjunto de políticas públicas (PACHECO, 2010, p.20)

Os princípios gerais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como estratégia para o desenvolvimento do país, se dão em torno do compromisso da rede com o comprometimento da redução das desigualdades sociais, por meio da construção de um projeto de desenvolvimento justo, igualitário e sustentável, assumindo o eixo social como forma de democratizar os estados e as relações sociais (BRASIL, 2004a).

Há ainda, o reconhecimento da importância do desenvolvimento econômico como forma de redução das desigualdades, por meio de estratégias de ação que possam revitalizar o sistema produtivo nacional, congregando a produção de conhecimentos nas diversas áreas, bem como, a absorção e a produção de tecnologia.

Por fim, o reconhecimento da educação como um direito social básico e universal. Esse direito deverá ser assegurado pela universalização desta educação, por meio da oferta pública e gratuita, pela democratização do acesso e garantia de permanência, por meio de um novo padrão de gestão da educação, que tenha como eixo uma educação pública de qualidade socialmente discutida e construída em processos participativos e democráticos, incorporando experiências que permitam acumular conhecimentos e inúmeras possibilidades

Em 2009, o Ministério da Educação por meio da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica elaboram o Projeto de Estudo/Pesquisa para a Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local. Esse projeto teve como objetivo propor e desenvolver uma metodologia capaz de orientar e organizar as iniciativas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no processo de

interiorização dos institutos federais visando inseri-los no desenvolvimento regional/local.

Entre as contribuições do documento, está a ênfase de abordagens multidisciplinares para a identificação de aspectos como potencialidades/vocações, entendidas como um conjunto de características intrínsecas de uma determinada territorialidade, as quais se constituem como diferenciais ou vantagens competitivas, no contexto regional, nacional e mundial. E, quando exploradas adequadamente, proporcionam as condições para o desenvolvimento regional sobre bases sustentáveis.

Destaque para ações de espaços de participação popular por meio de articulação e engajamento com os atores sociais regionais/ locais por meio de técnicas (entrevista com setores da sociedade, oficinas de trabalhos para identificação de demandas e necessidades e audiências públicas com vistas a apresentar convergências e a estabelecer compromissos).

De acordo com Pacheco (2010), a razão de ser dos Institutos Federais, enquanto instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, estão associadas à:

- conduta articulada ao contexto em que está instalada;
- ao relacionamento do trabalho desenvolvido;
- à vocação produtiva de seu lócus;
- à busca de maior inserção da mão-de-obra qualificada neste mesmo espaço; e
- à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico político cultural de sua região de abrangência (BRASIL, 2008b, p.25).

Pode-se observar nos documentos oficiais, a adoção, como referencial de diretrizes e ações, do conceito de desenvolvimento regional sustentável, entendido como o processo de intervenção e mudança que articula o aumento da competitividade da economia regional/local, a inclusão social, a elevação da qualidade de vida da população, a preservação das identidades culturais das comunidades e a preservação ambiental.

Compreende-se que as prioridades de desenvolvimento devem ser capazes de articular positivamente e viabilizar avanços em cada uma dessas dimensões, atenuando conflitos e tensões entre a economia, a sociedade e o meio ambiente (MEC/SEPT, 2009, p.9).

No documento elaborado pelo MEC Concepções e Diretrizes (2008b), pode-se observar o compromisso da rede federal com o desenvolvimento socioeconômico local regional, a partir da identificação e da definição dos territórios de abrangência por meio de mesorregiões<sup>4</sup>. Uma vez que, os critérios do governo federal para definição do quantitativo e da localização da implantação dos *campi* são baseados nos baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) somados à identificação socioeconômica e às potencialidades dos arranjos produtivos locais presentes.

Em consonância, Pacheco (2012) relata que na intervenção no território os Institutos devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu *lócus*, a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos, e a inserção, nesse espaço da mão de obra qualificada por meio de cursos de qualificação programados para atenderem as demandas identificadas a partir de especificidades dos arranjos produtivos, sociais e culturais.

Os Institutos Federais surgem como autarquias de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária. Pluricurriculares e *multicampis*, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, é, porém, ao eger como princípio de sua prática educacional a prevalência do bem social sobre os demais interesses, que essas instituições consolidam seu papel junto à sociedade. E na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, identificam-se como verdadeiras incubadoras de políticas sociais (PACHECO, 2012, p.4).

É essencial para o desenvolvimento social da comunidade que os cursos ofertados possam ser integrados e direcionados para os arranjos produtivos locais. O foco nos APLs<sup>5</sup>, segundo Cassiolato e Lastres (2003), não deve ser visto por si só como prioridade de política, mas sim, como uma forma que potencializa as ações de

---

<sup>4</sup>Uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade constituída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. (IBGE 1996).

<sup>5</sup> Este estudo adotará a concepção de Arranjos Produtivos Locais (APL's) de Cassiolato e Lastres (2003), onde são considerados aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

promoção por focalizar agentes coletivos, seus ambientes, suas especificidades e requerimentos. A seguir será discutido o conceito de Arranjos Produtivos Locais adotado pelos Institutos Federais.

### **2.3.1 Arranjos Produtivos Locais como estratégia de Desenvolvimento**

Com o acirramento do processo de globalização dos mercados e o uso das tecnologias de informação e comunicação na década de 1990, há intensas modificações no modelo econômico, seja pela superação do padrão de produção de larga escala do fordismo, seja, conforme Lastres e Cassiolato (2003) pela aceleração do processo de geração de novos conhecimentos e a intensificação do processo de adoção e difusão de inovações tecnológicas na produção. Nesse contexto, a vantagem competitiva das empresas passa a se relacionar diretamente com sua capacidade inovativa.

Entre as características desse novo padrão de acumulação, Lastres e Cassiolato (2003, p.2) destacam: “a crescente intensidade e complexidade dos conhecimentos desenvolvidos e sua acelerada incorporação nos bens e serviços produzidos e comercializados”, destacando principalmente a maior velocidade, confiabilidade e baixo custo de transmissão, armazenamento e processamento de enormes quantidades de conhecimentos codificados, e acima de tudo, como principal característica os processos de desmaterialização, entendida pelos autores como diminuição absoluta e relativa da importância da parte material usada na produção de bens e serviços.

Na prática, ocorre a redução de investimentos fixos da produção para o aumento de investimento na área de P&D, gerando modificações sociais, econômicas e políticas nas organizações. Lastres e Albagli (1999, p.35) destacam:

- O aprofundamento do nível de conhecimentos tácitos (não codificáveis e específicos de cada unidade produtiva e seu ambiente), implicando a necessidade de investimentos em treinamento e qualificação, organização e coordenação de processos, tornando-se a atividade inovativa, ainda mais “localizada” e específica, nem sempre comercializável ou passível de transferência;

- As mudanças fundamentais nas formas de gestão e de organização empresarial, gerando maior flexibilidade e maior integração das diferentes funções da empresa (pesquisa, produção, administração, marketing etc.), assim como maior interligação de empresas (destacando-se os casos de integração entre usuários, produtores, fornecedores e prestadores de serviços) e destas com outras instituições, estabelecendo-se novos padrões de relacionamento entre os mesmos; e
- As mudanças no perfil dos diferentes agentes econômicos, assim como dos recursos humanos, passando-se a exigir um nível de qualificação muito mais amplo dos trabalhadores;
- As exigências de novas estratégias e políticas, novas formas de regulação e novos formatos de intervenção governamental.

Dessa forma, as transformações econômicas somadas à teoria do crescimento endógeno, como analisado no capítulo um, tem favorecido o surgimento de novas concepções de desenvolvimento regional, baseadas nas mudanças de integração e construção de cadeias produtivas. Isso ocorre tanto pela sua proximidade física (aglomerações locais) como pela construção social e cultural da sua estrutura produtiva (formas de inserção no mercado, logística, cooperação, políticas públicas de apoio).

Consoante Diniz (2011), fatores como informações, conhecimento, pesquisa e inovação influenciam a capacidade de um local ou de uma região de promover o surgimento de vantagens comparativas no processo de produção. Logo, a importância da aglomeração de empresas como fatores de desenvolvimento econômico e social das regiões, tais como, os Arranjos Produtivos Locais.

O governo federal em 2004, ao reconhecer a importância dos arranjos produtivos locais para a economia local, cria no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), que inicia o processo de institucionalização da Política de Apoio de Arranjos Produtivos Locais como política pública (BRASIL, 2004). No qual conceitua os APLs:

Arranjos produtivos locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e

aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (Observatório Brasileiro de APLs, 2014).

Contudo, pesquisas da Redesist sobre sistemas nacionais e locais de inovação, permitiram a compreensão de que o conceito de APL não deveria possuir uma definição fechada, mas sim, destacar o conjunto específico de interações entre as atividades econômicas, considerando que se reconhece a grande diversidade de experiências e relações de interações nos processos produtivos locais.

A definição de APLs da rede, é dada por Lastres et al.. (2008, p. 13) como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos e interdependência.

Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: a formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

A fim de caracterizar os Arranjos Produtivos Locais do Maranhão, a seguir será realizada uma breve análise da Economia do Estado do Maranhão.

### **2.3.2 A Economia do Estado do Maranhão.**

Para destacar a evolução dos principais indicadores econômicos do Estado do Maranhão utilizar-se-á como base, a pesquisa promovida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) que teve como objetivo a análise do mapeamento e das políticas promovedoras do desenvolvimento local, entre os quais, os arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso. Para tanto, na tentativa de obtenção de dados mais atualizados, será tomado como base, o último relatório do IBGE sobre a economia do Estado, Contas Regionais (2015).

No período de 2003 a 2009, segundo Moura e Santos (2009a), o Maranhão sempre ocupou a quarta posição na lista do Produto Interno do Brasil, ficando atrás dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, conforme Quadro 4.

Quadro 4 - Valor adicionado bruto, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da federação - 2010-2015

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Valor adicionado bruto (1 000 000 R\$)					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	3 302 840	3 720 461	4 094 259	4 553 760	4 972 734	5 155 601
Nordeste	458 357	510 714	569 919	634 112	709 014	748 066
<b>Maranhão</b>	<b>41 111</b>	<b>45 887</b>	<b>52 984</b>	<b>60 029</b>	<b>68 566</b>	<b>69 855</b>
Piauí	19 670	23 152	25 418	27 848	33 984	35 068
Ceará	69 178	78 347	84 076	94 870	110 779	114 634
Rio Grande do Norte	32 149	36 403	41 257	45 904	48 235	51 183
Paraíba	29 853	32 985	37 672	40 988	46 997	50 104
Pernambuco	82 952	93 644	108 608	120 896	133 321	134 491
Alagoas	24 340	28 530	31 249	33 708	37 264	42 257
Sergipe	23 687	26 038	29 359	31 609	33 665	34 507
Bahia	135 415	145 727	159 296	178 262	196 203	215 967

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

Esta situação se perdurou até o ano de 2015, considerando-se que no ano de 2010, o PIB do Estado representava 1,24% do PIB do Brasil. Entre os anos de 2010 e 2015, observou-se um aumento gradativo do PIB do Maranhão na sua participação no PIB brasileiro. Observa-se ainda, que no ano de 2015, o PIB do Maranhão representou 1,35% do PIB nacional.

Para melhor analisar a formação da economia, os autores analisam a composição da distribuição setorial do Maranhão por atividades econômicas, por meio do Valor Adicionado Bruto (VA), ou seja, valor obtido após a subtração do consumo intermediário do valor total da produção, utilizando como fonte de dados as Contas Regionais do Brasil, para o período compreendido de 2003 a 2006. Nesse sentido, o Quadro 5 evidencia a evolução, em valor absoluto estimado, da composição dos setores de atividades no Brasil (Agropecuária, Indústria e setores dos Serviços), no Nordeste e no Estado do Maranhão.



Quadro 5. Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, por Unidades da Federação - 2003-2006

ANO	Participação no valor adicionado bruto (%)								
	BRASIL			NORDESTE			MARANHÃO		
	AGRO	IND	SERV	AGRO	IND	SERV	AGRO	IND	SERV
2003	7,2	27,0	65,8	10,8	22,5	66,7	15,6	19,9	64,5
2004	6,7	28,6	64,7	10,2	23,6	66,2	15,2	17,1	67,7
2005	5,5	28,5	66,0	8,9	23,1	68,0	13,3	16,3	70,4
2006	5,1	27,7	67,2	8,5	23,2	68,3	10,2	23,8	66,0

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil, 2006

A partir da visualização do quadro 5, percebe-se que o setor das atividades agropecuárias (setor primário), entre os anos de 2003 e 2006, é o que possui menor importância entre todas as unidades pesquisadas. O setor agropecuário no Maranhão acaba por apresentar maior participação, tanto em relação ao Brasil como em relação ao Nordeste. Levando em conta que, em 2006, o setor agropecuário no Brasil representava somente 5,1% do PIB nacional, no Nordeste, o setor representava 8,5% do PIB e no Maranhão, o setor representou 10,2% do PIB do Estado.

Outra situação importante a se destacar, é que nessas unidades, o setor agropecuário vem reduzindo a sua importância na composição do PIB ao longo dos anos. Com relação aos setores da indústria e de serviços, houve pouca oscilação, tendo destaque somente o ano de 2006, em que no Maranhão, o setor da indústria apresentou um crescimento de 7,5% com relação ao ano de 2005.

Quanto à atualização por setores da economia temos no Quadro 6:

Quadro 6. Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, por Unidades da Federação - 2007-2015

ANO	Participação no valor adicionado bruto (%)								
	BRASIL			NORDESTE			MARANHÃO		
	Agropec.	Ind.	Serv	Agropec.	Ind;	Serv.	Agropec.	Ind.	Serv.
2007	5,2	27,1	67,7	8,1	22,0	69,9	11,2	18,2	70,6
2008	5,4	27,3	67,3	8,8	22,1	69,1	14,8	18,0	67,2
2009	5,2	25,6	69,2	7,9	21,4	70,8	11,4	16,5	72,1
2010	4,8	27,4	67,8	6,7	22,9	70,4	11,0	16,7	72,2
2011	5,1	27,2	67,7	7,0	22,1	70,9	11,2	18,1	70,7
2012	4,9	26,0	69,1	6,2	21,7	72,1	10,3	19,7	70,1
2013	5,3	24,9	69,9	6,2	20,3	73,5	11,4	19,0	69,7
2014	5,0	23,8	71,2	6,3	19,4	74,3	10,8	17,9	71,3
2015	5,0	22,5	72,5	6,5	19,9	73,6	10,4	19,6	70,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

Vê que ao serem atualizados os valores (Quadro 6), utilizando-se o banco de dados do IBGE, Contas Regionais 2015 os setores da economia se mantiveram estáveis entre os anos 2007 e 2015, não apresentando crescimento ou redução significativas.

Em suma, podemos constatar por meio dos quadros 5 e 6, que desde 2003 até o ano de 2015, o PIB do Estado do Maranhão é composto por aproximadamente 12% no setor agropecuário, 18.5% com o setor da indústria e 69.5% do setor de serviços, sendo este o mais expressivo na composição do PIB do Brasil, do Nordeste e do Maranhão.

Esses dados são de elevada importância para caracterizar a economia do Estado, para entender a composição dos setores de atividades econômicas do Maranhão (agropecuária, indústria e serviços), e poder assim, constatar as diferenças nas estruturas produtivas do Estado, do Nordeste e da produção nacional. Observa-se ainda, que o setor de serviços é o setor com maior representatividade na balança comercial estadual e nacional. E, conforme o quadro, o setor industrial maranhense possui participação abaixo das médias nordestinas e nacional, sendo o setor primário (agropecuária) o que apresenta a média maior das demais unidades federativas.

Análise similar é realizada pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC (2013), ao examinar a Formação Econômica do Maranhão e destaca que, no período de 2002 a 2010, no caso do Brasil, os setores de comércio (19%), Construção Civil (6,7%), Administração Pública (18%) e Extrativa Mineral (6,7%) apresentaram crescimento acima da média, do ponto de vista do valor adicionado. O setor de serviços liderou, apresentando em 2010 (37,9%), enquanto a setor de indústria de transformação, apresentou 14,5% do valor adicionado total, conforme pode-se observar no Quadro 7.

Quadro 7 Composição e contribuição setorial para o crescimento do valor adicionado, no período de 2002 a 2010 (R\$ milhões)

Seções de Atividade	2002		2010		2002-2010	Contrib. p/o cresc. (%)
	VA	Part. %	VA	Part. %	% a.a.	
<b>MARANHÃO</b>	<b>26.774</b>	<b>100</b>	<b>40.454</b>	<b>100</b>	<b>5,3</b>	<b>100</b>
Agropecuária	4.334	16,2	6.969	17,2	6,1	19,3
Extrativa Mineral	79	0,3	980	2,4	36,9	6,6
Ind. De Transformação	1.966	7,3	1.338	3,3	-4,7	-4,6
Construção	1.944	7,3	3.141	7,8	6,2	8,8
SIUP	489	1,8	892	2,2	7,8	2,9
Comércio	3.256	12,2	6.253	15,5	8,5	21,9
Adm. Pública	5.680	21,2	9.587	23,7	6,8	28,6
Serviços	9.026	33,7	11.293	27,9	2,8	16,6
<b>BRASIL</b>	<b>2.368.705</b>	<b>100</b>	<b>3.227.181</b>	<b>100</b>	<b>3,9</b>	<b>100</b>
Agropecuária	156.752	6,6	171.177	5,3	1,1	1,7
Extrativa Mineral	37.990	1,6	95.886	3,0	12,3	6,7
Ind. De Transformação	399.201	16,9	523.616	16,2	3,4	14,5
Construção	125.063	5,3	182.477	5,7	4,8	6,7
SIUP	78.526	3,3	103.873	3,2	3,6	3
Comércio	240.737	10,2	404.007	12,5	6,7	19
Adm. Pública	367.880	15,5	522.777	16,2	4,5	18
Serviços	962.555	40,6	1.223.367	37,9	3,0	30,4

Fonte: IMESC (2013)

Posteriormente, são destacados os grandes contrastes da estrutura produtiva maranhense e da estrutura produtiva nacional.

A mais importante dessas diferenças reside, indubitavelmente, no pequeno peso e no medíocre desempenho na década recente da indústria de transformação que, no caso maranhense, compreende pouco mais que alguns segmentos da *Indústria de Alimentos e Bebidas*, *Produtos Minerais não Metálicos*, *Metalúrgica Básica*, e *Química*. Outras notáveis diferenças se refletem no peso maior, no plano maranhense das atividades *Agropecuária* e *Administração Pública*, ao passo que, o grupamento de atividades *Serviços* tem peso bem menor no Estado, em relação ao nível nacional (IMESC, 2013, p. 27).

Com base nisso, concluem que, IMESC (2013):

- A pequena representatividade da Indústria de Transformação que em 2013, correspondia a 73% dos empregos formais da indústria de transformação do Maranhão, conforme dados do Sistema de Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- O grande peso das atividades de Silvicultura e do Extrativismo Mineral, segundo dados do PIB Maranhense, as atividades

agrupadas as atividades agrupadas sob o nome Silvicultura, Exploração Florestal e Serviços Relacionados perfaziam 31,1% do Setor Agropecuário, a Pecuária perfazia 22,0%, ao passo que Soja e Outros Grãos perfaziam 18,2%. (IMESC/IBGE, 2012).

Esses estudos revelam que o Estado do Maranhão possui uma estrutura produtiva pouco diversificada. A economia necessita de impulsos exógenos como fatores indutores de dinamismos, quer seja por meio das transferências federais e constitucionais e transferências diretas de renda, quer seja pela expansão do crédito público e privado ao consumo e financiamento imobiliário. Segundo o estudo, no ano de 2010, foi transferido para o Maranhão o valor de R\$ 1,1 bilhão no Programa Bolsa Família, equivalente a 2,41% do PIB do Estado.

Em suma, pode-se constatar as diferenças nas estruturas produtivas do Estado, do Nordeste e da produção nacional. Observa-se ainda, que o setor de serviços é o setor com maior representatividade na balança comercial estadual e nacional. Nota-se também, a pouca representatividade do setor industrial e a grande representatividade do setor primário (Agropecuário), sendo o setor que apresenta média acima das médias do Nordeste e do país. A seguir, será analisado o modo como é trabalhado o setor primário no Estado, com ênfase na Política de Apoio a Arranjos Produtivos Locais.

### **2.3.3 Política de Apoio a Arranjos Produtivos Locais no Maranhão**

Entre os anos de 2003 e 2006, por influência das políticas federais de Apoio a Arranjos Produtivos Locais, surgem no Estado do Maranhão os primeiros esforços de identificar e mapear tais arranjos no Estado, a fim de iniciar a Política Estadual de Apoio aos APLs. Dessa forma, este estudo se baseará na análise promovida por esses levantamentos acerca da economia do Estado do Maranhão.

Conforme revisão bibliográfica e documental realizada, estudos acerca da identificação e mapeamento dos arranjos produtivos locais no Estado do Maranhão são escassos, principalmente com relação a publicações recentes. Contudo, esta pesquisa adota três estudos de identificação e mapeamento de APLs no Brasil. O primeiro realizado em 2005, pelo Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comercio (MDIC), atual Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. O segundo em 2006, pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). E por fim, o estudo realizado entre os anos de 2003 e 2009 promovido pelo Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), pois realizam uma análise da economia do Estado.

O primeiro levantamento foi realizado pelo MDCI, que a partir de 2005 coordenou o GTP-APL, o qual tinha como objetivo principal, articular ações governamentais para a integração de políticas voltadas aos Arranjos Produtivos Locais no Brasil. Assim, o levantamento tinha como proposta identificar os APLs, definir critérios de ação conjunta para apoio e fortalecimento dos arranjos, propor modelo de gestão multissetorial para o governo federal, construir sistemas de informação para o gerenciamento de ações e por fim, elaborar um termo de referência com aspectos conceituais e metodológicos sobre APLs.

Os estudos realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Comércio e Indústria (MDIC), assim como os realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) classificam os APLs mapeados em setores, sendo eles: primário, secundário e terciário.

No mapeamento nacional realizado pelo MDCI foram identificados 958 arranjos produtivos locais, sendo 567 localizados no setor primário, 344 no setor secundário, sendo 178 de baixo conteúdo tecnológico, 109 média-baixa tecnologia, 29 enquadraram-se como média-alta tecnologia e 28 foram considerados de alta intensidade tecnológica. No setor terciário, foram identificados 47, conforme quadro 8.

Quadro 8. APLs por macrorregiões geográficas segundo setores produtivos, levantamento MDCI

<b>SETOR PRODUTIVO</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Norte</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Total Brasil</b>
Setor Primário	14	310	161	63	19	567
Setor Secundário	27	102	33	127	55	344
Baixo cont. Tecnológico	14	56	20	59	29	178
Média-Baixa tecnologia	10	35	9	42	13	109
Média-Alta tecnologia	-	6	1	12	10	29
Alta intens. Tecnológica	3	5	3	14	3	28
Setor Terciário	10	16	2	10	9	47
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>	<b>428</b>	<b>196</b>	<b>200</b>	<b>83</b>	<b>958</b>

Fonte: elaboração própria a partir de Costa (2010)

Foram identificados na Região Nordeste do país, 428 Arranjos Produtivos Locais, a sua maioria no setor primário, com 72%, 24% no setor secundário e somente 4% no setor terciário. No Estado do Maranhão, recorte deste estudo, foram identificados 55 Arranjos Produtivos Locais, sendo 43 no setor primário, 08 no setor

secundário, sendo 03 identificados como baixo conteúdo tecnológico e apenas 01 no setor terciário, descrito no quadro 9.

Quadro 9. APLS no estado do Maranhão segundo setores produtivos, levantamento MDCI

SETOR PRODUTIVO	Nordeste	Maranhão
Setor Primário	310	43
Setor Secundário	102	11
Baixo cont. tecnológico	56	8
Média-Baixa tecnologia	35	3
Média-Alta tecnologia	6	-
Alta intens. Tecnológica	5	-
Setor Terciário	16	1
TOTAL	428	55

Fonte: elaboração própria a partir de Costa (2010)

Como citado acima, apesar de o setor agropecuário (setor primário) estar ao longo dos anos reduzindo a sua importância na composição do PIB, no Nordeste, principalmente, no Estado do Maranhão esse setor acaba por apresentar maior participação, tanto em relação ao Brasil como em relação ao Nordeste. Enquanto no Nordeste, foram identificados 310 arranjos produtivos locais no setor primário, nas demais regiões, foram identificados poucos arranjos produtivos locais primários, sendo 14 arranjos produtivos locais primários na Região Centro-Oeste, 161 na Região Norte, 63 na Região Sudeste e 19 na Região Sul.

Em contrapartida, a Região Nordeste concentra poucos arranjos produtivos locais secundários com uso de média e alta tecnologia, tendo sido identificados 5 e 6 arranjos produtivos locais, respectivamente. No Maranhão, não foram identificados arranjos com a utilização de alta tecnologia, somente 8 arranjos no setor secundário de baixo conteúdo tecnológico e 3 arranjos com médio conteúdo tecnológico.

De acordo com Costa (2010), os dados do levantamento caracterizam as aglomerações produtivas brasileiras como sendo concentradas no setor primário e em setores de baixo conteúdo tecnológico, ou média-baixa tecnologia. Conforme o autor, esse levantamento é perfeitamente condizente com as características da economia brasileira, que ainda é fundamentalmente baseada na matriz-produtiva agrícola, e tais dados, ratificam o caráter dependente e periférico da economia brasileira, e explicitam a fragilidade da inserção dos APLs brasileiros no processo de globalização.

Paralelamente, o estudo de Funi (2011) destaca a importância da desconstrução da visão polarizada entre rural e urbana, baseada somente na

abordagem territorial, presente nos mapeamentos de arranjos produtivos locais. Tendo em vista que, o país apresenta um novo rural, o qual demanda novas formas de diferenciar os espaços por meio da análise dos múltiplos usos econômicos e das atividades produtivas e não produtivas presentes no ambiente rural.

Os espaços rurais não estão fadados ao desaparecimento e muito menos são sinais de atraso econômico, ocorrendo revigoramento econômico e alta competitividade em localidades que apostaram na organização dos atores de forma a explorar os recursos internos, que envolvem desde as cadeias produtivas e fluxos de comércio – na dimensão econômica – até as amenidades naturais e condições paisagísticas, na dimensão ambiental (FUINI, 2011, p.120).

Um exemplo é a Região Centro-Oeste, que possui sua economia baseada na agricultura e no extrativismo mineral e vegetal, de acordo com dados do IBGE (2010), e conforme apresenta a tabela 4, são 14 arranjos produtivos locais identificados no setor primário, e quase o dobro (27 APLs) no setor secundário, e 10 no setor terciário.

Com relação ao levantamento realizado pelo IPEA em 2004, houve a identificação de 762 Arranjos Produtivos Locais no Brasil, sendo necessário destacar que o levantamento utilizou a metodologia do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e tinha como objetivo realizar o levantamento somente de aglomerações industriais. Para tanto, utilizou como metodologia os índices de concentração regional e de especialização, distribuídos por classes de atividades econômicas, e os dados de emprego e estabelecimentos da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE) dos Estados.

Quadro 10. APLs por macrorregiões geográficas segundo intensidade tecnológica, levantamento Ipea

<b>SETOR PRODUTIVO</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Norte</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Total Brasil</b>
Setor Secundário	98	201	75	211	177	762
Baixo cont. tecnológico	43	97	33	86	80	339
Média-Baixa tecnologia	35	72	21	56	46	230
Média-Alta tecnologia	8	17	8	43	37	113
Alta intens. Tecnológica	12	15	13	26	14	80
<b>TOTAL</b>	<b>98</b>	<b>201</b>	<b>75</b>	<b>211</b>	<b>177</b>	

Fonte: elaboração própria a partir de Suzigan et al.. (2006)

De forma geral, o levantamento realizado pelo Ipea focalizou na intensidade tecnológica dos arranjos produtivos locais, assim, identificou o total de 762 arranjos

produtivos locais no setor secundário, sendo 45% (339 arranjos) considerados de baixo conteúdo tecnológico, 30% (230 arranjos) considerados de média-baixa tecnologia, 15% do total (113) como de média-alta tecnologia, e somente 10% (80 arranjos) considerados de alta intensidade tecnológica. Destaca-se nos dados, a presença de 211 arranjos produtivos na Região Sudeste, sendo a região com maior número de aglomerados industriais, possuindo possui 28% do total nacional.

Uma das principais limitações da metodologia de mapeamento adotada pelo Ipea, é que os dados incluem apenas atividades econômicas que possuem relações contratuais formalizadas, deixando de fora todas as atividades econômicas com relações trabalhistas informais, principalmente, as atreladas ao setor primário.

Ao relacionarmos com o Estado do Maranhão, podemos constatar pelo levantamento do MDIC, que 79% dos arranjos produtivos locais do Estado são do setor primário (atividades agropecuárias), somado ao fato de que as atividades agrícolas e agropecuárias acabam em sua grande maioria sendo caracterizadas por ser agricultura familiar, algumas em nível de subsistência e alto grau de informalização, conforme podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 11. Número de Empregos e Microrregiões por Unidade da Federação – Brasil, 2004

<b>Estados</b>	<b>Ranking</b>	<b>N Total de Empregos</b>	<b>N de Microrregiões</b>	<b>N de Emprego na Maior Microrregião</b>	<b>% do Emprego Total da Maior Microrregião</b>	<b>% do Emprego Total das 5 Maiores Microrregiões</b>
SP	1	2.147.000	63	708.000	33%	54%
MG	2	645.000	66	173.000	27%	46%
RS	3	631.000	35	222.000	35%	72%
SC	4	493.000	20	104.000	21%	61%
PR	5	491.000	39	155.000	32%	56%
MA	22	23.000	21	8.000	35%	79%
PI	23	21.000	15	16.000	77%	90%
TO	24	8.800	8	2.700	31%	90%
AC	25	3.800	5	3.300	87%	100%
AP	26	2.844	4	2.500	88%	----

Fonte: elaboração própria a partir de Suzigan et al.. (2006)

Em razão disso, o Estado do Maranhão está na vigésima segunda posição, com apenas 23.000 empregos registrados no banco de dados da RAIS/MTE, sendo identificados assim, no Estado, somente 16 arranjos produtivos, dos quais 6 foram identificados como arranjos de baixo conteúdo tecnológico, 9 arranjos com média-



baixa tecnologia e somente 1 arranjo considerado de alta intensidade tecnológica, conforme pode-se observar no quadro 12.

Quadro 12. APLs identificados no Estado do Maranhão segundo setores produtivos, levantamento Ipea

<b>SETOR PRODUTIVO</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>MARANHÃO</b>
Setor Secundário	201	16
Baixo cont. tecnológico	97	6
Média-Baixa tecnologia	72	9
Média-Alta tecnologia	17	-
Alta intens. Tecnológica	15	1
<b>TOTAL</b>	<b>201</b>	<b>16</b>

Fonte: elaboração própria a partir de Suzigan et al.. (2006)

É possível identificar por meio da tabela 8, que a maior parte de registro de empregos formais concentra-se nas atividades industriais com empregos de média e alta tecnologia concentrados nas regiões Sul e Sudeste, possuindo 70% dos arranjos com média e alta tecnologia e 50% dos arranjos com alta intensidade tecnológica. O Nordeste se destaca em arranjos que possuem baixo conteúdo tecnológico e arranjos com média-baixa tecnologia, representando 28% e 32% desses arranjos, respectivamente, no Brasil.

Apesar de serem identificados na Região Nordeste, 201 arranjos produtivos locais no setor secundário (quadro 8), o Estado do Maranhão apresenta apenas 16 arranjos produtivos identificados, sendo em sua maioria, considerados de baixo ou médio uso tecnológico. Dados que constata a realidade do Estado acerca de investimentos em inovação e competitividade, conforme Shumpeter (1982), a capacidade de inovação é colocada como o diferencial que pode agregar valor e dar competitividade às empresas.

Isso ocorre devido ao estímulo à cooperação e ampliação de vínculos entre aglomerações de micro e pequenos produtores e destes com o ambiente externo. E assim se faz um importante instrumento para aprendizagem coletiva, por meio da troca de experiências e conhecimentos, potencializando dessa forma, processos inovativos, viabilizando o desenvolvimento sustentado por fatores endógenos, os quais são um dos fundamentos principais das políticas de apoio aos APL's, inclusive no estado do Maranhão.

Nos primeiros anos de 2001, com os discursos e debates iniciados pela REDESIST, somados a iniciativa do Governo Federal de incorporar a temática de

Arranjos Produtivos Locais no Plano Plurianual de 2004-2007, houve um estímulo à criação de Núcleos Estaduais de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais, assim como na maioria dos Estados, o núcleo estadual do Maranhão foi iniciado somente em 2007.

De acordo com Moura e Santos (2008b, p.10): “a criação dos núcleos é a primeira iniciativa formal de diálogo entre as inúmeras instituições que apoiam direta ou indiretamente o desenvolvimento local/territorial”. Isso porque predominavam até o ano de 2000, ações da política de desenvolvimento local no Maranhão voltadas somente para a atração de grandes projetos de investimentos por meio de incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura, o que acabou por concentrar cada vez mais a dualidade da economia do Maranhão.

Conforme a autora tem-se de um lado, grandes projetos exportadores que utilizam métodos intensivos de capital por meio do emprego de tecnologias avançadas e com a absorção de mão de obra qualificada, entre eles, o setor do agronegócio, a pecuária e o complexo metalúrgico (alumínio e minério de ferro) pelo complexo portuário do Itaqui.

Em contrapartida, há em sua grande maioria, micro e pequenas empresas com baixos investimentos fixos, baixa produtividade e mão de obra desqualificada, estruturadas principalmente, em atividades rurais voltadas para a subsistência.

O plano de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável do Maranhão, (GEPLAN, 2003) destaca então, a importância de ações que transformem esse conjunto de atividades de economias de subsistência em atividades típicas de mercado, pela implantação de um novo modelo de desenvolvimento que atenda primordialmente, a grande maioria das atividades econômicas do Estado (micro e pequenos empreendimentos).

Paralelamente, o Governo do Estado do Maranhão inseriu como meta governamental em suas políticas e programas, o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Isso porque em 2003, o IDH do Maranhão foi de 0,636. De acordo com os autores, foi traçada uma meta de elevação de no mínimo 0,70 até o ano de 2006, portanto, a discussão sobre desenvolvimento endógeno, a partir dos arranjos produtivos locais do pequeno e médio negócio ganharam destaque. Uma vez que, as iniciativas governamentais procuravam corrigir os três aspectos (renda, saúde e educação) presentes no IDH, em que caberia à política de arranjos produtivos locais, estimular o quesito renda.

Em uma economia caracterizada predominantemente pela presença de aglomerações de micro e pequenos empreendimentos, que abasteciam mercados poucos organizados (em alguns casos voltados até mesmo para a subsistência), precária capacidade empreendedora, empresários com baixa inclinação às atitudes inovadoras, além de um meio institucional bastante frágil e ausente, permitiu-se então, que o conceito de Arranjos Produtivos Locais fosse incorporado às ações governamentais do Estado como uma política que resultaria em “efeitos significativos para colocar o Maranhão numa posição mais confortável em termos de desenvolvimento humano (MOURA; SANTOS, 2009b, p.110).

A política de apoio aos Arranjos Produtivos Locais é implantada no Maranhão como forma de aumentar a capacidade produtiva da economia local por meio da geração de emprego e renda, de uma nova concepção de planejamento, agora considerado participativo (envolver diversos atores locais), abrangente (por abrigar aglomerações presentes nas mais diferentes regiões do estado), sistêmico (por prever ações coordenadas de diversas instituições e organismos), eficiente (por priorizar as vocações naturais do estado) e realista (por reconhecer a realidade dos negócios presentes no Maranhão).

Seria esta uma iniciativa que supriria a incapacidade do mercado em, por si próprio alavancar um processo de desenvolvimento que deixasse de lado o aspecto puramente econômico, abrangendo também os aspectos sociais que também determinam o nível de bem-estar de uma população (GEPLAN, 2003, p.09).

Observa-se que, apesar do reconhecimento da diferenciação entre APL e cadeia produtiva, o conceito de APL para a política do Estado é ampliado, não se limitando aos atores presentes, níveis de cooperação, atividades econômicas entre outras características, assim como o reconhecimento de que existem diferentes classificações de arranjos produtivos, se considerarmos o grau de organização dos produtores. Acima de tudo, há o reconhecimento do governo do Estado da importância destas classificações como melhor forma de abranger todos os arranjos a serem identificados, principalmente, em uma economia como a do Estado, caracterizada pela grande presença de micros e pequenos produtores, presentes em diversos setores da economia.

No primeiro levantamento no ano de 2003, identificou-se 26 arranjos produtivos locais, destes somente 12 foram selecionados para apoio, após a criação

do Núcleo Estadual de Apoio aos APLs. A lista passou a possuir 21, no ano de 2008, e em novembro de 2009, ano que finalizou a pesquisa, o Núcleo possuía 10 aglomerações de arranjos apoiados, conforme dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE (2009). Eram eles:

- APL da Apicultura na Região do Turi;
- APL da Hortifruticultura na Ilha do Maranhão;
- APL da Madiocultura das Regiões do Médio Mearim e Eixo Rodoferroviário;
- APL da Ovinocaprinoicultura na Região Cocais;
- APL da Ovinocaprinoicultura na Região Munim;
- APL da Pesca Artesanal da Ilha do Maranhão;
- APL de Piscicultura na Região da Baixada Maranhense;
- APL do Leite e Derivados na Região do Médio Mearim;
- APL do Turismo na Chapada das Mesas;
- APL do Turismo, Artesanato e Cultura na Ilha e Região do Pericumã.

O último levantamento realizado em 2014 pelo Grupo de Trabalho Permanente (GTP/APL), em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) /MCTIC, são eles:

- APL da Apicultura da Região do Alto Turi;
- APL do Babaçu;
- APL da Cachaça;
- APL do Caju;
- APL da Hortifruticultura da Ilha de São Luís;
- APL do Leite e Derivados da Região do Médio Mearim;
- APL da Ovinocaprinoicultura da Região do Munim;
- APL da Piscicultura da Baixada Maranhense.

Esta pesquisa limita-se, por escassez de referencial bibliográfico ou documental, a identificar as justificativas para exclusão ou inclusão dos APLs no último levantamento realizado (2014) pelo GTP/APL. Porém, levanta-se como hipótese a possibilidade de preservação das dificuldades encontradas na implantação da política em 2007, e na execução até 2009.

Em suma, constata-se a importante contribuição da Política de apoio aos APLs, que é o reconhecimento da diversidade e dualidade da economia maranhense, caracterizada predominantemente pela presença de aglomerações de micro e pequenos empreendimentos, que abasteciam mercados pouco organizados (em alguns casos, voltados até mesmo para a subsistência), com precária capacidade empreendedora, empresários com baixa inclinação à atitudes inovadoras, além de um meio institucional bastante frágil e ausente.

Contudo, faz-se necessário uma mudança acerca da concepção dos formuladores das políticas sociais do Estado e dos atores sociais. Primeiro, pelo reconhecimento da composição da economia local – formada particularmente, por micro e pequenos produtores atuantes em sua maioria em economia de subsistência, que acabavam por compor a base da economia maranhense (setor agropecuário – levantamento MDCI), com baixa qualificação da mão-de-obra local (baixa escolaridade da população) e pouco ou quase nenhum acesso ao uso de tecnologias (dados comprovados pelo levantamento do IPEA). E por fim, devido a limitada capacidade do estado (infraestrutura e recursos humanos) em atender a elevada demanda.

Dar apoio e suporte as aglomerações produtivas constituídas geralmente por micro e pequenos produtores, constitui uma das formas de combate às desigualdades de renda, seja do ponto de vista regional ou do ponto de vista social. Incentivar os processos de cooperação entre os agentes envolvidos se apresenta como um dos mecanismos mais eficientes para viabilizar maior aprendizagem coletiva, e como consequência, incrementar a inovação, que representa o alicerce fundamental da competitividade e do desenvolvimento sustentado (TEIXEIRA E FERRARO, 2009, p.17).

O aumento da capacidade produtiva da economia local por meio da geração de emprego e renda se dará através de uma nova concepção de planejamento, agora considerado participativo (envolver diversos atores locais), abrangente (por abrigar aglomerações presentes nas mais diferentes regiões do estado), sistêmico (por prever ações coordenadas de diversas instituições e organismos), eficiente (por priorizar as vocações naturais do estado) e realista (por reconhecer a realidade dos negócios presentes no Maranhão).

Na sessão seguinte, será analisada a contribuição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para a inovação no Estado do Maranhão. O país tem construído ao longo dos últimos anos, por meio da Lei da Inovação, um sistema de inovação que contou com um conjunto de instrumentos e de instituições de apoio à inovação, entre elas, os Institutos Federais.

### **2.3.4 A Inovação, Ciência e Tecnologia como premissa de desenvolvimento local**

Como analisado, em um cenário econômico cada vez mais globalizado e mais competitivo pelo uso de tecnologias de informação e comunicação, a vantagem competitiva das empresas no mercado passa a se relacionar diretamente com o processo de geração de novos conhecimentos e com a adoção e difusão de inovações tecnológicas. Logo, a inovação passa a ser percebida como fator de sobrevivência para as empresas.

Schumpeter (1984) descreve a inovação como elemento fundamental para o desenvolvimento econômico, pois a inovação tecnológica cria uma ruptura no sistema econômico e altera o estado de equilíbrio do mercado ao criar padrões de produção e de relações que acabam por criar uma diferenciação entre as empresas.

A inovação é então concebida como a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulta em novos produtos, serviços ou processos, ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou de desempenho (BRASIL, 2004).

O Manual de Oslo, OECD (2005), acrescenta ainda, que inovação é a implementação de um produto, bem ou serviço, novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.

Nesse sentido, conforme Vilha (2010), a inovação, especialmente, a inovação tecnológica, é tida atualmente como essencial nas estratégias de diferenciação, competitividade e crescimento em um número cada vez maior de negócios, pois a adoção de estratégias e práticas inovativas nas empresas está estreitamente associada à busca de diferenciações capazes de produzir produtos e serviços para o mercado que gerem vantagens competitivas sustentáveis em relação a seus competidores.

Ao ser tratada como processo, a geração de inovação tecnológica deve ser caracterizada de acordo com Fuck e Vilha (2012, p.14), como um processo multifacetado que envolve a integração de várias funções da empresa e de atores externos, no qual a empresa interage e combina seus conhecimentos internos com

fontes externas de informação e de cooperação tecnológica como clientes, fornecedores, universidades, concorrentes e Institutos Públicos e Privados de Pesquisa. Ademais, esse processo é também permeado por leis e políticas científicas e tecnológicas regidas pelo Governo e conta também, com o aparato de instituições para financiar o processo inovativo.

Fica evidente assim, que o processo de inovação pressupõe a necessidade de interação da empresa com diversos atores, sejam eles intraorganizacionais ou interorganizacionais, a fim de que ocorra a troca de conhecimento pelas fontes de informação, recursos humanos, tecnologias e do próprio mercado, para que ocorra a geração de novas inovações.

Surge assim, a partir dessas interações entre os atores e o conceito de Sistema de Inovação (SI), entendido conforme Fuck e Vilha (2012) como um conjunto de instituições públicas e privadas que contribuem nos âmbitos macro e microeconômico para o desenvolvimento e a difusão de inovações de um determinado setor, região ou país, e, somente com a atuação sistêmica dos atores (empresas, instituições de pesquisa, instituições financeiras, poder público e universidades) haverá inovações tecnológicas.

No Brasil, os esforços do governo em criar políticas de incentivo à inovação se iniciam a partir da década de 80, quando o país se vê obrigado a alterar o modelo de políticas industriais voltadas à importação de tecnologias para um modelo que modernizasse a produção e aumentasse a competitividade da empresa brasileira frente ao mercado externo. No entanto, apenas a partir da década de 90, houve uma elaboração governamental de planos e programas de incentivo à ciência, inovação e tecnologia no país. Apesar de preconizada no Art. 218 da Constituição Federal que estabelece que o Estado promova e incentive o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas, apenas com a Lei de Inovação Tecnológica (Lei Federal n.º 10.973/2004) são regulamentadas essas ações, ao dispor sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

A Lei da Inovação (2004) passa a ser a proposta do governo brasileiro para promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, por meio da fomentação de ações de inovação e à pesquisa científica e tecnológica, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do país, por meio das Instituições Científica, Tecnológica

e de Inovação (ICTs) entre elas, os Institutos Federais e as Universidades Federais por meio de suas atividades bases de ensino, pesquisa e extensão.

Com a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, é instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e com ela, se criam os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a proposta de um modelo institucional bastante inovador em termos de proposta político pedagógica, tanto em relação à educação como pelo desenvolvimento científico e tecnológico do país (BRASIL, 2008). Conforme o PPP do Governo Federal (Planejamento Estratégico – 2013/2017, p.3) a lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica apresenta cinco finalidades voltadas para o desenvolvimento da inovação, e conseqüente desenvolvimento local, são os incisos II, IV, VII, VIII, IX, conforme segue:

1. Para geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas, o inciso II indica desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
2. Para consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, o inciso IV sugere orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento desses arranjos identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
3. Para divulgação científica e tecnológica o inciso VII recomenda desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
4. Para o desenvolvimento da pesquisa, o inciso VIII sugere realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
5. No tocante à promoção da produção, do desenvolvimento e da transferência de tecnologias sociais, o inciso IX orienta promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente, as voltadas à preservação do meio ambiente.

Diante do exposto, observa-se na legislação citada, a indicação de uma política de inovação focada no atendimento às demandas locais, na qual a pesquisa é orientada para o atendimento das necessidades sociais. Contribuindo dessa forma, para a composição e consolidação dos arranjos locais, o incremento da produção e o fortalecimento da organização social e identidades culturais de cada região.



Pode-se observar no Quadro 13, a evolução dos grupos de pesquisas a partir do ano de 2004 (Lei da Inovação), momento em que havia no Brasil 19.470 grupos de pesquisas, sendo 52,5% localizados na Região Sudeste, e apenas 3.269 na Região Nordeste, representando somente 14,2% do total de grupos no país. Com relação aos anos da expansão, do ano 2006 ao ano 2016, houve um aumento de 79% dos grupos de pesquisa no Brasil.

Quadro 13 - Evolução dos grupos de pesquisa por região 2002-2016

<b>REGIÃO</b>	<b>2002</b>	<b>2004</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>	<b>2016</b>
Centro Oeste	809	1.139	1.275	1.455	1.965	2.654	2.899
Nordeste	2.274	2.760	3.269	3.863	5.044	7.215	7.713
Norte	590	770	933	1.070	1.433	2.068	2.382
Sudeste	7.855	10.221	10.592	11.120	12.877	15.549	16.009
Sul	3.630	4.580	4.955	5.289	6.204	7.938	8.637
<b>TOTAL</b>	<b>15.158</b>	<b>19.470</b>	<b>21.024</b>	<b>22.797</b>	<b>27.523</b>	<b>35.424</b>	<b>37.640</b>

Fonte: Adaptado a partir de Dados do CNPQ (2016)

Ao analisar a Região Nordeste, pode-se constatar conforme Quadro 13, que o número de pesquisadores do ano de 2000 até 2006, antes da expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, foi de 7.841 pesquisadores mestres e doutores, enquanto o número de estudante de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) foi de 13.897. Após o início da expansão da rede, de 2008 até o ano de 2016, houve um acréscimo de 25.611 no número de profissionais pesquisadores e o número de estudantes foi de 46.497.

Conforme Dias (2016), a existência de diferentes ambientes regionais no país causa essa desigualdade de acesso a tecnologias e à prática de pesquisa. A Região Sudeste sempre apresentou maior número de grupos de pesquisas e de pesquisadores, o que pode estar associado ao pioneirismo da criação de instituições de pesquisa e universidades quando comparado ao surgimento tardio das universidades em outras regiões do país, bem como, pelo processo de industrialização em que São Paulo e Rio de Janeiro apresentam maior quantidade e melhor qualificação de atividades industriais.

São ambientes mais habilitados à absorção do conhecimento gerado em institutos de pesquisa, voltados ao apoio à inovação do que tipicamente fazem face as unidades de institutos localizadas em outras áreas geográficas (DIAS, 2016, p.25).

Em outras palavras, são regiões que possuem maior quantidade e variedade de indústrias, em que no contexto de competição, as empresas são obrigadas a criar e fomentar processos de inovação, a fim de manter suas vantagens competitivas no mercado. Já nas regiões Norte e Nordeste, observa-se a expansão dos grupos de pesquisa e de estudantes/pesquisadores a partir do ano de 2006.

Destaca-se ainda, que o aumento do quantitativo de pesquisadores e estudantes não se dá somente pela expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, mas também pelo projeto de governo de Expansão das Instituições de Ensino Superior, com ênfase para as universidades brasileiras.

A importância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica por meio dos Institutos Federais se destaca ao adentrar na situação de pesquisa e pós-graduação do Estado do Maranhão, conforme pode-se analisar no Quadro 14. Há um aumento significativo do número de grupos de pesquisas, a partir do ano de 2006, com ênfase para 2008, momento de transição das escolas agrotécnicas para os Institutos Federais, o que repercute em um aumento de 60% no quantitativo de pesquisadores na Instituição. Com relação ao crescimento do número de estudantes de pós-graduação *strictu sensu* e grupos de pesquisa, esse crescimento se dá respectivamente em 94% e 83%.

No ano de 2014, o Instituto Federal passa a ser a segunda maior instituição de ensino superior e pesquisa do Maranhão, com 88 grupos de pesquisas cadastrados, deixando o segundo lugar com a Universidade Estadual do Maranhão com 77 grupos de pesquisas.

Quadro 14. Número de pesquisadores (PESQ), estudantes de pós-graduação *strictu sensu* (EPG) e grupos de pesquisa por Instituição (GT PESQ) - 2002-2016 no MA

ANO	DESCRIÇÃO	UFMA	IFMA	UEMA	CEUMA	EMBRAPA	TOTAL
2000	PESQ	356		148			504
	EPG	313		92			405
	GP. PESQ	79		29			108
2002	PESQ	349	28	140			517
	EPG	361	1	93			455
	GP. PESQ	86	8	38			132
2004	PESQ	367	17	166			550
	EPG	445	4	124			573
	GP. PESQ	76	4	39			119
2006	PESQ	493	25	177			695
	EPG	649	18	162			829
	GP. PESQ	97	6	35			138

cont...

cont...

ANO	DESCRIÇÃO	UFMA	IFMA	UEMA	CEUMA	EMBRAPA	TOTAL
2008	PESQ	617	40	199			856
	EPG	857	35	263			1155
	GP.PESQ	111	11	38			160
2010	PESQ	885	70	300	26	10	1291
	EPG	1.277	75	380	32	3	1767
	GP.PESQ	160	17	52	2	1	232
2014	PESQ	1.262	533	396	138	29	2358
	EPG	1.657	506	677	138	12	2990
	GP.PESQ	183	88	70	24	1	366
2016	PESQ	1.778	668	589	301	29	3365
	EPG	2.054	701	1.016	629	12	4.412
	GP.PESQ	236	103	101	52	1	493

Fonte: Adaptado a partir de Dados do CNPQ (2016)

Uma das possíveis justificativas para esse elevado fomento à realização de pesquisas nos Institutos Federais se dá pela expansão da rede, e com ela a própria especificidade da instituição, com características distintas de outras instituições de Ciência e Tecnologia. Essa distinção surge na própria lei de criação dos IFS, na qual a pesquisa tem a finalidade de “promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2008).

Isso porque, as pesquisas fomentadas e realizadas a partir do princípio de pesquisa como elemento pedagógico passam a ser consideradas pesquisas aplicadas, ou seja, a pesquisa dessas instituições se propõe a gerir conhecimentos e produção de tecnologias voltadas para resolução de demandas sociais reais das comunidades nas quais estão inseridas, gerando pesquisas para desenvolvimento local sustentado, com inclusão social das comunidades.

Nos Institutos Federais, conforme descreve Souza (2017), a pesquisa é tratada por dois vieses, a pesquisa científica e tecnológica e a pesquisa como princípio educativo. A primeira segue os preceitos já definidos em relação a seus objetivos, e nos Institutos, a participação discente em projetos de pesquisa científica se inicia já nos cursos técnicos de nível médio.

Ao analisar os relatórios de gestão do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão, constata-se que apenas no ano de 2013, a instituição iniciou sua produção em pesquisa, inovação e pós-graduação. Nos anos anteriores (2008 a 2012) percebe-se que todo o esforço da instituição foi no sentido de implantação e expansão da rede (estrutural e de recursos humanos). A exemplo

disso, até o ano de 2013, existia somente duas pró-reitorias, Pró-reitoria de Planejamento e Administração e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, responsáveis por todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Somente no ano de 2014, houve a reestruturação da instituição e com ela, a implantação de pró-reitorias especializadas em cada função educacional da instituição.

Partindo então para o segundo viés, o da pesquisa como princípio educativo, a partir da análise do autor acerca da realidade imposta pela sociedade da Informação e do Conhecimento, evidencia-se a produção e troca de conhecimento e informações como elementos de sobrevivência no processo produtivo. Assim, essa nova configuração social da educação profissional acaba por atender as demandas de desenvolvimento de competências para o mercado de base tecnológica. Empregar a pesquisa com a intenção de instigar a investigação como atividade cotidiana para (SOUZA, 2017, p.17):

Nesse contexto, a Educação Básica passa a ter como função precípua formar pessoas capazes de questionar e intervir criticamente numa sociedade cada vez mais complexa. A pesquisa surge em tal cenário ora como princípio científico ora como princípio educativo. No entanto, em ambos os casos, ela se configura como um elemento metodológico de diálogo crítico e criativo com a realidade.

O estímulo à pesquisa aplicada por meio do incentivo ao empreendedorismo e ao cooperativismo por fortalecimento dos arranjos produtivos locais, acaba por contrastar com a cultura dos pesquisadores nomeados por concurso. Tendo em vista ter-se verificado que a grande maioria desses pesquisadores (mestres e doutores) era egressa de programas de pós-graduação de universidades tradicionais, em que as pesquisas estavam direcionadas às empresas, e passam a ter que lidar com pesquisas direcionadas à resolução de problemas sociais nas comunidades.

Acrescenta-se ainda à análise de Dias (2016), que a falta de empresas e/ou indústrias em certos estados como o Maranhão, dificultam a aproximação dos Institutos Federais com as demandas do setor industrial, limitando assim a construção e troca de informações e conhecimentos. Fato esse, que se percebe que as ações de pesquisa, pós graduação e inovação no Instituto Federal do Maranhão são relativamente novas, até o ano de 2013, existiam somente duas pro-reitorias, Pró-reitoria de Planejamento e Administração e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, responsáveis por todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, somente no

ano de 2014, há a reestruturação da instituição e com ela a implantação de pró-reitorias especializadas em cada função educacional da instituição (ensino, pesquisa e extensão).

Conforme Dias (2016), as atividades de pesquisa podem ter focos de diferentes naturezas, e podem, segundo o autor, focar na geração de artigos acadêmicos, priorizando uma avaliação centrada na publicação de artigos em revistas de alta valoração no Qualis da Capes ou, focar a posterior conversão do conhecimento gerado em inovações tecnológicas. Ao relacionar a pesquisa com a finalidade institucional de realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas em benefício da comunidade com vista ao desenvolvimento regional (BRASIL, 2008), as pesquisas tendem a ter como pauta o estudo das demandas sociais das comunidades.

A crítica do autor se dá pela falta de debate institucional e pelas ações da política de pesquisa adotada pela instituição, ou seja, não existem mecanismos de escolha de pesquisa, a escolha é limitada pelo investimento em laboratórios e pela escolha de áreas de concentração para cursos de pós-graduação. Assim, (2016, p.51) em que pese haver IFs com infraestrutura disponível para pesquisa dirigida ao apoio a inovações tecnológicas em suas áreas conhecimento, têm sido as pesquisas voltadas tipicamente para dar suporte a trabalhos acadêmicos e a produção de artigos, ainda é a principal finalidade da pesquisa.

Mesmo quando as pesquisas visam alguma aplicação, seus resultados têm como objetivo prioritário publicar trabalhos em periódicos e anais de eventos publicados em revistas de nível do estrato superior, tais como Qualis A e B. É relativamente diminuto, o número de docentes que fazem pesquisa olhando para o mercado, e menor ainda, o de que realizam ciclos de P&D de interesse de empresas ou no interesse de agentes produtivos da comunidade de entorno, em geral. Enfim, há um baixo desempenho no apoio à inovação na área geográfica de atuação dos institutos por conta do círculo vicioso descrito.

Percebe-se que essa nova configuração social da educação profissional acaba por atender as demandas de desenvolvimento de competências para o mercado de base tecnológica. Empregar a pesquisa como a intenção de instigar a investigação como atividade cotidiana (SOUZA, 2017).

Ao partir da premissa da teoria da Hélice Tríplice (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017), na qual as interações e relações tríades favorecem a inovação e a

institucionalização do conhecimento por meio do surgimento de práticas e novas inovações organizacionais destinadas a transformar informações e conhecimento em atividade econômica e a resolver problemas da sociedade. Compreende-se que, as universidades, neste estudo, os institutos federais, são fomentados a desempenhar um papel criativo no desenvolvimento econômico e social.

Esse princípio criativo da inovação é trabalhado por Dias (2016) ao destacar que o fluxo de conhecimento nas instituições de pesquisa atende as demandas do setor produtivo e das sociedades. Frente a isso, em regiões onde há pouca concentração de empresas e o meio empresarial é formado por empresas tradicionais e de baixo perfil tecnológico, ou por redes de arranjos produtivos locais dispersos que com isso apresenta baixa demanda econômica para as instituições de pesquisa, cabe as instituições de pesquisa como os IFs, a iniciativa de ações voltadas a identificação de oportunidades de inovação. E quais seriam essas inovações?

A capilaridade territorial dos Institutos Federais de Educação profissional e Tecnológica faz com que a instituição tenha contato com diversas realidades. Como pôde ser visto na descrição da economia maranhense, o estado é composto por micros e pequenos produtores atuantes em sua maioria em economia de subsistência e acabavam por compor a base da economia maranhense (setor agropecuário – levantamento MDCI), com baixa qualificação da mão-de-obra local (baixa escolaridade da população) e pouco ou quase nenhum acesso ao uso de tecnologias (dados comprovados pelo levantamento do IPEA), e por fim, com uma limitada capacidade do estado (infraestrutura e recursos humanos) em atender a elevada demanda.

Assim, destaca-se a importância da criação de uma cultura organizacional voltada para a procura constante e organizada de apoio à inovação, para atuar num contexto com diversos atores sociais, assumindo conforme a diretriz (BRASIL, 2010), um papel representativo de uma verdadeira incubadora de políticas sociais capaz de construir uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia a favor da sociedade.

Desse modo, coloca a sua atuação com foco central na promoção ao desenvolvimento local, a chamada universidade empreendedora (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017), na qual possui a capacidade de atuar como agente promotor de inovações.

Destaca Dias (2016, p.41), que os IFs no cumprimento de parte de seus objetivos e finalidades, que tratam da promoção e apoio às inovações nos arranjos produtivos e na comunidade de suas áreas de atuação, podem contar com diversos elementos importantes na comunidade, entre eles:

- Agente promotor e/ou apoiador de elaboração de projetos de interesse coletivo;
- Agentes executores de projetos de articulação entre a Academia e o Setor Produtivo que visem a promoção da Cultura de Inovação nos agentes produtivos e a organização dos núcleos de empreendedorismo e apoio à gestão da inovação, criando um espaço de aprendizagem e capacitação para agentes interessados em Inovação;
- Associações diretamente voltadas à promoção de desenvolvimento local;
- Organizações facilitadoras ou de governança de arranjos produtivos e da comunidade de seus locais;
- Associações, tais como cooperativas e sindicatos de agentes produtivos;
- Agências dedicadas à atração de investidores, inclusive internacionais;
- Planos de Desenvolvimento estaduais e municipais, resultantes ou não de Planejamento Estratégico identificando as principais prioridades de desenvolvimento local;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, dando suporte à organização de Arranjos Produtivos Locais e implementando programas como o Sebraetec e o ALI – Agentes Locais de Inovação; e
- Organizações de extensão tecnológica e de apoio à gestão.

Essas interações entre os Institutos Federais x empresas x governo ocorrem na instituição por meio da execução de atividades de extensão. Conforme consta em documentos oficiais, a extensão é compreendida como um processo educativo, científico e cultural com articulação da prática entre ensino e pesquisa.

A extensão deve ser realizada considerando o compromisso social da instituição pública, empenhada no equacionamento das questões que afligem a maioria da população. Em sintonia com as demandas sociais está, primordialmente nas áreas mais atrasadas, a oferta de cursos de educação profissional, promovendo, assim, a qualificação, capacitação e atualização dos conhecimentos.

### 2.3.5 Extensão Tecnológica

A extensão realizada pelos dos Institutos Federais tem como base a extensão universitária, para tanto se faz necessário, realizar um breve levantamento histórico das práticas de extensão realizadas pelas universidades brasileiras.

De Paula (2013) destaca que das três dimensões constitutivas das universidades, a extensão foi a última a se estabelecer:

De fato, as dificuldades conceituais e práticas, da justa compreensão e implementação da extensão universitária decorrem, em grande parte, do fato de a extensão se colocar questões complexas, seja por suas implicações político-sociais, seja por exigir postura intelectual aberta à inter e à transdisciplinaridade, que valorize o diálogo e a alteridade (PAULA, 2013, p.4).

Isso porque, a extensão universitária é para o autor, o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o posicionamento de seu papel com a comunidade. E esse posicionamento depende da visão institucional e do compromisso com a transformação social.

Para Sousa (2010):

A extensão universitária, como uma das funções acadêmicas, tem sofrido de uma dificuldade crônica na construção de seu conceito. Há uma multiplicidade de enfoques e, conseqüentemente, de ações interlocutores e posicionamento. Sua concepção, quando identificada parece sempre atrelada a proposições individuais, sem maiores cuidados de uma construção teórica e mesmo históricas. A polissemia é uma constante. Esta falta de clareza conceitual acaba por provocar maior depreciação do status da extensão dentro da universidade. Afinal, não se identifica o que pode ser a prática extensiva e muitas vezes a confusão com o ensino e a pesquisa torna mais difícil essa identificação. Tentar clarear como atividades independentes tornam esta tarefa um esforço inútil, pois as atividades se completam e se mesclam umas às outras. (SOUSA, 2010, contracapa).

Para melhor entender a construção da extensão universitária, este estudo tomará como base a classificação de Serrano (2010) dos quatro momentos conceituais e práticos da extensão no Brasil, são eles: modelo da transmissão vertical do conhecimento; voluntarismo (ação sociocomunitária); ação sociocomunitária institucional e por fim, o acadêmico institucional.

A verticalização muito analisada por Freire (2006), na qual a verticalização do conhecimento, “coisifica o homem”:



Objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser da transformação do mundo. O mesmo conceito substitui sua educação pela propaganda que vem de um mundo cultural alheio, não lhe permitindo ser mais que isso e pretendendo fazer dele um depósito que receba mecanicamente aquilo que o homem “superior” (o técnico) acha que o camponês deve aceitar para ser “moderno”, da mesma forma que o homem “superior” é moderno (FREIRE, 1992, p.07)

Serrano (2010) considera esse momento da extensão como autoritário, pois desconhece a cultura e o saber popular. A universidade se apresenta como detentora de saber absoluto e superior, dessa forma, o conhecimento é transmitido e não construído, por meio de uma transmissão vertical.

Há uma superioridade e messianismo de quem estende, que escolhe o que transmitir, como transmitir e que desconhece a visão de mundo dos que vão receber, e estes passam a ser sujeitos passivos do processo (SERRANO, 2010, p.3).

A segunda conceituação da extensão durante o processo histórico da universidade é chamada de ação voluntária sociocomunitária, e se dá pela visão de extensão realizada de forma pontual, descompromissada com os mais pobres e na perspectiva mais ideologizada. Nesse momento, observa-se a aproximação da extensão com a Igreja e com movimentos revolucionários, principalmente, com os movimentos estudantis.

De acordo com Serrano (2010), as ações de extensão tinham como objetivo a filantropia e possuíam uma natureza político-ideológica, pois eram direcionadas às comunidades mais carentes. Para o autor, nesse momento a extensão iniciava sua trajetória comprometida com a transformação da sociedade, por meio de práticas educativas em extensão, com foco na discussão da cultura, e eram criadas experiências de salas de leitura, programas de radiodifusão, além de cursos e conferências com objetivos de discutir problemas sociais.

No Brasil, a fase vai coincidir com o surgimento oficial da extensão no país, conforme Gadotti (2017) surge a partir da década de 30, o que se dá pelo início tardio das universidades brasileiras, bem como pela aproximação com os movimentos sociais, em especial, os movimentos de estudantes representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Somente com o I Estatuto das Universidades Brasileiras, a extensão é institucionalizada e ocorre a regularização da oferta, por meio de cursos e conferências.

Art. 109. A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931).

A partir do Decreto nº 19.851, tem-se o terceiro momento conceitual da extensão (ação sociocomunitária institucional), pelo qual observa-se a institucionalização de uma extensão centrada na forma de cursos e difusão de conhecimentos, considerada por Serrano (2010) como uma via de mão única.

Para Nogueira (2001), esse momento da extensão destina-se à difusão de ideais de uma classe hegemônica que tudo sabe, para uma comunidade que nada sabe.

Posteriormente, baseada no movimento de Extensão Cultural, método de Paulo Freire, a extensão universitária se aproxima do compromisso com a sociedade, presente nas normativas e legislações atuais.

No caminhar institucional, inicia-se a discussão sobre a indissociabilidade entre os fazeres acadêmicos e a desmistificação da Extensão Universitária como militância política; conceito de troca, da extensão como via de mão dupla, e a extensão como produção de conhecimento (SERRANO, 2010, p.10).

Para Gadotti (2017), ao se opor ao conceito de “extensão da cultura”, Freire cria o conceito “comunicação sobre cultura”, no qual considera o primeiro invasor, e o segundo conceito que permite promover a conscientização.

Freire (1992, p.44) aponta os principais elementos de análise:

- A “estrutura vertical”, o mundo social e humano, não existiria como tal se não fosse um mundo de comunicabilidade fora do qual é impossível dar-se o conhecimento humano;
- A intersubjetividade ou a intercomunicação é a característica primordial deste mundo cultural e histórico;  
Sem a relação comunicativa entre sujeitos cognoscentes em torno do objeto cognoscível desapareceria o ato cognoscitivo. A relação gnosiológica, por isto mesmo, não encontra seu termo no objeto conhecido.

Destaca com isso, a importância da comunicação no processo de extensão, pois o fazer educativo não é somente transmitir ou sistematizar um saber, e sim, concebê-lo como um diálogo, conforme pode-se aferir:

A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (FREIRE, 1992, p.46).

A comunicação é então concebida em um processo de reciprocidade que não pode ser rompido. Para Gadotti (2017), a intenção era enfatizar os princípios e fundamentos de uma educação que promova a prática de liberdade, entendendo a extensão como uma ação cultural, em detrimento das práticas de invasão cultural.

A partir dos ideais de Paulo Freire, somados à instalação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades, em 1987, inicia-se a discussão conceitual e prática do conceito de extensão para as universidades. Sendo concebida como:

A extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino, a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade (Fórum Nacional, 1987).

Nogueira (2005) elenca como conceitos básicos norteadores, o compromisso social das Universidades na busca de soluções mais urgentes da sociedade, a indissociabilidade entre as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, a importância da institucionalização da Extensão em níveis de instituições, reconhecimento e valorização do saber popular e a troca deste com o saber acadêmico, e por fim, a Extensão como responsabilidade governamental para fins de financiamento.

A LDB de 1996, retorna o princípio da extensão como uma via de mão única, conforme Serrano (2010), a extensão é apresentada como um mecanismo de acessibilidade ao conhecimento gerado nas instituições na forma de cursos. Somente então, com o Plano Nacional de Extensão Universitária, a extensão é oficialmente institucionalizada em 1998 pelo FORPROEX. O plano de acordo com (NOGUEIRA, 2005, p. 92), visava:

- 1) a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- 2) a garantia de recursos financeiros destinados à execução de Políticas Públicas correlatas;
- 3) o reconhecimento, pelo Poder Público, de que a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã;
- 4) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no País.

Em 2001, é elaborado o Plano Nacional de Educação (2001-2010), que estabelece meta de 10% do total dos créditos exigidos na graduação para a extensão, e institui que, “no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a

graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas” (Meta 23).

O Plano passa a nortear todas as ações de extensão, inclusive a Política Nacional de Extensão (2013), que adota como conceito de extensão, o elaborado a partir dos encontros nacionais do FORPROEX:

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012, p. 28).

A extensão é agora colocada como uma via de mão dupla, levando-se em conta que é considerada como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage. Apresenta como Diretrizes:

1. Interação Dialógica (diálogo e troca de saberes);
2. Interdisciplinaridade e interprofissionalidade (realidade social é complexa, necessita da combinação de especialização e visão holística);
3. Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão (novo conceito de sala de aula são todos os espaços dentro e fora da sala de aula, dentro e fora da Universidade; incorporação da pós-graduação; e importância da produção acadêmica);
4. Impacto na formação do Estudante (ampliação do universo de referência, além do contato direto com as grandes questões contemporâneas); projeto pedagógico, três elementos essenciais (Designação do professor-orientador; Objetivos da ação e competência dos atores envolvidos; Metodologia de avaliação da participação do estudante);
5. Impacto e Transformação social (exprime o caráter político da extensão universitária na atuação transformadora e propiciadora do desenvolvimento social e regional), terá como características: privilegiamento de questões sobre as quais atuar; abrangência; efetividade (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012).

Ao voltar para o nosso objeto de estudo, observa-se que a Extensão na Política de Educação Profissional, se inicia em 2008, com a organização do Fórum de Dirigentes de Extensão (FORDIREX), pelo reconhecimento de construir e sistematizar as atividades extensionistas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica sob a necessidade de adequar à nova institucionalidade da Educação Profissional.

Na Lei que institui a criação da Rede Federal de EPCT (da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008), a extensão é destacada tanto nos artigos das finalidades quanto no artigo dos objetivos dos institutos Federais:

Artigo 6º inciso IV: desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica. ”

7º No artigo da mesma lei os incisos:

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; ”

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, Leiº 11.892/2008).

No sentido de normatizar a extensão, foi elaborado um documento denominado “Carta de Alagoas”, conforme CONIF (2013, p.6):

O documento delimitava uma nova concepção de Extensão que passava a conceber as Dimensões Operativas da Extensão como temas que transversalizavam as diferentes áreas temáticas e do Conhecimento, propondo, assim, políticas de Extensão na Rede.

De acordo com o CONIF (2013), a extensão assume na Rede Federal de Educação profissional a função de difundir, socializar e democratizar o conhecimento, por meio de uma relação dialógica entre o conhecimento acadêmico e tecnológico e a comunidade. A extensão promoverá assim, a troca de saberes, numa inter-relação entre ambos.

Conforme documento norteador, a extensão é concebida como prática acadêmica que interliga as ações de ensino e pesquisa da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com as demandas da população, estabelecendo uma relação com o ensino e pesquisa de forma dinâmica e potencializadora.

A extensão intensifica sua relação com o ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, onde professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, propiciando a socialização e a aplicação do saber acadêmico. Em outros momentos, intensifica sua relação com a pesquisa, utilizando-se de metodologias específicas, compartilhando conhecimentos produzidos pela instituição, e, assim, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade (CONIF, 2013, p.14).

Nesse sentido, é imperativo conceber a Extensão na Rede Federal de EPCT como uma práxis que possibilita o acesso aos saberes produzidos e experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto, por parte de diversos segmentos sociais e se revelam numa prática que vai além da visão tradicional das formas de acesso e também de participação.

A Política de Extensão Tecnológica destaca ainda, ações que promovam o desenvolvimento local e regional. Inicialmente, a importância da articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultura e ambiental da região.

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais (CONIF, 2013, p.13).

O compromisso da extensão com o desenvolvimento local, é destacado nas diretrizes das ações extensionistas, nas quais a extensão por ser colocada como atividade fim da instituição, segue diretrizes:

- a) Contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;
- b) Buscar interação sistematizada da Rede Federal de EPCT com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- c) Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular;
- d) Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos;
- e) Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável, em todas as suas dimensões.
- f) Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismos de inclusão (CONIF, 2013, p.17).

As ações de extensão se darão em torno de projeto e/ou programas de:

- **Desenvolvimento tecnológico:** projetos de pesquisa aplicada no desenvolvimento e aperfeiçoamento tecnológico de produtos, processos, bem como a prestação de serviços em parceria com

instituições públicas ou privadas nacionais e internacionais com interface de aplicação no mundo produtivo;

- **Projetos Sociais:** Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, relações étnico-raciais, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida;

- **Estágio e Emprego:** Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização pedagógica e administrativa dos mesmos.

- **Cursos de Extensão ou Formação Inicial e Continuada - FIC:** Ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, planejada para atender demandas da sociedade, visando o desenvolvimento a atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos e tecnológicos com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.

- **Projetos Culturais Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos:** Compreende ações referentes a evento técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna.

- **Visitas Técnicas:** atividade educacional supervisionada cujo objetivo principal é promover uma maior interação dos estudantes das diversas áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.

- **Empreendedorismo e Associativismo:** difusão e aplicação dos conhecimentos e práticas de empreendedorismo e associativismo, com ênfase no cooperativismo, por meio de programas institucionais.

- **Acompanhamento de egressos:** Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visa acompanhar o itinerário profissional do egresso, perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão (CONIF, 2013, p.18).

Cabe assim à extensão, contribuir para o desenvolvimento dos diferentes setores econômicos populares, sociais e culturais da sociedade. Estruturando-se para atender às demandas locais e regionais, participando do processo de desenvolvimento do país por meio das metodologias de transferência de tecnologias sociais, de ações de promoção de economia solidária, economia criativa, ecossistema empreendedor, associativismo e cooperativismo e empreendedorismo esportivo e olímpico.

A extensão ofertada pela Rede Educação Profissional Técnica e Tecnológica é vista como observatório do mundo do trabalho, logo que, a concepção da rede prevê formação profissional para além de aspectos econômicos e enfatiza a importância de inclusão de diversos contextos produtivos e atores antes não atendidos.

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõem é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos (PACHECO, 2009, p. 02).

A sistematização de dados, a criação de indicadores e o acompanhamento de egressos constituem na visão da extensão tecnológica, elevada importância na perspectiva de identificar as mudanças dos cenários no mundo produtivo e assim, retroalimentar o processo da educação profissional.

Acreditamos que o diálogo da educação profissional com o mundo do trabalho, deve suscitar uma participação qualitativamente superior, com vistas a uma formação profissional mais abrangente e flexível. Faz-se necessário, pois, estabelecer critérios para que esse diálogo se constitua como elemento que apresente suporte para a análise e melhoria do fazer acadêmico (CONIF, 2013, p.34).

Assim, a pesquisa de egresso possibilitará o levantamento de informações a respeito do mundo do trabalho, por meio de questões como empregabilidade, continuação dos estudos após a conclusão do curso e avaliação da formação recebida. Esses são elementos que poderão estabelecer um suporte para que a instituição perceba como o egresso se relaciona com o mundo do trabalho.

Por fim, a extensão possibilita aos Institutos Federais por meio de programas e projetos inovadores, a inclusão social e produtiva de populações em situação de vulnerabilidade social, tais como Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Mulheres Mil, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), entre outros, e exerce por meio desses programas, a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da comunidade.

Assim, a Extensão se constitui a *via de acesso* que pode possibilitar a segmentos e setores – tradicionalmente excluídos das atividades desenvolvidas nos Institutos Federais por meio da promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável, visando à inclusão social e à busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias (CONIF, 2013, p.46).



O principal programa de inclusão social dos Institutos Federais foi o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) por meio do qual atendia prioritariamente, estudantes do ensino médio da rede pública, em especial os inseridos na educação de jovens e adultos, trabalhadores, beneficiários de programas federais de transferência de renda e pessoas com deficiência

O programa surgiu em 2011, e tinha como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio e cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores.

Apesar de não ser objetivo deste estudo, torna-se necessário realizar um leve adentro acerca do debate sobre o PRONATEC. Conforme Vieira (2017), entre o ano de 2011 e 2014, o orçamento do programa foi em torno de R\$ 14 bilhões, tendo sido ofertadas mais de 8,1 milhões de matrículas em cursos de educação profissional a nível médio e de formação inicial continuada (FIC), o que acabou por dar um viés privatista ao programa. Transformando-o assim, em uma política de governo e não em uma política pública, situação similar ocorre ao Programa Mulheres Mil, com o destaque de que ambos possuíam em sua estrutura a bolsa formação.

A Bolsa formação é dividida em três modalidades: estudantes com oferta de cursos de formação inicial e cursos técnicos concomitantes ao ensino médio público; trabalhador- modalidade seguro desemprego, a partir da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) para beneficiários do seguro desemprego – inclusão produtiva- com ofertas de cursos FIC, Brasil Alfabetizado e Mulheres Mil atendendo ao público dos programas federais de inclusão social, especialmente o Bolsa Família (VIEIRA, 2017, p.3)

A oferta acabou se baseando na quantidade em vez da qualidade. A respeito disso, Porto (2015) destaca que o público atendido pelo programa era oriundo da classe trabalhadora, e com isso, evidenciou-se a intencionalidade em ofertar educação de má qualidade, fragmentada, flexível e superficial.

Em síntese, a extensão é instituída na Rede de Educação Profissional e Tecnológica, com o papel de Agente de Transformação e de enriquecimento do conhecimento, deve possibilitar, portanto, a mudança socioeconômica e cultural da comunidade que atende por meio de cursos FICs; PROEJA FICs; Programas Mulheres Mil, CertiFIC, PRONATEC; dar Assistência Estudantil a estudantes e trabalhadores;oferecer tanto o reconhecimento de competências profissionais e

saberes adquiridos informalmente em suas vivências, quanto o acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

Constituindo dessa maneira, conforme CONIF (2013), a *via de acesso* que possibilita a segmentos e setores, tradicionalmente excluídos das atividades desenvolvidas pelos Institutos Federais, a inclusão social e a busca de soluções técnicas e a geração de novas tecnologias por meio da promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável.

No próximo capítulo será detalhada a trajetória metodológica do processo de investigação deste estudo.

### **3 MÉTODO**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, com técnica de coleta de dados documental e entrevistas, conforme Godoy (1995) sua preocupação está no processo e não simplesmente, no resultado ou produto obtido. O interesse dessas pesquisas está em verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias. Dessa forma, entende-se que quando o estudo é de caráter mais descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, a abordagem qualitativa é a mais indicada.

Esta pesquisa baseou-se nos pressupostos teóricos metodológicos do materialismo histórico dialético, por considerar segundo Netto (2011) que a realidade não é algo natural, mas fruto da ação e relação do homem com ele e com o mundo, mergulhado em um movimento dialético e contínuo, sendo mutável e dinâmico, logo, “o objetivo de um pesquisador deve ser a distinção entre “aparência e essência”, ou seja, é apreender a essência (a estrutura e a dinâmica) do objeto” (NETTO, 2011, p.22).

#### **3.1 Tipo de pesquisa**

Ao ter como objetivo analisar como o IFMA pode promover desenvolvimento regional, Yin (2001) destaca que questões de pesquisas do tipo “como” e “por que” tendem por ser mais explanatórias, pois tais questões lidam com ligações operacionais que necessitam ser inseridas dentro de um contexto, no lugar de serem tratadas como meras repetições. Frente a isso, nesta pesquisa foi utilizado como procedimento investigativo o estudo de caso, o qual permitiu uma investigação na qual se preservaram as características holísticas e significativas dos eventos da vida real.

Goode e Hatt (1973) afirmam que o estudo de caso se caracteriza como um meio de organizar dados e reunir informações, tão numerosas e detalhadas quanto possível, a respeito do objeto de estudo, de maneira a preservar seu caráter unitário. A totalidade do objeto pode ser conservada pela amplitude e verticalidade dos dados, e dos diferentes níveis de análise, da formação de índices e tipos de dados.

### 3.2 Área de realização

Conforme elencado na delimitação da temática, este estudo se propôs a identificar as possibilidades e limites que o Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnologia do Maranhão encontra no cumprimento como ator social indutor do desenvolvimento local. Perante a dificuldade de envolver no estudo, todos os Institutos Federais existentes no Maranhão, opta-se por realizar a pesquisa no campus do Instituto Federal do Maranhão localizado no município de **Barra do Corda**, considerando que:

- a) Área de abrangência da atuação profissional da pesquisadora;
- b) Apesar de garantir as especificidades locais em sua atuação, os Institutos Federais do Maranhão acabam por possuir mesma origem, diretrizes e federais e estaduais, seja pela Lei nº 11.892/08, seja pelas resoluções e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional, possuindo assim, mesma estrutura organizacional;

Com relação a esse aspecto, Yin (2001) trata a generalização dos estudos de caso, apesar de possuir pouca base para se fazer uma generalização estatística, pois cada estudo apresenta uma população e um universo específico e tem como objetivo expandir e generalizar teorias, tendo em vista que o pesquisador procura em seu estudo generalizar resultados a uma teoria existente.

- c) O campus é fruto da fase II do Processo de Expansão da Rede Federal e Tecnológica no Maranhão, se encontra em funcionamento nesta cidade há mais de cinco anos, e por isso, possui seu orçamento baseado na variedade e quantidade de ofertas de vagas. Presume-se que este instituto possua laços sociais já enraizados durante o processo de sua atuação com a comunidade.

Por meio da Portaria Ministerial nº 1.170 de 21 de setembro de 2010, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus Barra do Corda, inicia seu funcionamento no município. Surge com a proposta de atender o município de Barra do Corda e região, a área de abrangência do campus atende os municípios de Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Tuntum, Joselândia, São Raimundo do Doca Bezerra e São Roberto.

Dessa forma, a área de realização da pesquisa será o município de Barra do Corda que está localizado na microrregião do Alto Mearim, mesorregião Centro do Maranhão. A cidade, considerada um polo da microrregião, é o segundo maior

município da mesorregião. Conforme dados do IBGE (2018), o município possui uma extensão territorial de 7.962,428 quilômetros quadrados, tendo como municípios limítrofes exibidos na Figura 3, Formosa da Serra Negra e Fernando Falcão ao sul; Grajaú, Itaipava do Grajaú e Jenipapo dos Vieiras, ao oeste; Tuntum ao leste; Joselândia, São Raimundo do Doca Bezerra, e São Roberto ao norte.

Figura 3 - Mapa da cidade de Barra do Corda – MA



Fonte: IBGE (2019).

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Barra do Corda, o território no qual se localiza o município constituía domínio de tribos indígenas da linha Tupi, as tribos canelas (Tronco dos Gês e Guajajaras). A cidade de Barra do Corda foi fundada em 3 de maio de 1835 por Manoel Rodrigues de Melo Uchoa, militar, que foi comandante-chefe de batalhas, entre elas, a Batalha do Jenipapo em Campo Maior, Piauí.

De fato, o território do Município recebeu sucessivamente as denominações de Missões, Vila de Santa Cruz, Santa Cruz da Barra do Corda e Barra do Rio das Cordas. Fato de grande repercussão ligado à história do Município foi o massacre da colônia Alto Alegre pelos índios, em 13 de março de 1901, no qual pereceram mais de 200 pessoas, entre as quais, frades e freiras. Mais recentemente, Barra do Corda

teve sua vida conturbada por ocasião dos movimentos revolucionários de 1924 e 1930.

Ao declarar fundada Barra do Corda, Melo Uchoa batizou-a primeiramente de Missões, depois Santa Cruz de Barra do Corda, porque 3 de maio é o dia da Santa Cruz. Em seguida, Barra do Rio das Cordas e, finalmente, Barra do Corda. O nome é homenagem ao rio Corda, que circunda todo o centro urbano em forma de barra, uma vez que a cidade está localizada no centro geográfico do Maranhão, na confluência do Rio Corda e Rio Mearim.

De acordo com os dados do IBGE (2010), o município de Barra do Corda, teve população estimada em 2019 de 88.212 habitantes, observa-se pela descrição da evolução da população no Quadro 15 que a população do município tem evoluído lentamente em menos de 1% da população, com exceção do ano de 2010, onde houve o maior crescimento populacional nos últimos dez anos, crescimento em torno de 1,84%.

Quadro 15. Evolução da População de Barra do Corda-MA (2008-2018)

<b>ANO</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>CRESCIMENTO POPULACIONAL (%)</b>
2008	81.027	-
2009	81.332	0,38%
2010	82.830	1,84%
2011	83.454	0,75%
2012	84.180	0,87%
2013	85.022	1,00%
2014	85.603	0,68%
2015	86.151	0,64%
2016	86.662	0,59%
2017	87.135	0,55%
2018	87.794	0,76%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados IBGE (2019).

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município de Barra do Corda foi de 0,606, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,763, seguida de Renda, com índice de 0,585, e de Educação, com índice de 0,498.

Ressalta-se que durante a realização da pesquisa, será realizado o levantamento socioeconômico da cidade uma vez que há poucos dados e estudos sobre a região. Para tanto, delimita-se como espaço de tempo, os anos de 2010,

período no qual iniciam as atividades do Instituto Federal no município, até o ano de 2018.

### **3.3 População e amostra**

Ao ter como objeto de estudo a avaliação da atuação do instituto federal como ator social de promoção do desenvolvimento local, baseado no processo de transição do novo padrão socioeconômico, o espaço local, aqui entendido como município, passa a ser estratégia de sobrevivência e competitividade na nova economia, juntamente com os arranjos produtivos locais.

Com base nisso, a população alvo será a população do Município de Barra do Corda, tendo como população de pesquisa, pessoas que diretamente atuam na execução das ações (ambiente interno) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Barra do Corda.

Dessa forma, a amostragem caracterizou-se como intencional, pois a pesquisa foi realizada com pessoas que encontravam-se exercendo funções de gestão na instituição, com exceção dos docentes e técnicos administrativos, que foram selecionados por amostragem simples e o fechamento definido por saturação de dados.

No período da presente pesquisa, a instituição possuía 64 docentes e 21 técnico-administrativos vinculados à função fim do ensino. Inicialmente foram selecionados cinco docentes e cinco pessoas do corpo administrativo. Como critério de inclusão, definiu-se direcionar a pesquisa aos servidores com mais de seis anos de atuação, pelo fato de terem participado do processo de implantação do campus. Como critério de exclusão, optou-se por não selecionar os servidores com menos de seis anos de atuação.

O fechamento amostral no ambiente externo se deu por saturação teórica, conforme Fontanella (2011), o fechamento da amostra significa definir o conjunto que subsidiará a análise e a interpretação dos dados.

Nas amostras não-probabilísticas (intencionais), tal definição é feita a partir da experiência do pesquisador no campo de pesquisa, numa empiria pautada em raciocínios instruídos por conhecimentos teóricos da relação entre o objeto de estudo e o *corpus* a ser estudado (FONTANELLA, 2011, p. 389).

Quando alcançada a saturação, ocorreu a suspensão de inclusão de novos participantes, pois os dados obtidos passaram a apresentar redundância ou repetição.

### **3.4 Instrumentos**

Ao se propor a investigar os limites e possibilidades das contribuições do Instituto Federal do Maranhão para o desenvolvimento local na cidade da Barra do Corda, a presente pesquisa adotou como instrumento de coleta de dados: a entrevista semiestruturada. As entrevistas são procedimentos que se encadeiam como forma de fazer a relação com o objeto de pesquisa para a constatação da sua efetividade ou não, dentro de seu contexto real de execução.

A importância do uso da entrevista no estudo de caso, se dá pela proposição à compreensão de fenômenos sociais complexos. Segundo Yin (2001, p. 21), permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, entre outros.

A escolha da entrevista semiestruturada como instrumento de coleta, justifica-se uma vez que favorece a investigação de assuntos mais amplos e com interpretações variadas. Triviños (1987) explicita que a entrevista semiestruturada parte de certos questionamentos básicos que são apoiados em teorias e oferecem um amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas dos entrevistados.

A entrevista semiestruturada foi dividida em quatro partes: informações gerais do entrevistado, processo de implantação do campus na cidade, atuação do campus (ensino, pesquisa e extensão) e desenvolvimento regional.

A primeira parte consiste no levantamento geral do perfil do participante da pesquisa (nome, profissão, tempo de atuação na instituição, exerce função administrativa). Na segunda parte, procurou-se identificar a percepção do participante sobre o processo de implantação da instituição na cidade, destacando a percepção da comunidade da chegada de uma instituição federal de ensino e das dificuldades encontradas.

Na terceira parte, as perguntas foram direcionadas a fim de identificar a percepção dos participantes quanto as ações (ensino, pesquisa e extensão)



desenvolvidas pela instituição para alcançar seu objetivo institucional de ofertar educação com foco no desenvolvimento socioeconômico local, por meio do desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.

Por fim, a última parte do roteiro da entrevista visou analisar a percepção dos participantes acerca da missão institucional dos Institutos Federais com o desenvolvimento local, identificando assim os limites e contribuições da instituição para o desenvolvimento local da cidade de Barra do Corda-MA. Para melhor entendimento, a estruturação do roteiro será descrita na sessão de análise de dados.

A coleta de dados documentais se deu em todo processo de pesquisa. A pesquisa documental, conforme Godoy (1995) é também apropriada quando queremos estudar longos períodos de tempo, buscando identificar uma ou mais tendências no comportamento, observando-se que os “documentos podem ser considerados uma fonte natural de informações à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto” (p.22):

- Ambiente interno: documentos que normatizem o funcionamento dos Institutos Federais, incluindo as legislações e relatórios de gestão, com o objetivo de conhecer os resultados e/ou produtos das práticas de atuação do Instituto Federal no município de Barra do Corda, assim como o de identificar a articulação institucional da educação profissional com as demais políticas públicas. Esses documentos serão solicitados na instituição e/ou coletados em ambiente virtual (site do IFMA, MEC, TCU, entre outros); e
- Contextualização Socioeconômica de Barra do Corda - MA: inicialmente foram coletados documentos acerca dos indicadores socioeconômicos, obtidos por meio de fontes documentais da Gestão Pública Municipal, Associação Comercial, e por meio de ambientes virtuais entre eles IBGE, INEP, IPEA, DataSUS.

### **3.5 Procedimentos de Coleta de Dados**

A primeira etapa para iniciar o processo de coleta de dados foi a solicitação de autorização para realizar a pesquisa no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnológica na cidade de Barra do Corda – MA, a qual foi autorizada a realização da pesquisa (ANEXO B).

Segundo momento, com relação aos aspectos éticos relativos ao projeto, destaca-se que foram assegurados todos os princípios éticos de não exposição dos participantes a riscos desnecessários, sendo adequada a avaliação da relação risco benefício em todas as fases da pesquisa, portanto, será imprescindível a obtenção do consentimento informado e a garantia da preservação da privacidade. Para tanto, este estudo se submeteu a avaliação ética, obtendo aprovação no Comitê de Ética perante o parecer de número 3.093.932, na data de 19 de dezembro de 2018.

Para a obtenção dos dados, este estudo parte da premissa que coloca o Instituto Federal como ator social responsável pela ação educacional, ensino e pesquisa, dentro da rede social dos arranjos produtivos locais ou dos sistemas produtivos locais presentes na comunidade.

No contexto interno, a entrevista foi aplicada aos servidores responsáveis pela gestão do Instituto Federal, mais especificadamente, o Diretor Geral, os Chefes dos departamentos de Extensão e Relações Institucionais, Departamento de Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação e por cinco servidores docentes e cinco servidores administrativos vinculados ao Departamento de Ensino. Considerando-se que a concepção de educação profissional presente nos Institutos Federais é aquela voltada a orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão por meio da integração entre ciência, tecnologia e cultura com o “compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social” (PACHECO, 2011, p.2).

### **3.6 Procedimentos para Análise de Dados**

O passo seguinte à coleta dos dados foi a análise, inicialmente pelo processo de organização de dados, análise de documentos e demais informações e dados colhidos.

Este estudo utilizou as fases de análise de dados previstas por Godoy (1995), com a fase de pré-análise, de exploração do material e dos dados obtidos na análise documental, com o objetivo de elaborar um roteiro de estudo, por meio das seguintes etapas: leitura flutuante, seleção de documentos, elaboração de hipóteses e indicadores.

Posteriormente, foi realizada a fase da análise dos dados, por meio da técnica de triangulação de dados, a convergência de diversas fontes de pesquisa para garantir a confiabilidade, por meio do agrupamento dos resultados das entrevistas realizadas com os servidores do campus Barra do Corda e com os atores sociais do município de Barra do Corda e dos documentos obtidos.

De acordo com Yin (2001), a existência de dados obtidos mediante diversos procedimentos permite a triangulação de dados, que constitui em um dos procedimentos mais indicados para obter a validação do estudo, ou seja, a triangulação consiste em confrontar a informação obtida por uma fonte com outras, com vistas a corroborar os resultados da pesquisa.

Todas as fontes de evidências foram revisadas e analisadas em conjunto, de forma que as descobertas do estudo de caso basearam-se na convergência de informações oriundas de fontes diferentes, e não de dados quantitativos, nem qualitativos, em separado (YIN, 2001, p.120).

A triangulação de dados está na essência dos estudos de caso. Yin (2001, p.33) ao definir o estudo de caso como uma investigação que “baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo.” Segundo o autor, as informações obtidas de três fontes de dados, pelo menos duas dela precisam ser convergentes, para ter os resultados validados.

Numa última etapa, será realizada a análise de conteúdo, por meio do tratamento e interpretação dos resultados baseados no referencial teórico.

Exemplifica Bardin (1979), que a análise de conteúdo possibilita o pesquisador ir além dos resultados obtidos pela simples leitura, permite investigar a percepção dos atores que implementam a ação investigada, de acordo como o autor considera a análise de conteúdo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de

produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p.42).

Por se tratar de uma pesquisa com abordagem qualitativa, o processo de construção de categorias, imprescindível na análise de conteúdo, será definido ao longo do estudo, pois serão criadas à medida que surgirem nas respostas dos entrevistados. Destacando-se que, ao ter como proposta de estudo a análise do modo como os Institutos Federais podem ser propulsores de desenvolvimento regional para a cidade em que está implantado, a pesquisa volta-se ao discurso e percepção dos atores acerca do entendimento sobre a temática:

As categorias vão sendo criadas, à medida que surgem nas respostas, para depois serem interpretadas a luz das teorias explicativas. Em outras palavras, o conteúdo, que emerge do discurso, é comparado com algum tipo de teoria. Infere-se, pois, das diferentes "falas", diferentes concepções de mundo, de sociedade, de escola, de indivíduo (FRANCO, 2005, p.60).”

A seguir, a categorização das unidades de sentidos utilizadas na análise dos dados qualitativos.

Quadro 16. Categorização das unidades de sentido – Análise de Conteúdo

<b>SESSÕES</b>	<b>PONTOS INVESTIGADOS</b>	<b>PONTOS A SEREM ANALISADOS</b>
I- INFORMAÇÕES GERAIS	Nome, profissão, tempo de atuação na instituição, exerce função administrativa;	Perfil Geral dos participantes
II – PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS	-Expectativas que a população do município criou com a chegada do Instituto na cidade; -Dificuldades enfrentadas no processo de implantação do campus na cidade;	Percepção sobre o processo de implantação do novo modelo de educação profissional propostos pelos Institutos Federais;
III- ATUAÇÃO DO CAMPUS	Atendimento da demanda e necessidades da comunidade;	Percepção acerca da relação do Instituto Federal com os atores sociais da comunidade e suas demandas;
	Atendimento e demandas do mercado de trabalho e do setor produtivo;	Percepção acerca do atendimento à economia local, com ênfase ao atendimento dos APL's, a partir da oferta decursos;
	Entraves internos e externos que limitam a atuação do campus na cidade.	Percepção sobre a identificação dos entraves da instituição com a cidade, e vice versa;
	Oportunidades internas e externas que otimizam a atuação do campus na cidade?	Percepção sobre a identificação das potencialidades da instituição com a cidade, e vice versa;

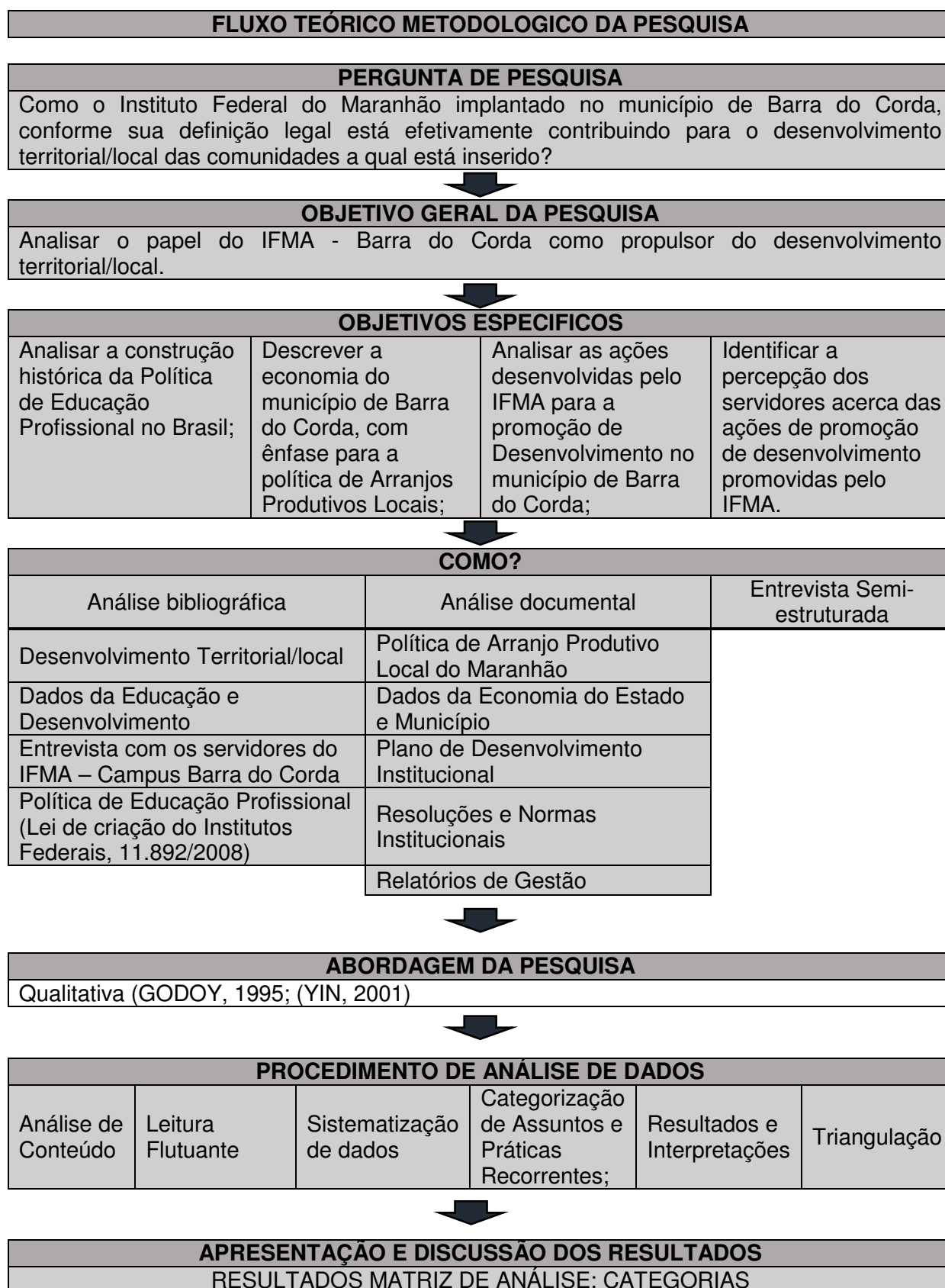
	Atividades de pesquisa e inovação tecnológica desenvolvidas pela instituição estão voltadas a gerir conhecimentos e produção de tecnologias voltadas para resolução das demandas sociais reais da comunidade? Como?	Percepção das ações desenvolvidas pela instituição que promovam o Desenvolvimento Regional na cidade por meio das ações de pesquisa;
		Percepção quanto a relação entre pesquisa científica x identificação dos problemas enfrentados na cidade;
	- as atividades de extensão estão voltadas a resolução das demandas sociais da comunidade? Como?	Percepção das ações desenvolvidas pela instituição que promovam o Desenvolvimento Regional na cidade por meio das ações de extensão;
		Percepção sobre importância das ações de extensão para o desenvolvimento local;
IV- INSTITUTOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceito de desenvolvimento local;</li> <li>- Função social dos Institutos Federais na promoção o desenvolvimento local nas cidades a qual estão inseridos;</li> <li>- Limites identificados de atuação do Instituto na promoção do desenvolvimento local.</li> <li>- Contribuições identificadas do Instituto com o desenvolvimento local da cidade;</li> </ul>	Percepção quanto a relação atuação do IFMA x desenvolvimento regional; Limites e contribuições do IFMA na promoção do desenvolvimento local

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Como ressaltado, haverá o aprofundamento de conteúdos e estudos para melhor análise dos dados a serem coletados, ressaltando a garantia de manutenção de categorias já analisadas em outros estudos, a fim de garantir a comparabilidade com estudos sobre a mesma temática.

Para melhor visualização da pesquisa, segue um esquema orientador do processo de investigação, Figura 4, em que buscou a construção de uma fundamentação teórica tendo como base os autores referencias nas temáticas. Parte-se do princípio que os Institutos Federais são criados como instituições responsáveis pela promoção do desenvolvimento local com o contexto no qual estão inseridos, a partir da oferta de educação profissional e tecnológica voltada para a resolução dos problemas sociais e comprometida com a identificação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais.

Figura 4. Esquema geral da pesquisa



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a construção de um estudo sobre os desafios e possibilidades da atuação do Instituto Federal do Maranhão como agente promotor do desenvolvimento local, com destaque para a atuação no município de Barra do Corda, este estudo realizou a coleta de dados no ambiente interno, ou seja, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus Barra do Corda.

De forma a atender o processo de investigação, segue abaixo a caracterização dos entrevistados.

Quadro 17: Esquema de apresentação da amostra entrevistada no ambiente Interno

<b>NOME DE IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>TEMPO DE ATUAÇÃO</b>	<b>EXERCE FUNÇÃO ADMINISTRATIVA</b>
Entrevistado Tae A	8 anos	sim
Entrevistado Tae B	8 anos	não
Entrevistado Tae C	4 anos e 4 meses	sim
Entrevistado Tae D	8 anos	não
Entrevistado Tae E	8 anos	não
Entrevistado Docente A	8 anos	sim
Entrevistado Docente B	3 anos	sim
Entrevistado Docente C	8 anos	não
Entrevistado Docente D	7 anos	sim
Entrevistado Docente E	8 anos	não
Entrevistado Docente F	8 anos	sim

Fonte: Elaboração própria

A seguir, apresenta-se o levantamento dos dados. Primeiramente, se destacará a expansão da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia no Maranhão, em seguida, como foi o processo de implantação do Instituto Federal no Município de Barra do Corda e quais as expectativas da comunidade.

### 4.1 A Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia no Maranhão.

Conforme PDI 2014/2018 (Plano de Desenvolvimento Institucional), em 12 de dezembro de 2004, o Ministério da Educação por meio da SETEC, realizou uma chamada pública para os estados, com o objetivo de acolher propostas de composições de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Somente

em 2008, o resultado da chamada compõe o documento para subsidiar o Projeto de Lei nº 3.775 que propõe a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e com a aprovação da Lei nº 11.892, são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

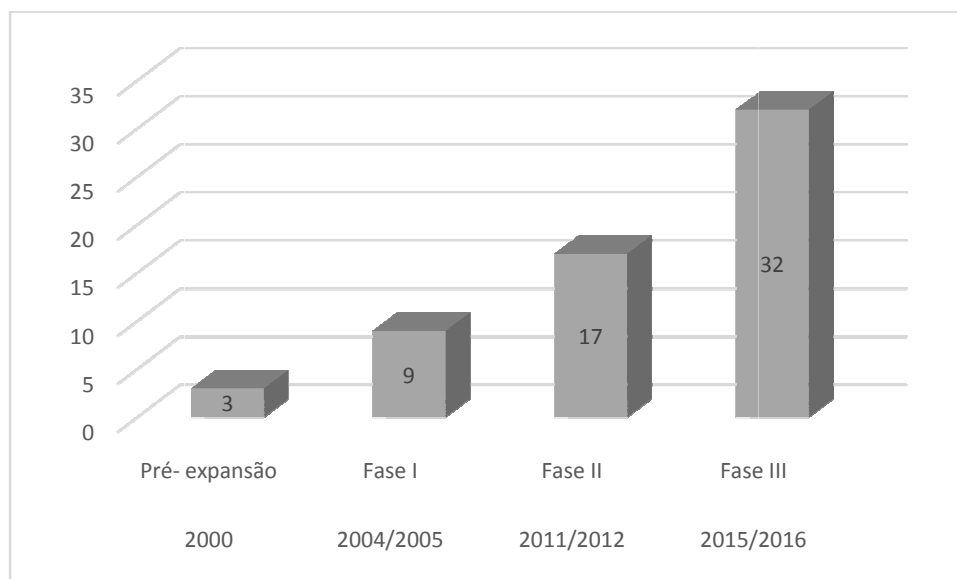
Em 2005, cria-se a primeira fase do Plano de Expansão da Educação Profissional, a qual tinha como intenção alavancar o desenvolvimento de regiões, geograficamente delimitadas do interior do país. A fase I ocorreu no período de 2004 a 2006. O Maranhão foi contemplado com seis unidades nos municípios de Açailândia, Buriticupu, Santa Inês, São Luís, São Raimundo das Mangabeiras e Zé Doca. Até então, o Maranhão contava com cinco unidades: um Centro Federal de Educação Tecnológica, duas Escolas Agrotécnicas: uma em São Luís e outra em Codó, e uma Unidade Descentralizada em Imperatriz.

No ano de 2011/2012, é implantada a fase II do Plano de Expansão da Educação Profissional, tendo como objetivo criar uma escola técnica em cada cidade-polo do país. A intenção do plano era cobrir o maior número possível de mesorregiões e consolidar o compromisso da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional. Com o crescimento do sistema, surgiu a necessidade de sua reorganização. Em decorrência disso, criaram-se os Institutos Federais, ainda, nessa fase, houve a criação de oito unidades localizadas nos municípios de Caxias, Timon, Barreirinhas, Pinheiro, Barra do Corda, São João dos Patos, Bacabal e Alcântara.

A fase III ocorreu em 2013, possibilitou a expansão dos *campi* para os municípios de Coelho Neto, Grajaú, São José de Ribamar, Viana, Pedreiras, Araiases, Presidente Dutra, Itapecuru-Mirim e os *Campi* Avançados de Rosário, Carolina e Porto Franco, Balsas, Chapadinha, Colinas e Mirinzal. Conforme podemos observar no gráfico 1.



Gráfico 1. Expansão da Rede Federal e Tecnológica no Estado do Maranhão.



Fonte: Elaboração própria

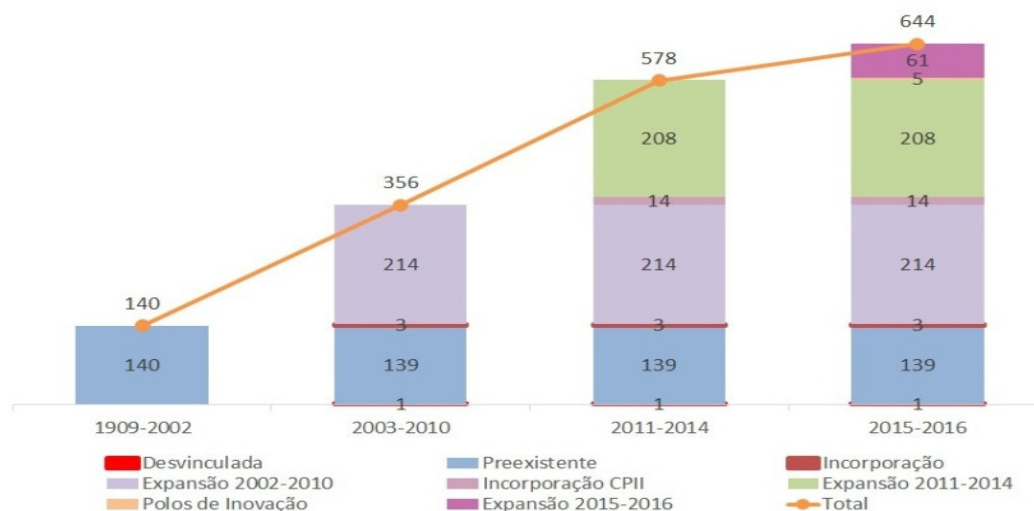
De acordo com dados do site do Ministério da Educação, a Rede Federal vivenciou no período entre 1909 e 2002, a maior expansão de sua história, conforme podemos observar no Gráfico 1, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2010, correspondente a fase I da Expansão, no Brasil foram criados 216 novos campi, e no Maranhão, conforme analisado, foram criados 10 novos *campi*, totalizando assim, 18.

Na fase II (2011 e 2014), enquanto no Brasil houve um crescimento de 222 novas instituições, no Maranhão surgiram apenas 8. Na fase III, do processo de expansão foram criados 15 novos institutos no Maranhão, e apenas 66 no Brasil.

Ao analisar a taxa de crescimento dos Institutos do Maranhão, constata-se que na fase I o estado acompanhou a taxa de crescimento do país, havendo o crescimento de 154% no Brasil e 150% no Maranhão. Na fase II, o surgimento de novos *campi* foi menor em comparação ao percentual de crescimento do resto do país. Enquanto no Brasil a taxa foi de 62% com relação a fase anterior, no Maranhão o crescimento foi 20% menor em relação a fase anterior.

Essa situação se inverte na Fase III, em que o estado apresenta maior número de criação de institutos em relação a outras fases, apresentando taxa de crescimento maior do que a do restante do país, com 88% em contrapartida à taxa de 11%.

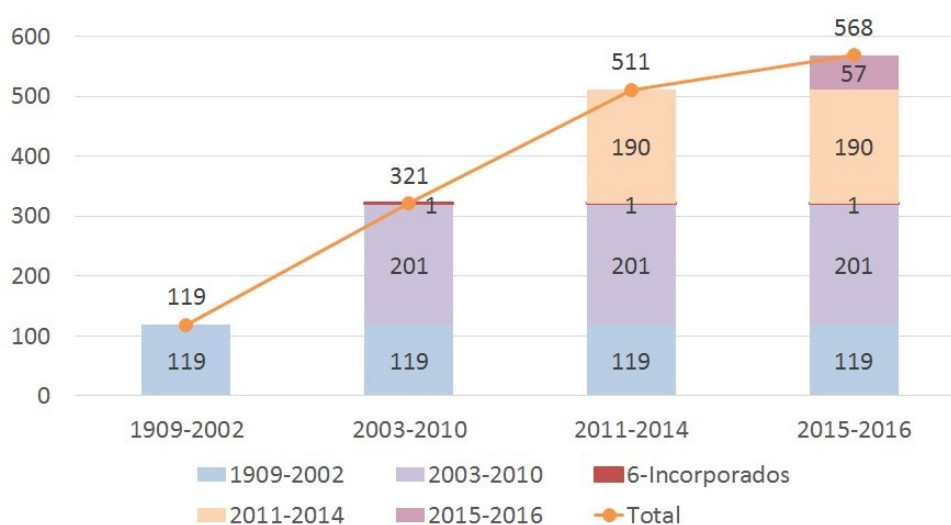
Gráfico 2- Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil- em unidades



Fonte: MEC (2017)

Assim, a expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 *campi* em funcionamento, alcançando a interiorização do ensino profissional e tecnológico, atingindo 568 municípios, conforme dados do Gráfico 3.

Gráfico 3- Quantidade de municípios atendidos com a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte MEC (2017)

No Maranhão, de acordo com dados do PDI (2014), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia atua em 33 municípios, sendo 26 *campi*, Campus avançados (Carolina, Porto Franco, Rosário), três Núcleos Avançados (Bacabeira - vinculado ao Campus São Luís- Monte Castelo, Santa Rita - vinculado ao Campus São Luís- Monte Castelo, Itaqui Bacanga - vinculado ao Campus São Luís- Centro Histórico e um Centro Vocacional Tecnológico em fase de implantação - Josias), conforme pode ser observado na Figura 5 no quadro de distribuição dos institutos federais no Maranhão.

Figura 5- *Campi* do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão.



Fonte: IFMA (2017).

Pode-se constatar desse modo, que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se expande no Maranhão com ênfase para a implantação dos IFs no interior do estado. Conforme Prediger (2010), essa expansão está aliada à ressignificação da educação profissional, que vem tomando a forma de política pública, prevendo a formação profissional de setores historicamente marcados por desvantagens sociais e econômicas.

Logo, constata-se que, a escolha dos municípios para sediar os *campi* dos Institutos Federais, de acordo com Pacheco et al. (2010, p. 29), levou em consideração a “priorização de critérios técnicos, em detrimento de critérios políticos (diga-se clientelísticos), como tem sido comum na gestão das políticas públicas, para a definição das áreas geográficas e municípios onde ser instaladas as novas unidades”.

Para além dos critérios do MEC já explanados, foram consideradas, conforme Nascimento (2012), as cidades com mais de 50 mil habitantes, regiões que possuíam território da cidadania, unidades distantes pelo menos 60km umas das outras e unidades com mais de 100 mil habitantes que possuíssem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O autor acrescenta ainda, que apesar do discurso da inexistência de questões políticas para a definições dos municípios que seriam sedes dos *campi* do Instituto Federal, no Maranhão, a priorização de critérios técnicos não foi totalmente contemplada. Questiona-se então, a escolha de alguns municípios maranhenses contemplados na expansão, pois deixam claro ter sido uma escolha política dos gestores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Diferentemente das orientações apresentadas na literatura e nos documentos normativos, tais como o PDI, não foi possível identificar na fala dos entrevistados e documentos institucionais do Campus Barra do Corda, quais as justificativas para a escolha do município de Barra do Corda como cidade contemplada na fase II da expansão da Rede Profissional Federal.

Seguindo esses, critérios, surge a implantação do campus do Instituto Federal na Cidade de Barra do Corda, a ser analisada na sessão seguinte.

## **4.2 O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – Campus Barra do Corda**

Nesta sessão, serão apresentados os dados coletados pela pesquisa de campo por meio da realização de entrevistas e de coleta documental, especificadamente sobre a implantação e atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no município de Barra do Corda.

O compromisso dos Institutos Federais na contribuição do progresso socioeconômico e local se dá pela definição dos instrumentos normativos, da intervenção dos institutos em um território de abrangência, definidas por meio de mesorregiões. Para Pacheco (2010), conceituadas como uma área individualizada que possua uma identidade regional, por meio das dimensões da organização do espaço como um processo social (determinantes), quadro natural (condicionante) e a rede de comunicações (articulação). É nesse sentido, que a participação ganha ênfase na construção da missão institucional.

Na busca pela identificação e criação de soluções técnicas e tecnológicas para os problemas locais, a escolha dos cursos deve ser definida de acordo com documento normativo, segundo Pacheco (2010) por meio de audiências públicas, promovendo assim, uma escuta às representações da comunidade.

Na identificação de aspectos e potencialidades da comunidade, a construção de espaços de participação popular se faz necessária para a construção dos Institutos Federais como Observatórios de políticas sociais. Conforme Pacheco (2010), a rede federal é tecida a partir das relações sociais existentes, e oportunizam, por um lado, o compartilhamento de ideias visando a formação de uma cultura de participação e, por outro, a absorção de novos elementos, objetivando a sua renovação permanente.

### **4.2.1 Análise de campo**

Nesta sessão serão apresentados os dados coletados por meio de entrevista semiestruturada acerca da percepção dos entrevistados sobre a atuação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão na cidade de Barra do Corda.

#### 4.2.2 Expectativas da população do município percebida pelo ambiente interno

A expectativa da população com a implantação de uma instituição federal de ensino é percebida pelos servidores como uma instituição inovadora e como uma instituição presencial de ensino superior (universidade).

De acordo com Pereira (2016), por se apresentar como um projeto inovador, os institutos federais provocaram diversas reações e expectativas, centradas muitas vezes na esperança de novas oportunidades e perspectiva de ascensão social. Desse modo, a primeira expectativa da população de Barra do Corda, percebida pelos servidores é a de que a instituição é vista como uma novidade em educação para o município.

*“Acho que a comunidade ficou bem ansiosa, bem animada, pelo fato de ser uma instituição federal, uma instituição que tem uma boa qualificação de profissionais, de recursos humanos, com uma estrutura boa também” DOCENTE B.*

*“Na época as expectativas foram altas. Que iria ter mais empregos, ia ter mais capacitação dos alunos, ia ter mais oportunidades para a cidade. Então era uma novidade para a cidade” TAE B.*

A própria lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008) apresenta os IF's como uma grande novidade, unidades pluricurriculares, multicampi. Surgem, assumindo uma forma híbrida entre universidades e os antigos centros de educação científica (CEFET's).

Apesar de terem sido apresentados como uma grande novidade, ao analisar o histórico da política de educação profissional no país, constata-se que os institutos federais surgem de um rápido processo de reestruturação, no qual não houve um consenso acerca do projeto norteador da instituição. Essa transformação não foi simples, e como verificou-se ocorreu em climas de muita tensão, insegurança e expectativas.

Além disso, a partir da transformação dos antigos Cefets, estes perdem sua autonomia, uma vez que deixam de ser autarquias para integrarem um conjunto de instituições com uma única autarquia verticalizada, modelo das novas IES.

A segunda expectativa se dá pelo entendimento de ser uma instituição de oferta de ensino superior, conforme verificou-se na fala do entrevistado:

*“Acredito de ter uma instituição de ensino implantada mesmo na cidade, sem oferta de EAD, principalmente na área de cursos superior TAE B*

Nos relatos coletados, nota-se que, a implantação da instituição se confunde com a política de democratização do ensino superior, pois o anseio da comunidade era em relação a implantação de uma universidade presencial, de qualidade, e com cursos diversificados. Tendo em vista, que os cursos de nível superior ofertados no município, se davam em sua grande maioria na modalidade semipresencial ou Ead como é o caso da UEMA (Universidade Estadual do Maranhão) e da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) que estão presentes na cidade, nas modalidades Educação a Distância e semipresencial.

O acesso à educação superior no Maranhão ainda se constitui um grande desafio, considerando os índices educacionais do estado. De acordo com dados do IBGE (2010), a taxa de analfabetismo entre pessoas é de 20,5%, no Nordeste de 16,9% e no Brasil de 8,6%. O anseio por cursos a nível superior se justifica pela ausência de oferta na região, conforme dados do Censo 2010 (IBGE) somente 4,2% da população neste ano possuíam ensino superior.

Ao analisar a oferta de ensino superior, conforme exibido no Quadro 18, a mesorregião Centro Maranhense, é composta por quarenta e dois municípios e teve nos anos de 2013 e 2014 respectivamente, 5.281 e 5.658 matrículas em cursos presenciais. Assim, apenas 4,8% e 4,6% da população da mesorregião estava matriculada em cursos presenciais, número que fica ainda menor quando considerado por unidade federativa (municípios).

Quadro 18 - Distribuição de matrículas na graduação presencial – Maranhão (2013-2014)  
Mesorregião

<b>Mesorregião</b>	<b>Municípios</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Norte Maranhense	60	72.327	82.501
Leste Maranhense	44	13.034	14.443
Sul Maranhense	19	2.381	2.691
Oeste Maranhense	52	16.386	16.989
Centro Maranhense	42	5.281	5.658

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INEP

Apesar de a expectativa maior, percebida pelos servidores, fosse acerca da oferta de educação superior, a oferta de educação profissional foi divulgada ao longo do processo de implantação da instituição na cidade.

*“Boas expectativas. De que nós teríamos além dos cursos técnicos, talvez a parte de curso técnico fosse, pelo que eu ouvia os comentários das pessoas por onde nós passávamos divulgando o IFMA, a expectativa menor era para cursos técnicos. A expectativa maior era para cursos superiores, por que sempre se sonhou em trazer uma universidade para Barra do Corda”. TAE D*

Uma vez que, a Lei nº 11.892/2008, deixa claro o direcionamento da oferta de vagas. A lei de criação dos IF's (11.892/2008) estabelece no seu artigo 7º, inciso I, que um dos seus objetivos é "ministrar no mínimo 50%(cinquenta por cento) de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos" e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com a finalidade de formação docentes para a educação básica, sobretudo, nas áreas de Ciências e Matemática, e para a educação profissional (BRASIL, 2008).

*De ter uma escola pública de qualidade, de ensino médio, e a perspectiva de oferta de ensino superior principalmente, e no ensino superior que não seja licenciatura já que a cidade oferece muita licenciatura TAE B*

A oferta de curso superior na modalidade de bacharelado, em vez de licenciatura, foi uma das expectativas identificadas pela instituição, e a implantação do curso superior será discutida adiante.

#### **4.2.3 Percepções acerca do processo de implantação do IFMA – Campus Barra do Corda**

O prédio do IFMA-Campus Barra do Corda, teve sua construção iniciada em 2010, sendo entregue somente em 2015, devido ao abandono da obra por parte das empresas licitadas para a construção do prédio. E isso, ocasionou uma série de problemas durante o processo de implantação do campus.

A partir da fala dos entrevistados acerca da existência ou não de dificuldades durante o processo de implantação da instituição, afere-se que houve sim, dificuldades no processo de implantação do instituto no município, as quais foram: a ausência de sede própria; ausência de estrutura física; ausência de



recursos humanos para início das atividades; e a cultura educacional dos jovens do município.

O IFMA- Campus Barra do Corda, iniciou suas atividades no ano de 2011, na escola estadual CE João Pedro Freitas, compartilhando espaço com as redes municipal e estadual. O atraso nas obras de construção do prédio, fez com que a instituição no ano de 2013, alugasse e adaptasse um prédio, no qual funcionava uma antiga Creche da Igreja Católica, localizado no Bairro Altamira. O prédio contava com cinco salas que foram adaptadas para serem ocupadas como sala de aula, e um salão que foi adaptado para os trabalhos administrativos e docentes, conforme relato:

*“Houve muita dificuldade do ponto de vista estrutural, o nosso campus ele levou na verdade 5 anos a mais do que o previsto para poder ficar pronto, essas dificuldades elas foram mitigadas primeiro pela ocupação pelo Instituto de três salas emprestados numa escola do estado que também funcionava em concomitância como município uma situação bastante complicada porque a gente não tinha o espaço adequado para biblioteca, nem para dar atividades administrativas e nem para os setores de uma maneira geral e depois o aluguel em outro prédio que era uma creche aqui na acabou sendo adaptado, mas com uma quantidade muito pequena de salas de aula, o que também nos impediu por muito tempo de crescer”  
DOCENTE A.*

As dificuldades do processo de implantação do Instituto Federal no município condizem com a realidade nacional do processo de expansão da rede, nas mais diversas localidades. De acordo com Abreu (2012), a expansão foi se concretizando de forma rápida e veio provocando várias mudanças nas instituições já existentes.

Apesar de ter suas obras iniciadas em 2010, a fase II do processo de Expansão da Educação Profissional no Maranhão foi marcada pela expansão acelerada na tentativa de cobrir o maior número possível de mesorregiões e consolidar o compromisso da educação profissional com o desenvolvimento local.

Acrescenta ainda Abreu (2012), que o ritmo da expansão foi superior ao processo de construção de infraestruturas capazes de dar o suporte necessário ao funcionamento institucional. A Figura 6 representa a imagem do prédio provisório alugado pelo IFMA - Campus Barra do Corda.

Figura 6 - Imagem do Prédio Provisório – IFMA Campus Barra do Corda.



Fonte: Google Mapas (2019).

Outras dificuldades de infraestrutura percebidas giraram em torno da ausência de estrutura física e de recursos humanos para o andamento das atividades. A fim de amenizar os problemas de falta de estrutura, em especial, da ausência de laboratórios para os cursos de Química e Informática, os gestores do campus Barra do Corda, firmaram parceria com o Governo do Estado para utilização conjunta do Cetecma (Centro de Capacitação Tecnológica do Maranhão). Com isso, houve a permissão de uso do laboratório de Química, laboratório de Informática, e de duas salas de aula.

A seguir, a Figura 7 ilustra o prédio cedido pelo Governo do Estado para o funcionamento de aulas práticas nos laboratórios.

Figura 7. Prédio Cetecma- Barra do Corda.



Fonte: Geocities (2012).

As dificuldades de infraestrutura física e de recursos humanos percebidas ocasionaram diversos transtornos à qualidade de trabalho da instituição e dos servidores. Destacou-se, a questão do deslocamento, haja vista que a distância do prédio alugado para o prédio de laboratórios cedidos era de 1,2 km, dificultando o deslocamento de servidores e alunos que não possuíam transporte próprio. Segue relato descritivo:

*“O que resolveu foi ir para o Cetecma, lá tinha mais salas a gente conseguia ficar indo e vindo, o ruim é que o docente tinha que se deslocar para lá mesmo por exemplo eu tinha três aulas de manhã no IFMA da Altamira tinha no Cetecma mais duas aulas depois então eu tinha que dar três aulas de correr para lá só que não tinha um suporte da questão de transporte, se eu não tivesse algum transporte ou se eu não soubesse de algum docente que iria para lá eu tinha que ir a pé, e era um pouco distante” DOCENTE C.*

Posteriormente, foram apontados a estrutura física do prédio alugado que não suportava os equipamentos eletrônicos, e a ausência de servidores docentes. Conforme relato:

*“As dificuldades iniciais giraram em torno da ausência de sede própria, ausência de alguns docentes de disciplinas do núcleo básico, ausência de laboratórios e até docentes de informática na primeira turma do curso técnico em Informática” DOCENTE E.*

*“Primeiro foi a questão da fiação do prédio, a gente teve um monte de problema com energia, caiu o disjuntor quando foi colocar os ar condicionados, também não dava porque a fiação era antiga não suportava, questão de sala também, adaptação da sala de aula, eram poucas salas, e com questão do ar-condicionado, quando não tinha o ar-condicionado, não tinha aula à tarde, só tinha aula pela manhã” DOCENTE C.*

Drago e Moura (2017) destacam que além dos obstáculos de implantação de uma nova instituição, a expansão trouxe também problemas de infraestrutura, visto que muitos Institutos Federais iniciaram suas atividades sem prédio próprio. Acrescenta também, que essas dificuldades aconteceram não só na readequação das instituições já existentes (antigos CEFET's) para a nova proposta institucional, mas que, as instituições recém-criadas foram as que mais sofreram por falta de estrutura mínima para o funcionamento.

Do ponto de vista técnico e gerencial, destaca Pereira (2016), o surgimento dos Institutos Federais e a expansão da rede representou um enorme acúmulo de responsabilidades tanto para a burocracia estatal (processos licitatórios, contratação de serviços e de compras) tanto para equipes de gestão, servidores recém nomeados, com pouca experiência administrativa para enfrentar as instabilidades do processo de implantação.

Outra dificuldade enfrentada no processo de implantação foi a cultura educacional do município, conforme fala:

*“A segunda dificuldade eu creio que da própria compreensão das pessoas da cidade, e da região, acerca da proposta da instituição, muitas pessoas ainda tem uma certa rejeição à ideia de uma dedicação maior aos estudos, então isso, inclusive nos leva a um certo percentual de desistência, de evasão, dificuldades dos alunos, talvez também provocada pela própria baixa qualidade da educação de nível fundamental, não só do município de Barra do Corda, mas na região” DOCENTE A.*

A desistência e a evasão escolar dos alunos têm sido um dos principais problemas sociais do campus, causadas por fatores multiculturais. Partindo do princípio do trabalho como construtor do ser social, ou seja, o trabalho como princípio educativo, a ausência ou não de trabalho tem influência direta na construção social, principalmente, das famílias.

O município de Barra do Corda, como já destacado, conforme dados do IGBE (2019), possui população estimada de 87.794 habitantes, dos quais, apenas 5.7% da população mantêm uma ocupação. Outro fator alarmante de desigualdade

social no município é a quantidade de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. Segundo informações do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), 10.244 famílias recebem benefícios sociais, ou seja, 35,55% da população está em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como se pode verificar no Quadro 18. Importante destacar ainda, que o programa cobre apenas 87,62% em relação à estimativa de famílias pobres no município.

Quadro 19 - Quantidade de Pessoas Cadastradas em Programas Sociais – Município de Barra do Corda-MA - 2019

<b>Total de pessoas cadastradas</b>	<b>48.014</b>
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 89,00	33.942
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 89,01 e 178,00	4.540
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 178,01 e ½ salário mínimo	7.235
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	2.297

Fonte: MDS (2019)

Ao analisar a estimativa de habitantes do município em número de pessoas cadastradas em programas sociais (CADÚnico), afere-se que 45.717 pessoas possuem renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, e 2.297 possuem renda *per capita* acima de meio salário mínimo. Constata-se que, 52% da população do município está em situação de miserabilidade, o que se reflete na educação.

O Município de Barra do Corda, em 2018, possuía 108 escolas de ensino fundamental (séries iniciais e séries finais), 28 escolas do ensino médio, e um Instituto estadual de educação profissional, o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

A Lei nº 10.385 de 21 de dezembro de 2015 instituiu o IEMA, vinculado à Secretaria de Estado da Educação, com objetivo de ofertar ensino médio, técnico e superior, para tanto o IEMA é organizado em unidades plenas (escolas de ensino médio técnico em tempo integral) e unidades vocacionais (cursos técnicos profissionalizantes; de Formação Inicial e Continuada (FIC), além de oferecerem oficinas para quem deseja entrar no mercado de trabalho e aprimorar os conhecimentos profissionais.

Conforme informações coletadas, o IEMA do município de Barra do Corda é organizado como uma unidade vocacional, e inicia a oferta de atividades a partir de

2016, apenas com cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) com carga horária de 160h, assim oferta em 2016 (Curso de Inglês Básico), em 2017 (Inglês básico, Inglês intermediário e curso de instalação e), em 2018 (Inglês básico, Inglês intermediário e avançado, Curso de Estofado de móveis e curso de instalação e manutenção de ar condicionado), em 2019 ( curso de estética, Inglês básico, Inglês intermediário, curso de cabeleireiro e curso de instalação e manutenção de ar condicionado). A instituição não possui diagnóstico da identificação vocacional do município, assim, o levantamento da demanda se dá de maneira informação em parceria com servidores da Secretaria de Assistência Social.

Para a instituição no município se tornar uma unidade plena (ensino técnico e superior na modalidade integral) é necessário um diagnóstico da economia do município a fim de identificar as vocações do mercado produtivo da cidade. A Instituição informa que atualmente não tem possibilidades de realizar esse levantamento.

No quadro 20 são apresentados os quantitativos de escolas da rede municipal e Estadual presentes no município de Barra do Corda.

Quadro 20. Quantitativo de escolas da Rede Municipal e Estadual- Barra do Corda (2010-2018)

<b>SÉRIE</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Ensino infantil	124	121	113	122	122	118	116	106	169
Ensino fundamental	195	194	173	184	181	183	182	177	108
Ensino médio	22	21	23	26	27	28	29	28	28
Educação de jovens e adultos	50	41	54	66	55	41	41	36	27
<b>TOTAL</b>	<b>391</b>	<b>377</b>	<b>363</b>	<b>398</b>	<b>385</b>	<b>370</b>	<b>368</b>	<b>347</b>	<b>332</b>

Fonte: Ideb (2019)

Com relação ao quantitativo de matrículas do município, o quadro 21 demonstra que no ano de 2018 havia no município 4.634 matrículas no ensino fundamental (séries iniciais e séries finais) e apenas, 1.683 matrículas no ensino médio. Observa-se ainda, que as matrículas da educação de jovens e adultos é 28% maior do que as matrículas do ensino médio.

Quadro 21. Quantitativo de matrículas da Rede Municipal e Estadual- Barra do Corda (2010-2018)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Creche	557	543	583	718	584	480	500	732	550
Pré-Escola	1.838	1.642	1.459	1.749	1.548	1.078	1.148	986	943
Séries Iniciais	5.173	4.452	4.813	5.497	4.931	3.165	3.175	2.449	2.418
Séries Finais	3.739	2.998	3.723	4.676	3.822	2.528	2.936	1.985	2.216
Médio	0	0	755	1.069	870	938	1.488	1.683	1.038
Eja	2.254	1.597	2.124	2.296	2.077	1.525	1.422	1.764	1.326
Educação Especial							0	502	287

Fonte: Ideb (2019)

Mediante isso, a desigualdade social no que corresponde a distribuição de renda se acentua ainda mais, e com isso, conforme Alencar (2010), afeta as condições de sobrevivência das famílias, e faz com que diminua a expectativa de superação do estado de pobreza e sujeitem submissão às oportunidades existentes.

Gomes et al. (2014) analisa bem a influência da condição socioeconômica das famílias e sua necessidade imediata de sobrevivência. Para o autor, os trabalhadores ao se depararem com a possibilidade de serem excluídos de forma definitiva pelo mercado, acabam por alcançar de maneira mais rápida um emprego.

Assim, diante da primeira oportunidade de trabalho, as populações em situação de vulnerabilidade econômica, investem pouco em educação, pois ingressam mais precocemente no mercado de trabalho.

Dessa forma, percebe-se que muitos alunos possuem pouca ou quase nenhuma expectativa de melhoria de vida pela educação, fazendo com que ela seja secundarizada em sua formação, pois almejam a maioria (a conclusão do 2º grau) para adentrar no mercado de trabalho de forma definitiva. Situação muito bem explicada no relato do entrevistado:

*“Mas eu vejo um pouco Barra do Corda e região como reflexo da concepção de educação que se tem no país ainda, que a educação acaba ficando um pouco mais para o final da fila. Então isso reflete no comportamento pessoal das pessoas porque às vezes as pessoas não valorizam a educação, e aí embora a expectativa seja positiva, embora as expectativas sejam grandes de que o Instituto possa promover essa transformação social através da educação, aqui isso é notório, muitas vezes a gente também percebe a dificuldade das pessoas de abraçarem esse projeto de uma maneira mais intensa, de uma maneira mais concreta aqui na região, e aí as vezes a família quando começa a ver maiores dificuldades, tira logo aluno da escola, a família coloca em outras redes que no ensino ele vai ter uma*

*facilidade maior, não vai ocupar “tanto tempo dele estudando”  
DOCENTE A.*

O Instituto assume então, como desafio, a construção de uma nova cultura/rotina escolar, a fim de amenizar os questionamentos e descontentamentos com a ocupação do tempo escolar diurno (matutino e vespertino), ofertados pelos institutos federais.

#### **4.2.4 Percepção acerca do atendimento das necessidades e interesses da comunidade local**

Ao avançar nos questionamentos sobre a atuação do campus com a pergunta “no planejamento e execução das atividades a instituição busca conhecer as necessidades e interesses da comunidade? ”.

No primeiro momento, torna-se importante analisar a percepção dos entrevistados a respeito de processos e práticas de consultas durante o planejamento e execução das atividades, assim são apresentadas as seguintes questões levantadas pelos servidores: IFMA Campus Barra do Corda realizou uma consulta para o processo de implantação do campus e hoje, se mantém limitado a atender essa demanda; a instituição busca de maneira indireta realizar o levantamento das necessidades; no planejamento das ações a instituição não busca realizar o levantamento das necessidades locais.

Como analisado no referencial teórico, a aproximação dos Institutos Federais com a realidade local objetiva é fundamental. Pacheco (2010) destaca a necessidade de um olhar mais criterioso sobre os problemas na busca de soluções, pois é na interferência do local, que serão apropriadas alterações na esfera maior (regional). A importância do diagnóstico da localidade se faz importante porque é a partir dele que a instituição poderá ofertar formação profissional para atendimento das peculiaridades científico-tecnológicas do território.

Nos instrumentos normativos, destaca ainda Pacheco (2010), a necessidade de realização de processos consultivos à comunidade, entre eles, a realização de audiências públicas e de escuta das representações da sociedade, cujo objetivo é consultar os interesses da comunidade sobre a oferta de cursos pelos institutos federais.



Para tanto, as novas unidades devem, a partir da realização de audiências públicas e de escuta das representações da sociedade, fazer o levantamento das necessidades e demandas da comunidade a fim de que se realize a escolha de cursos para atendimento dessas demandas.

Durante o processo de implantação, se dá a oferta dos eixos tecnológicos, conforme Lei n.º 11.741/2008, a oferta da educação profissional se dará por meio de eixos tecnológicos, que são entendidos como linha central de estruturação de cursos, por meio da definição de uma matriz tecnológica, que tem como objetivo fornecer direção para o projeto pedagógico, dando-lhe identidade e sustentáculo.

Em 2012, o Ministério da Educação elabora o primeiro Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), no qual constam treze eixos tecnológicos, são eles:

Ambiente e saúde; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; militar; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial; recursos naturais; segurança; turismo; hospitalidade e lazer (BRASIL, 2014, p. 32).

O IFMA Campus Barra do Corda, durante o processo de implantação realiza audiência pública para a escolha de cursos, dessa forma, se implanta na cidade com cinco matrizes (eixos) tecnológicas, são elas: Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócio, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Recursos Naturais. Em 2011, o IFMA iniciou a oferta com três cursos na modalidade integrada (Edificações, Química e Agronegócio), um curso na modalidade subsequente (Manutenção e suporte em Informática), e um curso de Secretaria Escolar, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Contudo, como a instituição não possui registros das atas das reuniões e audiências públicas realizadas para a oferta dos cursos, e os detalhes coletados para esta pesquisa delinear-se de forma superficial, isso impede a descrição do que foi debatido e das decisões que foram tomadas de maneira coletiva. Entre os fatores que contribuem para isso, está o de os servidores que participaram das referidas audiências não se encontrarem mais no Campus Barra do Corda, por terem disso deslocados, em processos de remoção, para outras cidades do Maranhão que também possuem campus do Instituto Federal. Tal situação, impossibilita esta pesquisa a analisar se os cursos ofertados atendiam de fato às expectativas da população.

Ressalta-se na fala dos entrevistados, que os cursos solicitados pela comunidade durante o processo de consulta pública eram na área de Agrárias e de Agropecuária. No que diz respeito ao modo como se deu a escolha institucional dos cursos, infelizmente, não foi possível realizar esse levantamento.

Dito isso, uma das percepções levantadas foi a limitação da instituição em realizar consultas e atender a necessidades da comunidade, uma vez que, conforme descrição:

*“No cenário atual não tem como atender às necessidades e interesses da comunidade, quando estas não fazem parte dos eixos tecnológicos já desenvolvidos na instituição. Estes foram definidos em audiência pública quando da implantação do campus nesta cidade” TAE A.*

Ou seja, há o reconhecimento da impossibilidade de atendimento das demandas, percebe-se que as atividades desenvolvidas pela instituição são atreladas somente às áreas de atuação do Instituto, que já estão definidas pela estrutura e pelo corpo docente efetivo. Infere-se ainda das falas dos entrevistados, a impossibilidade de atendimento dessas demandas, conforme:

*“Dessa forma, as demandas apontadas pela comunidade só podem ser atendidas se puderem ser inseridas nos eixos tecnológicos com os quais os campi já trabalham” TAE A.*

Outro ponto destacado, é que mais da metade dos entrevistados, acredita que a Instituição realiza o levantamento das necessidades e demandas da comunidade de maneira indireta, mediante a participação em eventos, nos quais a comunidade solicita ações e cursos, conforme descrição:

*“A gente sempre busca estar participando de eventos promovidos pela comunidade local, pela prefeitura” DOCENTE B.*

*“Sempre nos eventos eles buscam parceria, com as escolas do município, escolas do estado, com a associação dos comerciantes, prefeitura, o IFMA está sempre tentando interagir com esses órgãos para essas entidades para poder ouvir a comunidade, principalmente a comunidade indígena” DOCENTE F.*

Enfatiza-se também, os levantamentos indiretos realizados em algumas ações, tais como levantamentos realizados na época de inscrições, divulgação de seletivos. Sendo reconhecida, a informalidade desses levantamentos:

*“Até alguns desses foram sendo feito de maneira informal e outros foram sendo dados adquiridos através de conversas mesmo, da manifestação das pessoas quanto aos cursos desejavam fazer. É isso aí deu um feedback para nós nesse sentido, agora, particularmente a gente acredita que a maneira mais eficiente de fazer esse levantamento, seja mesmo a realização de audiências públicas. Você tem uma consulta em tese um pouco mais fidedigna” DOCENTE A.*

Por fim, há a percepção de que a instituição não realiza consulta, tendo em conta que as ações e atividades desenvolvidas dependem do fórum íntimo do servidor, e as ações por ele desenvolvidas dependem do seu interesse e capacitação, segue relato:

*“Sempre vejo a preocupação em alguns servidores em fazer essa extensão e pensar no que a cidade precisa” TAE B.*

A importância da realização das consultas públicas, como instrumento de participação social, conforme Rausch e Soares (2010), a participação administrativa aberta a indivíduos e a grupos sociais determinados, visa a legitimação administrativa, pela qual a comunidade exerce o direito de expor suas necessidades, preferências e opções e conduz o Poder Público a uma maior aceitação conceitual.

O reconhecimento da importância de processos de consulta institucionalizada na comunidade local para a oferta das atividades é reconhecido pelos servidores, uma vez que é apontada a necessidade de realizar pesquisas mais apuradas, tanto com relação à cadeia produtiva, quanto sobre as necessidades locais. Há o reconhecimento do avanço da instituição nesse processo, conforme fala:

*“Eu acho que a gente tem que fazer pesquisas mais apuradas, com relação as cadeias, saber a necessidade mesmo né? Local? A gente já tem avançado, mas eu acho que a gente pode avançar ainda mais, talvez isso seja um trabalho né? que ele já está em construção, mas eu acho que a gente dá para avançar mais, acho que daqui a uns 2 anos a gente consegue já ter esse diagnóstico, a gente já tem alguns, algumas né? as pesquisas que somadas levam a gente a saber mais sobre a região, mas eu acho que dá para ser melhor, tanto que a gente tem vários cursos que já abriram e fecharam, justamente talvez em razão disso” DOCENTE D.*

De acordo com Pacheco (2010), é através da construção de processos participativos e democráticos dentro da instituição, por meio de uma rede de saberes que envolvam cultura, trabalho, ciência e tecnologia, que haverá a troca de experiência capaz de permitir aos institutos e à comunidade a construção e

acumulação de novos conhecimentos, e assim, contribuir para o desenvolvimento local.

A seguir serão analisadas as ações de ensino, pesquisa e extensão executadas pelo Instituto Federal do Maranhão.

#### **4.2.5 Percepção dos servidores quanto ao atendimento das demandas da comunidade e do processo produtivo do município de Barra do Corda-MA**

Como constatado, a expansão da rede de educação profissional e tecnológica, ampliou o número de matrículas, e conseqüentemente, aumentou a diversidade sociocultural do público atendido, e a aproximação com a realidade socioeconômica das comunidades, o que é considerado pelo MEC como observatório de políticas públicas e do universo social, econômico, geográfico, educacional, cultural, científico e tecnológico do seu entorno (BRASIL, 2011, p.8).

Os Institutos Federais devem exercer a função estratégica de promotores do desenvolvimento local e de inclusão, por meio da oferta da educação profissional e tecnológica. Para assim, formar e qualificar os cidadãos com vistas à atuação profissional em diversos setores da economia, com ênfase na identificação e mapeamento das potencialidades locais e pela consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais objetivando o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Na intervenção da instituição no território, nota-se nos relatos dos servidores as seguintes colocações: os cursos da instituição atendem à demanda da população, inclusive do processo produtivo, e há o reconhecimento do não atendimento entre a escolha dos cursos ofertados no Instituto Federal do Campus Barra do Corda e as necessidades do município, em especial, do mercado produtivo, e também, a instituição atende à demanda da comunidade em ofertar ensino gratuito de qualidade.

A percepção quanto à oferta de ensino atender a comunidade local e o mercado de trabalho é descrita na fala abaixo:

*“Na chegada do campus, aqui foram realizadas algumas audiências públicas nesse sentido, que se deram conta das demandas para três cursos, que se ofertou aqui a princípio, na verdade dos quatro cursos. Que eram agronegócio, química e edificações, e aí logo depois também se ofertou um técnico em manutenção e suporte na*

*modalidade subsequente e um pouco mais à frente ainda se ofertou outro curso que foi o de secretaria escolar, então esse planejamento foi por conta dessas demandas né, porque o curso de técnico e manutenção é um curso que fornece um tipo de mão de obra qualificada praticamente para qualquer lugar. Edificações, pelo momento campus iniciou, a construção civil estava em fase de expansão não só no Maranhão, mas Brasil, técnico em química nós tínhamos a Quercengen, chamada de fazenda chapada aqui na cidade e o agronegócios exatamente pela visão corrente de que aqui na cidade os negócios ligados ao setor Rural” DOCENTE A.*

Contudo, verifica-se que os entrevistados justificam a escolha dos cursos não somente para atendimento das demandas locais, mas regionais, conforme:

*“Com relação a essa demanda é muito complicado, porque a gente vive em uma cidade muito pequena, e aí claro, tem o curso de química, o aluno vai trabalhar onde? Mas a gente tem que pensar também não só no local, esse aluno pode sair, pode trabalhar em outra cidade” TAE B.*

Constata-se a partir das falas dos entrevistados, que as escolhas dos cursos a serem ofertados pela Instituição se deu em torno dos grandes projetos econômicos vigentes no estado nesse período (2010). Entre os grandes projetos econômicos e as grandes empresas presentes no município e estado, a época da implantação está:

- A empresa Quersegen, no ano de 2010, adquiriu a Divisão de Produtos Naturais da empresa alemã Merck, se instala na região neste mesmo ano, as atividades de negócios da empresa são: fabricação de produtos farmoquímicos (Site próprio);
- PAC (Programa de Aceleração de Crescimento), projeto de provisão habitacional nos bairros Piquizinho, Vila Nair, Vila Nenzim e Tamarindo, valor do projeto R\$ 1.057.436,50 (um milhão, cinquenta e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), a ser executado a partir de 2010 (BRASIL, site PAC, 2019);
- Refinaria de Petróleo Premium I: inicia seu processo de instalação a partir do ano de 2010, no município de Bacabeira, com um investimento estimado de U\$ 19,8 bilhões de dólares, terá capacidade para processar 600mil barris por dia de petróleo, além disso, pretende a geração de emprego direto e indireto para mais de 132.000 pessoas (Sousândrade, 2019);
- Instalação do Complexo Parnaíba: implantado no ano de 2013, considerado um dos maiores parques termoelétricos do Brasil, de geração de energia a gás natural, com investimento inicial de cerca de R\$ 1,12 bilhão.

Conforme Nascimento (2013), a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é caracterizada como uma política de Estado, o desenvolvimento da expansão da rede federal no Maranhão coincidiu com o momento de efervescência da economia, no qual empreendimentos e investimentos foram anunciados ou implantados, tais como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a construção da Refinaria Premium (Petrobras) até o ano de 2015, no município de Bacabeira, uma fábrica de papel e celulose do grupo Suzano, instalação do grupo EBX na extração de gás natural, na região centro maranhense, mais especificadamente no município de Santo Antônio dos Lopes, e a implantação de uma fábrica de cerveja (AmBev).

O modelo de ações e diretrizes da instituição propostos pela comunidade institucional estava voltado para os grandes projetos econômicos como promotores de desenvolvimento local. Nas últimas décadas, conforme Mesquita (2014), o país volta a adotar o modelo de investimentos voltados aos grandes empreendimentos, e o faz por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para Mesquita (2014), o lançamento do PAC no segundo governo do presidente Luiz Inácio, foi um conjunto de intervenções do Estado na área de infraestrutura visando oferecer economia de escala aos investimentos, contudo, a concepção do programa traz de volta a presença do Estado no planejamento da ocupação territorial.

Não é intenção deste estudo, avaliar a política de desenvolvimento adotada pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, destaca-se, porém, a ênfase de projetos de desenvolvimento voltados a investimentos regionais para a promoção do desenvolvimento das regiões, tendo como carro-chefe, os projetos do PAC, programas que representaram a presença do Estado nas localidades.

Essa característica fica bastante evidente ao analisar os documentos de projetos de cursos da instituição, conforme Quadro 22, é possível constatar a informação:

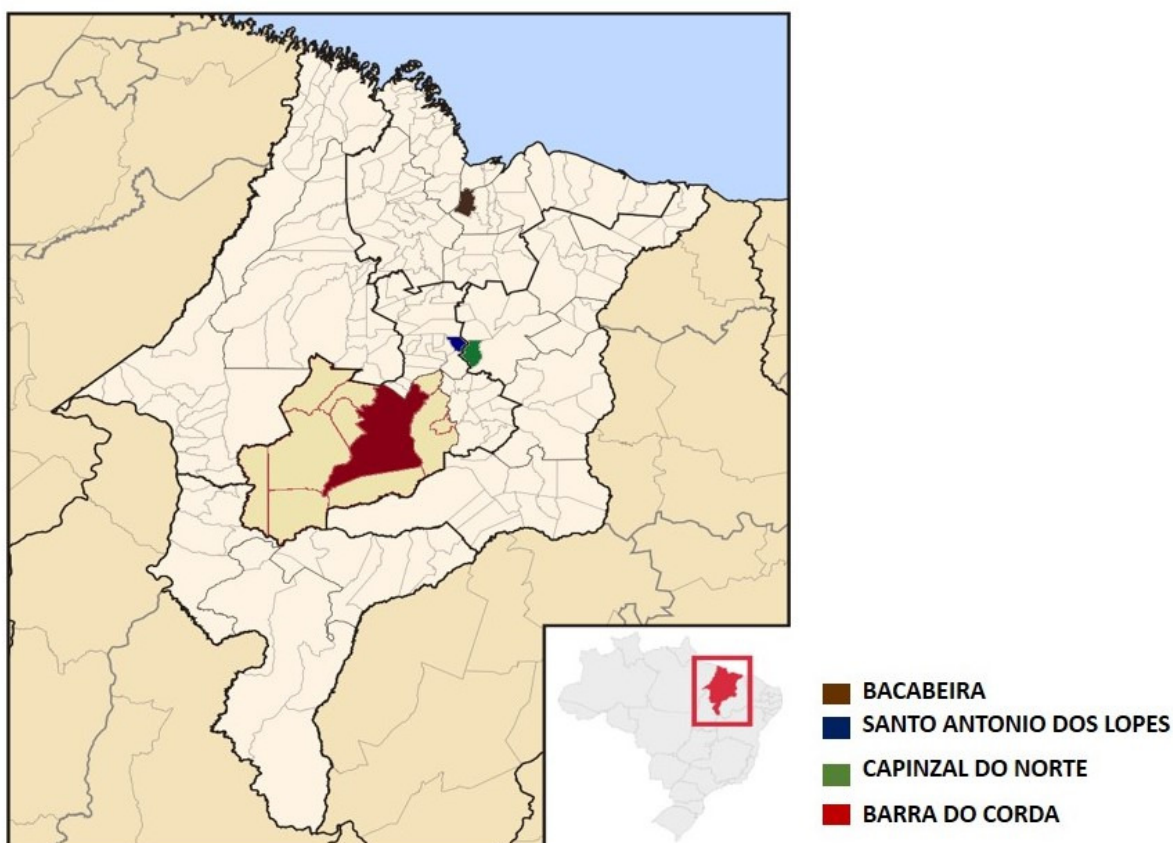
Quadro 22 - Justificativas de oferta de cursos – IFMA (Barra do Corda)

<b>EIXO: CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS</b>	<b>CURSO: QUÍMICA</b>
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Atuando como agente formador no município de Barra do Corda, o Instituto Federal do Maranhão - IFMA identificou a necessidade, através de audiência pública, da instalação de um curso técnico de Química. O município de Barra do Corda apresenta uma população de quase 100 mil habitantes, segundo dados do IBGE, e com a crescente demanda das indústrias locais, regionais e nacionais, corrobora com a atuação do IFMA para os jovens estudantes da cidade e região circunvizinha. Ressalte-se, ainda, que a instalação de uma siderúrgica e de uma refinaria de petróleo em nosso Estado aponta para um quadro de desenvolvimento econômico e tecnológico que deverá gerar uma elevada demanda de mão de obra para técnicos químicos (IFMA, 2011, p.5).	
<b>EIXO: INFRAESTRUTURA</b>	<b>CURSO: EDIFICAÇÕES</b>
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Como atividades produtivas destacam-se as atividades ligadas ao setor primário da economia, mais notadamente rizicultura e demais produtos básicos, destacam-se também a pecuária leiteira e a extração de gipsita e calcário, matéria prima do gesso e cimento, respectivamente, de grande valia para a construção civil. Nas últimas décadas, é marcante a expansão da cidade em novos bairros e loteamentos, a exemplo dos bairros da Altamira e Trizidela, o que resulta em uma demanda de trabalho para o profissional, trabalho esse que vem sendo executado, de uma maneira geral, sem orientação técnica. A ausência do profissional da área de construção civil é sentida não só na cidade, mas em toda microrregião do Alto Mearim e Mesorregião Centro do Maranhão, devido à grande oferta de trabalho e a carência de instituições de ensino técnico na área. Fato este que foi conferido após a realização das audiências públicas para instalação do campus do IFMA em Barra do Corda. Importante destacar o contexto atual do estado, que passa por um processo de expansão industrial, provocados pela implantação da refinaria de petróleo em Bacabeira, o que deve gerar uma grande demanda do profissional para todo Estado. Outra grande perspectiva serão as oportunidades que podem ser geradas pela extração de gás natural no município de Capinzal do Norte, a 142km da cidade (IFMA, 2011, p.4).	
<b>EIXO: RECURSOS NATURAIS</b>	<b>CURSO: AGRONEGÓCIO</b>
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Atualmente, Barra do Corda destaca-se como uma das cidades do Maranhão que vem apresentando um crescimento econômico bem acentuado. A região apresenta aspectos que favorecem o desenvolvimento da Pecuária, Agricultura, Extrativismo, Negócios, Indústrias e Serviços, bem como turismo rural. Já se observa um arranjo produtivo local organizado, com a presença de algumas cooperativas agrícolas e empresas voltadas para o agronegócio. As atividades produtivas locais são distribuídas da seguinte forma, quanto à arrecadação tributária: o setor de serviços diversos corresponde a 57,02 %, agropecuária 31,46 % e indústrias 7,95% (IBGE 2006). Para tanto, é de interesse do IFMA promover uma formação cidadã aos alunos do Curso técnico de Agronegócios, na modalidade integrada, para que desenvolvam competências e habilidades que dinamizem as transformações dos processos produtivos para o desenvolvimento do setor agrícola e agroindustrial de forma sustentável, levando em consideração as carências regionais, as ameaças eventuais e as oportunidades econômicas de mercado.	
<b>EIXO: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b>	<b>CURSO: MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA</b>
<b>JUSTIFICATIVA:</b> São muitas as oportunidades nesse mercado de trabalho que cresce e muda tão rapidamente. Por essa razão, o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, na forma subsequente, não só atende a essa enorme demanda, como também beneficia uma quantidade significativa de pessoas que necessitam de formação, qualificação e requalificação profissional na região de Barra do Corda (IFMA, 2011, p.3).	

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 8 ilustra os municípios de Barra do Corda assim como os municípios de Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte os quais concentram o Complexo Termoelétrico do Parnaíba e o Município de Bacabeira, onde se iniciou em 2011 a construção da Refinaria Premium.

Figura 8. Mapa dos Municípios com Grandes Projetos Econômicos – MA



Fonte: Elaborada pela autora a partir de IBGE (2019)

O modelo de ações e diretrizes da instituição passa então a ser voltado para os grandes projetos econômicos como promotores de desenvolvimento regional, em detrimento do local. Isso contraria as normativas dos Institutos Federais, nas quais o papel previsto dos Institutos Federais é, conforme Pacheco (2010), o de incorporar os setores sociais locais que foram excluídos dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil.

Observa-se na figura 8, que os municípios que possuíam instalados os grandes empreendimentos econômicos, não se localizam próximo a mesorregião que o município de Barra do Corda integra. Assim, a distância do Município de Barra



do Corda para os municípios de Bacabeira, Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes é respectivamente, 385 km, 169 km e 162 km.

A utilização de implantação de Institutos Federais, a partir do critério da divisão do território por meio de mesorregiões, se dá, conforme Mec (2010), pela necessidade de identificação das principais potencialidades (vocações) e dos estrangulamentos/problemas existentes, emergentes e potenciais. Assim como dos cenários futuros em termos de oportunidades e de ameaças nos planos ambiental, social, econômico e sociocultural, características essas que expressem as características internas da região, da unidade da federação e das mesorregiões e permitam um desenvolvimento econômico sustentável, preservação ambiental e inclusão social.

Na análise de Mesquita (2014), as estratégias de desenvolvimento deste período tinham como características: a base de investimentos de grandes capitais, a economia de enclave, o vínculo com o mercado de trabalho especializado, com predomínio de empresas ligadas às atividades intensivas de exploração de recursos naturais, vinculadas às cadeias globais de *commodities*, tais como as que estavam em operação no Estado.

Outra percepção, inclusive da totalidade dos entrevistados, acerca do descontentamento sobre o não atendimento do mercado produtivo de Barra do Corda-MA, se dá no questionamento da identificação das demandas levantadas pela instituição, entre tais demandas estão:

*“Formação de docentes Indígenas; Formação na área de Ciências da Natureza, entre outras”* TAE A.

*“Acho que sim, as demandas identificadas são informática, administração, e acho que os cursos que são oferecidos aqui, atendem à demanda, mas não totalmente, acho que devia focar mais na parte de agronegócio”* DOCENTE F.

*“Demandas relacionadas às áreas de agrárias, tecnologia e comércio”* DOCENTE E.

Como analisado no referencial teórico, o perfil da economia do município reflete a dicotomia estadual, como será demonstrado no tópico seguinte, entre um número minúsculo de grandes unidades produtivas responsáveis pelo valor da produção e um maiúsculo número de pequenas unidades produtivas com pouca expressão econômica. Essa grande demanda dos pequenos agricultores ou das

famílias envolvidas da agricultura familiar, é reconhecida pela instituição, porém não atendida na percepção dos servidores entrevistados, conforme se pode verificar nos relatos abaixo:

*“As necessidades identificadas - um dos cursos solicitados foi na área de Agropecuária, por exemplo. Não temos condições de oferta de cursos nessa área. No cenário atual não tem como atender às necessidades e interesses da comunidade, quando estas não fazem parte dos eixos tecnológicos já desenvolvidos na instituição. Estes foram definidos em audiência pública quando da implantação do campus nesta cidade. Dessa forma, as demandas apontadas pela comunidade só podem ser atendidas se puderem ser inseridas nos eixos tecnológicos com os quais os campi já trabalham. Esse fato se justifica em razão de não termos condições de viabilizar estrutura financeira, pedagógica, administrativa, logística e de pessoal para atender a demandas que não convergem para a infraestrutura já existente (Entrevistado TAE A).*

*A gente fez consulta quando teve o PDI, que foi convocada a comunidade interna, comunidade indígena, representante do governo municipal, a comunidade, nós fizemos o levantamento dos cursos que queriam, mas o problema maior é que a gente passa por um problema que é para atender os anseios da comunidade, a gente esbarra em uma coisa que é primordial, recursos, o que eles mais querem na cidade que é o que mais precisam, muitos cursos que eles querem dependem de recursos, que nada mais é do que cursos agrícolas, a nossa comunidade é agrícola, aqui tinha que ser o Campo Agrícola, o foco tinha que ser curso de agronegócio, agropecuária, técnico agrícola, técnico em produção, não sei, técnicos na área de agricultura (Entrevistado TAE C).*

Acrescenta-se ainda, a dificuldade e limitação institucional de atendimento de demandas, perante a rigidez do quadro de ofertas e de recursos humanos que impossibilita a revisão e alteração das ofertas. Relata:

*“Tem que haver uma reformulação periódica que a gente até faz no PDI para tentar atender mais as demandas da sociedade do que uma demanda inicial que foi proposta uma realidade que era outra, e que hoje a gente segue a mesma realidade sendo que aqui a gente não tem demanda de alguns profissionais, por exemplo, técnico profissional técnico em química é um curso que é relativamente caro e que aqui na cidade não tem demanda, por exemplo, a gente tem o curso de informática concurso relativamente mais barato e tem mais demanda então é esse tipo de coisa né tô aqui aí dá um reflexo nos nossos alunos que saem, a gente nota que os alunos de informática que saem tem mais receptiva no mercado de trabalho do que um técnico em química, a única empresa que tinha saiu, só tem agora em Presidente Dutra e Grajaú, só que é isso já tem um problema que é questão de deslocamento desse aluno para trabalhar em outra cidade” (Entrevistado TAE C).*

*“A gente tem uma cidade que o mercado de trabalho não é bom. A absorção desses nossos alunos que saem desses nossos cursos é pouca, normalmente eles têm que sair, ir pra outras cidades ou quando não entrar num curso superior que não tem nada haver com o curso técnico deles, mas eu penso que o momento dessas adversidades econômicas é também um terreno fértil para que a gente possa se reinventar, transformar a nossa postura” (TAE D).*

Atualmente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus Barra do Corda, oferta cursos conforme demonstrado no Quadro 23. São ofertados cursos em cinco eixos tecnológicos, quatro dos eixos estavam previstos em sua estrutura (Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócio, Informação e Comunicação, Infraestrutura) e o eixo Ambiente e Saúde que não faz parte dos eixos de oferta do campus.

Quadro 23. Ofertas de Cursos 2019 – IFMA (Barra do Corda-MA)

<b>EIXO</b>	<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>
INFRAESTRUTURA	EDIFICAÇÕES	INTEGRADA E SUBSEQUENTE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	INFORMÁTICA	INTEGRADA E SUBSEQUENTE
CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	QUÍMICA	INTEGRADA
GESTÃO E NEGÓCIOS	ADMINISTRAÇÃO	INTEGRADA E SUPERIOR
AMBIENTE E SAÚDE	MEIO AMBIENTE	SUBSEQUENTE
GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM COMERCIO	PROEJA

Fonte: Elaborado pela autora

Em suma, depreende-se das falas dos servidores acerca dos cursos ofertados pela instituição (Química, Edificações, Agronegócio, Administração, Meio Ambiente e Manutenção e Suporte), que tanto a comunidade quanto o setor produtivo possuem a demanda de cursos da área agrícola, os quais não são ofertados pela instituição.

O curso de agronegócio foi descontinuado no ano de 2013, conforme justificativa abaixo:

*“Com o decorrer, com o andamento desse curso (agronegócio) foi verificado pela coordenação de agronegócio na época a inviabilidade da continuidade da oferta desse curso, porque segundo foi levantado nesse período não havia tanta demanda de alunos e não havia tanta demanda desse tipo de curso aqui na região visto que não há empresas de agronegócio, o curso de agronegócio não é voltado para a prática dentro do Meio Rural mas é um curso de escritório, curso de negociação, de administração, na verdade voltado para*

*esse para esse segmento. Daí a gente fez a suspensão é praticamente a extinção desse curso” DOCENTE A.*

“Quando a gente também pensa no curso de agronegócio, se a gente for olhar os dados da época, salvo engano nós tínhamos uma procura muito baixa, a gente também precisa analisar e ter acesso a essas outras informações e não é só o que a gente acha, precisamos ver quais são os dados, nós temos o PIB que me diz que não é mais agro, nós temos o índice que mede a procura do curso, não é alto” TAE D.

Compreende-se a partir dessa fala, que a Instituição não realiza pesquisa de egressos, e a avaliação dos cursos se dá pelo quantitativo de procura (demanda) e análise do PIB do município.

No planejamento da oferta 2019/2022, conforme planejamento da instituição via PDI (Programa de Desenvolvimento Institucional) descrito no Apêndice D, dos cursos presenciais, no planejamento da oferta 2019 a 2002 são ofertados quatro cursos técnicos, quatro cursos superiores, quatro cursos de pós-graduação *Latu Sensu* e 31 cursos de Formação Inicial Continuada (FIC). Destes, 100% dos cursos técnicos presenciais serão no eixo de educação, 75% dos cursos superiores e 100% das pós-graduações serão também na área de educação.

Com relação aos cursos de Formação Inicial Continuada a serem ofertados a partir de 2019, nota-se que 59% dos cursos além de serem na área de educação, estão localizados no eixo Desenvolvimento Social e Educacional. Na oferta de Educação a distância, verifica-se a maior oferta da instituição.

Na oferta de cursos técnicos na modalidade Ead, 85% está em cursos das áreas técnicas, 75% da oferta do superior se dá também em torno de cursos da área técnica, 63% e 66% respectivamente, das ofertas de pós-graduação *Latu Sensu* e cursos de Formação Inicial Continuada, estão no eixo de Desenvolvimento Social e Educacional.

Nota-se que o Instituto Federal, na oferta do ensino tem priorizado a oferta de cursos no eixo de Desenvolvimento Social e Educacional, apesar de não ser eixo estruturante da Instituição.

Segundo ao que se analisou no referencial teórico, os Institutos Federais têm como finalidade a oferta de educação profissional em todos os níveis com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e regional, por meio da proposição de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.

Dito isso, estaria o Instituto Federal do município de Barra do Corda consolidando e fortalecendo os arranjos produtivos locais?

Na tentativa de responder a esse questionamento, faz-se necessário uma análise sobre a economia do Estado do Maranhão e do município de Barra do Corda.

Ao realizar o recorte para o local do objeto desse estudo, o Município de Barra do Corda, verifica-se conforme Quadro 24, que descreve a evolução do Produto Interno do Município, que o setor de serviços é o que possui maior destaque na construção do PIB do município, sendo a agropecuária, o segundo maior.

Quadro 24. Evolução do PIB – Barra do Corda-MA (2010 a 2016)

<b>Ano</b>	<b>Valor adicionado bruto da Agropecuária, a preços correntes (R\$ 1.000)</b>	<b>Valor adicionado bruto da Indústria, a preços correntes (R\$ 1.000)</b>	<b>Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (R\$ 1.000)</b>	<b>Valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (R\$ 1.000)</b>	<b>Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000)</b>
2010	49.222	15.921	106.590	124.690	309.790
2011	55.600	20.090	146.215	136.787	381.460
2012	66.328	26.215	175.668	149.377	443.741
2013	82.843	25.453	193.598	168.091	495.957
2014	95.196	33.436	228.328	192.492	577.228
2015	45.988	35.151	225.581	211.270	551.109
2016	43.609	32.470	259.438	230.572	601.599

Fonte: IBGE (2016)

Conforme dados do IBGE (2016), as atividades econômicas em 55% dos municípios brasileiros estavam vinculadas às atividades estatais, dos 5.570 municípios, 3.062 tinham a administração pública, a defesa, a educação, a saúde e a seguridade social como principais atividades econômicas. Em visita à Secretaria de Agricultura do Estado e Secretaria de Indústria, detectou-se que no município não há Arranjo Produtivo identificado e nem presença de indústrias ou empresas, fazendo com que a economia gire em torno da administração pública e demais serviços.

Verifica-se que no ano de 2016, 38,5% corresponde ao PIB do Município de Barra do Corda, o que sinaliza que a economia do município é mantida basicamente com recursos da administração pública e da seguridade social. Indica ainda que a economia fica dependente de variáveis externas, uma vez que a continuidade ou redução dos programas sociais pode afetar diretamente a economia do município, pois o salário dos funcionários públicos e os benefícios da seguridade social, é o que fazem a economia do município funcionar, justificando assim, a movimentação do setor de serviços.

O que se pode confirmar, ao analisar a transferência de recursos da Assistência Social para o Município, e os benefícios de assistência social (Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Seguro Defeso) e o Benefício de Prestação Continuada, conforme demonstrado no Quadro abaixo.

Quadro 25. Benefícios da Assistência Social anuais transferidos para o município de Barra do Corda – MA

<b>ANO</b>	<b>BENEFÍCIOS SOCIAIS</b>	<b>BPC</b>	<b>TOTAL</b>
2010	14.634.948,00	34.519.120,21	49.154.068,21
2011	16.905.984,00	29.202.744,95	46.108.728,95
2012	22.923.888,00	25.676.870,78	48.600.758,78
2013	23.325.907,00	23.157.556,49	46.483.463,49
2014	23.969.394,00	20.713.392,50	44.682.786,50
2015	23.807.079,00	17.359.223,12	41.166.302,12
2016	23.523.417,00	15.644.607,56	39.168.024,56

Fonte: MDS (2018)

De acordo com prévia de dados do AGROCENSO 2017 (IBGE), constata-se que o município de Barra do Corda, no ranking dos 217, encontra-se bem posicionado no setor de agropecuária, conforme descrito no Quadro 26, que trata da quantidade de cabeças de animais, com destaque para a produção de bovinos, equinos, galináceos e galinhas.

Quadro 26. Ranking 2017 das cidades do Estado do Maranhão, setor Pecuária (Unidade: cabeças)

	<b>POSIÇÃO</b>	<b>BARRA DO CORDA</b>	<b>PRIMEIRA POSIÇÃO NO ESTADO</b>
Bovinos	10º	129.077	323.636 (Açailândia)
Caprino	18º	4.365	14.612 (Vargem Grande)
Equino	5º	5.158	7.751 (Açailândia)
Galináceo	6º	210.356	73.8697 (Estreito)
Galinhas	3º	39.946	321.065 (Balsas)
Ovinos	9º	5.173	7.803 (Açailândia)

Fonte: Agrocenso 2017 (IBGE)

O município se destaca também, no setor de Extração Vegetal e Silvicultura, conforme dados apresentados no Quadro 27. Barra do Corda apresenta ainda, índices sobressalentes na extração de carvão mineral, tanto na forma de extração mineral quanto na forma de silvicultura, e se posiciona respectivamente, como o segundo e quarto município do estado nesses setores. Destaque também para a plantação de Eucalipto, sendo o segundo maior município com hectares de plantação.

Quadro 27. Ranking 2017 das cidades do Estado do Maranhão, setor Extração Vegetal e Silvicultura

SETOR	POSIÇÃO	BARRA DO CORDA	PRIMEIRA POSIÇÃO NO ESTADO
EXTRAÇÃO VEGETAL/ Carvão Vegetal (Unidade: toneladas)	2º	5.856	8.292 (Grajaú)
SILVICULTURA/Eucalipto (Unidade: ha)	2º	24.273	40.268 (Açailândia)
SILVICULTURA/ CARVÃO VEGERAL (Unidade: toneladas)	4º	25.602	121.866 (Grajaú)

Fonte: Agrocenso 2017(IBGE).

Os dados sobre a produção na agricultura são destacados nos Quadros 28, que tratam da produção em toneladas de produtos da lavoura permanente e temporária. Dos 217 municípios do estado, Barra do Corda se destaca principalmente, na produção da lavoura temporária, com destaque na produção de arroz e feijão.

Quadro 28. Ranking 2017 das cidades do Estado do Maranhão Lavoura Permanente (Unidade: toneladas)

PERMANENTE	POSIÇÃO	BARRA DO CORDA	PRIMEIRA POSIÇÃO NO ESTADO
Banana	17º	800	7.135 (Pedreiras)
Castanha de caju	40º	18	1.380 (Barreirinhas)
Coco da baía	27º	92	663 (Santana do Maranhão)
Laranja	27º	42	139 (Trizidela do Vale)
TEMPORÁRIA	POSIÇÃO	BARRA DO CORDA	PRIMEIRA POSIÇÃO NO ESTADO
Arroz	9º	5.659	32.850 (São Mateus do Maranhão)
Cana de açúcar	40º	874	1.017.500 (São Raimundo das Mangabeiras)
Feijão	6º	1.107	8.053 (Balsas)

Fonte: Agrocenso 2017(IBGE).

Com relação às indústrias presentes na cidade, conforme Quadro 29, o Município de Barra do Corda possui atualmente 3.520 empresas cadastradas, destas, 60% das empresas estão relacionadas ao comércio e reparação de veículos e motocicletas. Isso porque o município, conforme dados do DENATRAN (2019), no ano de 2018 possuía 19.964 motocicletas, e 3.093 veículos automotores sendo respectivamente o nono e décimo quinto município no ranking estadual.

Outro destaque é que as empresas no setor de outras atividades de serviços representam 14% das indústrias do município, sendo em sua grande maioria empresas de associação de moradores e associação de agricultores. As empresas de indústria de transformação representam 4%, e são relacionadas principalmente, à indústria agropecuária e de recursos mineiras (cerâmica).

Quadro 29. Empresas de Barra do Corda-MA, por setores da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

<b>SETOR (CNAE)</b>	<b>N</b>
COMERCIO, REPARAÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	2.119
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	496
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	158
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	101
CONSTRUÇÃO	95
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	92
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	85
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	81
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	77
EDUCAÇÃO	67
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	44
ARTES, CULTURA, ESPORTES E RECREAÇÃO	34
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	20
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	19
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	10
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	9
AGUA, ESGOTO, ATIVIDADE DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	8
INDÚSTRIA EXTRATIVAS	2
ELETRICIDADE E GÁS	2
SERVIÇOS DOMESTICOS	1

Fonte: Econodata (2019).

Esta pesquisa delimitou-se em verificar quantas estão em funcionamento na cidade, haja visto que, como relatado, esses dados são das empresas atualmente cadastradas no município.



A partir dos dados apresentados pôde-se averiguar que o município de Barra do Corda possui poucas empresas e uma incipiente agricultura de subsistência, portanto, cabe à administração pública municipal a maior movimentação do PIB da cidade.

Mendonça e Holanda (2016) analisam a importância da administração pública municipal na promoção do desenvolvimento local, ao considerar que o crescimento local do município é relacionado intrinsecamente à forma pela qual o município intervém na economia, por meio de leis orçamentárias e pela promoção de áreas de desenvolvimento, ou de incentivos fiscais.

Contudo, ao analisar a economia do estado do Maranhão, observa-se que o perfil da economia do município reflete a dicotomia estadual, de um número minúsculo de grandes unidades produtivas responsáveis pelo valor da produção e um maiúsculo número de pequenas unidades produtivas com pouca expressão econômica.

Este estudo limita-se a aprofundar o estudo da economia do município de Barra do Corda, sendo necessário assim, a importância de pesquisas futuras que respondam por quais motivos o setor primário (agricultura) apesar de possuir destaques nos levantamentos dos dados pelo IBGE quando comparados a outros municípios do estado, não apresenta uma expressão significativa no PIB do Município.

Para finalizar o questionamento acerca do atendimento por parte da instituição atender as demandas da comunidade, está a oferta de ensino gratuito de qualidade, conforme descrito:

*“Nós podemos dizer que em nível de ensino médio nós somos a melhor Instituição de Barra do Corda e região, e isso com base, por exemplo, no resultado dos últimos ENEMs. Todas as vezes que nós tivemos quantitativo mínimo de alunos fazendo a prova do ENEM e oriundos do IFMA, nós sempre obtivemos uma média bem superior as demais escolas, inclusive das escolas da rede privada. Então em parte, nós cumprimos sim as expectativas e outras não, pois nós criamos essa má fama por conta do prédio que quase não se termina de construir, TAE D.*

A perspectiva de acordo com a Instituição (PDI, 2014) é a expansão e democratização da oferta de profissionalização voltada principalmente para o interior do país, onde a oferta é orientada a partir das demandas dos trabalhadores

(formação ampla e qualificada), das necessidades sociais, culturais e regionais identificadas pelos estados.

Uma grande vantagem dessa interiorização, apontada por Guimarães (2013), é a possibilidade da quebra de barreiras territoriais, visto que um polo estabelecido em um estado pode ofertar vagas em outro estado, oferecendo a possibilidade de acesso a um curso que não haveria naquele local de outra maneira.

Destaca-se que a interiorização da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia se faz ainda mais necessária na Região Nordeste do país, na qual, o censo de 2010 (IBGE) constatou que 17,6% da população do país com mais de 10 anos é considerada analfabeta, em contrapartida com as taxas da Região Norte (10,6%), Centro-Oeste (6,6%), Sudeste (5,1%) e Sul (4,7%). Em dados mais específicos, de uma amostra de 5.264.736 pessoas com dez ou mais anos de idade, percebe-se que o número de pessoas sem educação básica é em torno de aproximadamente 4 milhões.

Quadro 30- Nível de escolarização de pessoas com 10 ou mais anos por nível de instrução

<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	<b>PESSOAS COM 10 OU MAIS ANOS.</b>
Sem instrução ou fundamental incompleto	3.213.208
Fundamental completo e médio incompleto	842.384
Médio completo e superior incompleto	994.385
Superior completo	189.918
Não determinado	24.842

Fonte: Dados Censo 2010, IBGE

Ao focar no nosso recorte, o Maranhão foi considerado o quarto município do país com mais analfabetos, onde 19,31% da população não sabe ler. A educação profissional se torna então, uma estratégia de inclusão social ao proporcionar oportunidades educacionais e culturais em regiões agora abrangidas pela expansão da Rede Federal de Educação Profissional, por meio da desconcentração educacional e territorial das capitais dos Estados para o interior do Brasil. Dessa forma, possibilita aos estudantes que residem em cidades do interior dos estados reduzirem a demanda por educação nos grandes centros populacionais.

Quadro 31- Quantidade de vagas ofertadas IFMA – 2011 a 2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Açailândia	120	160	200	160	80	200	240	240
Alcântara	160	80	60	120	80	120	200	120
Araioses							120	200
Bacabal	160	280	200	120	160	120	200	200
<b>Barra do Corda</b>	<b>200</b>	<b>240</b>		<b>240</b>	<b>360</b>	<b>200</b>	<b>320</b>	<b>320</b>
Barreirinhas	120	160	80	280	40	80	200	200
Buriticupu	360	240	240	280	240	240	240	240
Campus Avançado Carolina							80	80
Campus Avançado Porto Franco							160	160
Campus Avançado Rosário							160	160
Caxias	120	280	120	80	200	200	200	200
Codó	240	160	160	160	160	160	160	160
Coelho Neto			80	80	160	120	160	160
Grajaú							240	240
Imperatriz	480	280	400	455	420	440	440	440
Itapecuru							160	160
Pedreira							160	160
Pinheiro	360	120	120	200	240	400	280	280
Santa Inês	320	320	200	200	160	160	160	160
São João dos Patos	80	80	240	120	80	120	240	240
São Luís-Centro Histórico	180	140	150	355	165	240	245	245
São Luís-Maracanã	560	480	440	440	440	360	360	360
São Luís-Monte Castelo	530	770	640	720	730	680	670	670
São Raimundo das Mangabeiras	240	280	200	120	240	280	320	320
Timon	360	280	160	160	160	160	360	360
Viana							120	120
Zé Doca	320	120	160	120	120	120	160	160
<b>Total de vagas</b>	<b>4910</b>	<b>4470</b>	<b>3850</b>	<b>4410</b>	<b>4235</b>	<b>4400</b>	<b>6355</b>	<b>6355</b>

Fonte: Site do IFMA

Ao se analisarem os editais institucionais dos processos seletivos de oferta de vagas aos cursos da Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, nas formas integrada, concomitante e subsequente ao ensino médio dos anos de 2011 a 2018, podemos constatar que houve a interiorização e a desconcentração da educação profissional e média, conforme quantitativo de vagas ofertadas nos municípios nos quais possui um campus do IFMA.

Com exceção dos campi localizados nos grandes centros urbanos (Imperatriz, São Luís – Monte Castelo, São Luís-Maracanã, São Luís-Centro Histórico) foram ofertadas 20.420 vagas entre os anos de 2011 e 2017 em municípios do interior do Estado do Maranhão.

O IFMA do campus Barra do Corda, de 2011 a 2018, ofertou 1.880 vagas em cursos técnicos na modalidade integrada, subsequente, concomitante e na

educação de jovens e adultos, conforme Quadro 32. No ensino superior, ofertou 120 vagas até a presente data.

Nota-se, que o curso de Agronegócio (Integrado) assim como o Secretaria Escolar (PROEJA) foi ofertado em duas turmas, no ano de 2011 e 2012, sendo descontinuado em 2012. Outro curso que teve a sua oferta descontinuada foi o curso de Meio Ambiente na modalidade concomitante ofertado em 2017. Os cursos na modalidade integrado de Edificações, Química e Informática passam a ser ofertados continuamente, com exceção do ano de 2017 no qual não houve ingresso de alunos no curso de Edificações por falta de docentes EBTT.

Em 2018, a instituição inicia a oferta em Administração Modalidade Integrado.

Importante destacar que ano de 2013, não houve ingresso de aluno no IFMA/Campus Barra do Corda, pois não houve oferta de vagas em razão da falta de espaço físico, o prédio ocupado provisoriamente não possui disponibilidade de salas de aula e o prédio do IFMA/Campus Barra do Corda, ainda se encontrava em construção.

Quadro 32. Vagas ofertadas por curso/modalidade – IFMA- Campus Barra do Corda (2011-2018)

CURSO	MODALIDADE	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Agronegócio	Integrada	40	40						
Edificações	Integrada	40	40		40	80	40		80
Química	Integrada	40	40		80	80	40	80	80
Manutenção e suporte em informática	Subsequente	40	40			40		40	
Secretaria Escolar	PROEJA	40	40						
Informática	Integrada		40		40	80	40	80	40
Comercio	PROEJA				40	40	40	40	40
Administração	Subsequente				80	40	40	80	
Edificações	Subsequente					40	40		40
Meio Ambiente	Concomitante							40	
Informática	Subsequente								40
Administração	Integrado								40
<b>TOTAL</b>		200	240		280	400	240	360	360

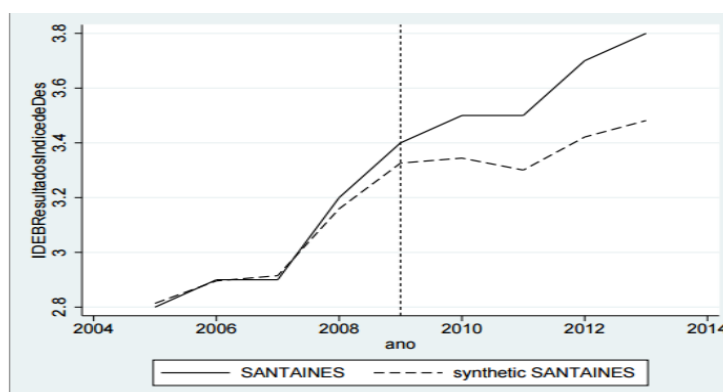
Fonte: Elaborado pela autora a partir do site do IFMA (2019)

A contribuição do Instituto Federal no município não se dá apenas na democratização do acesso ao ensino técnico e superior de qualidade. Se dá também nas influências diretas que uma instituição federal de ensino promove no sistema educacional.

Ao avaliar a interiorização do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão a partir do impacto no rendimento das escolas do ensino fundamental, tendo como referência os resultados obtidos do desempenho das notas do IDEB, é possível examinar aspectos relevantes. Neves e Rocco (2016) constataram que os Institutos exercem um papel importante na determinação do desempenho escolar da educação básica, isso porque a presença de uma instituição da qualidade do Instituto Federal em uma área carente de ensino superior e técnico provocar uma mudança de comportamento nos alunos da região. Muitos desses alunos passariam a almejar uma vaga em uma instituição de reconhecido valor na sua própria região em vez de optar pela mobilidade para outra cidade.

A pesquisa dos autores foi realizada no período de 2000 a 2013, com fontes (DATASUS, IPEADATA, INEP, IBGE, IFMA E PNUD) foram pesquisados doze municípios onde o instituto foi implantado, são eles: Buriticupu, Zé Doca, Açailândia, Santa Inês, Alcântara, Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Caxias, Pinheiro, São João dos Patos e Timon. Utilizaremos como exemplo somente o recorte do Município de Santa Inês.

Gráfico 4 – Nota do IDEB de Santa Inês e Santa Inês sintética de 2005 a 2013



Fonte: Neves e Rocco (2016).

A pesquisa utilizou 135 municípios no processo de otimização para a construção da Santa Inês sintética, contudo, somente quatro se revelaram como importantes para a construção da unidade sintética. Foram eles: Balsas (38.0%), São João dos Patos (24.9%), Santa Luzia do Paruá (22.6%) e Pedreiras (14.5%). Na análise dos autores, o gráfico apresenta as trajetórias da nota do IDEB Santa Inês e

de Santa Inês sintética. É claramente perceptível que antes de 2009 as duas séries estão muito próximas.

Segundo os autores, após 2009, percebe-se uma grande diferença entre as duas séries. Esse resultado em um primeiro instante aponta que a criação do Instituto neste município exerceu um impacto positivo na nota do IDEB, e esse impacto se manteve. Apesar de já haver uma tendência de separação das performances antes da implementação do Instituto, provavelmente devido à antecipação de expectativas sobre o mesmo, a diferença se mostra muito sutil. Percebe-se que, após o funcionamento do órgão, a diferença entre as performances ficou bem mais evidente, sendo que nos períodos de crescimento da nota do IDEB, tanto para Santa Inês quanto para seu contra factual sintético, esse crescimento foi mais proeminente no município tratado.

Ao analisar as notas IDEB do município de Barra do Corda no ano de 2017, examina-se que os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.6. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.7, conforme se observa no gráfico 5. O indicador de qualidade educacional, utilizado pelo Ministério da Educação, sintetiza informações de desempenho dos alunos nas três etapas escolares. Verifica-se que a nota IDEB do Município de Barra do Corda de 2005 até o ano de 2017, não alcança a metade da nota total, que é de 10.

Gráfico 5. Evolução da nota Ideb Município de Barra do Corda-MA



Fonte: Inep (2018)

No município de Barra do Corda, ao analisar a evolução da nota Ideb, afere-se que após a implantação do campus da instituição na cidade, em 2011, houve um

pequeno crescimento na nota IDEB das séries finais, de 3,4 para 3,7 no ano de 2013, o qual manteve-se nos anos seguintes.

Ao analisar o desempenho do ensino médio com base na nota do ENEM, nota-se pelo Quadro 33, que com exceção do ano de 2013, o IFMA apresenta desempenho superior a escola privada e a escola estadual, trazendo a maior nota.

Quadro 33. Comparação da evolução das Notas ENEM do IFMA comparadas às outras escolas do município (2013 a 2018)

ÁREA	2013		2014			2016			2017		2018	
	IFMA	PART	IFMA	PART	EST	IFMA	PART	EST	IFMA	EST	IFMA	EST.
Ciências Humanas	<b>523</b>	516	<b>559</b>	550	513	<b>552</b>	514	496	<b>533</b>	476	<b>586</b>	525
Ciências da Natureza	<b>474,8</b>	474,2	<b>484</b>	483	460	<b>499</b>	441	440	<b>522</b>	450	<b>499</b>	457
Linguagens e Códigos	<b>481</b>	485	<b>511</b>	499	484	<b>532</b>	508	488	<b>514</b>	466	<b>537</b>	485
Matemática	<b>503</b>	513	<b>458</b>	440	433	<b>483</b>	438	442	<b>526</b>	452	<b>554</b>	497
Redação	<b>521</b>	545	<b>521</b>	551	410	<b>590</b>	525	460	<b>599</b>	513	<b>541</b>	497

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do Folha de São Paulo (2019) e INEP (2019)

Necessário destacar que no ano de 2013, não há registro nos dados do INEP sobre as notas das escolas da rede estadual. No ano de 2015, o IFMA – Campus Barra do Corda não participou do ENEM, mediante ao fato de que não houve ingresso de alunos em 2012. E, a partir do ano de 2017, o MEC extinguiu o ranking do Enem por escolas.

Apesar de a justificativa oficial ser a tentativa de evitar propagandas por meio das notas, uma vez que o ENEM avalia o estudante e não a escola, alguns autores, como Segundo e Martins (2018), consideram a medida uma forma de ocultar os índices das escolas públicas, em especial, dos Institutos Federais que ficam muito à frente das escolas privadas na avaliação. Consideram ainda, que a não divulgação dos dados, contribui para a avaliação negativa da opinião pública, pois diminuem os índices gerais da educação pública.

Como analisado, a integração da educação profissional ao ensino médio, incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pela Lei nº 11.741, de 2008 (BRASIL, 2008), conforme a Lei de Criação dos Institutos Federais trata-se, segundo Ramos (2017), de uma das modalidades de articulação entre a educação profissional técnica e ensino médio. Tem como objetivo o compromisso

ético e político de assegurar aos estudantes um currículo único, com direito à formação profissional sem a tradicional separação da formação geral, vista ao longo da história da Política de Educação Profissional.

Os Institutos Federais visam então, a superação da dualidade da educação profissional, buscando superar as finalidades meramente formativas a partir da integração do trabalho, ciência e cultura, dimensões fundamentais para o exercício da prática social.

Como debatido anteriormente, a educação profissional visa a aquisição de competências e conhecimentos para o mercado de trabalho e a formação integral. Identifica-se na fala dos entrevistados, a coexistência da educação integral e da educação técnica no IFMA Campus Barra do Corda. No atendimento da demanda, destaca-se:

*“a gente busca conhecer, e imagina que os cursos que a gente oferta eles vão responder a essas demandas, só que principalmente quando se refere ao ensino básico, tem uma questão que às vezes faz com que o aluno, que ele curse que ele aproveite o curso e estrutura aqui da instituição, mas que ele não direcione seu aprendizado para a profissão que ele aprendeu aqui porque boa parte dos nossos lá corre ao Instituto não porque querem ser técnico de edificações informática é porque como esses cursos eles são integrados a maioria eles querem aproveitar, a boa estrutura educacional da instituição para poder ter acesso ao nível superior, como nosso ensino é ao mesmo tempo técnico e propedêutico, esses alunos veem aí uma oportunidade de acesso às universidades”*  
DOCENTE A.

No entanto, na avaliação quanto à finalidade da oferta de ensino, tende-se a optar pela ótica da empregabilidade e da formação de competências promovidas pela educação profissional, apesar do reconhecimento secundário da formação integrada promovida pelo ensino médio. Nesse sentido, na impossibilidade de avaliações quantitativas e qualitativas acerca da educação profissional, aqui se destaca a importância para pesquisas com egressos, as avaliações de qualidade da educação promovidas principalmente pelo IDEB, passam a ser adotadas como indicadores de qualidade do ensino ofertado.

A preparação para o ingresso no ensino superior dos alunos matriculados na educação profissional, como debatido na análise histórica é relativamente recente. Somente a partir de 1961, é instituída uma LDB, em que a legislação brasileira equivale à educação profissional à educação integral, antes chamada de secundária,



e permitiu assim, o posterior ingresso no ensino superior de alunos da educação profissional.

Na prática, observou-se que a dualidade persistiu ainda mais com a criação da escola única, que colocou a profissionalização como obrigatória a partir da década de 70. Em suas análises sobre a questão Caires e Oliveira (2016) destacam que nesse período de crescimento econômico, a oferta de educação profissional foi uma estratégia governamental para controlar a demanda de acesso ao ensino superior, uma vez que passou a ser considerado como um mecanismo de elevação ou manutenção social.

Ênfase então, para a dualidade da escola brasileira, que perdurou até a aprovação da LDB em 1996, conforme Pamplona (2008), as escolas de formação do ensino propedêutico direcionavam as suas atividades de preparação para o ensino superior. Já as escolas públicas, voltadas para as classes médias e baixas, não tinham condição de ofertar ao mesmo tempo educação profissional de qualidade e nem a formação geral para a preparação para o curso superior.

A partir da década de 90, a educação passa a ser destaque nas agendas dos organismos internacionais e do Governo Federal, em decorrência das novas exigências do setor produtivo (avanços tecnológicos, das relações econômicas, dos arranjos produtivos regionais, locais e do mundo do trabalho) com essas premissas, a Política de Educação do Brasil é regulamentada por meio da Lei n. 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e Do Decreto Federal nº 2.208/97, que institui as bases para a reforma do ensino universitário e do ensino profissionalizante no Brasil.

Entretanto, a partir do processo de contrarreforma em 2000, o governo empreende propostas de concentração entre as classes e seus diferentes projetos educacionais, expressas no chamado processo de “democratização do ensino superior”.

O anseio dos alunos para o ingresso no ensino superior é então, justificado pelo processo de “democratização da educação”, aqui entendido como ampliação de vagas de forma quantitativa em vez de qualitativa, promovido por meio da criação da Lei nº 11.096/05 que cria o PROUNI (Programa Universidade para Todos), e tinha como objetivo a concessão de bolsas de estudos parciais e integrais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. E também, da Lei nº 10.260/ 01 e modificando em 2007 que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao

Estudante do Ensino Superior (FIES), com o intuito de abertura de crédito para financiamento de cursos superiores.

#### 4.2.6 Percepção das Oportunidades e Entraves internos e externos

Ao analisar a percepção dos servidores acerca das oportunidades internas e dos entraves internos, a primeira coluna no quadro 34 representa as características que possibilitam vantagens ou facilidades na atuação do Instituto na execução de sua missão institucional. A segunda, conseqüentemente, representa as limitações internas que colocam a instituição em situação de desvantagem/ dificuldade no alcance dos objetivos.

Quadro 34. Percepção das oportunidades e entraves internos da Instituição

<b>OPORTUNIDADES INTERNAS</b>	<b>ENTRAVES INTERNOS</b>
Comprometimento da maioria dos profissionais, docentes e administrativos	Falta de orçamento/ Questão Orçamentária
Ensino público de qualidade e referência	Política interna
Qualidade da formação dos Servidores, tanto do corpo administrativo como do corpo docente	A estrutura não corresponde exatamente aos anseios iniciais da população, como uma atuação mais voltada para a agricultura.
Política de assistência política de assistência do IFMA	Burocracia
Estrutura física	Legislação permissiva em relação aos docentes, comprometimento da pesquisa e extensão devido a não residência dos servidores no município.
	Não atendimento das necessidades da comunidade

Fonte: Elaborada própria a partir dos dados coletados

Entre as oportunidades internas, estão o ensino público de qualidade e referência, já analisado na sessão anterior, o comprometimento e a capacitação e qualificação dos servidores (técnicos administrativos e docentes), a Política de Assistência ao Educando, e a estrutura física.

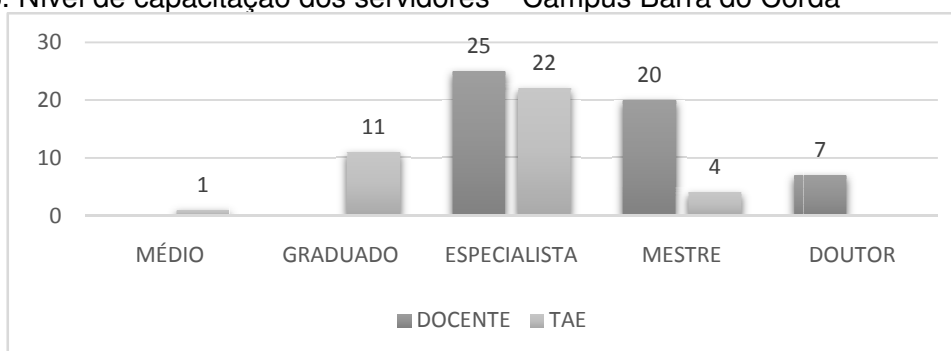
A estrutura física é colocada como uma oportunidade de atuação no campus na cidade, a instituição possui dez salas de aulas, quatro laboratórios (Química, Biologia, Informática e Manutenção e Suporte), biblioteca, quadra poliesportiva, piscina, estrutura que se destaca num município onde não há nenhuma instituição de ensino gratuita com o mesmo tipo de estrutura.

A segunda oportunidade elencada é a Política de Assistência Estudantil, pois permite o acesso e a permanência de alunos com baixa situação socioeconômica. Com o processo de democratização da educação a partir de 2000, ocorre ampliação do número de vagas e com isso, há a alteração do perfil dos discentes das Instituições Federais de Educação Superior. A assistência estudantil ganha destaque ao assumir o papel de garantir a permanência desses alunos nas universidades a fim de evitar a evasão escolar.

Em 2007, foi instituído por meio da Portaria Normativa nº 39, do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que tinha como atribuições “centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal”.

Quanto à qualidade da formação dos servidores, o IFMA Campus Barra do Corda, atualmente conta com 58 docentes e 39 técnicos administrativos em educação. Conforme se pode observar nos dados abaixo, dos técnicos administrativos, nove servidores possuem o ensino médio, entre os demais, 15% possui a graduação de curso superior, 49% possui a qualificação de especialista e 13 % são mestres. Com relação aos docentes, destes 7% possui somente a graduação, 34,5% são especialistas, 52% são mestres e 7% são doutores.

Gráfico 6. Nível de capacitação dos servidores – Campus Barra do Corda



Fonte: Elaboração própria a partir de dados documentais.

O servidor aparece tanto como uma força quanto como uma fragilidade. Quando apontado como força destaca-se a sua qualificação e comprometimento, quando apontado como fragilidade, corresponde a sua baixa atuação nas demais áreas fora o ensino. Conforme relato:

*“As normativas que balizam o trabalho docente, de ensino, pesquisa e extensão principalmente no que tange a pesquisa e extensão essa norma é um pouco fluida, inclusive ano passado (2018) houve um fórum para discutir essas questões de ensino pesquisa e extensão dos docentes para que seja colocado tudo no seu devido lugar e as pessoas saibam exatamente das suas obrigações e cumpram né? porque o que a gente tem é que uma parte dos docentes por exemplo, se fazem do ensino, o que é de praxe mas acaba que a pesquisa extensão e eles vão ficando um pouco renegados a um segundo plano, e às vezes eles sequer são feitos, e ai se encontram brechas nas legislações, para que isso aconteça, na resolução 87 que normatiza isso, não foi modificado, nunca se discutiu de maneira a efetivar, nunca houve por parte da Reitoria no sentido de tornar mais eficiente o usos dessa norma para que se possa ter uma produtividade maior por parte desse segmento na instituição”  
DOCENTE A.*

Devido à baixa qualificação das pessoas nas cidades em que os campi são implantados, a maioria dos servidores são provenientes de outras localidades. No caso do campus Barra do Corda, os servidores residem principalmente, nos municípios de São Luís, Imperatriz e no Estado do Piauí.

Rocha (2014), em sua pesquisa sobre o trabalho docente no processo de expansão da Rede Federal constata que, além das dificuldades em se dedicar à família, que na maioria dos casos permanece na cidade de origem, muitas vezes dividem a sua carga horária com atividades nos *campi* do interior e em instituições na própria capital, o que gera uma série de custos, não só financeiros, mas de energia e de tempo.

Para o autor, quando a distância entre o campus de lotação e sua residência permite o deslocamento semanal, alguns desses profissionais nem chegam a residir de fato nas localidades que possuem campi, tendo a necessidade assim, de cumprir o mais rápido possível sua carga horária.

Essa prática impossibilita a construção e formação de laços de pertencimento no campus. Silva (2016) considera os servidores como atores sociais, e enfatiza que o sentimento de pertencimento é importante para a racionalização e reciprocidade das ações a serem desenvolvidas. Tais ações são fundamentais para o compromisso social dos institutos federais, pois, quanto mais consistentes forem as ações executadas maiores serão as chances de atingir as metas institucionais.

Acrescenta-se a esse tópico, a questão sobre a política interna, levando em conta que é um fator que também influencia na fragilidade da instituição. Ao ser considerados agentes sociais, os servidores podem tanto agir em torno de

interesses pessoais, o que nem sempre condiz com os interesses institucionais ou segundo a vontade dos gestores. Assim, essas contradições de percepção quanto às ações tomadas, acabam por gerar conflitos internos.

Sintetiza Silva (2016), as contradições na interpretação dos sentidos das ações dos servidores, por parte da gestão, poderão ensejar o agravamento dos conflitos internos, implicando prejuízos para os arranjos socioinstitucionais. Principalmente, se tal percepção for associada ao desenrolar da política interna, em relação à disputa do poder institucional e dos cargos existentes na estrutura de gestão.

Na perspectiva de garantia de autonomia dos *campi*, a gestão democrática contemplou a eleição direta para os dirigentes dos Institutos Federais, com participação dos segmentos da comunidade escolar (docentes, técnicos administrativos e alunos regularmente matriculados), instituída por meio do Decreto nº 4.877/2003 que definiu o mecanismo de eleição direta para o cargo de diretor geral das instituições federais de ensino técnico e profissional.

Para Pacheco (2015), a dimensão política nos Institutos Federais não é simples, e traz consequências tanto para o plano interno quanto para o plano externo. No plano interno, os processos eleitorais, além dos problemas tradicionais (coronelismo) surge a questão da autonomia, em que “a bandeira da autonomia vira a bandeira da soberania e implica na imediata desvantagem ao candidato que não assume dessa forma” (PACHECO, 2015, p.41).

No plano externo, conforme Pacheco, a comunidade acadêmica se transforma em uma comunidade eleitoral composta pelos segmentos de docentes, técnicos e alunos. Essa comunidade eleitoral passa a atuar como um bloco corporativo, exigindo vantagens para a corporação de funcionários públicos. Quando a corporação substitui a comunidade acadêmica, prevalece uma espécie de cidadania denominada pelo autor de “*self interest*”, na qual se cria uma esfera de proteção para a busca de satisfações pessoais do grupo eleito.

A constituição da equipe de gestão é enfatizada por relações do tipo clientelista, a barganha por votos e as relações de troca de favores por meio da indicação política é, conforme Mendonça (2000), a forma mais nociva aos princípios e valores democráticos. Tendo em vista que, quem indica presume-se confiar no indicado e esse por sua vez revigora a relação de lealdade e confiança, sendo,

portanto, uma relação pessoalizada, permeada pela satisfação das vontades e anseios daquele que indicou, e não da coletividade.

Ainda de acordo com o autor, esse tipo de gestão se faz por atos descompassados com os interesses da comunidade, devido interessar ao político somente a lealdade do diretor indicado para com a sua pessoa, o que serviria para mantê-lo ou afastá-lo do cargo, não lhe interessando a qualidade de educação ministrada nessa escola. Esse é um dos mecanismos, ainda presentes, no cenário político e educacional do país (MENDONÇA, 2000).

A falta de orçamento é também colocada como entrave institucional, uma vez que em abril deste ano, o governo federal anunciou um bloqueio em uma parte do orçamento das 63 universidades e dos 38 institutos federais de ensino, conforme descrito

*“Hoje um dos grandes problemas que limitam a atuação do campus é a questão orçamentária, desde 2015 acredito, que a gente tem enfrentando problemas com isso, inclusive até mesmo para a expansão do prédio, a falta de orçamento impacta na atuação e na oferta de novos cursos, melhorar e construir novos laboratórios, só um laboratório de informática não nos atende, e todos esses entraves” TAE B.*

Como analisado inicialmente, a definição e priorização de políticas públicas e seu financiamento, em especial da educação, está sujeita à estrutura da sociedade em termos ideológico-econômicos. Ao analisar a Emenda Constitucional 55/2016, nota-se que, o que está em prática é a desvinculação das receitas destinadas às políticas de saúde e educação. Na prática, observa-se a desresponsabilização do Governo Federal em cumprir o financiamento do Plano Nacional de Educação, em especial, a meta de nº 20, que determina, até 2024, a aplicação de recursos públicos equivalentes a 10% do PIB na educação brasileira.

O processo de contingenciamento das Universidades Federais e dos Institutos Federais ocorre desde 2015, e em 2016 foi aprovada a emenda constitucional nº 55, que promoveu o congelamento dos recursos por 20 anos.

Por meio dela, os gastos federais, com exceção do pagamento de juros da dívida pública, passarão a ficar limitados a um teto definido pelo montante gasto do ano anterior reajustados pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em síntese, o Novo Regime Fiscal implica um congelamento real das despesas totais do Governo Federal que pressupõe uma redução do gasto público relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao número

de habitantes. Em outras palavras, identifica-se que os gastos públicos não vão acompanhar o crescimento da renda e da população.

Não cabe a este estudo analisar o impacto desse contingenciamento na política de Educação, contudo é evidente, que assim como já analisado, mais uma vez o capital internacional influencia no direcionamento da Política de Educação do país. O processo de reorganização neoliberal em nível mundial, dado o contexto de crise estrutural do capital, somado à crise política brasileira, intensifica a partir de 2010, o aumento das desigualdades sociais e a diminuição das condições de enfrentamento.

O corte, segundo o governo, foi aplicado sobre gastos não obrigatórios, como água, luz, terceirizados, obras, equipamentos e realização de pesquisas. Porém, os cortes prejudicam o desenvolvimento adequado das atividades básicas de ensino, pesquisa e extensão, comprometendo a consolidação e a expansão das IFES no país.

Por fim, na percepção dos servidores entrevistados, a estrutura institucional não corresponde exatamente aos anseios iniciais da população, o reconhecimento da necessidade de ações mais voltadas para a área de agrícolas. Essa categoria será analisada a seguir, uma vez que também é elencada pelos servidores como um entrave externo que limita a atuação do Instituto Federal.

Acerca da percepção das oportunidades e entraves externos, conforme quadro 35, as oportunidades representam situações externas atuais ou futuras que podem facilitar a atuação da instituição na busca por seus objetivos e os entraves representam as situações possíveis externas que podem impedir a Instituição de atingir seus objetivos ou causar algum tipo de problema.

Quadro 35. Percepção das oportunidades e entraves externos da Instituição

<b>Oportunidades externas</b>	<b>Entraves externos</b>
Parcerias existentes entre o IFMA-Campus Barra do Corda e as demais instituições educacionais e com as administrações municipal e estadual.	Falta de arranjos produtivos fortes na região/inexistência de indústria e de grandes empresas na região.
A receptividade boa das pessoas.	Inexistência de uma cadeia mais forte de atividades econômicas, de serviços.
Atuar nas políticas de Desenvolvimento Social, e principalmente voltado para as populações indígenas.	Questões Políticas, parcerias com a prefeitura
A carência da cidade carente, pouca oferta de ações.	A educação de base, baixo nível dos alunos da rede Municipal
	Limitações nas áreas de atuação do instituto na cidade.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados

As parcerias realizadas pela instituição, são vistas tanto como uma oportunidade externa para a execução das atividades como um entrave. Conforme fala:

“Essa cultura política com a prefeitura não é bem vista por muitas pessoas, e instituições, isso é muito de interior pequeno, essa cultura de pessoalidade, não fica o nome da instituição, fica o nome da pessoa. E a prefeitura, principalmente o prefeito e secretários vigentes, utilizam as ações a parcerias do IFMA para promoção própria” TAE G.

A “politicagem” é destacada na fala dos entrevistados, dando enfoque à cultura política que o IFMA implantou na cidade, principalmente com a prefeitura:

“Às vezes parece que não há limite, por causa de troca de favores, em quase todos nossos projetos são direcionados pela prefeitura, fazemos projetos para reduzir custos de energia, mas o prédio é emprestado para fazer reuniões e capacitações promovidas pela prefeitura, sendo que acredito que na prefeitura há espaços para tais atividades” DOCENTE F.

A parceria institucional com a prefeitura, é conforme relatado, baseada na capacitação de servidores, e de alunos regularmente matriculados no sistema municipal de Ensino e da comunidade em geral atendida pela prefeitura, na qual:

“A extensão principalmente está vinculada tanto as necessidades do mercado de mercado produtivo como da comunidade, eles tem algum anseio, alguma necessidade, a gente por extensão tem que proporcionar o anseio dessa necessidades, a gente por exemplo parceria institucional com a prefeitura, a pouco tempo eles nos demandaram em cursos na área de formação de pedreiros, curso de línguas, então a gente acaba repassando isso para os docentes para gente estruturar um curso e ofertar, esse no caso de são de PROEJA FIC, são exemplos: curso de libras, curso de informática básica, então os alunos da Rede municipal podem ser atendidos também através desse tipo de projeto de curso de extensão, curso FIC, que é um anseio por exemplo da prefeitura municipal até com parceiro institucional aí para quem a gente atenda essa demanda” DOCENTE B.

Ao questionar acerca de a prefeitura ser a principal demandante das ações do IFMA, os servidores respondem a respeito da proximidade da prefeitura com a comunidade local, conforme:

“A Prefeitura é uma instituição que possui seus tentáculos mais próximos da população, como a Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura, Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Assistência Social; então a Prefeitura, às vezes, tem



mecanismos mais eficientes no sentido de mapear as necessidades e demandas da população” *DOCENTE A.*

Ao analisar os documentos do Departamento de Extensão e Relações Institucionais, constata-se que com exceção de convênios de estágio, de acordo com o Quadro 36, que todos os convênios realizados pelo IFMA – Campus Barra do Corda são com instituições públicas. Entre os sete contratos firmados, seis são de capacitação de servidores públicos, a descrição dos cursos ofertados, está no anexo III que descreve os cursos de extensão ofertados pela instituição.

Quadro 36. Contratos Institucionais firmados pelo IFMA – Campus Barra do Corda

<b>Empresa</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Ano</b>
Lojas Unillar	Estágio Extracurricular	2017
Minas Arquitetura	Estágio curricular	2016
Construtora Bella Vista	Estágio curricular	2017
Construtora 2 irmãos	Estágio curricular	2017
Exata Magazine	Estágio curricular	2017
N. F. Bonfim Comércio	Permitir que alunos coletassem informações sobre preços de produtos para execução de projeto de extensão	2016
João Artur de Andrade Mota		
Supermercado Cordino		
O. F. Sampaio		
Antônio R. L. de Andrade-ME		
F. R. C. de Alencar		
Academia Barracordense de Letras	Estimular a pesquisa sobre a cultura de Barra do Corda através de projeto de extensão	2016
UAB/UEMANET	Manter cooperação técnico-pedagógica no município de Barra do Corda com educação profissional técnica, tecnológica e superior.	2012
Caixa Econômica Federal	Estágio curricular	2014
Supermercado 2 Irmãos	Estágio curricular	2019
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Assessoria Técnica e Acadêmica em ações de meio no município	2019
Secretaria Municipal de Educação	Realização de cursos FIC e capacitação de servidores municipais	2019
Ministério Público do Estado – MPE	Oferta de curso FIC para servidores do MPE	2018
Ministério Público do Estado – MPE	Assessoria Técnica em Perícias Judiciais	2019
Fórum da COMARCA de Barra do Corda	Assessoria Técnica em Perícias Judiciais	2018

Fonte: Elaborado a partir de dados documentais DERI- Campus Barra do Corda

Constata-se ainda que, os únicos convênios realizados com o setor produtivo, seis no total, foram em consequência da realização de um projeto de extensão, sobre os preços dos produtos do município. Infelizmente, esta pesquisa não teve

acesso ao relatório do referido projeto de extensão e nem ao convênio de estágio<sup>6</sup> extracurricular do IFMA- Campus Barra do Corda com a empresa Unillar, realizado no ano de 2017.

Acerca da capacitação promovida pelo Instituto Federal para servidores públicos, é destacado:

*“Então o serviço que nós estamos prestando não é para a Prefeitura. O serviço que nós estamos prestando é para a população de Barra do Corda e região, mas às vezes um vetor que nos ajuda nessa aproximação é a Prefeitura. Não é que seja para a Prefeitura, mas às vezes através da qualificação dos servidores da Prefeitura, ou através das Secretarias da Prefeitura, a gente consegue ter acesso mais rápido à população de Barra do Corda. Mas a prefeitura ela não é o único beneficiário e outra, volto dizer, a Prefeitura não é o beneficiário fim, beneficiário fim é a população de Barra do Corda. Na verdade, a Prefeitura é mais um meio do Instituto alcançar essa população” DOCENTE A.*

A instituição atende as demandas dos parceiros por meio de projetos de extensões e oferta de cursos Formação Inicial Continuada (FIC) que será analisada posteriormente.

A promoção de parcerias é estabelecida como meta no Plano de Desenvolvimento Institucional, para atingir o objetivo de promover o ensino integrado à pesquisa aplicada e à extensão tecnológica. Conforme o PDI, é meta dos *campido* IFMA “firmar parcerias com os setores produtivos e demais instituições da sociedade civil organizada para o desenvolvimento de ações integradas de ensino, pesquisa aplicada e extensão tecnológica”.

Assim, são metas descritas no PDI acerca de parcerias e se dão por meio da promoção de ações com os setores produtivos e a parceria com as redes públicas de educação básica para qualificação de docentes na área de atuação do Instituto.

Quanto às oportunidades externas elencadas, a receptividade das pessoas e das ações do instituto já foram analisadas, assim como os entraves externos (falta de APL's fortes, inexistência de indústrias e de cadeia produtiva na região, baixa educação de base e as limitações acerca da atuação do instituto no processo produtivo da cidade).

---

<sup>6</sup>Os projetos pedagógicos dos cursos do IFMA – Campus Barra do Corda, nas modalidades dos cursos técnicos (integrado, concomitante e subsequente) não abrange o estágio curricular em sua grade de ensino. Somente o curso Superior em Administração estabelece o estágio curricular como componente obrigatório do currículo, com carga horária de 300 horas, por meio de convênios firmados entre o IFMA/Barra do Corda e empresas pertencentes ao mercado local.

Outrossim, resta analisar a atuação do IFMA – Campus Barra do Corda nas políticas de Desenvolvimento Social, particularmente, voltadas para as populações indígenas. Essa categoria será analisada a seguir nos tópicos sobre as ações de pesquisa e extensão da instituição.

#### **4.2.7 Percepção dos servidores acerca das ações de pesquisa, Inovação, Ciência e Tecnologia do IFMA**

A expansão dos Institutos Federais ocasionou como analisado, um aumento significativo de grupos de pesquisas, e conseqüentemente de pesquisadores. As pesquisas desenvolvidas por essas instituições visam “promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2008).

Acerca do questionamento sobre a realização de atividades de pesquisa e inovação tecnológicas desenvolvidas pela instituição, se estariam voltadas a gerir conhecimentos e produção de tecnologias voltadas para resolução das demandas sociais reais da comunidade? A percepção dos servidores é que as pesquisas não geram inovação e nem estão voltadas para a resolução das demandas reais da comunidade, uma vez que as pesquisas realizadas pela instituição são voltadas para áreas humanas e sociais, em vez das áreas técnicas da instituição, conforme se afere da fala dos entrevistados:

*“Não. As pesquisas são voltadas mais para a parte mais humana, área mais social e humanas, sendo que nós somos um instituto de tecnologia, nossa parte de pesquisa na área de tecnologia é zero, praticamente. isso parte de mim também, porque sou DOCENTE da área técnica, não faço pesquisa, por falta de estrutura e capacitação dos alunos, computação é um assunto muito complexo, um aluno quando chega no terceiro ano, até que ele consiga programar de forma satisfatória, ele já está saindo, eu não vou pegar um aluno do primeiro ano, que nem sabe programar, para fazer uma coisa de pesquisa, e também porque na computação tudo é muito caro, solicitei um laboratório de robótica, o próximo mês o processo vai fazer um ano parado no gabinete da direção, por falta de recursos”  
DOCENTE B.*

*“Acho que sim, é uma pena ainda, o que venho percebendo, que muitas das nossas pesquisas saem das áreas humanas, a gente tem poucas pesquisas nas áreas técnicas, que às vezes a gente pode até favorecer mais a comunidade”  
TAE B*

O IFMA campus Barra do Corda possui dois grupos de pesquisas formados, o Grupo de Pesquisa *Hominibus*, sendo composto por um servidor graduado, cinco servidores especialistas, quatro servidores mestres e dois doutores. O segundo grupo de pesquisa denominado Desenvolvimento Regional: Educação, ambiente, saúde, agricultura e sociedade é composto por seis servidores com especialização, cinco com mestrado e quatro com doutorado.

Quadro 37. Grupos de Pesquisa do Campus Barra do Corda

<b>GRUPO DE PESQUISA HOMINIBUS</b> Nome da linha de pesquisa	<b>Estudantes</b>	<b>Pesquisadores</b>
Educação, Ensino e Memórias no Sertão Maranhense.	3	3
FILOSOFIA, HERMENÊUTICA E MITOLOGIAS NO SERTÃO MARANHENSE.	0	2
Região e Regionalismo, Território, Territorialidades e povos tradicionais, Educação e Ensino em Geografia.	4	1
Sertão Maranhense e povos tradicionais: representações, linguagens, territorialidade e poder.	3	6
<b>GRUPO DE PESQUISA DESENVOLVIMENTO REGIONAL: EDUCAÇÃO, AMBIENTE, SAÚDE, AGRICULTURA E SOCIEDADE.</b>		
Desenvolvimento rural	18	6
Filosofia e Meio ambiente	0	1
Políticas Públicas, Sociedade e Desenvolvimento Regional	1	3
Saúde e Meio Ambiente	2	4
Territorialidades, políticas públicas e turismo de base comunitária.	0	1

Fonte: Elaborada a partir de relatório do IFMA.

Atualmente, somente o grupo de Pesquisa *Hominibus* encontra-se ativo na instituição, com reuniões e projetos frequentes, cabe destacar como pode-se verificar, que o grupo *Hominibus* tem suas linhas de pesquisas na área de humanas. Assim, as pesquisas desenvolvidas pelo IFMA-Campus Barra do Corda, passam a ser resultado ou dos grupos de pesquisas ou do livre arbítrio do servidor. A pouca atuação dos servidores nas ações de pesquisa, também é elencada como um agravante no não atendimento das demandas sociais da comunidade, segue relato:

*“As atividades de pesquisa e inovação tecnológica buscam gerir conhecimentos e produção de tecnologias voltadas para as demandas sociais da comunidade, embora ainda seja muito incipiente a atuação dos servidores da instituição no campo da pesquisa e da inovação tecnológica” TAE A.*

Ao realizar o levantamento das pesquisas realizadas pelo campus Barra do Corda, conforme Quadro 38, do ano de 2013 ao ano de 2018 foram realizadas 73

pesquisas (descrição das pesquisas em apêndice D), sendo a maior concentração no ano de 2018, representando 40% das pesquisas realizadas pelo instituto. Destaca-se ainda, que no ano de 2018 se iniciam pesquisas com bolsistas do curso superior (09 pesquisas do PIBIC-Superior).

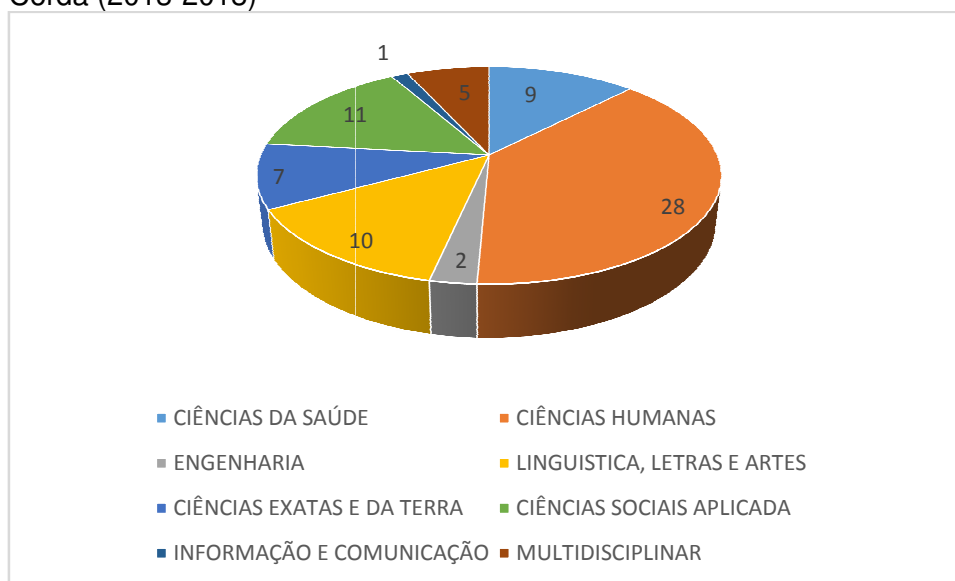
Quadro 38. Pesquisas realizadas no IFMA- Campus Barra do Corda, por área de concentração (2013- 2018).

ÁREA	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
CIÊNCIAS DA SAÚDE	2	0	2	1	3	1	9
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	1	1	0	1	1	3	7
CIÊNCIAS HUMANAS	3	2	6	4	2	11	28
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA	1	0	2	1	2	5	11
ENGENHARIA	0	0	0	0	0	2	2
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1	0	0	0	0	0	1
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	2	0	3	1	0	4	10
MULTIDISCIPLINAR	1	0	0	1	0	3	5
TOTAL	11	3	13	9	8	29	73

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados dos editais de bolsas de iniciação científica (IFMA)

Acerca da oferta de pesquisas nas áreas do eixo básico, percebe-se que conforme Gráfico 7, das 73 pesquisas realizadas pelo IFMA-Campus Barra do Corda, 38% são das áreas humanas, as pesquisas do eixo técnico (Engenharia e Informática e comunicação representam apenas 4%).

Gráfico 7. Área de concentração das pesquisas realizadas pelo IFMA-Campus Barra do Corda (2013-2018)



Fonte: Elaborada pela autora

Contudo, as pesquisas das áreas humanas e sociais não possuem reconhecimento na instituição, conforme descrito:

*Entretanto eu ainda sinto falta de que as pesquisas ligadas aos eixos dos cursos daqui do Campus, no caso Informática, Edificações, Química e Administração que um curso mais novo, que essas pesquisas nesse eixo, primeiro que elas aconteçam com mais frequência porque as pesquisas elas estão muito difusas, então tem uns docentes que são do núcleo comum que vão desenvolvendo pesquisas mais do que os docentes das áreas específicas desses eixos, então que essas pesquisas primeiro elas passem a acontecer com maior frequência e em segundo lugar que essas pesquisas possam ser direcionadas também para esse público TAE C.*

Uma das possíveis justificativas, é a orientação acerca das pesquisas a serem desenvolvidas na instituição, instituídas por meio da Resolução nº 04 de 2010. Nela, destaca-se que a instituição deverá promover política de incentivo à pesquisa tecnológica, com o objetivo de contribuir para a implantação/consolidação e avanço técnico - científico do país, para a solução de problemas nas áreas em que atua e para o aperfeiçoamento do processo de formação e qualificação profissional.

As pesquisas desenvolvidas na instituição estão mais vinculadas às pesquisas acadêmicas, conforme fala do entrevistado:

*“Boa parte das nossas pesquisas ela ainda fica um pouquinho “encastelada” só no meio acadêmico. Ela tem essa circularidade no meio acadêmico. Então quando a gente fala, por exemplo, dessa coisa dos cursos, dos eixos aqui do Campus terem a necessidade de desenvolver mais pesquisas, especificamente ligados a eles próprios, eu vejo que é muito difícil para um docente de História ou de Sociologia ou de Filosofia desenvolver coisas que possam ser usadas com sentido mais palpável, com sentido mais prático, mas por exemplo um docente de Edificações, ele pode desenvolver uma pesquisa no sentido de ver alguma forma de esgotamento sanitário para uma comunidade, ou nas aldeias indígenas alguma técnica de construção com o barateamento do material para facilitar a construção de moradias e melhor qualidade. Enfim, eu estou chutando para poder exemplificar, mas que sejam tecnologias que possam efetivamente ser revestidas para a prática”* DOCENTE A.

Ao destacar as pesquisas com temáticas técnicas, nota-se que 44% das pesquisas realizadas na instituição são pesquisas técnicas, vinculadas aos eixos tecnológicos da instituição, número bem maior que as pesquisas com temática indígena que na percepção dos entrevistados são em maior quantidade. De acordo com Quadro 39, das 32 pesquisas realizadas, 32% são pesquisas na área de Geografia e 28% pesquisas realizadas na área de Administração.

Quadro 39. Pesquisa com temáticas técnicas realizadas pela Instituição de 2013 a 2018

	<b>2013</b>	<b>Área de Concentração</b>
1	Levantamento fitossociológico de plantas daninhas na cultura da banana no município de Barra do Corda-MA.	Biologia (Ciências da Saúde)
2	Evolução da cobertura vegetal das áreas de proteção permanente às margens dos rios Corda e Mearim na área urbana do município de Barra do Corda entre os anos 2004 e 2011.	Geografia (Ciências Humanas)
3	Funcionamento da internet móvel no município de Barra do Corda-MA.	Informática (Informação e Comunicação)
4	Destinação final das embalagens vazias de agrotóxicos no município de Barra do Corda-MA.	Biologia (Ciências da Saúde)
5	Análise das ilhas fluviais nos rios Corda e Mearim no perímetro urbano de Barra do Corda: gênese, evolução e situação atual.	Geografia (Ciências Humanas)
	<b>2014</b>	
1	Identificação e monitoramento de áreas com risco de deslizamento na vertente leste do bairro Altamira em Barra do Corda-MA.	Geografia (Ciências Humanas)
2	Gestão de resíduos sólidos no campus Barra do Corda-MA.	Química (Ciências Exatas e da Terra)
	<b>2015</b>	
1	Finanças pessoais: uma análise com os discentes adolescentes do IFMA/Campus Barra do Corda/Ma.	Administração (Ciências Sociais)
2	O perfil empreendedor e o desempenho das microempresas de Barra do Corda-MA.	Administração (Ciências Sociais)
3	Identificação de impactos ambientais decorrentes da extração de arenito no povoado Cateté de baixo zona rural de Barra do Corda-MA.	Geografia (Ciências Humanas)
4	Gestão de resíduos sólidos.	Geografia (Ciências Humanas)
	<b>2016</b>	
1	Análise da influência dos fatores ambientais nas condições de saúde da população da Vila Nenzim, Barra do Corda, Ma.	Geografia (Ciências Humanas)
2	Análise dos impactos ambientais no rio Corda no município de Barra do Corda – Ma	Geografia (Ciências Humanas)
3	Análise e determinação de material estranho encontrado em sachê de erva-doce comercializados no mercado público central da cidade de Barra do Corda – MA.	Biologia (Ciências da Saúde)
4	O PNAE e seus impactos na multifuncionalidade da agricultura familiar em Barra do Corda-MA.	Ciências Agrárias e da Terra
	<b>2017</b>	
1	Elaboração de mapas das nascentes no município de Barra do Corda – MA	Geografia (Ciências Humanas)
2	Avaliação da exposição ao calor, para fins de conforto térmico, de docentes no município de Barra do Corda-Ma	Saúde Coletiva (Ciências da Saúde)
3	Associação entre as dimensões da alfabetização financeira e o endividamento: um estudo com consumidores do município de Barra do Corda – MA	Administração (Ciências Sociais)
4	Alfabetização Financeira: estudo sobre a influência de	Administração

	variáveis demográficas e socioeconômicas na população economicamente ativa de Barra do Corda – MA	(Ciências Sociais)
<b>2018</b>		
1	Comportamento mecânico microestrutural do aço CP/190-RB usada em cordoalhas no concreto protendido.	Engenharia de materiais e metalúrgica (Engenharias)
2	Feira livre de Barra do Corda – MA: encontros e desencontros dos circuitos superiores e inferiores da economia urbana.	Geografia (Ciências Humanas)
3	Aspectos burocráticos na administração de uma igreja pentecostal em Barra do Corda – MA	Ciências sociais (outros)
4	Mineração de texto aplicado ao comércio eletrônico através da recomendação social	Computação (Informação e Comunicação)
5	Usando as ferramentas da estatística descritiva para demonstrar quais fatores contribuem com mais frequência para a importância e aplicação da qualidade de vida no trabalho (QVT) em empresas, lojas ou similares em Barra do Corda – MA	Administração (Ciências Sociais)
6	O processo de urbanização e consolidação da morfologia urbana de Barra do Corda (Ma)	Geografia (Ciências Humanas)
7	Um aplicativo de recomendação para o turismo inteligente Barra do Corda (Ma)	Computação (Informação e Comunicação)
8	A Cachoeira Grande: indígenas o setor de serviços em Barra Do Corda (Ma)	Ciências sociais (outros)
9	Pilotos e passageiros de motocicletas são afetados pelo não uso ou uso indevido do capacete e de itens básicos de segurança Em Barra Do Corda – Ma: aplicando a estatística descritiva como ferramenta para coleta de informações, análise de dados e orientação;	Matemática (Ciências Exatas e da Terra)
10	Perfil das produções acadêmicas do tripé ensino, pesquisa e extensão do IFMA – Campus Barra do Corda;	Educação (Ciências Humanas)
11	Tijolos de solo-cimento como alternativa para geração de trabalho e renda sustentável.	Engenharia de materiais (Engenharias)

Fonte: Elaboração a partir de relatório de gestão IFMA- Barra do Corda, 2018

Verifica-se que a maioria das pesquisas com temática técnica, possui orientação e coordenação de docentes do eixo básico, tais como Biologia, Geografia, ao invés de docentes das áreas técnicas. Uma das causas levantadas é a qualificação dos docentes das áreas técnicas.

*“Acho que precisaria de uma análise melhor das áreas que precisam ser mais bem atendidas em respeito a qualificação, por exemplo a gente olha qualificação e capacitação nas áreas técnicas, que sempre foram o carro chefe do institutos federais né mas agora os institutos federais não são só mais as áreas de exatas, estão vindo agora outras áreas né, a puxar aqui pela área de gestão e negócios né a gente percebe que tem se desenvolvido muito que vários campi têm adotado. Então acho que precisa ser*



*revista algumas capacitações e qualificações para essas áreas que têm que se envolvido dentro do IFMA, área de humanas a gente percebe que tá se desenvolvendo dentro do Instituto. Então acho que desfocar um pouco das áreas técnicas e começar a olhar para essa área social e área de humanas precisa o quanto antes”* DOCENTE D.

Outro ponto destacado, é a ênfase da atuação da instituição em pesquisas sobre a temática indígena, conforme relato:

*“A gente tem um trabalho muito forte voltado sobre tudo para os indígenas, talvez a demanda social maior que nós tenhamos nessa região é ligado a esses indígenas”* DOCENTE A.

*“A gente já teve pesquisa muito na área de humanas na área de indígena, que é uma característica específica do nosso campus, que é cercado por área indígenas, então grande parte das pesquisas que são feitas aqui, até as de extensão são voltadas para o público indígena aqui da nossa região”* DOCENTE C.

Na cidade de Barra do Corda estão situadas seis terras indígenas, conforme Quadro 40 elaborado a partir de dados da FUNAI, são elas Cana Brava, *Kanela*, *Kanela Memortumré*, Porquinhos, Porquinhos dos *Kanelas - Apãnjekra* e Rodeador. Encontram-se ainda em processo de identificação a Terra Indígena *Krenyê* e Vila Real, da etnia Timbira e *Tenetehara*, respectivamente.

Quadro 40. Terras indígenas situadas em Barra do Corda –MA

	<b>ETNIA</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO DA RESERVA INDIGENA</b>
Cana Brava/Guajajara	Tenetehara	4.510	HOMOLOGADA
Kanela	Kanela	2.103	HOMOLOGADA
KanelaMemortumré	Kanela	1.961	IDENTIFICADA
Porquinhos	Kanela	677	HOMOLOGADA
Porquinhos dos Kanela - Apãnjekra	Kanela	569	IDENTIFICADA
Rodeador	Tenetehara	126	HOMOLOGADA

Fonte: Elaborado a partir de dados da FUNAI (2018)

Como relatado acima, a atuação do Instituto Federal Campus Barra do Corda junto às comunidades indígenas é colocada na percepção dos entrevistados como uma oportunidade. Uma vez que permite a instituição atuar nas políticas de Desenvolvimento Social, conforme relato:

*“Eu creio que principalmente como um município como Barra do Corda, tendo em vista, como já foi dito, não existir dentro da perspectiva do arranjo produtivo local, algo que se sobressaia tanto, eu creio que sobretudo atuar nas políticas de Desenvolvimento*

*Social, e principalmente voltado para as populações indígenas, visto que nessa região do estado a gente tem um contingente populacional muito significativo sobretudo dos Ramkokamekrá e Apaniekrá né que são genericamente chamado de Canela e dos Tenetehara Guajajaras. Então, políticas voltadas para a oferta de cursos como já se ofertou para os canelas, de agricultor familiar, ações voltadas ao desenvolvimento do Turismo como já se fez curso de extensão juntamente aos Guajajaras lá na Cachoeira Grande dentre outras ações que podem também resultar no desenvolvimento aí desse negócio de agricultura familiar Ou da economia solidária é que são conceitos hoje muito embora nesse mundo do trabalho que nós temos profissionais qualificados para poder ir oferecer esse tipo de consultoria é esse tipo de apoio, acho que a gente pode atuar bem forte mesmo de segmento”* DOCENTE A.

Conforme Censo IBGE (2010), a população indígena de Barra do Corda era de 3.432. A atuação da instituição nas comunidades indígenas se dá tanto por pesquisa como por extensão, atualmente a instituição possui poucos alunos indígenas regulamente matriculados nos cursos do IFMA. No ano de 2018, a instituição possuía apenas 05 alunos indígenas’, situação descrita na fala do entrevistado:

*“Nós temos muitas demandas sociais e aí nós temos outro caso recorrente e aí bem social mesmo, questão dos indígenas, nós temos poucas pesquisas na área indígena, e nós temos uma população bastante expressiva, nós não temos conseguido, em termos de ensino, e aí outra dimensão, alcançar esse público, hoje é bem maior, mas poderia ser mais. Eu acho que declaradamente indígena no campus Barra do Corda, tem 10 alunos? no máximo do universo de mais de 1000. Então é um número incipiente, então quando a gente contrasta com uma população indígena que nós temos, é menor ainda”* TAE D.

Ao destacar as pesquisas realizadas na temática indígena, observa-se no Quadro 41, que de 2013 a 2018, das 73 pesquisas realizadas pelo Campus Barra do Corda, quinze versam sobre a temática indígena, representando assim, 20% das pesquisas realizadas neste campus. Verifica-se ainda que, das quinze pesquisas, seis são da área de concentração de Educação, cinco de História, três de Linguísticas e uma de Sociais Aplicadas.

Quadro 41 - Pesquisas desenvolvidas de 2013 a 2018 com a temática indígena

	2013	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
	A LEI 11.645/08 E A TEMÁTICA INDIGENA NO CURRÍCULO ESCOLAR DE BARRA DO CORDA-MA	Educação (C.Humanas)
	2014	
1	LITERATURA BARRA-CORDENSE: FUNDAMENTANDO A	Educação

	IDENTIDADE INDIGENA NA OBRA LITERÁRIA DE OLIMPIO CRUZ	(C.Humanas)
	<b>2015</b>	
1	A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA: ASPECTOS QUANTITATIVOS	Educação (Ciências Humanas)
2	O "MASSACRE DE ALTO ALEGRE": UMA NARRAÇÃO ATRAVÉS DOS QUADRINHOS	História (Ciências Humanas)
3	NARRATIVAS KANELA E TENETEHARA-GUAJAJARA SOBRE O "MASSACRE DE ALTO ALEGRE".	História (Ciências Humanas)
	<b>2016</b>	
1	A PRODUÇÃO DA IDENTIDADE AFROINDÍGENA NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA MARANHENSE.	História (Ciências Humanas)
	<b>2017</b>	
1	PERFIL DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA REGIÃO CENTRAL DO MARANHÃO – PIBIC MÉDIO;	Educação (Ciências Humanas)
	<b>2018</b>	
1	LEVANTAMENTO SOBRE ESTADO DA DOCUMENTAÇÃO DA FUNAI BARRA DO CORDA/CTL TENETEHARAGUAJAJARA (1970- 2010)	História (Ciências Humanas)
2	DIAGNÓSTICO DE GESTÃO DAS ESCOLAS INDÍGENAS DE BARRA DO CORDA-MA – PIBIC SUPERIOR;	Educação (Ciências Humanas)
3	ESTUDANTES INDIGENAS EM CONTEXTOS ESCOLARES URBANOS: DIAGNÓSTICO E DESAFIOS INTERCULTURAIS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE BARRA DO CORDA-MA – PIBIC MÉDIO;	Educação (Ciências Humanas)
4	HISTÓRIAS DE HOJE E HISTÓRIAS DE ANTIGAMENTE: UM ENCONTRO COM A LITERATURA ORAL INDÍGENA– PIBIC MÉDIO;	Artes (Linguística, Letras E Artes)
5	"DIÁLOGO" ENTRE ÍNDIOS E NÃO ÍNDIOS NO SÉCULO XIX: A OCUPAÇÃO DA REGIÃO DE BARRA DO CORDA-MA – PIBIC MÉDIO;	História (Ciências Humanas)
6	A CACHOEIRA GRANDE: INDÍGENAS NO SETOR DE SERVIÇOS EM BARRA DO CORDA (MA) – PIBIC MÉDIO;	Ciências Sociais (Outros)
7	ESTUDO DE ELEMENTOS DO GRAFISMO E A INTERPRETAÇÃO ETNOMATEMÁTICA DA CESTARIA PRODUZIDA PELA COMUNIDADE INDIGENA, CANELA APENIEKRA E RAMKOKAMEKRA HABITANTES DA REGIÃO CENTRAL DO MARANHÃO	(Linguística, Letras e Artes)
8	A PRODUÇÃO ESCRITA, POR MEIO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQS), DA LITERATURA ORAL INDÍGENA DOS KANELAS RAMKOKAMEKRA (ALDEIA ESCALVADO)	Artes (Linguística, Letras e Artes)

Fonte: Elaboração a partir de relatório de gestão IFMA- Barra do Corda, 2018

Nota-se pelo relatório do Departamento de Pesquisa da Instituição, que as pesquisas são no sentido de geração de informação (geração de ciência), não se sabe se houve aplicabilidade das informações encontradas.

Os institutos surgem com a proposta político pedagógica, seja pela educação, seja pelo desenvolvimento científico e tecnológico do país, de contribuir para o

incremento da produção e o fortalecimento da organização social e das identidades culturais de cada região por meio da geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas, bem como pela consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Para assim, realizar e estimular pesquisas aplicadas, à produção cultural, ao empreendedorismo, cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico, além da transferência de tecnologias sociais.

Na prática, observa-se uma grande confusão de conceitos e funções, sobre as pesquisas e inovações realizadas no Instituto, haja vista que há uma supervalorização das pesquisas realizadas na área técnica e uma desvalorização das pesquisas realizadas nas demais áreas:

*“Entretanto eu ainda sinto falta de que as pesquisas ligadas aos eixos dos cursos daqui do Campus, no caso Informática, Edificações, Química e Administração que é um curso mais novo, que essas pesquisas nesse eixo, primeiro que elas aconteçam com mais frequência porque as pesquisas elas estão muito difusas, então tem uns docentes que são do núcleo comum que vão desenvolvendo pesquisas mais do que os docentes das áreas específicas desses eixos, então que essas pesquisas primeiro elas passem a acontecer com maior frequência e em segundo lugar que essas pesquisas possam ser direcionadas também para esse público. Embora então as nossas pesquisas na minha concepção elas atendam demandas sociais reais, eu ainda acho que podemos avançar muito mais nesse sentido, sobretudo no que concerne a essas áreas e técnicas dos eixos do Campus” DOCENTE A.*

*“Então quando a gente fala, por exemplo, dessa coisa dos cursos, dos eixos aqui do Campus terem a necessidade de desenvolver mais pesquisas, especificamente ligados a eles próprios, eu vejo que é muito difícil para um docente de história ou de sociologia ou de filosofia desenvolver coisas que possam ser usadas com sentido mais palpável, com sentido mais prático, mas por exemplo um docente de edificações, ele pode desenvolver uma pesquisa no sentido de ver alguma forma de esgotamento sanitário para uma comunidade, ou nas aldeias indígenas alguma técnica de construção com o barateamento do material para facilitar a construção de moradias e melhor qualidade” DOCENTE A.*

Afere-se da fala do entrevistado que a construção de conhecimentos e produções voltadas para a resolução das demandas sociais não são consideradas como tecnologias sociais e inovações sociais, pois, isso só seria possível a realização fosse por meio das disciplinas técnicas:

*“As atividades de pesquisa e inovação tecnológica buscam gerir conhecimentos e produção de tecnologias voltadas para as demandas sociais da comunidade, embora ainda seja muito*

*incipiente a atuação dos servidores da instituição no campo da pesquisa e da inovação tecnológica” TAE A.*

Constata-se ainda, pelas falas dos entrevistados, que a visão de inovação tecnológica é baseada numa visão em que a realização de pesquisas e a criação de soluções técnicas e tecnológicas (inovação) deve ser voltada para a grande empresa, uma vez que os Institutos Federais estão incluídos no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

É por essa noção que se dá a percepção de que a instituição não realiza inovação, somado ao o viés de pesquisa adotado nos Institutos Federais, como analisado anteriormente, a pesquisa assume nessas instituições um princípio educativo. Conforme Souza (2017), a função da pesquisa é de formar pessoas capazes de questionar e intervir criticamente numa sociedade cada vez mais complexa.

Contudo, a pesquisa como princípio educativo é vista por alguns servidores como limitadora na pesquisa científica e tecnológica, considerando-se que as bolsas de pesquisa (iniciação científica) possuem maior oferta no ensino médio. No caso do locus de pesquisa, a oferta de bolsas de ensino superior se iniciou em 2018, representando conforme gráfico 8 apenas 31% das pesquisas no campus.

*“A gente não desenvolve pesquisa na área de inovação porque é difícil desenvolver porque é uma área técnica e tecnológica Então você tem que ir você tem que ter uma grande gama de conteúdos para você conseguir ver além, algo novo, não é fácil, como é que o cara não tem não uma, como é que se diz uma bagagem bem grande de conteúdos e vê algo novo pode ser até o que ele esteja vendo já é algo construído, a ideia foi boa, mas como ele não tem uma gama muito grande, aí que resulta essa área técnica e tecnológica para Inovar é complicado” DOCENTE C.*

A importância do estímulo e elaboração de pesquisas aplicadas à realidade por meio do incentivo ao empreendedorismo e ao cooperativismo por fortalecimento dos arranjos produtivos locais contrasta com a cultura dos pesquisadores nomeados por concurso. Verificou-se que a grande maioria dos pesquisadores (mestres e doutores) eram egressos de programas de pós-graduação de universidades tradicionais, em que as pesquisas são direcionadas a empresas, e passam a ser agora direcionadas à resolução de problemas sociais nas comunidades. Situação citada por um entrevistado, conforme:

*“A gente precisa focar mais nisso, é até uma metodologia nova e que tem sido muito utilizada nas faculdades, a gente vai até fazer a modificação agora do curso de administração voltada para isso, que é a resolução de problemas. E aí a gente já vai ta focando nisso, várias ementas de faculdade de fora incluem resoluções de problemas. E aí a gente já sugeriu isso para os docentes, no núcleo docente estruturante do curso de administração e foi bem aceito, a gente vai fazer o teste com alguma disciplina ver como é que vai ser para o segundo semestre a gente aumentar o número de disciplinas que vai adotar essa metodologia, até a gente encontrar um como diz um caminho que minimize os possíveis erros e se obtém o maior sucesso” DOCENTE D.*

Soma-se ainda à orientação institucional por meio da Resolução nº 04 de 2010 do Consup/IFMA, a qual prevê a priorização do desenvolvimento de projetos de pesquisas coerentes com as áreas de concentração definidas por este Instituto Federal com base nos APL's do estado.

Essas interações entre os Institutos Federais x empresas x governo ocorrem principalmente na instituição por meio da execução de atividades de extensão. Conforme consta em documentos oficiais, a extensão é compreendida como um processo educativo, científico e cultural, com articulação da prática entre ensino e pesquisa. A seguir será analisada a percepção dos servidores acerca da oferta de ações de extensão.

#### **4.2.8 Percepção dos servidores acerca das ações de extensão tecnológica do IFMA**

A extensão deve ser realizada considerando o compromisso social da instituição pública, empenhada no equacionamento das questões que afligem a maioria da população. Em sintonia com as demandas sociais, está primordialmente, nas áreas mais atrasadas, a oferta de cursos de educação profissional, promovendo, assim, a qualificação, capacitação e atualização dos conhecimentos.

Ao questionamento sobre a resolução dos problemas locais por meio da extensão, foi elencado como respostas: a percepção que a instituição realmente atende à necessidade das demandas locais, sendo considerada como principal responsável pelas ações desenvolvidas, percepção de que a instituição não atende as demandas locais e os questionamento sobre a maneira como a extensão é ofertada.

A Extensão é vista como o “carro-chefe” da instituição na aproximação com a comunidade, conforme afere-se da fala dos entrevistados:

“Sim, já a extensão principalmente nos últimos dois anos, foi um bum! Nós temos conseguido chegar e atender públicos que pela dimensão ensino e pesquisa nós não atenderíamos, por exemplo, são as capacitações dos servidores públicos do município” TAE D.

*“O foco da extensão é justamente esse, de integrar e oferecer à sociedade participação nos processos do IFMA, então a gente vê muito aqui, a questão de cursos de informática para a comunidade, para os alunos do ensino municipal e estadual, muito projeto para o pessoal da prefeitura, acho que sim, a questão de extensão o IFMA é satisfatória”* DOCENTE F.

A ação extensionista é indispensável para uma maior integração da instituição com as entidades produtivas e com a comunidade. Caracteriza-se por sua natureza interdisciplinar e pela inserção dos diversos setores acadêmicos e administrativos da instituição, bem como pela capacidade de operacionalizar a relação teoria-prática, promovendo a troca entre os saberes acadêmico e popular.

Acerca da atuação da extensão nos problemas locais:

*“Acho a extensão um grande ponto positivo, porque a extensão pode agir diretamente naquele problema, na capacitação de DOCENTEes, isso vem sendo muito bem executado, ultimamente temos ofertado muita extensão para a capacitação dos servidores da rede municipal”* TAE B.

Outra questão levantada é o não atendimento dos problemas locais e a forma como a instituição oferta as ações e programas de extensão.

*“Alguns atendem, alguns não atendem, principalmente aqueles que são demandados principalmente pela prefeitura, quando há essa necessidade, há algum problema, algo que se precisa resolver, algo que precisa ser atendido, então quando vem de lá a gente atende e às vezes os que são ofertados daqui também têm esse caráter de resolução de demanda”*DOCENTE B.

Percepção de que as demandas da instituição são feitas a partir das demandas da prefeitura, conforme fala:

*“Eles (prefeitura) têm uma facilidade de identificar as necessidades da comunidade”*DOCENTE B.

*“Alguns não atendem (problemas da comunidade), alguns atendem, principalmente aqueles que são demandados principalmente pela prefeitura, quando há essa necessidade, há algum problema, algo que se precisa resolver, algo que precisa ser atendido, então quando*

*vem de lá a gente atende e às vezes os que são ofertados daqui também tem esse caráter de resolução de demanda” DOCENTE B.*

Ao ser questionado, se a instituição respondia demanda da comunidade ou demanda da prefeitura municipal, o entrevistado cita um exemplo de curso de extensão ofertado:

*“O curso de aquaponia, a secretaria de agricultura já tem o cadastro de todos os agricultores, quais são as atividades que desenvolvem, juntamente com o sindicato também, que a gente também tem parceria, (a prefeitura) tenta essa comunicação dos sindicato dos trabalhadores rurais, que nos auxilia bastante, pois se fossemos diretamente, teríamos que nos deslocar para a comunidade rural, sem conhecer previamente os agricultores, eles poderiam ter alguma dificuldade em nos receber, de comunicar o que eles produzem, algum assim para a gente, e acho que essa parceria facilita a identificação das demandas como um intermediário, entre o IFMA e a comunidade” DOCENTE B.*

A respeito das parcerias com a prefeitura, outro servidor explica que:

*“Como a Prefeitura é uma instituição que possui seus tentáculos mais próximos da população, como Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura, Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Assistência Social; então a Prefeitura, às vezes, tem mecanismos mais eficientes no sentido de mapear as necessidades e demandas da população. Como exemplo no curso de extensão que temos por aqui chamado PROIFMA que é um curso que os alunos do município – portanto da Prefeitura, eles podem fazer para que eles sejam submetidos depois ao seletivo que vai dar acesso à Instituição” DOCENTE A.*

*“Ele na verdade é uma ação para a população de Barra do Corda, mas qual é a nossa interface com essa população: é através do Município, é através da Secretaria de Educação, é através das Escolas Municipais. Então o serviço que nós estamos prestando não é para a Prefeitura. O serviço que nós estamos prestando é para a população de Barra do Corda e região, mas às vezes um vetor que nós ajuda nessa aproximação é a Prefeitura. Não é que seja para a Prefeitura, mas às vezes através da qualificação dos servidores da Prefeitura, ou através das Secretarias da Prefeitura, a gente consegue ter acesso mais rápido à população de Barra do Corda” DOCENTE A.*

O entrevistado destaca que a prefeitura, apesar de ser a principal demandante da instituição não é a única beneficiária, destaca ainda, que a Prefeitura não é o beneficiário fim, beneficiário fim é a população de Barra do Corda, colocando assim a Prefeitura como um meio a mais de o Instituto alcançar essa população, segue:



*“A gente presta serviço para produtores rurais, para promotoria, todos esses de consultoria, a gente presta serviço para Associação Comercial, para os diretores Lojistas, para instituições de cunho religioso que nos procuram” DOCENTE A.*

A importância da identificação das demandas locais é destacada no documento normalizador da extensão tecnológica ofertada pelos Institutos Federais. Assim como na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que promulga o desenvolvimento de atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

A extensão assume na Rede Federal de Educação Profissional a função de difundir, socializar e democratizar o conhecimento, por meio de uma relação dialógica (prática acadêmica que interliga ações de ensino e pesquisa dos Institutos Federais com as demandas da população) entre o conhecimento acadêmico e tecnológico e a comunidade. A extensão promoverá assim, a troca de saberes, numa inter-relação entre ambos.

Ao analisar a oferta de cursos FICs, descrito no quadro 42, constata-se que a maior oferta se deu no período de 2011 a 2015, grande influência do incentivo da bolsa formação do Programa PRONATEC, destinada tanto para os alunos matriculados como para os docentes e coordenadores pedagógicos dos cursos.

Sobre a oferta regular dos cursos de extensão, observa-se que a maioria são do eixo de desenvolvimento educacional e social, e estão vinculadas a convênios com a prefeitura municipal de Barra do Corda. Também se averigua que os alunos ou são servidores da prefeitura, ou são alunos regulamente matriculados na rede Municipal de ensino. Na perspectiva de alguns entrevistados, esses convênios são apresentados como entraves.

Outro ponto importante é que, com o PRONATEC houve maior aproximação da instituição com o processo produtivo municipal, seja pela grande variedade de oferta, seja pela aproximação com os eixos tecnológicos do campus.

Quadro 42. Oferta de cursos de Extensão

<b>2013</b>	<b>MATRICULAS</b>
Curso Fic de Agricultor Familiar Unidades Remotas	30
Auxiliar Administrativo	30
Recepcionista	30

Promotor de Vendas	30
Montador e Reparador de Computadores	30
Agente Comunitário de Saúde	30
Agente de Projetos Sociais	30
Auxiliar Administrativo	30
Inglês Básico	30
Operador de Computador	30
Desenhista da Construção Civil	30
Técnico Concomitante em Biocombustíveis	30
Técnico Concomitante em Meio Ambiente	30
<b>2014</b>	
Cuidador de Idoso	30
Cuidador Infantil	30
Curso Técnico em Edificações	30
Curso Técnico em Agrimensura	30
Curso Fic Agente de Projeto Sociais	30
Piscicultor	30
Agente de Informações Turísticas	30
Condutor Cultural Local	30
Técnico em Agricultura	30
Auxiliar de Secretaria Escolar	30
Agricultor Orgânico	30
Almoxarife	30
Inglês Aplicado a Serviços Turísticos	30
<b>2015 (PRONATEC)</b>	
Curso Técnico em Edificações	30
Curso Técnico em Agrimensura	30
Curso Agente Cultural	30
Curso Fruticultor	30
<b>2015 (OFERTA REGULAR)</b>	
Preparatório de Admissão de Alunos do IFMA	79
Escrituração Escolar	52
<b>2016</b>	
Preparatório de Admissão de Alunos do IFMA	80
Língua Inglesa: finanças/finance	20
FIC – Editor de Textos e Planilhas Eletrônicas para Secretários Escolares	17
<b>2017</b>	
Preparatório de Admissão de Alunos do IFMA	71
Avaliação Educacional	59
Escrituração Escolar (FIC)	59
Inclusão Digital Comunitária	37
Monografia ao Alcance de Todos	40
Educação Intercultural com ênfase em Educação Indígena (FIC)	66
<b>2018</b>	
Rede de Computadores	33
PROEJA FIC Informática Básica	42
Inclusão Digital Comunitária	26
PROEJA FIC Libras Básico (24)	24
PROEJA FIC Empreendedorismo	48

Fonte: Relatório de Gestão (2019)

Além da lista de cursos de extensão, foram realizados em 2018, os seguintes projetos e eventos com foco na formação cidadã (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2019):

Projeto Cultura em ação: cooperação técnica entre a Biblioteca Maranhão Sobrinho do IFMA Campus Barra do Corda e a Biblioteca da Academia Barra Cordense de Letras;  
 II seminário de Pesquisa Científica em Administração;  
 II Jornada de Filosofia do Ensino Médio IFMA-Campus Barra do Corda: contribuições do Estudo da Filosofia para o Enfrentamento da Ansiedade, Depressão e Estresse no Ensino Médio;  
 Evento Cantata Natalina: Coral Cantantes do IFMA;  
 Campeonato Aberto de Xadrez da Primavera;  
 Cineclube BDC: ensinando através da arte, aprendendo com prazer;  
 Projeto Setembro Azul “Surdos em Foco: o conhecimento protege”;  
 Evento: Feira das Profissões;  
 Projeto A produção escrita, por meio das Histórias em quadrinhos (HQs), da literatura oral indígena dos Kanelas Ramkocamekrá (Aldeia Escalvado);  
 Projeto Calvário Cultural: uma ação para o desenvolvimento local de Barra do Corda;  
 Seminário Indígena do Campus Barra do Corda;  
 Semana Nacional de Ciência e Tecnologia;  
 Visitas técnicas.

Assim, observa-se que as ações de extensão do IFMA Campus Barra do Corda, giram em torno de três tipos de extensão tecnológica, conforme analisado no referencial bibliográfico, são eles Projetos Culturais Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos, Cursos Formação Inicial e Continuada (FIC's) e visitas técnicas, e estágios. Não se verificou, contudo, programas e projetos de acompanhamento de egressos e de empreendedorismo e associativismo.

Ao analisar os eventos e projetos Culturais Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos observa-se que a extensão é trabalhada pela instituição como um processo interdisciplinar, educativo e cultural.

Conclui-se que há na instituição, a percepção sobre a importância da extensão voltada para a identificação e o atendimento dos problemas locais da comunidade:

*“Eu acho que extensão tem que ser mais do que isso, mais do que visita técnica acho que tem que ser a participação mesmo da sociedade como eu falei ainda pouco, a comunidade te trazer o problema e tu desenvolver um trabalho de extensão, só gerar um trabalho de extensão e levar para comunidade você não ver aquilo acontecer, aquilo realmente funcionar, você não tem nenhum de indicador de que aquilo teve resultado. Então, eu acho que extensão tem que ser mais trabalhada nesse sentido, de produção mesmo para resolver problemas comunitários. A gente precisa conhecer o*

*nosso entorno e então desenvolver esse tipo de trabalho”* DOCENTE D.

A extensão, como analisada no referencial teórico, deve ser construída como uma via de mão dupla, pois precisa ser considerada como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage.

Nesse sentido, é imperativo conceber a Extensão na Rede Federal de EPCT como uma práxis que possibilite o acesso aos saberes produzidos e experiências acadêmicas. Oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto, por parte de diversos segmentos sociais que devem se revelar numa prática que vai além da visão tradicional das formas de acesso e também de participação.

A Política de Extensão Tecnológica destaca ainda, as ações que promovam o desenvolvimento local e regional. Inicialmente, destaca a importância da articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região.

#### **4.2.9 Percepção dos servidores acerca da função social dos Institutos Federais na Promoção do Desenvolvimento Local**

Ao realizar o levantamento acerca do entendimento ou não, da função social dos Institutos Federais na promoção do Desenvolvimento Local, todos os servidores entrevistados, afirmam que conheciam a função social dos Institutos Federais principalmente por meio do PDI.

*“Com certeza a grande função social dos IFs é de promover o desenvolvimento local e isso está bem definido em sua missão no PDI que é promover educação profissional, científica e tecnológica, por meio da integração do ensino, pesquisa e extensão com foco na formação do cidadão e no desenvolvimento socioeconômico sustentável”* TAE A.

O IFMA, de acordo com o PDI (2013), deve se constituir como um espaço fundamental na construção do desenvolvimento local e regional. Para tanto, deve-se ultrapassar o entendimento da Educação Profissional como mera instrumentalizadora de pessoas para o mercado de trabalho que impõe os seus objetivos. Torna-se essencial no processo educativo, o desenvolvimento da

capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade.

Ainda de acordo com o documento, a inserção regional do IFMA deve garantir a sintonia com os arranjos produtivos socioculturais locais, identificando demandas ou despertando potencialidades, criando oportunidades, fomentando o desenvolvimento humano e profissional. Conforme fala:

*“Ficou mais patente principalmente com o PDI, 2013, porque todas as discussões das quais eu participava na construção do PDI, eles sempre diziam não adianta você um curso X se a demanda local e Social da Unidade é um curso Y, então todo esse trabalho foi nesse sentido de que precisamos alinhar a nossa oferta, o nosso trabalho, na perspectiva de ensino, dimensão ensino-pesquisa-extensão, as demandas sociais, as demandas da localidade. Isso par mim está muito claro, e aí volto a dizer principalmente com o PDI” TAE D.*

Compreende-se e a partir das falas, que o entendimento da função social dos Institutos Federais com o desenvolvimento local, deu-se principalmente por meio das discussões e oficinas de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional, realizados em 2013. Este estudo limita-se em aprofundar o questionamento dos motivos que levaram a instituição a capacitar tardiamente os servidores, podendo levantar como hipóteses para estudos futuros, que a capacitação institucional tardia, talvez seja um dos motivos para as dificuldades durante o processo de instalação dos campi e um entrave na oferta de ações adequadas para o atendimento dos problemas locais.

#### **4.2.10 Percepção sobre os limites de atuação e contribuições do Instituto Federal na promoção do desenvolvimento local**

Os limites na atuação institucional e as contribuições para a promoção do desenvolvimento sustentável do Município de Barra do Corda são apresentados no Quadro 43.

Quadro 43. Percepção dos limites oportunidades e entraves internos da Instituição

<b>LIMITES DE ATUAÇÃO DO IFMA NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES DO IFMA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>
Limitações orçamentárias e estruturais	Formação educacional de qualidade
Não há limites na atuação	Formação cidadã
Limitações próprias da política de Educação no país	Geração de empregos
Falta de redes solidárias	

Questões políticas locais e interesses pessoais dos servidores, alinhando-se, de fato, às necessidades da comunidade em que está inserido.	
--	--

Fonte: Elaborada própria a partir dos dados coletados

Quanto às limitações do campus na promoção do desenvolvimento local na cidade, foram destacadas as limitações orçamentárias e estruturais. Os Institutos presenciais hoje, as consequências da Emenda Constitucional 95/2016 que congelou os investimentos públicos num prazo de 20 anos. Segundo e Martins (2018) destacam que os Institutos Federais são os mais afetados, uma vez que há a redução de recursos em medida desproporcional ao aumento de matrículas, prevista no Plano Nacional de Educação.

As questões da política local e interesse pessoal dos servidores, fora trabalhada no item de entraves internos que dificultam a atuação do campus na cidade. Destaca-se, contudo, a fala do entrevistado acerca da cultura do município em relação à política

*“Eu já presenciei, porque eu já participei de ações, em que quando a gente ia divulgar algum curso, alguma ação de extensão ou alguma coisa já me perguntaram se eu ia ser candidato a alguma coisa. Então, as pessoas elas sempre veem com um pé atrás qualquer tipo de ação por mais que seja nossa obrigação, as pessoas veem com o pé atrás um pouco isso porque acho que você quer algum dividendo ou algum retorno em cima dessa ação”* DOCENTE A.

Outro ponto importante é o reconhecimento do limite da política da educação na promoção do desenvolvimento local e a importância de outras políticas, tais como a de educação de base:

*“Por exemplo, para tentar me fazer entender, de todos os índices de desenvolvimento local em que o IFMA pode atuar, aquele que primeiramente o IFMA atua é melhorando os índices da educação. Só que para melhorar os índices da Educação o aluno precisa ter condições, por exemplo, de chegar até a instituição. A instituição chega até o aluno, abrindo cursos, propagando a informação de que está na cidade, mas o aluno também precisa chegar até a Instituição”* DOCENTE A.

Seja por políticas de geração de emprego e renda no município, em que o processo de interiorização é considerado um fator limitante:

*“É diferente, por exemplo, de um campus como Monte Castelo, que está implantado em São Luís, que como a cidade ela já oferta uma condição melhor para o estudante por exemplo de fazer*

*Universidade arrumar um emprego formal, de trabalhar numa grande empresa, então os egressos que vão embora da cidade estão melhores, querendo ou não isso reflete no desenvolvimento da cidade, se a gente for pegar aqui, a maior parte de nossos alunos estão morando em Teresina São Luís e Imperatriz e a capacitação que a gente gera não fica na cidade”* DOCENTE A.

*“Por que o próprio a própria cidade ela não tem uma geração de renda que para suprir essa necessidade de alunos, aí a gente volta naquele outro ponto o que é o estado que tem que melhorar a condição de renda da cidade ou é o IFMA que tem que se adequar a condição de vida da população? agora a gente vive dois contrapontos que são mútuos, além do IFMA se adequar o estado tem também de incentivar a criação de vagas legais e criação de empregos, além de novos cursos”* TAE B.

Por fim, são apresentadas as contribuições do desenvolvimento local na cidade, a formação educacional e cidadã de qualidade, já demonstrada pelos índices das notas do ENEM, pelos quais se observa o quanto o IFMA contribuiu para a inserção de diversos jovens na educação de qualidade, evitando assim, o deslocamento para outras atividades em busca de formação profissional.

*“Nós podemos dizer que em nível de ensino médio, nós somos a melhor Instituição de Barra do Corda e região, e isso com base, por exemplo, no resultado dos últimos ENEMs. Todas as vezes que nós tivemos quantitativo mínimo de alunos fazendo a prova do ENEM e oriundos do IFMA, nós sempre obtivemos uma média bem superior as demais escolas, inclusive das escolas da rede privada. Então em parte, nós cumprimos sim as expectativas em outras não, pois nós criamos essa má fama por conta do prédio que quase não se termina de construir”* DOCENTE A.

Aqui, ressalta-se a fala do entrevistado, no que corresponde a formação cidadã promovida pelos institutos.

*“O nosso campus hoje, se preocupa mais com formação social, formação humana e com pouca formação técnica”* DOCENTE F.

Depreende-se da fala acima, que a predominância da formação social em detrimento da formação técnica é vista como um fator limitante da instituição. As diretrizes da instituição de promover a preparação para o trabalho, sem, contudo, perder o sentido ontológico do trabalho são pouco discutidas, senão desconhecidas.

Com relação à oferta do ensino de qualidade, o município de Barra do Corda, tornou-se importador de estudantes de diversos níveis socioeconômicos das regiões do entorno que adentram a instituição com vista ao ingresso ao ensino superior. Fora que a educação ofertada pela instituição, possibilitou a saída e o ingresso de

muitos jovens em universidades federais, estaduais e privadas localizadas em diversas capitais do país.

*“Na parte da educacional que a gente percebe alunos que conseguem se sobressair, conseguem ir para outros para outras cidades fazer faculdade tudo depois quem sabe voltar né para desenvolver a sua localidade a gente acaba promovendo né, outra coisa também é quando você traz alunos de outros locais para a cidade, você traz uma nova perspectiva”* DOCENTE D.

Contudo, ao analisar os relatórios de gestão do IFMA Campus Barra do Corda, afirma-se que uma instituição com essa magnitude, e com proposta inovadora, acaba por promover o desenvolvimento local, favorecendo a geração de emprego, renda e conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento local.

Com o propósito de fundamentar a pesquisa, foram feitos levantamentos sobre o orçamento da instituição. Inicialmente, destaca-se a transferência direta de renda para os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio da Política de Assistência Estudantil (PNAE), que oferta ações, serviços e auxílios financeiros que visam democratizar as condições de acesso e garantir a permanência e conclusão dos cursos, minimizando assim, os custos do processo educativo dos alunos.

A Política de Assistência Estudantil tem como objetivo reduzir os efeitos das desigualdades sociais na vida dos alunos e de suas famílias. Uma vez que esses estudantes apresentam dificuldades de atender as necessidades básicas, tais como alimentação, vestimentas, moradia, transporte, consumo de bens e serviços fundamentais para o seu pleno desenvolvimento e participação social.

Apesar de não ser objeto de estudo desta pesquisa, verifica-se que a Política de Assistência Estudantil favorece a redução das desigualdades educacionais e configura-se como um importante instrumento de inclusão social, pois o auxílio assistencial recebido por estudantes torna-se um auxílio na composição da renda familiar.

Conforme descrito no Quadro 44, que descreve o orçamento do Programa de Assistência Estudantil do IFMA de 2012 a 2018 e os gastos com auxílios estudantis observa-se que a instituição fez a transferência direta para alunos de R\$ 1.698.000,00 (um milhão, seiscentos e noventa e oito reais).



Quadro 44. Orçamento do Programa de Assistência Estudando do IFMA - Campus Barra do Corda 2012 a 2018

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Valor	135.000	164.000	182.000	240.000	254.000	266.000	457.000
						<b>TOTAL</b>	<b>1.698.000</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Relatórios de Gestão (2019)

No que diz respeito a geração de empregos na cidade, esta pesquisa limita-se em analisar a fala, considerando-se que a instituição não possui pesquisa de egressos. Frente a isso, seria necessária a realização de novas pesquisas para fazer um levantamento da efetividade de ingresso no mundo do trabalho por meio da capacitação técnica.

Ao analisar os relatórios de gestão, afirma-se que uma instituição com essa magnitude, e com proposta inovadora, acaba por promover influência econômica e financeira no município. Além dos salários de servidores, que infelizmente esta pesquisa não pôde ter acesso aos dados, entende-se que causam um efeito dinâmico na economia com gastos nas áreas de transporte, alimentação, hospedagem, o IFMA campus Barra do Corda, gera empregos diretos e indiretos, através da contratação de prestadores de serviços (auxiliar de administração, limpeza, jardinagem, piscina, segurança). Conforme representação no Quadro 45, que trata dos contratos de aquisição de produtos e terceirização de serviços, do ano de 2016 a 2018, examina-se que foi gasto o valor de R\$ 2.228.043,00 (Dois milhões duzentos e vinte e oito reais, e quarenta e três centavos).

Quadro 45. Contratos de serviços e produtos (2016 a 2018)

ANO DE INÍCIO DO CONTRATO	INÍCIO DO CONTRATO	FIM DO CONTRATO	VALOR GASTO
Piscina (mão de obra e produtos)	2017	2019	94.497,00
Motorista	2016	2018	190.246,00
Vigilância	2016	2018	1.427.133,98
Apoio geral	2016	2016	250.988,04
Apoio geral	2016	2019	265.177,52
		<b>TOTAL</b>	<b>2.228.043,00</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Relatórios de Gestão (2019)

Importante destacar que os valores gastos pelo IFMA Campus Barra do Corda, não são totalmente gastos no município, uma parte é transferida para empresas fornecedoras de produtos e serviços de outros municípios. Valores estes

que precisam ser mais bem investigados a fim de constatar o impacto da instituição na dinâmica econômica tanto local como regional.

Destaca-se também, a contribuição do IFMA Campus Barra do Corda no entorno da instituição. Observa-se, a partir da Figura 9, a evolução da urbanização do entorno a partir do ano 2010 (ano que a instituição inicia as obras do prédio no município) e 2012 (ano que a instituição inicia suas atividades na cidade de Barra do Corda).

Observa-se que em 2010 havia na região pouca urbanização, apenas com o Bairro Vila Nenzim. A partir de 2012, a construção do prédio do IFMA já é destacada no mapa, assim como a demarcação do Programa Minha Casa Minha Vida. Nota-se ainda, o aumento do Bairro Vila Nenzim com a construção de novas ruas e casas.

Figura 9. Mapa da Região de Barra do Corda (2010 – 2012)



Fonte: Google Earth (2019)



Na Figura 10, pode ser melhor observada a urbanização da região do entorno da instituição a partir de 2015 (ano que a instituição inicia as atividades no prédio próprio) e da imagem da região no ano de 2018 (que retrata a realidade atual). Em 2015, observa-se a implantação do Residencial Moradas do Rio Corda, as residências do Programa Minha Casa Minha Vida já finalizadas, e a continuação da expansão do Bairro Vila Nenzim. Em 2018, o aumento de residências no entorno da instituição se acentua ainda mais.

Figura 10. Mapa da Região de Barra do Corda (2010 – 2012)

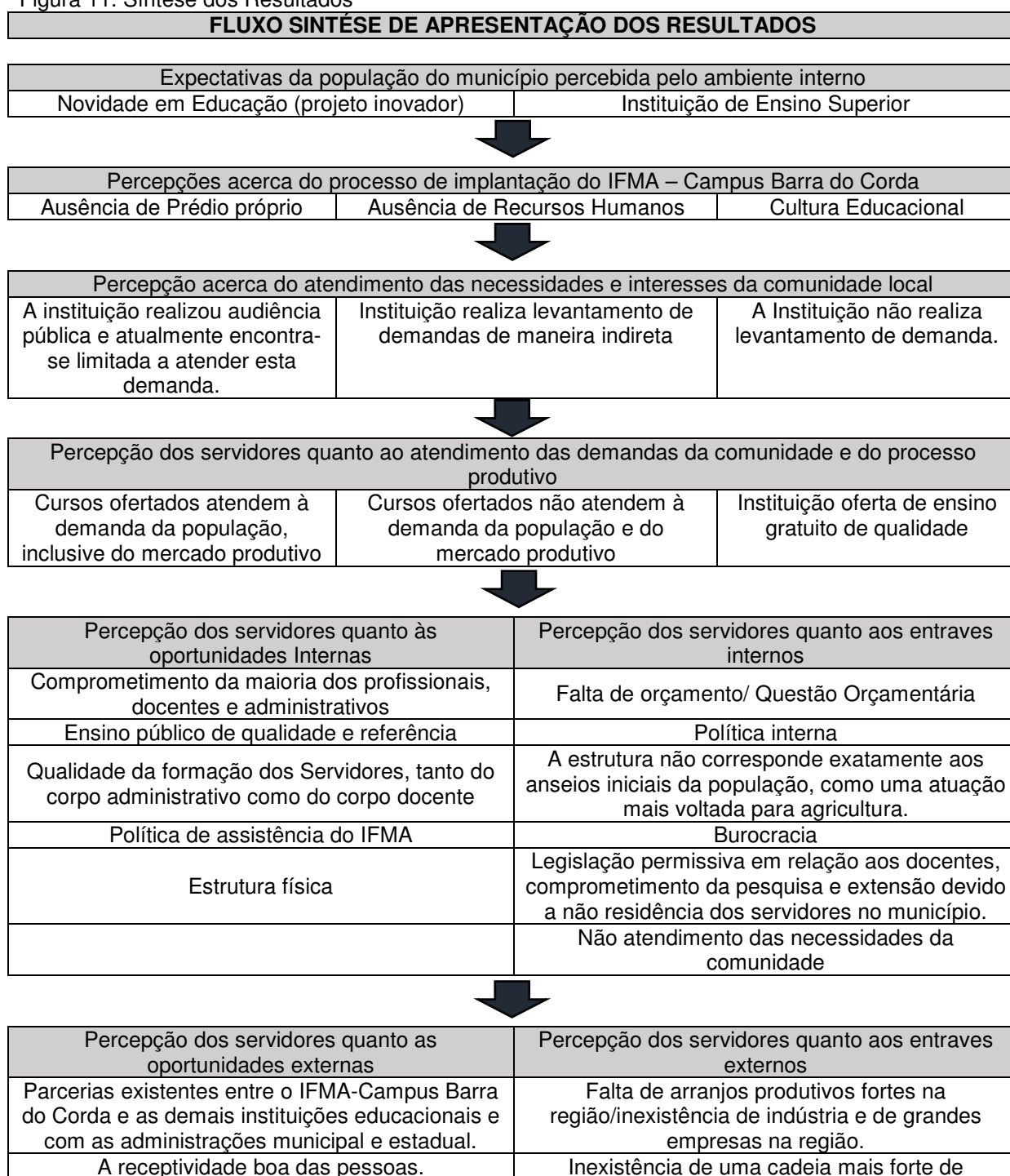


Fonte: Google Earth (2019)

A contribuição do Instituto Federal para a cidade vai além do aporte de recursos financeiros. Conforme se tem analisado, a instituição contribui para a formação cidadã e profissional, fundamentais para o município e para a região.

Na figura 11 apresenta-se a síntese dos resultados coletados e descritos nesta seção, e posteriormente, são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

Figura 11. Síntese dos Resultados



	atividades econômicas, de serviços.
Atuar nas políticas de Desenvolvimento Social, e principalmente voltadas para as populações indígenas.	Questões Políticas, parcerias com a prefeitura
A carência da cidade carente, pouca oferta de ações.	A educação de base, baixo nível dos alunos da rede Municipal
	Limitações nas áreas de atuação do instituto na cidade.



Percepção dos servidores quanto as oportunidades externas	Percepção dos servidores quanto aos entraves externos
Parcerias existentes entre o IFMA-Campus Barra do Corda e as demais instituições educacionais e com as administrações municipal e estadual.	Falta de arranjos produtivos fortes na região/inexistência de indústria e de grandes empresas na região.
A receptividade boa das pessoas.	Inexistência de uma cadeia mais forte de atividades econômicas, de serviços.
Atuar nas políticas de Desenvolvimento Social, e principalmente voltadas para as populações indígenas.	Questões Políticas, parcerias com a prefeitura
A carência da cidade carente, pouca oferta de ações.	A educação de base, baixo nível dos alunos da rede Municipal
	Limitações nas áreas de atuação do instituto na cidade.



Percepção dos servidores acerca das ações de pesquisa, Inovação, Ciência e Tecnologia do IFMA
Pesquisas não geram inovação e não estão voltadas para a resolução das demandas reais da comunidade, uma vez que as pesquisas realizadas pela instituição são voltadas para áreas humanas e sociais em vez das áreas técnicas.



Percepção dos servidores quanto aos limites de atuação do IFMA na promoção do desenvolvimento local	Percepção dos servidores quanto as contribuições do IFMA na promoção do desenvolvimento local
Limitações orçamentárias e estruturais	Formação educacional de qualidade
Não há limites na atuação	Formação cidadã
Limitações próprias da política de Educação no país	Geração de empregos
Falta de redes solidárias	
Questões políticas locais e interesses pessoais dos servidores, alinhando-se, de fato, às necessidades da comunidade em que está inserido	



Percepção dos servidores acerca das ações de extensão tecnológica do IFMA		
Extensão atende as demandas locais sendo considerada como principal responsável pelas ações desenvolvidas pela Instituição	Extensão não atende as demandas locais	Questionamento de como a extensão é ofertada pela Instituição



Percepção dos servidores acerca da função social dos Institutos Federais na Promoção do Desenvolvimento Local
Todos conhecem a função social do Instituto Federal, principalmente após as discussões do PDI

Fonte: Elaborado pela autora.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia assumem o papel de agentes sociais no território, uma vez que passam a ser considerados indutores do processo de desenvolvimento local, agentes de promoção da cidadania, de inclusão social e de combate às desigualdades (PACHECO, 2008).

Dessa maneira, esta pesquisa se propôs a investigar o papel do IFMA - Campus Barra do Corda na promoção do desenvolvimento territorial/local. Para subsidiar a pesquisa e o debate em torno da temática, este estudo se propôs, nos objetivos específicos, a analisar a construção histórica da Política de Educação Profissional no Brasil; descrever a economia do município de Barra do Corda, com ênfase para a política de Arranjos Produtivos Locais; e analisar as ações desenvolvidas pelo IFMA para a promoção de Desenvolvimento no município de Barra do Corda por meio da identificação da percepção dos servidores acerca das ações de promoção de desenvolvimento promovidas pelo IFMA

O primeiro objetivo específico foi contemplado pelo estudo e análise da construção histórica da Política de Educação Profissional no Brasil, tendo em vista que se torna importante destacar o debate acerca da dualidade da educação profissional ao longo dos anos.

A Educação passa a ser considerada por muitos servidores como uma variável do processo produtivo capaz de promover o crescimento da renda, contudo, como analisado na construção histórica da política de Educação no país, a relação entre educação e desenvolvimento é permeada de contradições que necessitam ser consideradas.

A primeira é o entendimento de que o acesso e as condições de emprego dependem muito mais de mecanismos e políticas estruturais do que do processo educativo, pois a educação, em especial, a educação profissional, conforme Manfredi (2017) é uma prática que está condicionada e determinada e não é condicionante de qualificação social para o trabalho.

A respeito disso, este estudo visou aprofundar o debate acerca da teoria de capital humano, no sentido de desconstrução da teoria que concebe a educação como “produtora de capacidade de trabalho, potencializadora de trabalho e

consequentemente de renda, um fator de desenvolvimento econômico e social” (FRIGOTTO, 2010a).

A teoria do Capital Humano preconiza ainda, um novo perfil de trabalhador, por meio do qual a nova formação passa a empregar o conceito de competências. Cabe ao indivíduo, possuir um conjunto de conhecimentos e aptidões que serão transmitidos para o processo produtivo. Entende-se que a ocupação do trabalhador no mercado de trabalho não depende somente de suas habilidades e conhecimentos.

Nesse sentido, é que o limite da política de educação para o desenvolvimento local precisa ser considerado, a demanda (quantidade) e oferta (preço) são definidas a partir das demandas do processo capitalista e de sua reprodução na sociedade.

A trajetória da educação profissional é permeada pela teoria de Capital Humano, com analisado, com influência direta de organizações financeiras internacionais, sendo a CEPAL a principal referência nas orientações da política de Educação no Brasil.

Entende-se, que esta relação possui vínculo histórico-ontológico, permeado pelas concepções ideológicas da divisão social de classes e do trabalho, que fazem com que a educação profissional desde o seu surgimento possua esse caráter dualista, que acaba por separar o pensar crítico do fazer profissional, atendendo assim, principalmente os interesses econômicos do mercado.

Nesse contexto de disputas de projetos societários surgem os Institutos Federais, de um lado a perspectiva desenvolvimentista introduzida pelo modelo do paradigma técnico-científico e pela globalização, tendo a CEPAL e outros organismos internacionais. De outro lado, a sociedade civil na busca de uma educação universal, omnilateral e politécnica com vistas a melhorar as relações sociais impostas pelo novo projeto capitalista.

Quanto ao segundo objetivo específico, a necessidade de aprofundar teoricamente as principais linhas de atuação dos Institutos Federais na promoção do desenvolvimento local, este estudo analisou a economia do Estado do Maranhão, consequentemente, do município de Barra do Corda, com ênfase na política de Arranjos Produtivos Locais.

Os Institutos Federais surgem como instituições pluricurriculares e multicampi, a partir de instituições já existentes, os CEFET's, instituições que tinham como

objetivo a sua elevação a instituições de ensino superior. E isso, remete ao principal questionamento da identidade dos Institutos Federais.

Os Centros Tecnológicos tinham como finalidade principal a formação na área agrícola, conforme Otranto (2010), o papel estratégico dessas instituições no desenvolvimento agrícola do país, uma vez que o país tem uma extensa área territorial e vocação inata para a agricultura.

A sobreposição tecnológica imposta pelos Institutos Federais, não foi acompanhada de debates e estudos acerca da construção social rural e urbana, e como destacada neste estudo, é necessário desconstruir a visão polarizada entre rural e urbano, considerando-se que nem todo rural significa atraso econômico. O país apresenta hoje, conforme Fuini (2011), um novo rural, e este demanda novas formas de diferenciar os espaços, por meio da análise dos múltiplos usos econômicos e atividades produtivas e não produtivas presentes no ambiente rural.

As regiões e a educação tecnológica passam a ser vistas como possibilidades de inserção competitiva na economia nacional, por meio da criação, adaptação e transferência de conhecimentos tecnológicos e inovativos em regiões carentes de qualificação educacional, de existência de empresas e indústrias e com a economia local pouco organizada. Localidades em que os setores primário (agrícolas) e secundário (indústrias) possuem pouca participação na composição dos Produtos Internos Brutos dos municípios.

Situação que representa a economia do Maranhão, e a economia do Município de Barra do Corda, pois o Estado possui estrutura produtiva pouco diversificada e a economia necessita de impulsos exógenos como fatores indutores de dinamismos, quer seja por meio das transferências federais e constitucionais e transferências diretas de renda.

O terceiro e quarto objetivos específicos foram contemplados nos resultados coletados a partir da aplicação da entrevista, os quais serão descritos abaixo as ações desenvolvidas e as percepções dos servidores quanto a essas ações.

O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) inicia suas atividades na cidade de Barra do Corda em 2011, a instituição não possui registros (atas, documentos) dos processos de consultas públicas (audiências públicas), assim como não realizou estudos sobre o diagnóstico socioeconômicos da região, necessários para o levantamento das necessidades da comunidade e do



setor produtivo. Em relatos, nota-se que a demanda de cursos a serem ofertados pelo IFMA, se daria em cursos do eixo agropecuário.

Em 2011, o IFMA iniciou a oferta com três cursos na modalidade integrada (Edificações, Química e Agronegócio), um curso na modalidade subsequente (Manutenção e suporte em Informática), e um curso de Secretaria Escolar, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Ao analisar a oferta de cursos de 2011 a 2018, constata-se: a oferta dos cursos se dá em torno dos grandes projetos econômicos presentes no Estado no período de 2011; em 2013 há a descontinuação dos cursos de Secretaria Escolar e Agronegócio, e a inserção de cursos técnicos em Informática, Comércio, Administração, Meio Ambiente).

Nos relatos, conclui-se que a implantação da instituição no município se confunde com a política de democratização do ensino superior. O anseio da comunidade era então, de uma universidade presencial, de qualidade, e com cursos diversificados. Isso porque os cursos de nível superior ofertados na cidade, se davam em sua grande maioria na modalidade semipresencial ou Ead, estando presentes na cidade, a UEMA (Universidade Estadual do Maranhão) e a UFMA (Universidade Federal do Maranhão).

Além dos obstáculos de implantação de uma nova instituição, a expansão trouxe também problemas, principalmente de infraestrutura, visto que muitos institutos federais iniciaram suas atividades sem prédio próprio. Acrescenta-se, que essas dificuldades foram não só na readequação das instituições (antigo CEFET's) já existentes para a nova proposta institucional, mas que as instituições recém-criadas foram as que mais sofreram por falta de estrutura mínima para o funcionamento.

Outra dificuldade enfrentada no processo de implantação foi a cultura educacional do município, pois a falta de “interesse” dos alunos, representada pelos fenômenos da evasão e do abandono escolar, tem sido um dos principais problemas sociais da escola. Isso vem sendo causado por fatores multiculturais, partindo do princípio do trabalho como construtor do ser social, ou seja, o trabalho como princípio educativo, a ausência ou não de trabalho tem influência direta na construção social, principalmente das famílias.

O Instituto Federal é implantado no município, permeado da concepção de desenvolvimento local, como sinônimo de desenvolvimento econômico. Cabe a grande empresa, a geração de trabalho e renda, e conseqüentemente, de

desenvolvimento local, conforme se pode aferir das falas dos servidores sobre o questionamento dos entraves externos encontrados na economia do município pela instituição e nos planos de curso.

O projeto de Expansão e Interiorização da Educação Profissional e Tecnológica torna clara a intenção do Governo Federal de tornar os Institutos Federais executores das políticas públicas e dos programas de formação profissional e tecnológica, na perspectiva de fomento ao desenvolvimento local. Apesar dos documentos e leis acerca dos institutos Federais estabelecerem o perfil identitário da instituição, nota-se entre os servidores a fragilidade quanto à compreensão da identidade e dos objetivos da instituição, tanto quanto da dimensão social quanto da dimensão institucional.

A inserção de diversos servidores de regiões e formações distintas permite a convivência de diversas visões conflituosas quanto às ações e as funções institucionais. Nesse sentido, a situação condiz com a análise de Pereira (2017) acerca da constituição da diversidade de atores sociais (servidores), visto que suas percepções e experiências sobre a política de educação não foram adquiridas e não foram concebidas no contexto dos Institutos Federais.

Soma-se aos interesses individuais, pois a mobilidade semanal dos servidores devido ao deslocamento constante para suas residências, pois a grande maioria dos servidores opta por não residir no município de implantação do campus, impossibilita a construção de uma identidade institucional, vez que em sua maioria, as ações desenvolvidas são a partir de demandas institucionais e não de livre iniciativa.

Cabe então à gestão, criar estratégias de capacitação e formação continuada para os servidores a fim de formar uma identidade institucional. Importância maior ainda, se destaca pela necessidade de debates e ações que reduzam/eliminem a dualidade da política de educação profissional, prova da efetividade das capacitações foram as capacitações realizadas para a elaboração do PDI (2013), que acabaram por gerar maior entendimento entre os servidores sobre a função social dos institutos na promoção do desenvolvimento local.

Os Institutos Federais surgem em um período contraditório (neoliberal) de expansão do Estado brasileiro nos municípios, causando o aumento do orçamento público, causado principalmente pela estrutura horizontal da instituição (multicampi) e pela educação tecnológica (laboratórios).

Os desafios dos institutos será manter os recursos orçamentários de forma proporcional ao número de matrículas. Desafio ainda maior, se destacado o objetivo desta instituição como estratégia de democratizar a educação no país.

Coloca-se como desafios à gestão dos Institutos Federais, o redimensionamento de suas demandas, ofertas e planos, e a resolução de conflitos tanto junto aos servidores quanto à comunidade para adequação de sua atuação face ao novo contexto político econômico.

A questão política, advinda do modelo de gestão por meio de eleições para Diretor Geral, torna a gestão dessas instituições complexa e conflituosa. Como já destacado, a presença de uma diversidade de servidores, heterogeneidade de formação profissional, interesses pessoais e institucionais distintos favorece as diferentes formas de compreensão da missão dos Institutos Federais, gerando conflitos e surgindo grupos, o que dificulta o planejamento e execução de tarefas.

Concorda-se com Silva (2016), ao afirmar que a efetividade do avanço democrático na eleição dos gestores do IFs, em termos de vantagens para fins institucional, só será possível, mediante o amadurecimento político da comunidade interna. Isso com relação à convivência dos contrários e o respeito às diferenças, além do preparo e da compreensão dos gestores eleitos quanto aos sentidos de suas atribuições, o respeito à hierarquia institucional, burocracia oficial, bem como, o reconhecimento dos limites e da relatividade dos pressupostos de autonomia de gestão.

A partir da luz do materialismo histórico dialético de Gramsci (2000), o poder local, representado pela Prefeitura Municipal, ocupa um poder decisório nos processos de implantação dos campi, o que acaba por materializar o poder da pequena política em detrimento de uma política macro. Quando mal utilizado, o poder local pode ser para atendimento de demandas individuais, reforçando os traços históricos das políticas brasileiras (patriarcalismo, coronelismo, troca de favores).

Com isso, destaca Oliveira e Soares (2012), a necessidade de construção por parte dos Institutos Federais, de um planejamento e de um ordenamento do território com base em pesquisa e estudos elaborados sobre a realidade do município, para que se avance além dos limites da política municipal.

Durante o processo de escolha das cidades para implantação dos campi, observa-se que o município de Barra do Corda não atendeu todos os critérios pré-

estabelecidos (cidades-polos, municípios com mais de 100 mil habitantes, e arranjos produtivos fortes), como analisado a Instituição não realizou na análise do processo de implantação o diagnóstico socioeconômico da região, que justifica-se uma instituição de educação profissional em uma região sem identidade econômica.

Conforme Nascimento (2016), a consequência da não utilização de critérios técnicos pré-estabelecidos, além da não realização de estudos técnicos sobre a realidade local e regional, faz com que os campi deixem de atender algumas potencialidades econômicas da região do estado, como o caso da agricultura. E faz também, com que os campi ofertem a maioria dos seus cursos voltados para o meio urbano, em detrimento do rural.

No atendimento das demandas afere-se das falas dos servidores que a instituição no planejamento e execução das ações de ensino, pesquisa e extensão, reconhece a pouca relação direta das ações com as necessidades da população e do mercado produtivo. Considerando que um dos pressupostos dos IFs é o de contribuir com a inclusão social e produtiva dos sujeitos, como a instituição executará ações efetivas que promovam esta inserção sem que busquem o conhecimento sobre a realidade na qual estão inseridos?

O não planejamento das ações tendo como base a demanda do território, acaba por comprometer a finalidade da instituição de formação profissional. Infere-se das falas que o planejamento institucional é definido conforme conveniência interna ou convicções pessoais.

Situação que se comprova pela não realização do diagnóstico socioeconômico do município, necessário para nortear as ações desde o processo de implantação, somada à ausência de mecanismos oficiais de participação da comunidade na Instituição. Compreende-se a partir das falas que a consulta às demandas da população e ao mercado produtivo se faz de maneira indireta, por meio de escutas indiretas nos eventos promovidos pela instituição, e pela demanda indireta repassada pela Prefeitura Municipal para a instituição. Cabe ao questionamento necessário para debate, a instituição atende à demanda da comunidade e do setor produtivo ou a demanda de órgãos públicos? E para que fins?

Destaca-se a importância de parcerias institucionais para o desenvolvimento territorial/local, é por meio das inter-relações, de como os diferentes atores sociais, sejam privados, públicos ou associativos se relacionam no âmbito local, e como

utilizam os recursos materiais disponíveis com base nas interações, que se avança, principalmente no debate sobre crescimento econômico x desenvolvimento.

Considerando o baixo nível educacional dos alunos ingressantes do IFMA, inclusive sendo elencado como um entrave externo, a atuação da Instituição no município, a capacitação de docentes e administrativos das séries iniciais poderia ao longo dos anos gerar um ativo para o território.

Assim como destaca-se a importância de debates e programas curriculares de estágios sistematizado e articulados com o processo produtivo, a fim de iniciar a inserção profissional de alunos no mercado, elevando assim a sua qualificação e preparação para o trabalho, e evitar a oferta de mão de obra barata ao setor produtivo.

Na complexidade do contexto social a qual os Institutos Federais estão inseridos, o fortalecimento de sua identidade e características e o atendimento de sua finalidade dependem do entendimento e do nível da sua imersão social, e seus vínculos com os arranjos produtivos locais e culturais. Quanto maior for o grau de interação e articulação dos Institutos Federais com o contexto da realidade concreta do território, maior será a possibilidade de identificação dos problemas sociais e do cumprimento de suas finalidades.

Em sua grande maioria, os servidores reconhecem o não atendimento da demanda do setor agrícola do município, apesar da justificativa da estrutura institucional (eixos tecnológicos), a rigidez de oferta ser apontada como um dos grandes problemas dos Institutos Federais. Destaca-se ainda, o discurso contraditório entre o documento institucional de exclusão de cursos ofertados na área agrícola e o a opinião pessoal dos servidores, estes reconhecem a importância de cursos agropecuários no município e afirmam que a instituição não atende à demanda do mercado produtivo e um documento institucional que detecta a base da economia do município advinda do setor de serviços.

O Produto Interno Bruto do município de Barra do Corda em 2016, último ano publicado pelo IBGE, é de 601.599 milhões, destes 38,5% corresponde ao PIB do Município de Barra do Corda, é advinda do setor de serviços da administração pública, a defesa, a educação, a saúde e a seguridade social, o que sinaliza que a economia do município é mantida basicamente com recursos da administração pública e da seguridade social.

Assim levanta-se o seguinte questionamento: o município é composto de atividades econômicas mais voltadas para os setores primários e de subsistência e com baixa atividade industrial, mercados poucos organizados (em alguns casos voltados até mesmo para a subsistência), precária capacidade empreendedora, empresários com baixa inclinação às atitudes inovadoras, ou seja, diante desta realidade, levanta-se os seguintes questionamentos como o estímulo ao setor de serviços tendo a administração pública e seguridade social capacidade limitada, no que tange à geração de emprego melhorará a economia do município?

O baixa autonomia financeira e a alta dependência a variáveis externas à União, faz com que a economia do município fique limitada aos recursos da Administração pública, ficando está ainda limitada a aumentar investimentos públicos na economia, pois há baixa arrecadação de impostos.

A instituição promove em sua grande maioria cursos voltados para o eixo de desenvolvimento social e educacional. Reconhece-se, porém, que as ações e cursos do eixo desenvolvimento social e educacional são considerados de baixo custo de investimento. Sendo a solução encontrada pela instituição para atender uma parte da demanda local (administração pública).

Torna-se necessário gerar novos estudos que sirvam de bases para a reflexão sobre a balança comercial do município, como demonstrado, o setor de serviços apesar de compor a maior porcentagem do PIB Municipal, tem a administração pública assim como a seguridade social, a base da economia do Município. Dessa forma, estaria a Instituição promovendo a inclusão produtiva? Ao gerar ações que capacitem os servidores já contratados? Ou estaria contribuindo para a perduração da dependência econômica do município tendo a administração pública como principal responsável pela balança comercial do município?

Destaca-se a importância de novos mecanismos institucionais de avaliação de cursos e ações, com ênfase para a pesquisas de egressos, para que a avaliação institucional não seja baseada somente no quantitativo de inscrição e taxa de evasão. Conforme descrito, o município apresenta baixas taxas de escolarização, na inexistência ou baixa oferta, somada à expectativa de melhoria de qualificação para adentrar ao mercado de trabalho, os cursos serão bem recebidos pela comunidade.

Cabe o questionamento? Estariam esses alunos adentrando no mercado de trabalho no município, contribuindo para a alteração da economia, ou a instituição

estaria contribuindo para a formação de exército de reserva qualificado no município? Neste momento, torna-se importante a pesquisa e estudos de egressos, a fim de adequar a oferta à demanda, e evitar assim a quantificação de matrículas em vez de qualificação.

Como já analisado, a aproximação ou não com os atores sociais e com o mercado produtivo, afetar diretamente a eficiência das ações de ensino, pesquisa e extensão, uma vez que não haverá a promoção da identificação dos problemas sociais e das contradições sociais, necessárias para o cumprimento da missão social da instituição.

Acerca da oferta de cursos de formação profissional, destaca-se o inciso I do artigo 6º, da lei de criação dos Institutos Federais “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”.

Os atores sociais da instituição, não reconhecem a articulação da oferta de ensino com o processo produtivo do município. Importante destacar, que a economia do município assim como a economia do Estado, é composta de aglomerações de micro e pequenos empreendimentos, que abastecem mercados poucos organizados (em alguns casos voltados até mesmo para a subsistência), precária capacidade empreendedora, empresários com baixa inclinação às atitudes inovadoras, além de um meio institucional bastante frágil e ausente.

Parte dessa justificativa, se dá na ênfase dos Institutos Federais na identificação e promoção dos arranjos produtivos locais, advinda da mudança da concepção de desenvolvimento, com foco no reconhecimento da composição da economia local, formada por micro e pequenos produtores atuantes, em sua maioria, em economia de subsistência, que compunham a base da economia maranhense (setor agropecuário), conforme dados apresentados.

Destaca-se em Teixeira e Ferrano (2009), que o apoio e suporte às aglomerações produtivas constituídas geralmente por micro e pequenos produtores institui uma das formas de combate às desigualdades de renda, seja do ponto de vista regional ou do ponto de vista social.

Concorda-se com Otranto (2010), ao apontar algumas preocupações acerca das várias e diferentes atribuições designadas aos IFs. A partir da lei que os criou não foi acompanhado de um debate sobre a proposta desta grande política pública,

entre elas: a oferta de ensino verticalizado (educação básica, educação profissional, educação de jovens e adultos, graduação e a pós-graduação) que acabam por atender uma demanda grande e diversificada com necessidade de diversas práticas pedagógicas para atendimento das necessidades discentes.

Ao reconhecer o território como espaço socialmente construído, os Institutos Federais irão promover o desenvolvimento territorial/local para além da perspectiva do sistema de produção. Isso, se priorizar ações de promoção do desenvolvimento humano vinculadas à capacitação profissional, de modo que garanta ao indivíduo meios para transformá-los em sujeito social e histórico.

A atuação da instituição vinculada diretamente aos Arranjos Produtivos Locais, visa a promoção do processo produtivo por meio da identificação e estímulo aos ativos específicos do território, que possam ser a base para o desenvolvimento econômico do município.

Em suma, a expansão acelerada dos Institutos Federais, amplia a inexistência de debates necessários à construção dessa nova proposta de Institutos Federais. Ocorre a ausência de discussões e de aprofundamento teórico-metodológico necessários à compreensão das concepções norteadoras dos institutos Federais, tanto da própria instituição como da comunidade, para assim, concretizar sua missão institucional de promotor de desenvolvimento local (BRASIL, 2008) por meio da oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis.

Nesse sentido, a pesquisa limita-se em analisar o diagnóstico e levantamento dos arranjos produtivos locais do município de Barra do Corda, assim como o de analisar a efetividade da oferta de ensino e ações de pesquisa e extensão para as demandas da sociedade e do setor produtivo. Necessitando assim, de outros estudos que analisem o ingresso dos alunos no mercado de trabalho.

Contudo, não se pode negar a atuação do instituto no processo de desenvolvimento humano, a instituição por meio de suas pesquisas e ações, promovem ações que visam construção de sujeitos sociais (formação cidadã).

Para avançar no processo de promoção ao desenvolvimento territorial/local, cabe a instituição promover debates e estudos de identificação do território. Feitos com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal, que sirvam de pilar para ações de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, que elaborados a partir de um processo



educativo e investigativo de geração e adaptação, promoção e transferência de tecnologias sociais de soluções técnicas e tecnológicas para as demandas sociais.

A superação da dualidade da educação profissional, deve ser concebida muito além da capacitação profissional, e sim, como uma educação libertadora, concebida como uma prática social, humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais no território (espaço socialmente construído) e não de modelos de capacitação tecnológica.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: Antonio César Ortega; Niemeyer Almeida Filho. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007, v., p. 19-38.
- ABREU, E.M.C. **A assistência ao estudante no contexto da expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão**: avaliação do processo de implementação - São Luís, 2012. 194f.
- ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Ed.). **Globalização e inovação localizada**: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: IBICT/MCT, 1999. p. 181-198.
- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: SEBRAE, 2004, p. 23-69.
- ALMADA, J. **Planejamento e desenvolvimento do Maranhão**: contexto histórico, obstáculos e estratégias de superação. – São Luís: Engenho, 2017. p.164.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho - [2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl.]. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- ARRETCHE, M.T.S. A descentralização como condição de governabilidade: solução ou miragem? **Revista Espaço & Debate**, São Paulo, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70.
- BERNARTT, M.L. Desenvolvimento e Educação no Brasil: Recomendações da Cepal e de Organismos Internacionais. **QUAESTIO**, Sorocaba, SP, v. 13, n. 2, p. 297-327, nov. 2011
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal – uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000b. v. 1.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Censo 2016**.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei n. 10.973**, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 dez 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 5.154** de 23 de julho de 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 11.892**. Brasília, dezembro, 2008a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SEPT). Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica. **Pesquisa para Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local**. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Educação profissional: concepções, experiências, problemas e propostas:** anais. Brasília, 2003. p. 81. Mimeografado.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília**, 2008b. Mimeografado.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Proposta em discussão:** políticas públicas para a educação profissional e tecnológica. Brasília, abr. 2004a. p. 70.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Subsídios para a discussão de proposta de anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, 2004b. p. 10. Mimeografado.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. **Instituto Federal – Concepções e Diretrizes**, Brasília, jun. 2008b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. **Instituto Federal – Concepções e Diretrizes**, Brasília, jun. 2008b.

BRASIL. Ministério de Educação. **Decreto 2.208.** Brasília, abril, 1997

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação Profissional Brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024.** 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H.M.M. **Novas Políticas na Era do Conhecimento:** o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. Revista Parcerias Estratégias. Rio de Janeiro, n. 17, fevereiro, 2003b.

CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H.M.M. O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas. In:LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J. E; MACIEL, M.L. **Pequena Empresa:** cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003a.

CASSIOLATO, J.R.; LASTRES, H.M.M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.** (in) LASTRES, H.M.M., CASSIOLATO, J.R.; MACIEL, M.L. Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CAZELLA, A. A. **As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial:** uma análise a partir da experiência francesa. Redes (Santa Cruz do Sul. Impresso), v. 13, p. 5-27, 2008.

CAZELLA, A. A.; CARRIÈRE, J. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia** (UFSC), v. 4, p. 23-47, 2006.

CAZELLA, A. A.; MALUF, R. S. J.; BONNAL, P.. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: CAZELLA, A. A.; MALUF, R. S.; BONNAL, P. (Org.). **Agricultura familiar:** multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2009, v. 1, p. 25-45.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3540>. Acesso em: 24 de set. 2017.

- CERQUEIRA, Y. D. F. **Institutos Federais e Desenvolvimento Local: O IFSULDEMINAS - Campus Machado - como expressão dos limites e possibilidades da Educação Profissional e Tecnológica na sociedade brasileira contemporânea.** 2017. 252 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2017.
- CHAROUX, O. M. G. **Metodologia:** processo de produção, registro e relato do conhecimento. 3ª Ed. São Paulo: DVS Editora, 2006.
- CIAVATTA, M. **Ensino Médio Integrado – Concepções e Contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.
- CIAVATTA, M. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho necessário.** vol 3, n.3, 2005
- CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 18 abr. 2014.
- CIAVATTA, M; RAMOS, M. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.
- CONIF (Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica). **Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/ Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013. 88 p.
- COSTA, E. M. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional.** Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.
- CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento no Brasil.** Rio de Janeiro, F. Alves, 1980. 291p.
- CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** 2.ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005a.
- CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005b. 270 p.
- DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Governança Territorial e Desenvolvimento:** descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- DALLABRIDA, V. R. Do debate teórico sobre desenvolvimento territorial aos desafios de sua prática: a Indicação Geográfica como referência. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Desenvolvimento Territorial:** políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a Indicação Geográfica como referência. 1ed.São Paulo: , 2014, v. 1, p. 17-32.
- DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento e governança territorial:** um ensaio preliminar sobre a necessidade da regulação no processo de gestão do desenvolvimento. REDES, Santa Cruz do Sul (RS), v. 15, n. 3, set-dez., 2010c, p. 165–186.
- DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento regional:** por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010a.

DALLABRIDA, V. R. Dinâmica Territorial do Desenvolvimento. In: SIEDENBERG, D. R. **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 78-79, 2006.

DALLABRIDA, V.R. SIEDENBERG, D.R. FERNÁNDEZ, V.R. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí ano 2, n. 4, jul./dez., 2004.

DE PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-23, jul.- nov. 2013

**DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS** (Conferência de Jomtien - 1990). Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia, 5 a 9 mar. 1990.

DIAS, A. B.; MEDEIROS, C; MELO, L. C. P. de; TÁVORA, L E. D. ; KELNER, S. **Impulsionando a inovação**: a consolidação da rede que conhece nosso chão, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Recife: Fundação João Nabuco, 2016.

DINIZ, C. C. **Global-local**: interdependência e desigualdade ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

DRAGO, C. MOURA, D. H. A Criação do Instituto Federal do Amapá no contexto da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: Reconstituindo Trajetórias. **Anais...** Colóquio Nacional, IV, Colóquio Internacional A Produção do Conhecimento em Educação Profissional, I, Natal, 2017

ETZKOWITZ, H. ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estud. av.**[online]. 2017, vol.31, n.90, pp.23-48. ISSN 0103-4014.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. 5 vols. Rio de Janeiro: Senai. DN. 1986.

FONTANELLA, B.J. et al.. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2011, v.27, n.2, pp.388-394.

FORMICT. **Formulário de Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil: Relatório Formict 2014. Brasília: MCTI, 2010-2015.

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. (Extensão Universitária, V.1).

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília, 2ª edição: Liber Livro Editora, 2005. 79p.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização educação básica. In: MOLL, J. (Org.). **Educação Profissional e**

**Tecnológica no Brasil contemporâneo** - desafios, tensões e possibilidades. São Paulo: Artmed, 2010. p. 25-4.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 6ª ed, 2010b.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA M.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A Gênese do Decreto nº. 5154/2004: no contexto controverso da democracia restrita. **Trabalho necessário**. vol 3, n.3, 2005.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Editora Cortez, 2010a. 9ª ed.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Oct. 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, Ma. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003.

FUCK, M. P.; VILHA, A. P. M. Inovação tecnológica: da definição a ação. **Contemporâneos. Revista de Artes e Humanidades**, Santo André, v. 9, n. 11, 2012.

FUINI, L.L. As novas dimensões do rural: território e Arranjos Produtivos Locais. **Revista Geógrafos**, nº 09, p. 103-122, Jul/Dez., 2011.

FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA. **Estudo de impacto ambiental: relatório de impacto ambiental da Refinaria Premium I**. São Luís, 2009. 305 p. v.3.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê? Brasil: Instituto Paulo Freire**, 2017. Disponível em:  
<[http://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](http://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf)>. Acesso em: 9 fev. 2018.

GEPLAN. **Plano de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável do Maranhão**: São Luís: GEPLAN, 2003a.

GEPLAN. **Programa de Promoção e Desenvolvimento de Arranjos e Sistemas Produtivos Locais** – PAPL. São Luís: Sebrae-MA, 2003b.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa - tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, M. A. O; MACIEL. A. C; FRANÇA R. F. C. FERAZZO G. O. Trabalho como Princípio Educativo: Atualidade da Educação Politécnica. **Revista Exitus**. Vol. 4. Número 1, Jan/Jun., 2014.

GOMEZ, C. M. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2012.

GOODE, W. HATT, P. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Nacional, 1973.

IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios**: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3540>. Acesso em: 24 de set. 2017.

IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro, 1996.

IBGE. **Pesquisa industrial [de] inovação tecnológica**. 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 114 p.

IBGE: **Contas Regionais do Brasil 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE: **Síntese de Indicadores Sociais 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – BARRA DO CORDA. **Relatório de Gestão**: 2014. Barra do Corda, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – BARRA DO CORDA. **Relatório de Gestão**: 2015. Barra do Corda, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – BARRA DO CORDA. **Relatório de Gestão**: 2016. Barra do Corda, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – BARRA DO CORDA. **Relatório de Gestão**: 2017. Barra do Corda, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – BARRA DO CORDA. **Relatório de Gestão**: 2018. Barra do Corda, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. **Plano de desenvolvimento Institucional**: 2014-2018. São Luís, 2014.

IOSCHPE, G. **A ignorância custa um mundo**: o valor da educação no desenvolvimento do Brasil. São Paulo: Francis, 2016.

KUENZER, A. Z. O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 70, p. 15-39. Abril/00.

KUENZER, A.Z.; CALAZANS, M. J.; GARCIA, W. **Planejamento e educação no Brasil**. 6ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KUENZER, A.Z. **Ensino de 2º Grau**: O Trabalho Como Princípio Educativo. 4ed. São Paulo: Cortez. 2001a.

KUENZER, A.Z. **Ensino Médio**: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 4ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KUENZER, A.Z. **Ensino Médio e Profissional**: as políticas do Estado neoliberal. 3ed. São Paulo: Cortez. 2001b.

KUENZER, A.Z. O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. Campinas: **Educação e Sociedade** v. 21 nº. 70, 2000.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; Políticas para arranjos produtivos locais no Brasil. In OLIVEIRA, F.B. (ed) **Política de Gestão Pública Integrada**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.

LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

LUDKE, Menga. O docente, seu saber e sua pesquisa. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 22, n. 74, p. 77-96, 2001.

MACULAN, A. M. Capacitação tecnológica e inovação nas empresas brasileiras: balanço e perspectivas. **Cad. EBAPE.BR** vol.3 no.spe Rio de Janeiro, 2005.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. E-book.

MARTINELLI, D. P. JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri: Manole, 2004.

MDIC. **Manual de apoio aos arranjos produtivos locais**. Brasília: GTP-APL, 2007.

MDIC. Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais, **Relatório Executivo**, Grupo de Trabalho Permanente para Apoio de Arranjos Produtivos Locais, dezembro 2014. Disponível em: <http://portalapl.ibict.br/> Acesso: 20 de março de 2018.

MENDONÇA, Erasto F. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas-SP: Edunicamp; R. Vieira, 2000.

MENDONÇA, M. L. C. A.; HOLANDA, M. M. A Administração Pública Municipal como Fomentadora do Desenvolvimento Social e Econômico. **Sequência** (Florianópolis) [online]. 2016, n.74

MESQUITA, B. A. Notas provisórias sobre a estratégia de desenvolvimento e os grandes projetos da Amazônia. **R. Pol. Públ.** São Luís, Número Especial, p. 439-445, julho de 2014.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOREYRA, I.M.E.; RUIZ, A.I. Apresentação. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Proposta em discussão: políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. Brasília, abr. 2004c. p. 5-6. Mimeografado.

MOURA, E. SANTOS, A. **Análise do Balanço de Pagamentos do Estado e a importância dos Apls no fluxo de Comércio – MA**. Projeto de Pesquisa (BNDES/FUNPEC) – Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste. São Luís-MA, setembro 2009a. (Nota Técnica 4/MA).

MOURA, E. SANTOS, A. **Caracterização, análise e sugestões para adensamento das Políticas de apoio a apls implementadas no estado – MA**. PROJETO DE PESQUISA (BNDES/FUNPEC) – Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste. São Luís-MA, setembro 2009b. (NOTA TÉCNICA 5/MA).

NASCIMENTO, J.E. **A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional no contexto da lógica de desenvolvimento da Região Noroeste do Maranhão: uma análise a partir do Campus Santa Inês**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. Universidade Estadual do Maranhão. 2013. p. 153.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011 (64p.)



- NEVES, R. S.; ROCCO, L. **Avaliação da Interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão**. 2016. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/documents/160445/960917/AVALIACAO\\_DA\\_INTERIORIZACAO\\_DO\\_INSTITUTO\\_FEDERAL\\_DE\\_EDUCACAO\\_CIENTIA\\_E\\_TECNOLOGIA\\_DO\\_MARANHAO.pdf/8332f98a-31a3-45b8-a3d3-1c2dc4b36e92](https://www.bnb.gov.br/documents/160445/960917/AVALIACAO_DA_INTERIORIZACAO_DO_INSTITUTO_FEDERAL_DE_EDUCACAO_CIENTIA_E_TECNOLOGIA_DO_MARANHAO.pdf/8332f98a-31a3-45b8-a3d3-1c2dc4b36e92)
- NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- OLIVEIRA, L.L. de O. A interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 81-96, 2016.
- OLIVEIRA, M.A. M. **Políticas Públicas para o ensino profissional: O processo de desmantelamento do Cefets**. Campinas: Papyrus, 2003.
- ORGANIZAÇÃO para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual Oslo: Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3. ed. Paris: OCDE, 2005.
- OTRANTO, C. R. Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **Revista Retta**, Seropédica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 01, p. 89-108, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.celia.naweb.net/pasta1/trabalho19.htm>. Acesso em: 15/08/2018.
- PACHECO, E. **Bases para uma Política Nacional de EPT**. SETEC/MEC. Natal: IFRN, 2008. 14 p.
- PACHECO, E. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010. 28 p.
- PACHECO, E. **Os Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.
- PACHECO, E.; REZENDE, C. Institutos Federais: um futuro por amar. In: SILVA, C.J.R.(Orgs.) **INSTITUTOS FEDERAIS: Lei nº 11.892, de 20/11/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009. 70 p. Mimeografado.
- PAMPLONA, R. M. **As relações entre o Estado e a escola: um estudo sobre o desenvolvimento da educação profissional de nível médio no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. UFRJ (RURAL). Seropédica, RJ. – 2008. 143 f.
- PEREIRA, L. A. C. **A Rede Federal de Educação Tecnológica e o Desenvolvimento local**. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003.
- PEREIRA, L. **Desenvolvimento, trabalho e Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- PERROUX, F. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Ed. Calouste Gulbenkian, 1981.
- PIRES, V. **Economia da Educação: para além do capital humano**. São Paulo: Cortez, 2005.
- RAMOS, M. N. A educação profissional pela Pedagogia das Competências: para além da superfície dos documentos oficiais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 405-427, 2002.

RAMOS, M.N. **A pedagogia das competências: Autonomia ou adaptação.** São Paulo: Cortez, 2001.

RAPCHAN, F. ; MARUYAMA, U. G. R.. **A contribuição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para a inovação: uma análise do FORMICT 2015.** **Anais...:** Congresso Nacional de Excelência em Gestão, XII, INOVARSE, III, 2016.

RAUSCH, R. B., SOARES, M. (2010). Controle social na administração pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção. **Revista De Educação E Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)**, v.4, n. 3, 23-43.

ROCHA, L.F.S. **Estudo sobre os efeitos do processo de expansão do IFMA no trabalho e saúde de seus docentes.** Dissertação. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Maranhão, 2014. 149f.

ROLIM, C. **Índice de inserção regional das instituições de ensino superior.** In: **Actas...**, Congresso Lusófono de Ciência Regional, 2. Congresso de Ciência Regional de Cabo Verde, 1. Congresso da APDR - Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, 15. Congresso de Gestão e Conservação da Natureza, 3. 2009. Cidade da Praia, Ilha Santiago, Cabo Verde, 6 - 11 de Julho de 2009. Disponível em: <<http://www.apdr.pt/congresso/2009/actas/8.html>>. Acesso em: 10 Mar. 2018.

ROLIM, C. SERRA, M. Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/29>. Acesso em: 12/08/2018.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** 29ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

RUIZ, N. S. E. S. **Aceleração de Estudos: uma análise do programa implementado em Manaus.** 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SANTOS JUNIOR, A. L. **A extensão universitária e os entre-laços dos saberes.** 2013. 248 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2013.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia,** Zahar Editores S.A., Rio de Janeiro, 1984.

SEGUNDO, M.S. MARTINS, A.R. Os ataques aos Institutos Federais: a restauração neoliberal radical no governo Temer. **Revista Universo e Sociedade**, São Paulo, SP, v.61, p.140-155, 2018.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERQUEIRA, C. **Maranhão: porto seguro para o desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.tendenciasmercado.com.br/supermaterias/maranhao-porto-seguro-para-o-desenvolvimento>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. 2010. Disponível em: [http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos\\_de\\_extensao\\_universitaria.pdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf). Acesso em: 19 jul. 2019.

SHULTZ, T. **O capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SILVA, C. R. C. As Inter-relações entre Educação Profissional e Desenvolvimento, 2013. **Anais...** Semana de Economia: Identidade, estrutura curricular e empregabilidade da formação em Ciências Econômicas, 10, 2013, Montes Claros - MG. Disponível em: [http://www.ccsa.unimontes.br/semanadoeconomista/images/arquivos/anais/GT2/as\\_inter\\_relacoes\\_entre\\_educacao\\_profissional\\_desenvolvimento.pdf](http://www.ccsa.unimontes.br/semanadoeconomista/images/arquivos/anais/GT2/as_inter_relacoes_entre_educacao_profissional_desenvolvimento.pdf). Acesso em: 21 set. 2018.

SILVA, E. P. da. **Limites e possibilidades de contribuição aos processos de integração regional, desenvolvimento local e combate às desigualdades pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia** / Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/RS, 2016. 325p.

SIRQUEIRA, F. J. S; FERRAZ, M. I. F. **A universidade como fator de desenvolvimento regional**. Disponível: [http://www.uesb.br/eventos/semana\\_economia/2015/arquivos/13.pdf](http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2015/arquivos/13.pdf). Acesso em: 25 Abr.2018.

SOUSA, A. L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea Editora, 2010.

SOUZA, R.R (Coord.). **Pesquisa, pós-graduação e inovação na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Goiânia: IFG, 2017.

SUZIGAN, W. (Coord.). **Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Relatório Consolidado.

SUZIGAN, W; ALBUQUERQUE, E. M.. A interação entre universidades e empresas em perspectiva história no Brasil. In: SUZIGAN, W; ALBUQUERQUE, E. M.; CARIO, S. A. F. (Org.). **Em busca da inovação: interações universidade-empresa no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, Cap. 2, p. 17-44, 2011.

TAVARES, M. G.. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil**. **Anais...** ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, IX, 2012.

TEIXEIRA, F.; FERRARO, C. **Aglomeraciones productivas locales en Brasil, formación de recursos humanos y resultados de la experiencia CEPAL-SEBRAE**. Serie Desarrollo Productivo. Unidad de Desarrollo Industrial y Tecnológico. Nações Unidas / CEPAL. Santiago de Chile, marzo 2009. 1-47 p.

TELES, M.A.P. **A implementação da política de assistência estudantil na Universidade Federal do Amazonas no período de 2007 a 2012.** 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, M.B. A análise crítica do Pronatec a partir da experiência do curso técnico em informática no Campus Pinheiral/IFRJ. **Anais...** Colóquio Nacional, IV e Colóquio Internacional, I: A produção do Conhecimento em Educação Profissional. Natal, RN, 24 a 27 de julho de 2017, Campus Natal Central, IFRN.

VILHA, A. P. M. **Gestão de Inovação nas Empresas.** São Paulo: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - Prefeitura de Diadema - SINDIPLAST - SINDIBOR, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi - 2.ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA CIDADE DE BARRA DO CORDA-MA” realizada pela pesquisadora Ana Karina França Ferreira Carvalho, mestranda do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, da Universidade de Taubaté. Nesta pesquisa pretendemos analisar como o Instituto Federal do Maranhão implantado no município de Barra do Corda, conforme sua definição legal está efetivamente contribuindo para o desenvolvimento local das comunidades a qual está inserido.

Para alcançar os objetivos do estudo será realizada uma entrevista individual, gravada em áudio, com duração aproximada de 30 minutos, na qual você irá responder perguntas pré-estabelecidas. Os dados de identificação serão confidenciais e os nomes preservados. Durante a realização da entrevista, caso alguma pergunta cause desconforto ou constrangimento a entrevista será interrompida, o participante receberá suporte emocional do pesquisador e, se necessário a entrevista será cancelada, podendo o participante ser desligado do estudo sem nenhum ônus.

Para participar da pesquisa é necessário que o candidato a participante esteja de acordo com este termo e tenha suas dúvidas sanadas sobre todos os aspectos pertinentes a pesquisa que lhe interessem e devam ser explicitados seguindo o rigor da legislação.

Os dados obtidos serão utilizados somente para este estudo, sendo os mesmos armazenados pelo pesquisador principal durante 5 (cinco) anos e após totalmente destruídos (conforme preconiza a Resolução nº466/2012).

Eu, \_\_\_\_\_ recebi as informações sobre os objetivos e a importância desta pesquisa de forma clara e concordo em participar do estudo. Declaro que também fui informado:

Da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento acerca dos assuntos relacionados a esta pesquisa;

De que minha participação é voluntária e terei a liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto traga prejuízo para a minha vida pessoal e nem para o atendimento prestado a mim;

Da garantia que não serei identificado quanto a divulgação dos resultados e que as informações serão utilizadas somente para fins científicos do presente projeto de pesquisa;

Sobre o projeto de pesquisa e a forma como será conduzido. Em caso de dúvida ou novas perguntas poderei entrar em contato com a pesquisadora Ana Karina França Ferreira Carvalho, pelo telefone (99) 99214-6949 (inclusive ligações a cobrar), e-mail: anakarina.ferreira@ifma.edu.br.

Também que, se houverem dúvidas quanto às questões éticas poderei entrar em contato com consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br

O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466/12.

Declaro que recebi cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido (2 laudas), ficando outra via com o pesquisador.

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura da Pesquisadora

Barra do Corda, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA – AMBIENTE INTERNO INSTITUCIONAL**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CAMPUS BARRA DO CORDA – AMBIENTE INTERNO.**

Caro servidor / gestor, sou assistente social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté (UNITAU) – sob a orientação da prof.<sup>a</sup> Dra. Elvira Aparecida Simões de Araujo. Meu objeto de estudos é a atuação do IFMA- Campus Barra do Corda como agente promotor de desenvolvimento local/regional.

Nesse sentido, convido vossa senhoria a colaborar conosco neste trabalho, respondendo com franqueza a essa entrevista. Esclareço que, de acordo com a conduta ética da pesquisa social, será mantido o absoluto sigilo sobre sua identificação, que terá como retorno uma cópia do trabalho final a ser construído com base nas informações recebidas. Antecipadamente agradeço pela sua compreensão e colaboração.

Ana Karina França Ferreira Carvalho – Mestranda.  
anakarina.ferreira@ifma.edu.br

I – INFORMAÇÕES GERAIS (nome, profissão, tempo de atuação)

II – SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

- Houve dificuldades enfrentadas pelo campus durante o processo de implantação? Como foram resolvidas?

- Para você quais as expectativas que a população do município criou com a chegada do Instituto?

III – ATUAÇÃO DO CAMPUS

- No planejamento e execução das atividades a instituição busca conhecer as necessidades e interesses da comunidade?

- No planejamento e execução das atividades a instituição busca conhecer a demanda do mercado de trabalho e do processo produtivo? Quais as demandas identificadas?

- Entraves internos que limitam a atuação do campus na cidade?

- Entraves externos que limitam a atuação do campus na cidade?

- Oportunidades internas que otimizam a atuação do campus na cidade?

- Oportunidades externas que otimizam a atuação do campus na cidade?

- As atividades de pesquisa e inovação tecnológica desenvolvidas pela instituição estão voltadas a gerir conhecimentos e produção de tecnologias voltadas para resolução das demandas sociais reais da comunidade?

- as atividades de extensão estão voltadas a resolução das demandas sociais da comunidade?

IV- DESENVOLVIMENTO LOCAL

- Você sabe o que é desenvolvimento local? Qual sua compreensão?

- Você sabia que a função social dos Institutos Federais é de promover o desenvolvimento local nas cidades a qual estão inseridos?
- Para você quais os limites de atuação do Instituto na promoção do desenvolvimento local?
- Você acredita que o Instituto possa contribuir com o desenvolvimento local da cidade?

VI – Este espaço é reservado para suas sugestões e comentários finais.



**APÊNDICE C – LISTA DE PESQUISAS REALIZADAS PELO IFMA- CAMPUS  
BARRA DO CORDA**

	<b>2013</b>	<b>ÁREA DE CONCENTRAÇÃO</b>
1	LEVANTAMENTO FITOSSOCIOLÓGICO DE PLANTAS DANINHAS NA CULTURA DA BANANA NO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA - MA	BIOLOGIA (CIÊNCIAS DA SAÚDE)
2	EVOLUÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE ÀS MARGENS DOS RIOS CORDA E MEARIM NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA ENTRE OS ANOS 2004 E 2011	GEOGRAFIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
3	A LEI 11.645/08 E A TEMÁTICA INDÍGENA NO CURRÍCULO ESCOLAR DE BARRA DO CORDA-MA	EDUCAÇÃO (CIÊNCIAS HUMANAS)
4	FUNCIONAMENTO DA INTERNET MÓVEL NO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA - MARANHÃO	INFORMÁTICA (INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO)
5	O HIPERMONITORAMENTO LINGUÍSTICO DA MÍDIA TELEVISIVA DA CIDADE DE BARRA DO CORDA REFLETIDA NAS SALAS DE AULA DO IFMA - CAMPUS BARRA DO CORDA	LETRAS (LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES)
6	DESTINAÇÃO FINAL DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA-MA	BIOLOGIA (CIÊNCIAS DA SAÚDE)
7	ANÁLISE DAS ILHAS FLUVIAIS NOS RIOS CORDA E MEARIM NO PERÍMETRO URBANO DE BARRA DO CORDA: GÊNESE, EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL	GEOGRAFIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
8	GESTÃO DEMOCRÁTICA: IMPLICAÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE PARA MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA	ADMINISTRAÇÃO (CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA)
9	EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO INDICATIVO DOS (AS) ALUNOS (AS) QUE APRESENTAM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS TURMAS DO 8º E 9º ANO, DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DA CIDADE DE BARRA DO CORDA - MA	MULTIDISCIPLINAR (OUTROS)
10	DIAGNÓSTICO SOCIAL SOBRE VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NA REGIÃO DE BARRA DO CORDA: ESTUDO DA UTILIZAÇÃO DE DIALETOS PELA POPULAÇÃO LOCAL	LETRAS (LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES)
11	FOTOGRAFANDO A CIDADE DE BARRA DO CORDA COM UMA CÂMARA ESCURA DE ORIFÍCIO	FÍSICA (CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA)
	<b>2014</b>	<b>ÁREA DE CONCENTRAÇÃO</b>
1	IDENTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DE ÁREAS COM RISCO DE DESLIZAMENTO NA VERTENTE LESTE DO BAIRRO ALTAMIRA EM BARRA DO CORDAMA	GEOGRAFIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
2	LITERATURA BARRA-CORDENSE: FUNDAMENTANDO A IDENTIDADE INDÍGENA NA OBRA LITERÁRIA DE OLÍMPIO CRUZ	EDUCAÇÃO (CIÊNCIAS HUMANAS)
3	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO CAMPUS BARRA DO CORDA	QUÍMICA (CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA)
	<b>2015</b>	<b>ÁREA DE CONCENTRAÇÃO</b>
1	ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DE BARRA DO CORDA À LUZ DA LITERATURA NA TERRA DE MARANHÃO SOBRINHO	HISTÓRIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
2	ANÁLISE DE HIPERTEXTOS DO GÊNERO BLOG	LETRAS (LINGUÍSTICA,

	PRODUZIDOS NA CIDADE DE BARRA DO CORDA MA SOB A ÓTICA DA PRAGMÁTICA DA LINGUAGEM	LETRAS E ARTES)
3	O TEATRO COMO TERRITÓRIO DE REFLEXÃO E SOCIALIZAÇÃO: PROCESSOS DE ENCENAÇÃO E CRIAÇÃO COLABORATIVA	ARTES (LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES)
4	AVALIAÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL E DAS MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS DE ADOLESCENTES EM INSTITUTO FEDERAL DO CAMPUS DE BARRA DO CORDA – MA	ENFERMAGEM (CIÊNCIAS DA SAÚDE)
5	DST/AIDS E UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS DE BARREIRA: CONHECIMENTOS E SABERES DOS ADOLESCENTES DA REDE FEDERAL DE ENSINO	ENFERMAGEM (CIÊNCIAS DA SAÚDE)
6	FINANÇAS PESSOAIS: UMA ANÁLISE COM OS DISCENTES ADOLESCENTES DO IFMA/CAMPUS BARRA DO CORDA/MA	ADMINISTRAÇÃO (CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA PIBIC MÉDIO;
7	O PERFIL EMPREENDEDOR E O DESEMPENHO DAS MICROEMPRESAS DE BARRA DO CORDA - MA	ADMINISTRAÇÃO (CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA PIBIC MÉDIO;
8	A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA: ASPECTOS QUANTITATIVOS	EDUCAÇÃO (CIÊNCIAS HUMANAS)
9	O “MASSACRE DE ALTO ALEGRE”: UMA NARRAÇÃO ATRAVÉS DOS QUADRINHOS	HISTÓRIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
10	NARRATIVAS KANELA E TENETEHARA-GUAJAJARA SOBRE O “MASSACRE DE ALTO ALEGRE”.	HISTÓRIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
11	HISTÓRIAS EM QUADRINHOS ENQUANTO RECURSO PEDAGÓGICO NAS AULAS DE FILOSOFIA	LETRAS (LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES)
12	IDENTIFICAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA EXTRAÇÃO DE ARENITO NO POVOADO CATETÉ DE BAIXO ZONA RURAL DE BARRA DO CORDA-MA	GEOGRAFIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
13	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	GEOGRAFIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
	<b>2016</b>	<b>ÁREA DE CONCENTRAÇÃO</b>
1	ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DOS FATORES AMBIENTAIS NAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO DA VILA NENZIM, BARRA DO CORDA, MA.	GEOGRAFIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
2	A RELAÇÃO DOCENTE-ALUNO E SEUS REFLEXOS NAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM.	MULTIDISCIPLINAR (OUTROS)
3	MÍDIAS SOCIAIS COMO FERRAMENTAS DE INFORMAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR.	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
4	ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NO RIO CORDA NO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA – MA	GEOGRAFIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
5	PANORAMA ATUAL DA LITERATURA BARRA-CORDENSE	EDUCAÇÃO (CIÊNCIAS HUMANAS)
6	PROCESSOS COLABORATIVOS DE ENCENAÇÃO TEATRAL: NOVOS TERRITÓRIOS DE INVESTIGAÇÃO E CRIAÇÃO ARTÍSTICO-PEDAGÓGICA NO IFMA.	ARTES (LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES)
7	ANÁLISE E DETERMINAÇÃO DE MATERIAL ESTRANHO ENCONTRADO EM SACHÊ DE ERVA-DOCE COMERCIALIZADOS NO MERCADO PÚBLICO CENTRAL DA CIDADE DE BARRA DO CORDA - MA	BIOLOGIA (CIÊNCIAS DA SAÚDE)
8	O PNAE E SEUS IMPACTOS NA MUTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR EM BARRA DO CORDA	CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DA TERRA
9	A PRODUÇÃO DA IDENTIDADE AFROINDÍGENA NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA MARANHENSE.	HISTÓRIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
	<b>2017</b>	<b>ÁREA DE CONCENTRAÇÃO</b>
1	ELABORAÇÃO DE MAPAS DAS NASCENTES NO MUNICÍPIO	GEOGRAFIA (CIÊNCIAS

	DE BARRA DO CORDA – MA – PIBIT MÉDIO	HUMANAS) PIBITI
2	ANÁLISE INTEGRATIVA DA QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR PÚBLICO DE INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO – CAMPUS BARRA DO CORDA	ENFERMAGEM (CIÊNCIAS DA SAÚDE) PIBIC
3	AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AO CALOR, PARA FINS DE CONFORTO TÉRMICO, DE DOCENTES NO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA-MA – PIBIC MÉDIO;	SAÚDE COLETIVA (CIÊNCIAS DA SAÚDE) PIBIC MÉDIO;
4	CONTRIBUIÇÕES DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS (OBMEP) PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA DOS ALUNOS PREMIADOS (MEDALHISTAS) E MENÇÕES HONROSAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BARRA DO CORDA. – PIBIC MÉDIO;	MATEMÁTICA (CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA) PIBIC MÉDIO;
5	ASSOCIAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES DA ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E O ENDIVIDAMENTO: UM ESTUDO COM CONSUMIDORES DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA (MA)	ADMINISTRAÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA PIBIC MÉDIO;
6	PERFIL DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA REGIÃO CENTRAL DO MARANHÃO – PIBIC MÉDIO;	EDUCAÇÃO (CIÊNCIAS HUMANAS)
7	ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA: ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DE VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA (MA) – PIBIC MÉDIO;	ADMINISTRAÇÃO (CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA PIBIC MÉDIO;
8	PERFIL CLÍNICO EPIDEMIOLÓGICO DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA FEDERAL COM DIAGNOSTICO DE DENGUE.	ENFERMAGEM (CIÊNCIAS DA SAÚDE)
	<b>2018</b>	<b>ÁREA DE CONCENTRAÇÃO</b>
1	LEVANTAMENTO SOBRE ESTADO DA DOCUMENTAÇÃO DA FUNAI BARRA DO CORDA/CTL TENETE HARAGUAJAJARA (1970- 2010)	HISTÓRIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
2	COMPORTAMENTO MECÂNICO MICROESTRUTURAL DO AÇO CP/190-RB USADA EM CORDOALHAS NO CONCRETO PROTENDIDO	ENGENHARIA DE MATERIAIS E METALÚRGICA (ENGENHARIAS)
3	FEIRA LIVRE DE BARRA DO CORDA: ENCONTROS E DESENCONTROS DOS CIRCUITOS SUPERIORES E INFERIORES DA ECONOMIA URBANA – PIBIC SUPERIOR;	GEOGRAFIA (CIÊNCIAS HUMANAS) SUPERIOR
4	DIAGNÓSTICO DE GESTÃO DAS ESCOLAS INDÍGENAS DE BARRA DO CORDA-MA – PIBIC SUPERIOR;	EDUCAÇÃO (CIÊNCIAS HUMANAS)
5	PORTO DAS ALMAS: UM RESGATE DAS HISTÓRIAS LENDÁRIAS DE BARRA DO CORDA – PIBIC SUPERIOR;	FILOSOFIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
6	INTERCULTURALIDADE EM ADMINISTRAÇÃO: EXPLORANDO O LEGADO DOS SABERES INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES EM BARRA DO CORDA – PIBIC SUPERIOR;	ADMINISTRAÇÃO (CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS)
7	ASPECTOS BUROCRÁTICOS NA ADMINISTRAÇÃO DE UMA IGREJA PENTECOSTAL EM BARRA DO CORDA (MA)	CIÊNCIAS SOCIAIS (OUTROS)
8	PERFIL SOCIOEDUCACIONAL E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES INGRESSOS NO ENSINO MÉDIO/TÉCNICO DO IFMA-BARRA DO CORDA – PIBIC SUPERIOR;	MULTIDISCIPLINAR (OUTROS)
9	MINERAÇÃO DE TEXTO APLICADO AO COMÉRCIO ELETRÔNICO ATRAVÉS DA RECOMENDAÇÃO SOCIAL	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA)
10	USANDO AS FERRAMENTAS DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA PARA DEMONSTRAR QUAIS FATORES CONTRIBUEM COM MAIS FREQUÊNCIA PARA A IMPORTÂNCIA E APLICAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT) EM EMPRESAS, LOJAS OU SIMILARES EM BARRA DO CORDA-MA.	ADMINISTRAÇÃO (CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS)

11	MOVIMENTO DE DESENVOLVIMENTO EMPREENDEDOR NO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA	ADMINISTRAÇÃO (CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS)
12	A IGREJA MONUMENTO: MEMÓRIA, SIMBOLOGIA E REPRESENTAÇÕES	HISTÓRIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
13	O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA MORFOLOGIA URBANA DE BARRA DO CORDA	GEOGRAFIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
14	ESTUDANTES INDÍGENAS EM CONTEXTOS ESCOLARES URBANOS: DIAGNÓSTICO E DESAFIOS INTERCULTURAIS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE BARRA DO CORDA-MA.	EDUCAÇÃO (CIÊNCIAS HUMANAS)
15	REGIÃO, REGIONALISMO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES: A INVENÇÃO DO SERTÃO CENTRO SUL MARANHENSE.	GEOGRAFIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
16	HISTÓRIAS DE HOJE E HISTÓRIAS DE ANTIGAMENTE: UM ENCONTRO COM A LITERATURA ORAL INDÍGENA.	ARTES (LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES)
17	UM APLICATIVO DE RECOMENDAÇÃO PARA O TURISMO INTELIGENTE EM BARRA DO CORDA.	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA)
18	"DIÁLOGO" ENTRE ÍNDIOS E NÃO ÍNDIOS NO SÉCULO XIX: A OCUPAÇÃO DA REGIÃO DE BARRA DO CORDA-MA.	HISTÓRIA (CIÊNCIAS HUMANAS)
19	ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DOS ALUNOS ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA RELEVÂNCIA PARA O ENSINO.	EDUCAÇÃO FÍSICA (CIÊNCIAS DA SAÚDE)
20	A CACHOEIRA GRANDE: INDÍGENAS NO SETOR DE SERVIÇOS EM BARRA DO CORDA (MA).	CIÊNCIAS SOCIAIS (OUTROS)
21	ESTUDO DE ELEMENTOS DO GRAFISMO E A INTERPRETAÇÃO ETNOMATEMÁTICA DA CESTARIA PRODUZIDA PELA COMUNIDADE INDÍGENA CANELA APANIEKRÁ E RAMKOKAMEKRÁ HABITANTES DA REGIÃO CENTRAL DO MARANHÃO.	ARTES (LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES)
22	RIOS DE MEMÓRIAS: NARRATIVAS DE RELAÇÕES ENTRE MORADORES DE BARRA DO CORDA (MA) E SEUS RIOS	CIÊNCIAS SOCIAIS (OUTROS)
23	VOÇÊ SABE O QUE É LIBRAS? OS MITOS SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA DO IFMA CAMPUS BARRA DO CORDA .	LINGUÍSTICA (LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES)
24	PILOTOS E PASSAGEIROS DE MOTOCICLETAS SÃO AFETADOS PELO NÃO USO OU USO INDEVIDO DO CAPACETE E DE ITENS BÁSICOS DE SEGURANÇA EM BARRA DO CORDA – MA: APLICANDO A ESTATÍSTICA DESCRITIVA COMO FERRAMENTA PARA COLETA DE INFORMAÇÕES, ANÁLISE DE DADOS E ORIENTAÇÃO;	MATEMÁTICA (CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA)
25	PERFIL DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS DO TRIPÉ ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO IFMA – CAMPUS BARRA DO CORDA;	EDUCAÇÃO (CIÊNCIAS HUMANAS)
26	A PRODUÇÃO ESCRITA, POR MEIO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQS), DA LITERATURA ORAL INDÍGENA DOS KANELAS RAMKOKAMEKRÁ (ALDEIA ESCALVADO) – EDITAL FAPEMA GERAÇÃO CIÊNCIA.	ARTES (LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES)
27	TIJOLOS DE SOLO-CIMENTO COMO ALTERNATIVA PARA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA SUSTENTÁVEL - EDITAL FAPEMA JUVENTUDE COM CIÊNCIA.	ENGENHARIA DE MATERIAIS E METALÚRGICA (ENGENHARIAS)
28	A IGREJA MONUMENTO: MEMÓRIA, SIMBOLOGIA E REPRESENTAÇÕES	HISTÓRIA (CIÊNCIAS HUMANAS)

## APÊNDICE D – LISTA DE OFERTA DO ENSINO 2019/2022

CURSO	FORMA PRESENCIAL	ANO DE OFERTA
Técnico em Tradutor e Interprete de Libras	Subsequente	2020
Técnico em Tradutor e Interprete de Libras	Proeja	2020
Técnico em Educação Escolar Indígena	Subsequente	2020
Técnico em Educação Escolar Indígena	Proeja	2020
Licenciatura em Matemática	Superior	2020
Licenciatura em Química	Superior	2020
Análise e Desenvolvimento de Sistemas Bacharel	Superior	2020
Licenciatura em Educação Indígena Intercultural	Superior	2020
Educação e Ensino de Ciências	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	2019
Educação Escolar Indígena Intercultural	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	2019
Educação e Ensino de Matemática	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	2019
Metodologia do Ensino da Língua Inglesa	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	2020
Libras Básico	FIC	2019
Libras Intermediário	FIC	2019
Libras Avançado	FIC	2020
Metodologias de ensino da língua inglesa	FIC	2019
Metodologias de ensino da língua portuguesa	FIC	2019
Metodologias do ensino de ciências	FIC	2019
Operador de computador	FIC	2019
Operador de tratamento de resíduos sólidos	FIC	2019
Práticas pedagógicas interculturais	FIC	2019
Cultura indígena	FIC	2019
Redação oficial, arquivologia e atendimento ao público para instituições públicas.	FIC	2019
Português básico intercultural	FIC	2019
Avaliação educacional	FIC	2019
Língua inglesa para gestão em marketing	FIC	2019
Eletricista predial	FIC	2019
Encanador	FIC	2019
Bombeiro hidráulico	FIC	2020
Educação inclusiva	FIC	2020
Educação especial inclusiva	FIC	2020
Pedreiro	FIC	2019
Assistente em contabilidade	FIC	2019
Auxiliar pedagógico	FIC	2019
Mestre de obras	FIC	2019
Recepcionista	FIC	2019
Corel Draw	FIC	2019
Gestão de atendimento ao público	FIC	2019
Cerimonial e eventos	FIC	2019
Tópicos de matemática	FIC	2019
Tópicos de geografia	FIC	2019
História e literatura do Maranhão	FIC	2019
História e literatura afro-brasileira	FIC	2019
CURSO	FORMA EAD	ANO DE OFERTA
Técnico em educação escolar indígena	Técnico	2020
Técnico em turismo	Técnico	2020
Técnico em secretaria escolar	Técnico	2020
Técnico em segurança do trabalho	Técnico	2020
Técnico em marketing	Técnico	2019

Técnico em agroecologia	Técnico	2020
Técnico em gestão ambiental	Técnico	2020
Técnico em eventos	Técnico	2020
Técnico em designer de interiores	Técnico	2020
Técnico em desenvolvimento de sistemas web	Técnico	2020
Técnico em alimentação escolar	Técnico	2020
Técnico em computação gráfica	Técnico	2020
Técnico em tradução e interpretação de libras	Técnico	2020
Rede de computadores	Superior	2020
Contabilidade	Superior	2020
Licenciatura em matemática	Superior	2020
Gestão de negócios	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	2020
Ensino das ciências humanas e sociais	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	2020
Educação escolar indígena	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	2020
Engenharia de segurança do trabalho	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	2020
Desenvolvimento e meio ambiente	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	2019
Educação e ensino de matemática	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	2020
Língua espanhola	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	2020
Metodologia do ensino de ciências	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	2020
Libras básico	FIC	2020
Metodologias estratégicas de ensino aprendizagem	FIC	2020
Avaliação educacional	FIC	2020
História e literatura maranhense	FIC	2020
Empreendedorismo	FIC	2020
Redação oficial para instituições públicas	FIC	2020
Economia solidária	FIC	2020
Gerenciamento de resíduos sólidos	FIC	2020
Educação inclusiva	FIC	2020